

A bela adormecida

OLHARES LITERÁRIOS
SOBRE **AROUCA**

A bela adormecida

OLHARES LITERÁRIOS
SOBRE **AROUCA**



Edição de JOSÉ ANTÓNIO ROCHA

Desenhos de CARLOS BELÉM

A BELA ADORMECIDA
olhares literários sobre Arouca

Edição: © José António Rocha (jrocha@ft.lisboa.ucp.pt)

Desenhos: © Carlos Belém

Fotogramas: “As Mulheres da Beira”, filme de Rino Lupo. © Cinemateca Portuguesa

1.ª edição: Setembro 2011

Capa: SerSilito

Design e Execução: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda.

Depósito legal: 331523/11

ISBN: 978-989-20-2467-7

Este livro é uma edição de autor, cuja responsabilidade é assumida e partilhada pelo editor literário e pelo autor dos desenhos. Os textos de outros autores publicados neste livro e sobre os quais existem direitos de autor são publicados com autorização dos detentores desses direitos de autor. De acordo com a lei em vigor, é interdita a reprodução.

Índice

- 7 Introdução
- Ficções literárias**
- 31 Afonso Lopes de Baião
Em Arouca uma casa faria
- 35 Pinho Leal
Apontamentos para a Crónica de Mansores
- 43 Camilo Castelo Branco
Estrelas Funestas
- 55 Camilo Castelo Branco
Vulcões de Lama
- 73 Abel Botelho
A Frecha da Mizarela
- 99 Alberto Pimentel
A guerrilha de frei Simão
- 129 Sousa Costa
Arte de amar de uma cabecinha louca
- 135 Aquilino Ribeiro
O Malhadinhas
- 151 Egas Moniz
O episódio do tio Augusto em Rossas
- 175 José Nuno Pereira Pinto
Da Outra Margem
- 201 Manuel Araújo da Cunha
O Doutor de Arouca

Narrativas de viagem

- 211 **Claude de Bronseval**
Peregrinatio hispanica
- 215 **[Autor anónimo]**
Notas de uma passagem por Alvarenga em 1785
- 219 **Alexandre Herculano**
Apontamentos de viagem
- 223 **Abel Botelho**
Arouca
- 227 **Teixeira de Pascoaes**
A beira num relâmpago
- 235 **Sousa Costa**
No vale de Arouca
- 239 **Miguel Torga**
Duas páginas do Diário
- 243 **Jaime Cortesão**
A caminho de Arouca
- 249 **José Saramago**
À porta das montanhas
- 255 **Mário de Araújo Ribeiro**
O maciço da Gralheira

Memórias

- 261 **Álvaro Fernandes**
O vale de Fermedo
- 273 **António de Almeida Brandão**
Rossas no meu tempo
- 281 **Mafalda de Castro**
Porque me chamo Mafalda e A nossa casa
- 289 **António Vaz Pinto**
As raízes: Arouca e Lisboa
- 293 **Índice toponímico**

Introdução

O que têm em comum Arouca e escritores como, por exemplo, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Pinho Leal, Abel Botelho, Teixeira de Pascoaes, Egas Moniz, Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, Miguel Torga ou José Saramago? É que todos eles “olharam” Arouca e registaram esses seus olhares entre as páginas que nos deixaram. Fizeram-no em poemas, contos, romances, memórias e relatos de viagens. Esses textos, agora recolhidos, constituem o livro que o leitor tem em suas mãos. São olhares de escritores convertidos em convites aos leitores; espelhos que reflectem as “Aroucas” que cada escritor conheceu ou recriou; janelas por onde os leitores podem contemplar essas “Aroucas”, mesmo as mais antigas; portas por onde nelas entrar, para habitá-las.

Esta introdução não quer explicar os textos – eles falam por si próprios –, quer, sim, apresentá-los, salientar os seus elementos comuns e ensaiar algumas imagens de Arouca neles construídas ou, pelo menos, reflectidas. Miguel Torga começou um escrito sobre Trás-os-Montes, a região que o viu nascer, com a seguinte expressão: “vou falar-lhes dum Reino Maravilhoso”. A Arouca transmitida nos textos que se seguem é também ela um reino maravilhoso, um “lugar sagrado” – como lhe chamou Álvaro Fernandes –, onde a terra de tudo dá em abundância, os vales se enchem de culturas agrícolas, vinhas e árvores de fruto, as serras se vestem de castanheiros, carvalhos e sobreiros, os rios e ribeiros fertilizam as culturas, as pessoas se juntam em festa à volta de uma desfolhada, de um casamento, de um baile ou de uma procissão.

Esta selecção de textos revela o olhar, plural, com que os escritores viram Arouca e a (d)escreveram, alguns deles declaradamente tocados pela sua intensa sensualidade. Talvez seja essa a razão porque Jaime Cortesão, contemplando este “reino maravilhoso” que é Arouca, o tenha definido com arroubo nada inferior ao de Torga, em poesia e em comoção. “A bela adormecida”, lhe chamou.

1. Vinte e cinco olhares literários sobre Arouca

As vinte e cinco entradas de textos que aqui se reúnem foram congregadas em três classes: ficções literárias (as onze primeiras, essencialmente contos e partes de romances); narrativas de viagem (as nove seguintes); e memórias de arouquenses e outros autores ligados a Arouca (as cinco últimas). Dentro das três classes, os textos foram ordenados com um critério cronológico. Vejamos, resumidamente, o que podemos encontrar em cada um deles.

A abrir as ficções literárias encontramos uma cantiga de escárnio e maldizer, escrita em meados do século XIII por D. Afonso Lopes de Baião, e cujo primeiro verso, «*em Arouca uma casa faria*», situa a acção em Arouca. A cantiga, com subtis conotações sexuais, sugere a existência de um ambiente devasso entre as monjas do mosteiro e ironiza a situação.

Os *Apontamentos para a Crónica de Mansores*, manuscritos por Pinho Leal em 1855, são formados por um conjunto de textos, também eles escarnecedores e maledicentes, que reproduziram e acrescentaram os ditos ou contos jocosos que circulavam sobre os habitantes de Mansores e os seus hábitos. Embora esta associação entre o livro e os ditos seja do conhecimento de poucos, ainda hoje se mantêm frescas entre os habitantes locais e das redondezas histórias anedóticas relacionadas com “a praia”, “as sardinhas”, “o mar”, a localização da igreja de Mansores, etc. Têm, aliás, sido causa de situações menos agradáveis. A título de curiosidade, transcrevo parte de uma crónica de David Heitor, de Escariz, publicada em 1924 na *Gazeta de Arouca*: «teve lugar no dia 7 a comunhão de crianças na freguesia de Mansores, para onde foi rogado como orador o nosso abade. Sucede, porém, que o nosso digno abade, por ocasião da fervura da aparição da “santa” da Abelheira, numa eloquente prática que proferiu, comparando o caso da construção da capela com um moinho que se fizera num alto faltando depois a água – não citando onde nem quando – algumas criaturas da citada freguesia julgaram que a “parábola” se lhes referia e daí começaram a nutrir um certo ódio pelo nosso abade»¹.

Camilo Castelo Branco situou no mosteiro de Arouca algumas das cenas e referências do seu romance *Estrelas Funestas*, tais como: a educação de

¹ HEITOR, David – [Crónica]. *Gazeta de Arouca*. N.º 676. 20-12-1924, p. 2. Apud AZEVEDO, Alfredo G.; MOREIRA, Domingos A. – *Origem da Capela da Abelheira (Escariz – Arouca)*. Cucujães, 1976, p. 43.

D. Maria das Dores; a reclusão de sua filha, Maria Henriqueta, por ordem do pai; a fuga desta com a ajuda de seu namorado; e os últimos dias e sepultura da mesma Maria Henriqueta. Embora o mosteiro não surja descrito com o pormenor da descrição feita por aqueles escritores que realmente o visitaram, a sua escolha para palco de várias das cenas do romance é um reconhecimento da importância que tinha na sociedade da época.

O mesmo Camilo Castelo Branco voltou a retratar Arouca no último romance que escreveu, *Vulcões de Lama*. Desta feita, situou a acção no antigo concelho de Fermedo, embora também sejam frequentes as referências a Arouca. Vulcões de lama distingue-se substancialmente do outro romance referido. Aqui o ambiente social é popular e agrícola, preenchido por invejas entre vizinhos e familiares, filhos bastardos, crianças abandonadas, superstições, abusos de carácter sexual, amizades interesseiras, ataques a heranças, etc., e o retrato das personagens e das cenas é de tal modo caricaturado que se torna acentuadamente cómico.

Abel Botelho, no seu conto *A Frecha da Mizarela*, teceu um dos maiores elogios literários que Arouca terá recebido, relatando a vila (pelo olhar ingénuo de uma menina da serra) como lugar fascinante, moderno, sedutor mesmo, situado num vale paradisíaco, e onde se passeavam fidalgos e mulheres vestindo cores vistosas e calçando leves chinelinhas. Mas, ao mesmo tempo, o autor alertou (profeticamente?) para a ilusão de uma certa civilização. Nas suas palavras, «o verde que cobre os serros alpestres, não é o das pestilentas podridões modernas, mas sim o da esperança oxigenada, sadia e fresca; produz-lo a clorofila, não o vírus; não embrutece, aviventa; lido dissolve, regenera. Essa meretriz sedutora – a Civilização – ainda não tem estradas a macadame que a conduzam a perverter os montes». Mas não nos apressemos a julgar o olhar de Abel Botelho cego pela vontade de ver em Arouca uma terra idílica, isolada da civilização, puritanamente observável e à mercê de quem de fora, civilizado, a queira visitar. É uma tentação “turística” que muitas vezes temos em relação aos outros, mas que habitualmente não queremos para nós mesmos. O conto foi adaptado ao cinema em 1921, num filme de título *As Mulheres da Beira*. O olhar seduzido que Abel Botelho atribuiu à serraninha, não o teve ele quando, na notícia jornalística que escreveu sobre *Arouca* para *O Ocidente*, se mostrou espectador atento ao que de menos bom e de menos idílico as serras e os vales encerram; é dele um olhar consciente sobre as dificuldades que as serras representam para a população do interior, porquanto a obrigam a

«lutar sem vantagem com uma enorme dificuldade de boas comunicações (...) apartando-a (...) do convívio do progresso». E, num outro sentido, não se coíbe mesmo de afirmar serem os habitantes da vila de Arouca «pouco dados em geral ao asseio (qualidade aliás predominante em toda a Beira)» e serem «as suas construções tristonhas, toscas e mesquinhas».

Na peugada de Camilo Castelo Branco, Alberto Pimentel, seu grande amigo, trouxe-nos, no seu romance histórico *A guerrilha de frei Simão*, uma imagem pouco digna das habitantes do mosteiro de Arouca no século XIX, que descreveu como extremamente politizadas, mesquinhas e cruéis, numa época em que as convulsões políticas penetravam as grossas paredes do mosteiro e inquietavam até o mais pacífico coração que do mundo se houvesse isolado no centro do seu claustro. Neste texto, escrito num estilo romântico e com trama de sabor camiliano, há ainda lugar para uma elogiosa descrição dos vales de Arouca, com destaque para os seus rios.

No romance *Arte de amar de uma cabecinha louca*, de Alberto de Sousa Costa, uma das personagens desloca-se a Arouca para desenhar uma imagem do Mosteiro, que mostra conhecer, tal como o museu e o próprio vale de Arouca. Embora nenhuma parte da acção deste romance se desenvolva em Arouca, e sejam insignificantes as referências que se fazem ao mosteiro e ao concelho, a sua inclusão nesta antologia, no mínimo, permitirá ao leitor tomar conhecimento do texto.

Aquilino Ribeiro, em *O Malhadinhas*, apresenta-nos uma Arouca farta e em festa através da memória de um almocreve de Vila Nova de Paiva (então chamada Barreiras) que se deslocou a Arouca em trabalho, acabando por deter-se em Santa Eulália, onde se viu envolvido na festa de um casamento, numa disputa do jogo do pau, quase acabando casado, ele próprio. Trata-se de mais um episódio ficcionado, mas sugere a narração de um episódio historicamente acontecido.

Historicamente acontecido, esse sim, embora narrado como se fosse um conto, foi *o episódio do tio Augusto em Rossas*, escrito por Egas Moniz no seu livro *A nossa casa*. Escrito em 1949, e situado em Rossas, merece ser lido ao lado do episódio publicado por Aquilino em 1946 e situado em Santa Eulália. Egas Moniz, numa prosa cuidada, preciosa, legou-nos um testemunho das paisagens geográfica e humana daquele tempo, bem como do quotidiano da vida agrícola e do longe a que podem conduzir um mal-entendido e uma falsa suspeita.

Naquela que me parece ser a obra de maior valor literário na história da literatura portuguesa no que toca à sua dedicação a Arouca, *Da outra margem*, José Nuno Pereira Pinto, um arouquense, legou-nos um olhar ímpar sobre a comunidade humana da freguesia de Alvarenga nos anos de 1940 a 1945. Sendo um romance de extensão considerável, prende o leitor com a riqueza das pessoas (sim, pessoas, e não meras personagens) que o habitam, com a narração autorizada dos seus costumes e com a percepção sensível dos seus dramas e glórias. As passagens do livro seleccionadas nestes olhares literários (a descrição do conflito da população de Alvarenga com a PVDE; a aventura de um caseiro e de sua família, explorados por dois patrões; e a fuga de um homem às autoridades, durante 23 anos) são uma minúscula amostra do extenso universo que o livro alberga.

O Doutor de Arouca é um conto que nos contagia pela beleza e pela riqueza que só as palavras simples alcançam. Fala-nos de um arouquense que o autor, Manuel Araújo da Cunha, nos idos anos 60 do século XX, conheceu na região de Penafiel. O conto retrata este arouquense como um profissional vendedor da banha da cobra que, de facto, foi. O vendedor da banha da cobra era uma personagem real desses tempos, um homem que percorria as localidades e feiras com medicamentos, pomadas, elixires, etc., apregoando serem únicos e miraculosos para a resolução dos mais variados géneros de doenças e maleitas. Exibia uma grande autoconfiança, explorava as necessidades e expectativas das pessoas e lá ia vendendo a “banha da cobra”. Hoje continuam entre nós e, se bem que exibam roupas bem mais cuidadas e discursos bem mais subtis, é provável que continuem a chorar as mesmas lágrimas interiores e a revelar o mesmo olhar triste e saudoso do nosso Doutor de Arouca. É um dos textos aqui presentes que, por certo, maior carinho suscitará por parte do leitor.

A abrir as narrativas de viagens encontramos alguns excertos das memórias da visita feita pelo abade de Claraval, Dom Edme de Saulieu, aos mosteiros cistercienses da Península Ibérica em 1532 e 1533. As memórias foram escritas por Claude de Bronseval, secretário do abade, e editadas com o título de *Peregrinatio hispanica*; nelas, o autor afirmou, referindo-se ao mosteiro de Arouca: «é o mais importante mosteiro de religiosas de Portugal». No mesmo plano, um autor anónimo do século XVIII registou na *Lembrança do que vi e passei na Jornada que fiz ao Minho no ano de 1785* (de que publicamos um excerto sob o título *Notas de uma passagem*

por Alvarenga em 1785) várias impressões da sua passagem por Alvarenga, nomeadamente a respeito da igreja local e da ponte sobre o rio Paiva.

Seguem-se-lhe os *Apontamentos de viagem*, em que Alexandre Herculanu, em linguagem telegráfica, anotou impressões de uma sua deslocação a Arouca em 1854. Neles, registou os nomes e as características geomórficas dos lugares por onde passou, a sua conhecida visão do vale de Arouca, que comparou ao vale de Sintra, e a aparência do mosteiro.

Teixeira de Pascoaes, no livro *A beira num relâmpago*, fez a crónica entusiasmada de um passeio de automóvel realizado em Agosto de 1915, no qual atravessou Arouca num início de noite. É imaginá-lo, correndo febrilmente vindo dos lados de Carregosa, fazendo uma paragem diante do memorial de Santo António e continuando montanha acima, a caminho de Castelo de Paiva. A narrativa oscila entre a descrição detalhada da viagem e algumas deambulações literárias e oníricas.

No vale de Arouca, de Alberto de Sousa Costa, é, a par do texto de Abel Botelho de título *Arouca*, acima referido, um elogio rasgado de um grande escritor da época, rendido por esta “veiga feiticeira”, como o próprio chama ao vale.

Arouca foi olhada por Miguel Torga; não Arouca no seu todo, pois o seu olhar praticamente se limitou ao mosteiro, a contar pelos registos que deixou no *Diário*. Registos breves, mas densos, e tão bem situados que necessitam de poucas palavras para que deixem tudo dito e nos indiquem o indizível; tal como a “pequena ermida” da Senhora da Mó, de onde, melhor que do mosteiro, se avistam os píncaros das múltiplas serras em redor.

Numa outra narrativa de viagens, *A caminho de Arouca*, Jaime Cortesão, de olhar atento, não se limitou a ver os lugares, mas viu-os e reflectiu-os no contexto da região a que pertencem e da história que encerram. O seu olhar sobre Arouca é um olhar encantado – «o pasmo contemplativo não se atenua», afirma –, mas é também um olhar crítico, patente nos reparos e sugestões que fez às condições do Museu de Arte Sacra e à inexistência de «um hotel que ofereça ao turista o conforto bastante».

Na esteira de Jaime Cortesão, também José Saramago se deslocou a Arouca, deixando-nos um escrito *À porta das montanhas*, onde nos oferece, também ele, uma crónica de viagens de um homem que, viajando pela região, se deslocou a Arouca, olhando-a como uma região-círculo da qual descreveu a porta de entrada, o percurso feito em direcção ao centro (o

mosteiro) e o regresso. O seu olhar deteve-se atentamente no mosteiro e no Museu de Arte Sacra.

Quem transpôs a porta das montanhas, as calcorreou, aprendeu e revisitou com paixão foi Mário de Araújo Ribeiro, que no prólogo ao livro *O maciço da Gralheira* nos convida para a experiência que é sentir o pulsar de uma Arouca bem mais pura e interior (não só geograficamente) do que aquela que se criou em torno do mosteiro. Trata-se da Arouca da Freita, de Regoufe, da Drave, do Paivó... daquela Arouca que, fazendo parte da Gralheira, se debruça sobre o interior do país.

A primeira das memórias de arouquenses aqui recolhidas é a de Álvaro Fernandes, expressa num texto sobre *O vale de Fermedo*, vale que, como afirmou, embora seja «desconhecido dos turistas, não marcado nos roteiros, revela tal beleza e majestade, que nos seduz e distrai». E são extasiadas as palavras com que o escritor arouquense registou o olhar sobre o seu materno e amado vale. Com um vocabulário clássico e erudito, carregado de imagens e expressões de afectividade quase mística, reportou-nos a beleza viva de um vale ao qual convocou os povos antigos, os habitantes da altura, as construções humanas, a infância e a escola. A leitura do seu texto torna-se para nós uma surpreendente viagem ao sabor de palavras.

Sobre um outro vale, o vale de Rossas, estendeu o olhar António de Almeida Brandão nas suas memórias intituladas *Rossas no meu tempo*; nelas nos falou do vale que se via e que se vê, com as habitações antigas e as contemporâneas, com a abundância de árvores de fruto, que se tornou uma verdadeira imagem de marca de Rossas, com os montes em volta «fartamente florestados», etc. O seu olhar transmitiu-nos ainda um dos quadros sociais mais importantes do seu tempo: as desfolhadas, autênticas manifestações de identidade, de cultura e de convívio social das populações que viviam da agricultura e, em especial, do cultivo do milho.

Da memória de Mafalda de Castro (que não sendo arouquense de nascimento, foi-o de adopção) publicam-se dois textos: um deles, *Por que me chamo Mafalda*, explicando a ligação de Arouca e da beata Mafalda à escolha do seu próprio nome; o outro, descrevendo, em verso, a Casa do Burgo, que adoptou como *A nossa casa*. No primeiro dos textos, encontramos seu pai, o poeta Eugénio de Castro, deslocando-se a Arouca, desde Carregosa, «na carruagem particular do “Tio Bispo”, puxada por boa parelha de alazões, com um velho cocheiro bem fardado e o inseparável trintanário», isto no verão de 1906. E imediatamente imaginamos Teixeira

de Pascoaes, nove anos depois, fazendo a mesma estrada, mas de automóvel. Os tempos mudam!

Filho de Mafalda de Castro, António Vaz Pinto deu ao primeiro capítulo da sua autobiografia *A história de Deus comigo* o seguinte título: *As raízes: Arouca e Lisboa*. Nele expressa a importância que Arouca teve na sua vida. O autor reconhece-se «arouquense de origem e coração» e afirma que Arouca é «a minha terra de origem, a minha raiz», embora não tenha nascido em Arouca e nunca tenha vivido em Arouca com permanência.

2. As múltiplas “Aroucas”

Quantas e quais são as “Aroucas” olhadas do alto destes textos? A leitura destes olhares literários permitirá ao leitor verificar que, frequentemente, os autores percorreram os caminhos uns dos outros e viram a mesma Arouca, os mesmos sítios, os mesmos motivos de interesse, expressando depois as suas impressões, ora convergentes, ora divergentes. O conjunto de aspectos em que se fixaram os olhares de uns e de outros denuncia aquilo que de singular tem o concelho em relação a outras localidades. Com vista a identificar esse conjunto de aspectos, propõe-se um percurso sinóptico pelos textos.

Aquela Arouca que mais se impõe a quem a visita é a **Arouca dos vales e das serras**; uma Arouca de impressionante beleza e particulares aspectos geográficos; uma Arouca que levou vários dos escritores a mais parecerem pintores, pintando páginas e páginas de pormenorizadas descrições com palavras extasiadas. Ao lermos os seus textos sentimo-nos visitantes de uma exposição em que as pinturas são vales e mais vales – Fermedo, Mansores, Rossas, Arouca, Paivó, Alvarenga... –, serras e mais serras – Freita, Senhora da Mó, Gamarão, Montemuro...

Neste sentido, a abertura do conto *A Frecha da Mizarela*, de Abel Botelho, é por certo o mais entusiasmado e adjectivado olhar sobre o vale de Arouca. O encanto do autor atingiu extremos como aquele que o levou a afirmar «é realmente um tesouro aquele vale! Não há no Minho torrão, por mais mimoso, que o iguale na pujança e na frescura». O autor repetiu a ideia no início de outro texto, de título *Arouca*, não ficcional, mas jornalístico, usando as seguintes palavras «não conheces, leitor, o vale de Arouca? Pois apressa-te a visitá-lo; porque poucas paragens florescerão no país tão

como aquela deleitosas e amenas, tão exuberantes de vida, tão pródigas de encanto e de frescura». E, depois disto dizer, passeou detalhadamente o olhar em volta do vale de Arouca.

Poucos anos depois, Alberto Pimentel, embora com diferentes palavras, reproduziu o olhar de Abel Botelho. No seu romance *A guerrilha de frei Simão* referiu com acentuada precisão certas características oroidográficas de Arouca. A sua descrição começa com estas palavras: «o vale de Arouca, fertilizado pela água de dois ribeiros, o Marialva e o Silvares, que aí se fundem no rio vulgarmente conhecido pelo nome de Arda, é fechado por cerros alterosos, de uma melancolia agreste, ao sul a Freita, de este a noroeste, a Mó e o Gamarão». E continuando, referiu o Paiva, que «recebe, em Paradinha, o curso do seu afluente Paivó, também ululante e turvo, de margens desgrenhadas e duras». Referiu-se ainda ao «granito das montanhas que circunscrevem o vale e de basto arvoredado, em que a oliveira frondosa predomina».

Sousa Costa assume-se com «a vista agradecida» *no vale de Arouca*, e a alegoria usada para personificar o rio Arda como o senhor donatário que se passeia pelo seu vale é deliciosa de se ler. No romance *Arte de amar de uma cabecinha louca*, do mesmo autor, a respeito da vinda de uma das personagens ao Mosteiro, referiu-se a Arouca nos seguintes termos: «o vale de Arouca é dos mais lindos do Norte. Vale do Minho, rasgado entre serras da Beira!».

Por sua vez, Egas Moniz, no livro *A nossa casa*, descreveu Rossas como um «apertado vale (...) com água a cantar de todos os lados e a encenação do arvoredado nas mutações da vegetação». O seu olhar deteve-se, sobremaneira impressionado, na vegetação que revestia o vale de Rossas, adjectivando as cerejeiras, as vinhas, os milheirais, os castanheiros, as pedras graníticas da serra...

Mais tarde, o arouquense António de Almeida Brandão pintou-nos por palavras suas o mesmo vale de Rossas, sarapintado de casas, preenchido por árvores de fruto que faziam e fazem do vale, durante a primavera, «um verdadeiro jardim» encimado por uma orla de «extensos montados de pinheiros, eucaliptos e sobreiros».

Alexandre Herculano, na sua deslocação a Arouca, registou com particular interesse as paisagens que atravessou e avistou: os vales férteis do fundo do concelho, a serra da Freita, a «sucessão de montanhas elevadas e incultas» e, de modo especial, o vale de Arouca que descreveu na já celebrizada

expressão «a encosta e o vale igualam em beleza a Sintra, e excedem-na na vastidão».

Na peugada de Herculano, Miguel Torga contemplou o vale de Arouca, mas desde o monte da Senhora da Mó. Sem necessitar de muitas palavras, deixou-nos um expressivo testemunho da experiência que teve contemplando o vale, com o mosteiro ao centro e as serranias em volta, sucedendo-se umas às outras até perder de vista.

Atravessando Arouca, Jaime Cortesão, numa prosa depurada, encheu a sua narrativa de descrições dos lugares por onde foi passando: as vinhas, os socalcos, os rios, os vales e as montanhas que comparou a anfiteatros.

Seguindo-o, José Saramago defrontou-se com «uma paisagem ampla, montanhosa, de grandes vales abertos, todas as encostas em socalcos verdíssimos, amparados por muros de xisto. As estradas parecem caminhos de quinta, de tão estreitas e maneirinhas».

Uma Arouca de vales e serras, a Arouca interior é aquela que nos traz o olhar de José Nuno Pereira Pinto no seu romance *Da outra margem*. Mas são vales e serras habitados por pessoas e que não podem ser entendidos senão ligados ao quotidiano dessas pessoas, como no seguinte excerto: «Marcolino, no fim do labor da pedra, parte, juntamente com o irmão, para Bustelo. Seguem o rego do boi e vão-no limpando das ervas e ajeitando aqui e acolá (...) Estão no sítio do rego, em que este tem de ser talhado. É já o início do escurecer e até ao amanhecer, um deles não podia sair dali, do talhadoiro, pois perdia a posse e logo outros vinham e a talhavam para si. As horas vão passando. Bustelo adormece no sopé de S. Pedro, a penúltima dobra da Serra de Montemuro, até morrer no vale que a água fecunda. / Mas Marcolino não podia dormir. Cantam galos. Mesmo ao escurecer, ainda ouviu as perdizes cantar, nas encostas de Noninha».

Mário de Araújo Ribeiro extasiou o olhar diante do vale do rio Paivó, entre Regoufe e Drave, e sobre o maciço da Gralheira em que se integram a serra da Freita e parte do concelho de Arouca. Falou-nos das serras e dos vales, da vegetação que os recobre e do deslumbramento que provoca a sua particular beleza. Falou-nos de «cerros que atingem ou passam os 1100 metros» e «vales profundos de vertentes íngremes», lugares que só se alcançam pelo próprio pé e não se olham senão pelos próprios olhos.

O arouquense Álvaro Fernandes estendeu o seu olhar para «o ubérrimo e ridente vale de Fermedo», e a descrição que daí resultou é a de um vale encantado, ou como poeticamente define, «esboçado com vagar pelo pincel

dum paisagista glorioso». As suas palavras como que recriam o próprio vale, quando o descrevem como «terra sagrada» com a igreja ao centro, rodeada por fecundos campos agrícolas, ribeiros e habitações, umas pobres, outras ricas e, mais acima, montes cobertos de pinheiros.

Excepcionalmente, o olhar de um francês sobre os vales e serras de Arouca no remoto século XVI não foi tão idílico quanto os demais que aqui registámos. Efectivamente, Claude de Bronseval, na *Peregrinatio hispanica* lamentou a dificuldade, o perigo e o cansaço que sofreu entre «os montes escarpados e os rochedos assustadores». Compreende-se num tempo em que atravessar Arouca seria uma verdadeira aventura, sobretudo para alguém vindo das planuras francesas.

A **Arouca do Mosteiro** é objecto de múltiplos olhares. Os textos recordam-nos que Arouca tem sido procurada, conhecida e divulgada fora, sobretudo por via do seu mosteiro, o qual se impõe como ex-libris, eixo central da história, da cultura e do turismo locais. Para quem olha Arouca “de fora”, existe uma quase identidade ou, pelo menos, uma inevitável associação entre o mosteiro, o nome e a imagem do município. Quando visitaram o mosteiro ou a ele se referiram, os escritores sublinharam dele a imponência do edifício, a riqueza do museu e o túmulo da beata Mafalda.

O mais antigo olhar literário sobre o mosteiro que aqui se recolhe é o de Afonso Lopes de Baião, que sugere a devassidão das monjas que habitavam aquela casa.

Segue-se-lhe o olhar de Claude de Bronseval, para quem se trataria do «mais importante mosteiro de religiosas de Portugal».

Já no século XIX, Camilo Castelo Branco cingiu ao mosteiro todas as referências que fez a Arouca em *Estrelas funestas*, como se o concelho se resumisse ao mosteiro. Esta acentuação confirmou a importância do mosteiro na educação das filhas de classes abastadas e no jogo social de heranças e sucessões.

Como que continuando a narrativa camiliana, Alberto Pimentel romancou a vida social do mosteiro, onde as monjas recolhiam e educavam meninas, geralmente de proveniências abastadas, que lhes eram entregues pelos familiares. Situando a acção numa época de intensas convulsões e cisões políticas, traçou um perfil pouco abonatório e nada santo das monjas, que tipificou como miguelistas ferrenhas, inimigas da liberdade, intriguistas, tocadas de um espírito mesquinho e cruel; e fê-lo de uma

forma tal, que mais parecem personagens de uma “novela”, por um lado, e uma comunidade de guardas prisionais do «cárcere conventual de Arouca», local «pior que a inquisição», empenhadas em castigar meninas liberais, por outro. Em relação ao edifício do mosteiro, o autor salientou o contraste da sua grandeza com a pequenez da povoação e a sua imponência no centro do vale, «uma como rútila jóia engastada num aro de rocha viva».

Ainda no tempo em que no mosteiro havia monjas, Alexandre Herculano veio a Arouca propositadamente para visitá-lo. Foi parco em descrições, mas cativaram-lhe o olhar a magnificência do coro, o órgão e as pinturas, aspectos que ainda hoje se impõem como de maior destaque.

Uma vez desabitado, o mosteiro tornou-se uma referência de interesse “turístico”. Eugénio de Castro, nas palavras da filha Mafalda de Castro, logo nos inícios do século XX visitou Arouca, «vila perdida no meio dos montes», para conhecer o «grandioso Convento da Ordem de Cister».

Poucos anos depois, Teixeira de Pascoaes passou por Arouca numa viagem em “auto”, como chamava ao automóvel. Quase não parou, mas nem por isso deixou de se referir, a respeito de D. Mafalda, ao mosteiro e ao actual túmulo da beata, afirmando, erradamente, que nele jazia desde 1290.

Sousa Costa, num romance cuja acção se passa no Porto, elogia, por via de uma das personagens, o «mosteiro, onde há coisas dignas de serem admiradas». E, na voz da mesma personagem, evoca um aforismo, que atribui a uma abadessa do mosteiro e que diz: «Na lâmpada o vidro e o fogo / Símbolos são da vida humana: / Um sopro anima o vidro, / Outro sopro o fogo extingue».

Miguel Torga, por sua vez, deixou duas referências ao mosteiro no seu diário. Na primeira, olhou o mosteiro de dentro, referindo o órgão e o túmulo de D. Mafalda; na segunda, olhou-o do monte da Senhora da Mó, considerando-o, ironicamente, como sinal de um certo «reino de Deus» onde imperam «a segurança, a opulência, o convívio».

Sucedeu-lhe Jaime Cortesão, para quem o mosteiro foi, do ponto de vista da arte, o tesouro revelado pela excursão a Arouca. Mais do que qualquer outro escritor antes dele, olhou não tanto o edifício do mosteiro quanto o Museu de Arte Sacra e as peças nele instaladas. O museu é sinal de um mosteiro que ainda no tempo de Camilo e Herculano era habitado por monjas. As monjas, o mosteiro perdeu-as; os lugares e as peças do uso quotidiano, litúrgico e decorativo, esses permaneceram, convertidos em museu.

Por último, José Saramago olhou o mosteiro, comparando a sua igreja à de Lorvão e consagrando um olhar particular ao túmulo de D. Mafalda, que é interessante comparar com o de Pascoaes e com o de Torga. Na esteira de Cortesão, descreveu-nos, mais do que um mosteiro habitado, um mosteiro-museu, e fê-lo com a atenção que não lhe deu qualquer outro escritor aqui antologiado: as peças da Igreja, o órgão, as pinturas, as imagens, os pergaminhos iluminados, etc.

A Arouca dos turistas está estreitamente relacionada com as duas anteriores. Muitos destes textos, aqueles que estão escritos no género literário a que se poderá chamar narrativa ou crónica de viagens, resultam de experiências turísticas dos autores. Não se trata propriamente daquele turismo de massas baseado em grandes eventos, feiras ou festivais, em épocas altas ou na curiosidade que a todos nos leva a procurar sítios com características singulares. Trata-se de um turismo selecto, prioritariamente cultural, que tem o mosteiro como centro gravitacional.

Lendo estes olhares literários, constataremos que foi em turismo que se deslocaram a Arouca Eugénio de Castro, Teixeira de Pascoaes, Sousa Costa (este, rigorosamente, em temporadas de férias e descanso), Miguel Torga, José Saramago e Jaime Cortesão. Original, neste aspecto, é o olhar que nos oferece Mário de Araújo Ribeiro que, falando de uma Arouca “terra de montanha”, nos oferece um olhar turístico pelo qual não se propõe dizer ao leitor «onde comer um petisco ou beber um bom vinho», mas desafiá-lo a «descobrir por si próprio locais que os roteiros não indicam». Ao tempo em que ainda não se “fazia turismo”, mas se “peregrinava”, remonta o registo da peregrinação do Abade de Claraval pelos mosteiros cistercienses ibéricos, passando necessariamente por Arouca.

A Arouca dos múltiplos lugares que os autores destes textos testemunharam e nos transmitiram é um sinal de que Arouca não se reduz à vila nem se dilui na indiferença do concelho; tem freguesias, lugares, aldeias, elementos geográficos e construções humanas concretos, com nome e identidade.

Claude de Bronseval e o autor de *Lembrança do que vi e passei na Jornada que fiz ao Minho no ano de 1785*, o primeiro entra em Arouca por Alvarenga e o segundo vem a Alvarenga, descrevendo-nos alguns dos

seus lugares e monumentos; ambos revelam nos seus escritos quão difícil era nesses tempos viajar por estes lugares.

Pinho Leal, nos seus *Apontamentos para a crónica de Mansores*, debruçou-se exclusivamente sobre a freguesia de Mansores. Seu amigo, Camilo Castelo Branco, no romance *Vulcões de lama*, situado no extinto concelho de Fermedo, inscreveu um episódio na feira local, e referiu uma outra «feira mensal de Arouca». Se bem que se trate de uma ficção, a certa altura nela se refere o antigo concelho de Fermedo como «terras tristes e penhascosas em que a natureza, por capricho, pintou alguma coisa surpreendentemente bela».

Abel Botelho, em *A Frecha da Mizarela*, descreveu com conhecimento de causa o vale de Arouca, as serras e montes circundantes, o Arda e o planalto da Freita, referindo as povoações como a então Albergaria das Cabras, próxima da Mizarela.

Alberto Pimentel tem uma descrição muito própria da vila de Arouca na primeira metade do século XIX. Embora se trate de uma descrição estilizada, nas suas palavras, «a vila ainda hoje conserva o tom geral de uma povoação serrana, em que choças primitivas, feitas de colmo e barro, se agrupavam ao capricho de becos tortuosos e imundos, onde, por entre um lastro de mato seco, os cerdos fossavam, as galinhas esgaravatavam no chão».

Aquilino Ribeiro tomou a freguesia de Santa Eulália para palco da narração da passagem do seu Malhadinhas por Arouca. Não muito longe, Egas Moniz centrou-se no vale de Rossas. O rigoroso pormenor com que descreveu o edifício, o terreno em volta e a acção humana aí situada permitem, a quem conhece a Casa do Outeiro, imaginar a acção decorrida, como se fora um filme, por exemplo ao dizer «ao vê-los seguir por debaixo da ramada para o portão de ramada do quinteiro». Mas, além da Casa do Outeiro, Egas Moniz referiu, em Rossas, a única loja da aldeia, com o cruzeiro ao lado, a igreja, e numa viagem de mais de 12 horas até ao Porto, a passagem por Mansores e Cabeçais, o pelourinho, a antiga casa da câmara e a estalagem.

José Nuno Pereira Pinto, no romance *Da outra margem*, retratou detalhadamente uma Alvarenga dos anos 40 do século XX, no tempo em que ainda não havia uma estrada que a ligasse à vila de Arouca e em que Castelo de Paiva era uma referência bem mais frequentada e próxima que a sede do concelho. É uma Alvarenga descrita por quem nela cresceu e que a conhece como a palma da própria mão, e por isso no seu texto os nomes

dos lugares, das quintas, dos rios e ribeiros, dos montes, das ermidas, dos estabelecimentos, das pessoas... são ditos como quem (realmente) fala da sua própria terra.

A viagem que descreveria Egas Moniz, mas em sentido inverso, fê-la antes Alexandre Herculano, quando visitou o cartório do Mosteiro de Arouca, em 1854. Vindo do Porto, entrou no concelho pela estrada de Cabeçais, povoação que chamou de «vila insignificante» e cuja estalagem classificou de «má». Atravessou o concelho até ao vale de Arouca e, no regresso, subiu pelo Arressaio em direcção a Pedorido. Uma outra viagem, fê-la Jaime Cortesão. Vindo de vale de Cambra, deslocou-se à vila e regressou, em direcção ao Porto, passando pelo fundo do concelho. José Saramago, por sua vez, subiu de Vale de Cambra até à vila de Arouca e partiu em direcção à Guarda.

Mário de Araújo Ribeiro calcorreou os trilhos dos lugares e limites de montanha do concelho: Regoufe, Drave, Albergaria... Álvaro Fernandes, por sua vez, e nos limites ocidentais do concelho, olhou Cabeçais e centrou-se no vale de Fervedo e nos vários lugares que o compõem.

A par dos múltiplos lugares de Arouca, há um topónimo permanentemente evocado nestes textos: a cidade do Porto. O Porto tem sido uma referência para Arouca, a cidade-metrópole de Arouca. Não admira, por isso, que se refiram: para aqueles que vivem em Arouca, o fascínio pelo Porto, as idas ao Porto fazer compras, as migrações de adolescentes para tentar melhor sorte trabalhando nas mercearias daquela cidade; e para aqueles que visitam Arouca, o Porto como referência de partida e de destino. O Porto, lido nos excertos aqui antologados e no completo das obras referidas, é uma autêntica porta de entrada e de saída de Arouca.

Arouca não se reduz à extensão e à beleza das suas paisagens nem ao seu património edificado. Arouca é feita daquelas pessoas que a habitaram e das que a habitam. Como aparece retratada a **Arouca das pessoas** nas páginas daqueles que a visitaram?

Afonso Lopes de Baião teceu-nos um retrato pouco santo e nada casto das monjas do longínquo século XIII. Claude de Bronseval troçou da alegria e ingenuidade de três monjas de Arouca quando foram abençoadas pelo Abade de Claraval; no seu dizer, «elas estavam tão felizes que se rejubilavam como se tivessem sido feitas abadessas».

Camilo Castelo Branco foi bastante mordaz quando, no seu romance *Estrelas Funestas*, sugeriu que em finais do século XVIII no mosteiro se davam «conversações pouco recatadas das freiras com as noviças acerca de certos primos que ali vinham de longes terras a estiarem saudades nas grades, e banquetear-se do refeitório monástico». Alberto Pimentel, em *A guerrilha de Frei Simão*, completou o quadro pouco recomendável da comunidade monástica, mais empenhada em matéria de política do que de religião, e deixou-nos algumas sugestões de como teriam sido os tempos da implantação do liberalismo em que a população e as autoridades civis e judiciais de Arouca viveram dramas e conflitos, experiências de traição e de solidariedade, cuja memória o tempo se encarregou de ir apagando. Camilo, de novo, em *Vulcões de Lama*, situou a acção entre os agricultores bem estabelecidos do fundo do concelho. Mudando a acção para um ambiente popular, deu continuação à sua crítica social ao caricaturar um universo social em que um padre tem um filho com uma mulher casada, um jovem engravidada a prima donzela e foge às responsabilidades, uma mulher que não consegue engravidar “compra”, sem conhecimento do marido, um bebé que finge ser seu, se gastam fortunas em funerais majestosos, a embriaguez é uma constante, etc.

O autor anónimo de *Lembrança do que vi e passei na Jornada que fiz ao Minho no ano de 1785* registou da sua jornada: a generosidade de um lavrador local que lhe ofereceu do seu vinho, o bom acolhimento, a visão de uma senhora de quem sem pudor escreve ser «a mais feia senhora que tenho visto» e a conversa com gente de Alvarenga.

Já Abel Botelho, no conto *A Frecha da Mizarela*, deslocou a paisagem humana para o universo dos pastores, localizando-os entre os altos da Vala, do Arressaio e da Freita, isto é, deslocando-se para o interior do concelho. O mesmo autor, na sua notícia jornalística sobre Arouca referiu-se aos habitantes da vila, na época «pouco dados em geral ao asseio», embora em *A Frecha da Mizarela* elogiasse o seu esmero e beleza através dos olhos de Aninhas.

Pinho Leal, num texto com tanto de ficcional quanto de provocante, vilipendiou os hábitos quotidianos e a educação dos habitantes da freguesia de Mansores; afirmou que Mansores «é célebre pelas anedotas que se contam de seus habitantes geralmente tidos por tolos (e eles são finos como o diabo!...)».

Aquilino Ribeiro apresentou-nos um casamento em Santa Eulália transformado numa festa familiar que envolvia a freguesia, tocando, dançando a chula e jogando o jogo do pau. Deu destaque ao lado hospitaleiro dos arouquenses, que voluntariamente partilharam a comida, a bebida e a própria festa com o forasteiro. A mesma atitude de festa e partilha, associada ao trabalho e às colheitas, pode ser olhada na descrição de uma desfolhada típica nas paragens de Rosssas do tempo de António de Almeida Brandão. As desfolhadas eram festas das pessoas do campo «nas quais reinavam boa disposição, muita alegria, o canto e a música», onde se juntavam miúdos e graúdos entre distintos elementos sociais: o dono da desfolhada, a dona da casa, os “serãodeiros”, a tocata, as cantadeiras... Havia beberete «constituído por pão broa, ainda fresco, peras e vinho do melhor».

Egas Moniz descreveu-nos uma típica casa de lavrador, com criada para tomar conta das lides da casa e criados para cuidarem das terras. As personagens da sua narração compõem toda uma povoação: o patrão, os criados, os jornaleiros, o administrador, o juiz, o abade, o canastreiro, o jovem que migra para o Porto em busca de melhor vida, os vizinhos difamadores e invejosos, todos eles são caracterizadas como actores de uma peça de teatro. Entre eles um se destaca: a Sra. Maria, criada do tio Augusto. Nascida em Mansores, era uma mulher «levada dos diabos», «sem papas na língua», «forte e resoluta», «mestra em apóstrofes», sempre a praguejar, a imprecar, dotada de rico léxico, pouco dada a impulsos de religiosidade, uma mulher hiper-activa.

O olhar de José Nuno Pereira Pinto é aquele que mais privilegia as pessoas. Deixando de lado a globalidade do romance, onde se pode verdadeiramente entender a amplitude do universo humano abordado, e ficando-nos pelos textos aqui seleccionados, encontramos na Alvarenga que retrata: uma comunidade capaz de se mobilizar em minutos contra o inimigo (no caso a PVDE), provocando, sob o instinto de defesa, actos de violência colectiva e irreflectida; uma comunidade em que o quotidiano era pautado pela prática de devoções religiosas (o “mês de Maria”, a recitação do terço...); uma família de caseiros escravizada por patrões cruéis e impiedosos; e o amor fiel e tão belo entre “Manecas” e Maria.

O Doutor de Arouca, personagem histórica, foi um arouquense muito especial, um profissional vendedor da banha da cobra. Com as características habituais destes “profissionais”, vemo-lo retratado neste conto como um homem triste, que por teias do destino se viu entregue àquela vida, pensando

de terra em terra por um ganha-pão cuja desonestidade mitigaria com as saudades da mulher e dos filhos.

3. A recolha destes olhares

Os textos que agora se publicam são uma selecção da muita literatura que existe sobre Arouca. São apresentados despidos de aparato crítico, mas suficientemente enquadrados. Uma edição crítica seria certamente mais rigorosa e valiosa. O critério principal que presidiu à selecção foi o de se tratar de textos literários, em sentido estrito².

Acerca da vasta literatura, em sentido lato, publicada sobre Arouca, justifica-se uma breve referência. O concelho tem sido “olhado” por escritores e investigadores, sobretudo nas perspectivas histórica, monográfica, e corográfica. E tem-no sido desde dentro e desde fora, se tal me é permitido dizer. São olhares que não se limitam a dizer Arouca por palavras, mas que também ajudam a construir esta Arouca que conhecemos e, simultaneamente, preservam a memória daquilo que fomos e somos. Arouca não seria o que é se nas nossas bibliotecas não encontrássemos estudos como os de Afonso Costa Santos Veiga, Alfredo Azevedo, António Manuel Silva, Dina Almeida, Domingos de Pinho Brandão, Domingos Moreira, Filomeno Silva, Luís Miguel Repas, Manuel Rodrigues Simões Júnior, Maria Helena da Cruz Coelho, Vergílio Pereira e tantos outros. Tal como seus olhares, outros se debruçaram sobre Arouca. É o caso das memórias paroquiais de 1757-1758, dos diversos dicionários corográficos editados entre finais do século XIX e meados do século XX, do Guia de Portugal editado pela Fundação Calouste Gulbenkian, de muitos guias turísticos, etc.

A ideia de fazer este livro não me pertence. Já na *Defesa de Arouca* de 6 de Outubro de 1995 se publicou um texto de Simões Júnior no qual o

² Não tive ambição de exaustividade. Poderia ter incluído algumas das composições poéticas de José Pereira Pinto (cf. sua obra *Emigrado: poema de amor à terra*. Porto: ed. Autor, 1971. 136 p.); ou seguido as pistas de textos literários de arouquenses sobre a própria terra apontadas por Filomeno Silva na obra *Senhora da Mó: das lutas da moirama à reconquista cristã*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1995. 60 p.; ou as sugestões enunciadas por A. Tavares de Almeida na reflexão *Arouca, ainda mal conhecida*, publicada no boletim *Aveiro e o seu distrito*, n.º 4, 1967.

autor citava algumas passagens que evidenciavam «como Arouca é vista pelos escritores».

Tal como o Pe. António Vaz Pinto, permito-me dizer que sou arouquense de origem e coração, pois em Arouca nasci, em Arouca vivi parte da vida e em Arouca permanece meu coração. Vivendo fora de Arouca, trago frequentemente amigos à minha terra natal. “Acampamos” em Mansores e desde aí fazemos incursões pelas serras, pelos rios, pela vila e pelas aldeias históricas. Nestas campanhas, além de mostrar a Arouca paisagística e monumental, comecei a certa altura a mostrar a Arouca dos escritores que ia conhecendo: primeiro, a do Aquilino, depois a do Torga, depois a do Herculano... e fui recolhendo e coleccionando os textos numa pasta. A certa altura, disse-me a Susana: «e se juntasses esses textos e fizesses um livro?».

Assim fiz. Fui pesquisando os textos, sobretudo em bibliotecas, optando por usar, sempre que possível, a primeira edição. Fiz a transcrição e actualização ortográfica dos textos. Acrescentei-lhes notas biográficas sobre os autores e alguns comentários de forma a fornecer elementos e salientar aspectos que me pareçam úteis para o enquadramento e a orientação da leitura. Como não é objectivo deste livro estudar os textos em si, nem interpretá-los, os comentários foram breves, para não concorrerem com o destaque que, justamente, aos textos é devido. Para a nota biográfica dos autores usei sobretudo recursos disponíveis na Internet. Em alguns casos, foram feitos contactos pessoais, e os próprios autores ou familiares forneceram-me elementos que publico. E no Verão de 2007 o trabalho estava terminado.

Concluída a preparação do “manuscrito”, cabia publicá-lo. Não foi fácil! Foi preciso muito tempo de espera e muito trabalho de angariação de apoios que tornassem suportável o custo de paginação e impressão do livro. Conseguiu-se, e agora cá está, como um humilde ensaio de um sonho maior, o de, pouco a pouco, me ir devolvendo à terra que me deu à vida, dando-lhe um pouco daquilo que na vida fui aprendendo a fazer.

E, para que serve este livro?

Para quem olha Arouca de fora, é um convite e um guia, para que nos visite, nos conheça, se encante e retorne muitas vezes. Para quem tem responsabilidades formais de representação da comunidade é mais um instrumento, humilde, a juntar àqueles tão altos e dignos de que já dispõe para convidar os que estão fora a se nos juntarem.

Para quem olha Arouca de dentro, é um lugar de memória e de identidade. Assim como estamos habituados a procurar guias e revistas que nos falem de outras regiões pelas quais tenhamos interesse, podemos fazê-lo em relação à nossa própria terra. Aqui lemos o que outros disseram sobre a nossa terra e sobre as nossas gentes. Os arouquenses, passeando nas páginas deste livro, farão viagens na sua própria terra.

Para os jovens, nomeadamente os estudantes do ensino básico e secundário de Arouca, é, espero, um instrumento pedagógico, um caminho de iniciação e encanto pela literatura, por esta maneira de estar na vida e de dizer a vida, de a retratar com palavras. Tal como se diz acerca da matemática, que não se aprende facilmente quando não é ensinada com casos práticos, também a língua portuguesa é muitas vezes enfeitada quando nos ensinam textos com cujo conteúdo em nada nos identificamos. Os textos recolhidos neste livro são, muitos deles, de autores portugueses consagrados, e neles os autores falam de nós e da nossa terra.

Para as entidades responsáveis pelo turismo, pela cultura e pela administração autárquica, é um desafio à criação de iniciativas – a nível do concelho e das freguesias tomadas por palco das narrativas que se seguem – em torno da memória e da recriação da passagem destes escritores por Arouca. Não seriam iniciativas inéditas ou originais. O município de Oeiras criou um parque dos poetas. Em 2003, a Comissão de Coordenação da Região Centro iniciou um projecto de dinamização e intervenção sociocultural denominado “rota dos escritores” em torno dos escritores Afonso Lopes Vieira, Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, Vergílio Ferreira, Fernando Namora, Carlos de Oliveira e Eugénio de Andrade, que por diversos modos de vida e obra, se tornaram indissociáveis da Região Centro. São exemplos.

O livro que o leitor tem agora em suas mãos é fruto da dedicação à escrita dos autores antologiadados, das autorizações concedidas para que os textos pudessem ser reeditados, da colaboração que recebi da parte de pessoas e instituições. Parece-me justo referir o nome de algumas delas: a Susana, pelo estímulo que me deu para iniciar este trabalho; a Lucinda, pelas vezes em que deixei de estar a seu lado para vir “trabalhar no livro”; Manuel Araújo da Cunha, pela generosidade e comoção com que respondeu aos meus pedidos; José Nuno Pereira Pinto, de quem fiz um amigo; António de A. Azevedo Brandão, António Vaz Pinto, Jorge de Sousa Costa Belo Correia, Mafalda Fernandes, Maria Amélia Teixeira de

Vasconcelos e Mário de Araújo Ribeiro, que, em nome pessoal ou de suas famílias, cordialmente acederam ao meu pedido; a Câmara Municipal de Estarreja; António da Conceição Santos, amigo de há pouco e que parece sê-lo de sempre; Rui Sousa, pelas referências preciosas que me forneceu; Rui Duarte, pelos recursos que disponibiliza no portal www.arouca.biz e usei; João Soalheiro e Sandra Duarte, pela ajuda no texto de C. Bronseval. A todos expresso o meu agradecimento.

Um agradecimento particular é devido às pessoas e instituições que apoiaram financeiramente a edição deste livro, seja na forma de concessão de apoios, seja na forma do prévio compromisso de aquisição de exemplares do livro.

Termino descadando a minha gratidão pelo envolvimento de Carlos Belém neste projecto. Foi um envolvimento tardio. Fora meu professor na Escola Secundária de Arouca, há uns 20 anos. No Verão de 2010 ocorreu-me propor-lhe a realização de uma série de desenhos para ilustrar o livro. Aceitou. E estes desenhos definem a beleza do livro que os acolhe. Uma imagem vale por mil palavras, diz-se. Os desenhos de Carlos Belém valem bem mais do que as palavras deste livro, que iluminam. Sendo desenhos, são as palavras do artista para dizer as formas desenhadas por tantos escritores que por esta terra «surpreendentemente bela» se enamoraram.

José António Rocha

Ficções Literárias



Afonso Lopes de Baião
Em Arouca uma casa faria



Afonso Lopes de Baião foi um trovador português. Pertencente à alta nobreza, viveu na corte castelhana entre 1247 e 1253 e participou nas conquistas de Jaen, em 1246, e de Sevilha, em 1248. Senhor das terras de Baião, desempenhou importantes cargos administrativos durante o reinado de D. Afonso III. Dele se conhecem dez composições: duas cantigas de amor, quatro de amigo, duas de escárnio e maldizer, uma sátira política e uma paródia literária. Distinguiu-se pelo populismo das suas composições e por ter feito a primeira sátira política da nossa literatura, uma «gesta de maldizer», onde escarnece de D. Men, filho de Rui Gomes de Briteiros. Pela estrutura dos seus poemas e pelo emprego de certas fórmulas, demonstra ter tido conhecimento das canções de gesta francesas, ou, pelo menos, da mais célebre de todas, a *Chanson de Roland*.

As cantiga de escárnio e maldizer são um género satírico da poesia trovadoresca galego-portuguesa. Utilizam a sátira e a provocação, quer de forma directa, quer de forma indirecta, baseando-se em trocadilhos e ironias. É o caso desta cantiga em que D. Afonso Lopes de Baião, usando a expressão «madeira nova», quer realmente dizer «uma jovem freira» e com isto dá a entender que no mosteiro existiria um ambiente devasso, pelo qual a própria abadessa seria responsável. Segundo nos informa Graça Videira Lopes, a cantiga terá sido composta entre 1248 e 1250, período em que a abadessa era D. Maior Martins. A invocação de cenários em que se associam as religiosas a actos de natureza sexual é prática abundante na nossa literatura e imagética cultural, e já na época de D. Afonso Lopes de Baião era tema glosado por outros trovadores. Esta cantiga faz parte de dois dos mais importantes manuscritos que compilaram a maioria das cantigas trovadorescas que chegaram aos nossos dias: o *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana* (onde consta com o n.º 1471) e o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (onde consta com o n.º 1081). Na transcrição, seguiu fielmente a ortografia proposta por Graça Videira Lopes.

Em Arouca uma casa faria*

Em Arouca uma casa faria:
Atant'hei gram sabor de a fazer
Que já mais custa nom recearia
nem ar daria rem por meu haver,
ca hei pedreiros e pedra e cal
e desta casa nom mi míngua al
senom madeira nova, que queria.

E quem mi a desse, sempr'o serviria,
ca mi faria i mui gram prazer
de mi fazer madeira nova haver
em que lavrass'ũa peça do dia
e pois ir logo a casa madeirar
e telhá-la; e pois que a telhar,
dormir em ela de noit'e de dia.

E, meus amigos, por Santa Maria,
se madeira nova podess'haver
logu'esta casa iria fazer
e cobri-la; e descobri-la-ia
e revolvê-la, se for mester;
e se a mi a abadessa der
madeira nova, esto lhi faria.

* *Cantigas de escárnio e Maldizer dos trovadores e jograis Galego-Portugueses*. [1ª ed.].
Ed. de Graça Videira Lopes. Lisboa: Estampa, 2002, p. 112.

Pinho Leal
Apontamentos
para a Crónica de Mansores



Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal nasceu em Lisboa em 1816, sendo sua mãe originária de uma família de Paradela, lugar meeiro de S. Miguel do Mato e do Vale. Em 1822 partiu com os pais para o Brasil. Tendo regressado a Portugal, acompanhou o pai, militar de carreira, pelo país. Miguelista militante, participou, como Alferes, na batalha da Asseiceira, onde foi feito prisioneiro. Abandonou a vida militar e mudou-se com a família para a casa que tinham na freguesia do Vale. Ficando órfão de pai, casou, em 1839, com Maria Rosa de Almeida, do lugar do Carvalhal, freguesia de Romariz. Tiveram sete filhos. Participou nas revoluções populares de 1846-1847, de que narrou alguns episódios publicados por Camilo Castelo Branco em *A Brasileira de Prazins* e em *Maria da Fonte*. Posteriormente, foi nomeado sub-delegado do procurador régio no julgado de Femedo e, em 1860, administrador da Casa do Covo. Faleceu em Lordelo do Ouro (Porto) em 1884. Dedicando-se à história, tornou-se conhecido pela sua obra corográfica: *Portugal Antigo e Moderno...*, publicada em 10 volumes entre 1873 e 1890; segundo a tradição, Pinho Leal recebeu a inspiração para escrever esta obra quando pintava a igreja de Santa Eulália, em Arouca.

Durante o período em que viveu em Romariz, Pinho Leal escreveu pelo próprio punho um livrinho, em prosa e em verso, a que chamou: *Apontamentos para a Crónica de Mansores: colecção de proezas, em armas e em letras, bons ditos, anedotas, contos e aventuras galantíssimas de vários ratões de Mansores, em diferentes séculos*. Como o próprio nome indica, o conteúdo do livro tem por cenário a freguesia de Mansores e os seus habitantes e é formado por uma colecção de pequenas histórias e ditos populares de estilo jocoso. Pinho Leal não é responsável pela criação das histórias sobre as “proezas” dos mansorenses, mas tornou-se seu divulgador e ficou-lhe irremediavelmente ligado. Entre 1912 e 1913, os *Apontamentos* foram integralmente publicados no jornal *Correio da Feira*, ao longo de várias das suas edições. Entretanto, circularam por várias mãos, tendo-se reproduzido algumas cópias manuscritas. É a partir de uma dessas cópias que se publica aqui um excerto do livro. A sua publicação integral em livro está a ser preparada pelo editor destes *Olhares Literários*.

Apontamentos para a Crónica de Mansores*

Advertência

A freguesia de Santa Cristina de Mansores, no extinto concelho de Fervedo, e hoje do de Arouca, é celebre pelas anedotas que se contam dos seus habitantes, geralmente tidos por tolos (e eles são finos como o diabo!...).

Tudo quanto aqui narramos, ou são lendas tradicionais que se contam dos mansoreanos, ou feitos verdadeiros que por arte do diabo vieram justificar a má opinião que havia contra aquela pobre gente.

Todas as anedotas que forem marcadas com o sinal *** são verdadeiras; assim como as datas que lhes vão designadas: só o que se mudou foi o nome dos indivíduos, para evitarmos qualquer susceptibilidade; e mesmo para não atrairmos sobre nós o ódio dos protagonistas e mais actores dessas anedotas. – Ódio aliás, mal merecido, visto que tanto trabalhamos para a celebridade dos mansoreanos.

Pinho Leal.

Um tudo-nada entre dois pratos

Era noite. A lua, pálida e triste, principiava a mostrar o seu disco luminoso por sobre os montes de Leste: nem um zéfiro fazia tremer as folhas verdes das árvores; nem um passarinho se ouvia no bosque; apenas num pântano

* *Apontamentos para a Chronica de Mançôres: Colecção de proezas, em armas e em letras, bons ditos, anedotas, contos e aventuras galantissimas de varios ratões de Mançôres, em diferentes seculos, por Augusto Soares d’Azevedo Barboza de Pinho Leal.* Textos publicados no jornal *Correio da Feira* em 1912 e 1913.

próximo se ouvia o monótono coaxar de algumas rãs. Era mesmo uma noite de romance aquela!

Eu divagava pelos montes prosaicos da minha terra, aurindo com prazer os suaves aromas que espalhavam as florinhas silvestres da Primavera; mas não sei que fatalidade me persegue desde a infância! Quando me elevar (com a mente, bem entendido) acima das regiões da terra, quando estiver nos meus raríssimos momentos de poético e sublime devanear, dá-se sempre uma circunstancia imprevista, ridícula, caricata! Eis o caso: passeava eu extasiado, formando mil planos qual deles mais absurdos, mas poéticos, encantadores. Imaginava-me um sábio; amado das Musas, adorado das belas, e respeitado de todos os homens de talento. Imaginava centenas de títulos pomposos e retumbantes para outras tantas obras que iriam encher o mundo de pasmo e colocar-me acima de Kant, de Milton, de Chateaudriand, etc., etc., etc., eis que de repente sinto uma violenta pancada na testa! Dou um pinote (com o devido respeito) e parando alguns segundos, até me passar o atordoamento, vou examinar quem foi o atrevido que assim me ofendeu, e tomar dele uma severa vingança (se pudesse...). Ele lá estava direito, imóvel e indiferente como se nada fosse com ele – era um corpulento e musgoso carvalho! Trocaram-se os papéis; era eu o provocador e ele o provocado. Para que fui eu esbarrar com ele? Oh triste acordar de um devaneio! Eis de chofre desfeitas todas as minhas ilusões literárias, todo o meu sonhar de grandezas na terra! Zanguiei-me com o carvalho, com a literatura e com a Natureza, e fui-me deitar. Mas aonde esperava encontrar repouso, achei ainda maiores tribulações! Adormeço, mas apenas o velho Morfeu acabara de espalhar sobre mim o suco das suas plantas narcóticas, os sonhos se vieram apoderar da minha triste imaginação. Primeiramente pareceu-me ouvir uma voz dizer-me aqui a esta orelha direita: «Serás um sábio!» (aqui para nós julgo ser o Espírito da sabedoria). O meu quarto se enche repentinamente de uma luz brilhante e claríssima, que aquilo era uma coisa nunca vista.

Depois... oh! fiquei estatelado, embasbacado, estupefacto: nem o caso era para menos. Um brilhante coche (nunca cheguei a saber se era obra de mestre Nunes) de ouro e pedrarias estava suspenso no ar! (se fosse no chão não era milagre nenhum...) puxado por... por seis águias (se acharem poucas, façam de conta que eram 8) e dentro dele uma ilustre matrona, que apesar de ter o cabelo branco e mostrar uma vetustez de muitos séculos, era todavia belíssima.

Estava vestida de branco (a dizer a verdade nem por isso reparei na fazenda de que era o tal vestido); nas suponhamos que era de... musselina, que é romântico) e tinha na cabeça por único ornato uma coroa de louro. (Se a quiserem mais asseada, vão procurá-la a um figurino do *Jornal das Damas*).

«Rapaz, me diz ela, tu nasceste para honra da tua pátria, e para gloria do século 19.º (muito obrigado, minha senhora, são favores...) Se os teus ilustres progenitores (isto é modéstia) chegaram com as suas armas aos confins da Ásia, invadiram a Oceânia, conquistaram a América e aterraram a África, tu, com as tuas obras literárias vais espantar a Europa!» (Isto agora parece-me que é bazófia, pois não será?).

«Sai desse estado de mandrião: (não declarou se era o mandrião grande se o pequeno do Sr. Castilho) procura um assunto digno da tua alta sabedoria, pega na pena e faz conhecer no orbe literário os brilhantes dotes da tua inteligência» (muito obrigado).

Dito isto despejou-me pela cabeça abaixo um grande alguidar de não sei que líquido (consultei depois com insigne químico, que me disse ser *Água de Hipocrene*. – Seria...) e safou-se! – Eu acordei:

Ora, senhores, sempre fiquei cheio de um tal prurido de escrever, de um tal furor literário, que lhes não digo nada! Assentei-me logo à mesa, mesmo assim em hábitos menores, e depois de cismar por algum tempo na escolha do assunto da minha estreia, decidi ser o mais nobre, o mais sublime e o mais digno da alta missão que tenho a desempenhar sobre a terra (desculpem o amor próprio) os espantosos ditos e feitos dos mansoreanos. Pois vamos a eles.

Origem da freguesia de Mansores

No século 13.º da Era Cristã reinava no Algarve S. M. Almançor-Abeu-Afan (muito conhecido do Sr. Mendes Leal), rei que, segundo rezam as crónicas árabes daquele tempo, era um rei às direitas, cavalheiro até ali, e muito amigo do seu povo, e da sua cidade e corte de Silves (sempre tinha uma cidade e uma corte... ponha lá...). Era tão amigo do seu povo, que até nem consta que fizesse a um cabrito conde, nem a uma raposa ministro!

Este rei, como tinha a honra de lhes ir dizendo, que vivia na tal cidade, antes dos portugueses se lembrarem de o sacudir de lá, teve de uma sua escrava chamada Fatmé, que por sobrenome não perca, um filho que se

chamou *Mustafá-Castêlo*, o qual com o andar dos tempos chegou a ser um grande guerreiro; porém, nem todo o seu valor e perícia militar o livraram de ser envolvido na desgraça de seu pai; e como naquele tempo ainda se não usavam *protocolos*, quando o sr. Almançor fugiu, foi também puxando à trouxa seu filho Mustafá-Castêlo com as suas companheiras mulheres (naquele tempo os homens tinham muitas mulheres, e hoje são as mulheres que têm muitos homens! Mudam-se os ventos, mudam-se os tempos...). Fugiu, pois, o homem com as suas mulheres e mais familiares, e outros guerreiros que o quiseram acompanhar, e virando o nariz ao setentrião, foram andando, andando até que depois de atravessarem todo o Alentejo, Estremadura e Beira Baixa, chegaram às margens do modesto rio Arda, e ali abarracaram. No outro dia pela manhã, subindo por um monte acima chegaram a um pequeno vale, muito próprio para a cultura, para a higiene e para a defesa, porque tinha vários regatos que fertilizavam a terra, era muito lavado dos ares, e todo cercado de inacessíveis montanhas eriçadas de rochedos. Gostou o sr. Mustafá do tal sítio, e chamando os chefes seus subordinados a conselho, decidiram à *pluralidade de votos* estabelecerem-se ali definitivamente.

Havia naquele vale uma tribo de Patagões, que, não sei porque arte, se tinha ali vindo estabelecer; e como não gostassem muito dos novos adventícios, saltaram aos socos a eles; porém, depois de alguns dias de batalha, de bastantes murros, dados e recebidos, de vários narizes esmurrados, e mesmo alguns dentes quebrados, fizeram as pazes e trataram de fazer entre si aliança ofensiva e defensiva (que pouco tempo depois degenerou em fusão completa) e de estabelecer limites às duas *potências*.

Como a tribo dos Patagões era menos numerosa, escolheu um plano ao norte do vale, que era nesse tempo um souto de abetos (árvores cuja espécie se acha hoje totalmente extinta e desconhecida naquele país) e por esse motivo lhe puseram o nome de *Abetureira*, e a tribo dos *árabes algarvios* se estabeleceu no resto do vale, que, em memória do pai de Mustafá, se chamou Mansores.

Fundaram várias aldeias mais, que chamaram *Castro*, *Leira*, *Juncido*, *Bouça*, *Pousa-foles*, etc., etc., etc.

Também se não esqueceram de baptizar o monte mais elevado que havia por aqueles sítios com o nome pomposo de *Mustafá-Castêlo* em honra e para memória eterna do seu chefe: nome que depois se veio a amputar,

por abreviatura, chamando-se simplesmente Castêlo e ainda hoje existe o nome e mais o monte.

Ora, é desta origem e neste país de ingente renome que nasceram os heróis desta obra sublime, que me dignei dar à luz para não privar os vindouros de interessantíssimas notícias de casos inauditos.

Não tenho necessidade, nem gosto de exagerar o meu trabalho; mas podem fazer ideia das fadigas que me custaram os conhecimentos e a colecção de tantos e tão variadíssimos casos.

Foi-me necessário correr *todas as bibliotecas* do país, e recorrer a todas as tradições da terra transmitidas de pais a filhos (para o que consultei *algumas velhas destes sítios*) e só assim pude conseguir levantar este padrão de eterna glória aos povos de Mansores.

Não sei se o meu trabalho – esta obra – agradará aos meus leitores; mas tenho a certeza de que ele há-de encher de bazófia aos mansoreanos. O seu belo país vai ser conhecido, ao menos *in nomine* por todo o Orbe (honra que talvez nunca teria se eu não empreendera semelhante tarefa) e os heróis de Mansores têm agora certa a imortalidade!

Camilo Castelo Branco
Estrelas Funestas



Camilo Castelo Branco nasceu em Lisboa em 1825, filho de pai ilegítimo. Aos 10 anos era órfão e aos 16 casou pela primeira vez. A sua vida afectiva, a sua personalidade, as polémicas e peripécias em que se envolveu e o seu percurso profissional de jornalista e escritor fizeram dele um dos portugueses mais célebres do século XIX: estando casado, fugiu com uma rapariga por quem se apaixonou; foi preso devido à sua relação com Ana Plácido, casada; envolveu-se com uma freira; tentou a vida clerical; viu nascer e morrer filhos seus; envolveu-se em vivas polémicas políticas, passionais e literárias; fundou, dirigiu e colaborou com muitos jornais; e escreveu dezenas de novelas, tendo vivido grande parte da vida exclusivamente da venda dos seus livros. Desesperado com uma cegueira que progressivamente o foi tomando, suicidou-se em 1890, em S. Miguel de Seide. É um dos maiores escritores portugueses, representante máximo da chamada segunda geração romântica.

Estrelas Funestas é considerado um romance menor de Camilo, embora tenha sido escrito no período áureo da sua produção literária. Situando a acção entre finais do século XVIII e inícios do XIX, apresenta-nos as peripécias amorosas de duas gerações. Na primeira, Gonçalo Malafaya e sua prima Maria das Dores Azinheiro, educada no mosteiro de Arouca, casaram, não por amor, porque ambos seus corações se inclinavam para terceiros, mas em obediência à honra da família e à vantagem da união patrimonial. Na segunda, a filha de ambos, Maria Henriqueta, enamorou-se de Filipe, um cadete de cavalaria, recusando-se a fazer a vontade ao pai que a queria casar com o Conde de Monção; foi por isso enclausurada no mosteiro de Arouca, donde fugiu com o seu amado para a povoação espanhola de Segóvia; após um conjunto notável de peripécias, terminou a sua vida, viúva e recolhida ao mosteiro de Arouca, em cujo claustro «jaz enterrada». Camilo Castelo Branco desconheceria Arouca: a acção que aqui situa pode ser imaginada noutra qualquer localidade, basta mudar o nome e algumas expressões; a descrição do mosteiro é extremamente vaga, muito ao jeito deste autor, especialista em descrever emoções e paisagens sociais, mais do que paisagens espaciais.

Estrelas Funestas*

Alardeava em Lisboa suas pompas, liberalidades e desperdícios de rico morgado da província, Gonçalo Malafaya, primogénito e único de uma das três nobilíssimas e mais opulentas casas do Porto.

Há muitos anos foi isto. Aí por 1778 é que o fidalgo portuense dava invejas aos da corte, e a muitos namorados se atravessava, tentando a constância das damas, e saindo com a vitória, de que ele se lograva por mera ostentação, e nada mais que mareasse seu pundonor, ou o delas.

Algumas dessas damas levavam-lhe vantagem em pureza de sangue, e pouco o desigualavam em bens de fortuna. Admiravam-se os amigos de Gonçalo Malafaya que ele rejeitasse alianças de bom partido, vistas as condições das donas. Respondia ele que, desde menino, estava o seu casamento pactuado com D. Maria das Dores, sua prima carnal, também filha única e sucessora de grandes vínculos nas províncias do norte.

D. Maria das Dores, menina de treze anos, saíra do convento de Arouca, onde fora educada com suas tias, e vestira o majestoso hábito de aia de santa rainha Mafalda, costumeira já esquecida naquele mosteiro, fundado por uma rainha portuguesa daquele nome.

A jovem aia saiu do mosteiro, com os seus belos olhos menos levantados ao céu que inclinados ao espelho, e viu-se bonita, por comparação com as feias. Achou-se ao mesmo tempo na primavera da vida e na do ano.

Parece que a natureza inteira lhe estava dando uma festa. Recordar-se do seu quarto sombrio do convento, e das rabugentas admoestações e querelas de suas tias era-lhe um retrospecto enjoativo. Seus pais andavam como a amostrá-la de casa em casa, maravilhados do juízo da morgadinha. O juízo de Maria das Dores, a olhos estranhos, teria antes nome de mau

* CASTELO BRANCO, Camilo – *Estrelas Funestas*. [1ª ed.]. Porto: Edição Viúva Moré, 1862, p. 11-14; 23; 44-47; 169-178; 181; 271-272.

gênio, pois não era mais que uma desmesurada vaidade de sua pessoa, e altivez com que tratava mordomos, caseiros, criados, e ainda pessoas independentes de sua casa, que a não ombreavam em fidalguia. Esta prenda lhe incutiram suas tias, freiras que passavam por boas, e santas mesmo seriam; mas muitas vezes estariam a pique de perderem suas almas, pela pecaminosa soberba com que disputavam primazias de linhagem com as suas conventuais. Na cela das duas senhoras ou se falava de milagres ou de fidalguia; e era ordinário passarem da linguagem edificativa de sua visionária crença em milagres, ao vanglorioso discurso de sua árvore genealógica, em detrimento de alguma ilustre religiosa bernarda, que, por sua parte, mofava da filúcia das nossas velhas senhoras, a quem Deus terá perdoado a fragilidade, por ser a mais inofensiva de quantas há.

O maior mal, proveniente disso, foi a vaidade da sobrinha; se, porém, seus pais gostavam dela assim, pode dizer-se que a educação de Maria fora perfeita, à vontade dos pais.

Soberba com os fidalgos, que a requestavam, é que ela não era, nem os seus catorze anos estranhavam a linguagem galanteadora. Já lá no convento a aia de Santa Mafalda ouvira falar muito de coração às religiosas que o traziam exteriormente amortalhado no hábito; presenciara por lá muitas borrascas passageiras de ciúmes; ouvira conversações pouco recatadas das freiras com as noviças acerca de certos primos que ali vinham de longes terras a estiarem saudades nas grades, e banquetear-se do refeitório monástico. Era tudo isto de si tão trivial naqueles tempos, que um pai, impondo a suas filhas a profissão, tacitamente lhes dava a partido poderem elas violar o voto pela mesma razão que eles lhes violavam as propensões. E, portanto, nenhuma religiosa, em anos desculpáveis, se pejava de tratar questões de amor, quando ia para o coro, ou voltava do coro, misturando os salmos de penitência com os alambicados conceitos em que, por via da regra, começavam e findavam aqueles amores. E como ninguém se escandalizava de tal, quer-me parecer que o pecado seria insignificante.

(...)

Depois do jantar, durante o qual a morgada demonstrou que o sável fora um prólogo curto de um grande livro, Gonçalo retirou-se com a sua dor a um recanto da quinta, onde havia um tanque, em que nadavam patos, à sombra de copados chorões. Indo Maria das Dores ver rebanharem-se os seus patos, deu de rosto com o primo, que estava lendo umas cartas, já avincadas do muito uso.

– Estavas aqui?! – disse ela, em ar de retroceder.

– Vem cá, prima Maria das Dores – disse ele emmassando as cartas na carteira de marroquim – Senta-te ao pé de mim. A menina foi sentar-se ao pé dele, atirando migalhas de cavacas de Arouca aos patos.

– Gosto tanto destas aves! – disse ela. Criei-as no convento, e trouxe-as comigo. Olha como elas me conhecem!...

– Hei-de mandar vir de Lisboa – disse Gonçalo – um casal de patos reais, para te dar, prima, que são muito lindos.

– Eu gosto mais destes – atalhou ela.

(...)

Maria das Dores, sem mesmo se encomendar aos santos familiares, torceu a estrada a meio caminho, e foi direita a Arouca, em cujo mosteiro ainda tinha vivas suas tias, ocupadas em deslindar as bastardias genealógicas das conventuais, e os últimos milagres operados por algumas freiras que tinham aparecido inteiras na claustra, depois de vinte anos de sepultura.

Abriam-se as portas à bem-vinda aia da santa rainha Mafalda, e todas as religiosas a acharam mais bela, mais gorda e mais encantadora.

– Vieste ver-nos, pomba? – disseram as tias, convulsivas de júbilo e de velhice.

– Vim vê-las e pedir-lhes a minha antiga cela.

– Como assim? Tu queres tornar para o convento?

– Sim, minhas senhoras; tornar para o convento, e morrer nele, se me deixarem. Meu marido fugiu-me para Lisboa, roubando-me a minha filhinha, a luz dos meus olhos, o meu coração, a minha alegria, tudo o que eu tinha neste mundo. Casaram-me à força, e agora querem à força matar-me. Pois sim, morrerrei; mas há-de ser aqui, onde vivi os anos felizes da minha infância, e à sombra das minhas tias que me não tolheram a felicidade. Não tenho, nem quero ter mais ninguém. Sou rica; mas da minha riqueza tirarei somente os alimentos necessários. Sou rica do que é meu; se o não fosse pediria a minhas tias um quinhão da sua tença.

– Oh! Filha! – exclamou a mais escorreita das velhas – Isto não sei o que me parece! Em quanto a mim, essa veneta, que te deu, é desesperação de ciúme!... Olha lá, porque vens tu vestida de dó? Morreu-nos algum primo? Seria o monsenhor da patriarcal, D. Joaquim, que deve estar muito velhinho? Seria o sr. bispo da Guarda, que é nosso primo pela linha lateral dos Azeredos Pita-Rellas?

– Foi minha mãe que morreu – atalhou Maria das Dores limpando uma lágrima espremida pela raiva no afogo declamatório.

Ouvida a infausta nova, as senhoras Moscovos Azeredos, que eram tias da mãe de Maria, compuseram um duo de alaridos roufenhos, que alarmou o mosteiro. Confluíram todas as religiosas à cela e cada uma garganteou o mais plangente que pôde uma escala cromática de gemidos. As duas freiras anojadas declararam-se em luto rigoroso, e sentaram-se nas suas cadeiras de sola, a receber os pêsames e as visitas nocturnas.

Maria mal podia esconder a sua zanga. O que ela queria era desabafar, gritando e gesticulando; mas o silêncio de funeral, que pedia o caso, não se compadecia com o seu desafoço. Já arrependida de entrar no mosteiro, e incapaz de reflectir no disparate da saída abrupta, a desarvorada senhora, no dia seguinte ao da entrada, mandou meter os machos à liteira, e partiu para o Porto.

(...)

Ergueu-se um dia Gonçalo Malafaya, ao cabo de uma noite infinita de cálculos dilacerantes. Alumiaava-lhe o rosto o clarão sinistro da demência. Viram-no esposa e filha, e gelaram de medo. Era a hora de almoço, ao qual desde muito o fidalgo não assistia. Entrou inesperado, cruzou os braços, e exclamou com enérgica veemência:

– É amanhã!

– Amanhã o quê, primo Gonçalo?

– Que a má filha há-de entrar no convento de Arouca, se não hei-de dar-te um punhal para que mo enterres no peito.

– Irei, meu pai, irei hoje mesmo, se v. exc.^a o determina.

– É amanhã – bradou ele. – Eu morrerei depois de amanhã. Quando eu estiver sobre terra, sai do convento, cospe na minha cara, e levanta-te com a herança da casa de teus avós e com a minha maldição.

Maria Henriqueta encostou o peito ao bordo da mesa, e cobriu o rosto com as mãos. Chorava; e o pai sentiu-se mais desoprimido com as lágrimas da filha. Deu alguns passos até defrontar com ela, e disse:

– Estas são as menos amargas que tu choras. Outras virão... tenho aqui na alma o presságio de outras, que as hás-de verter sobre o cadáver do homem que me aponta ao peito o ferro, com o braço guiado pela mão de minha mulher.

– Penso que enlouqueceste, primo! – disse Maria das Dores.

– Emudece, serpente! exclamou em fúria o transfigurado velho.

(...)

– Vai para o convento, Maria – disse a fidalga à filha. – Fia de mim que pouco tempo lá estarás. Eu hei-de vencer teu pai, com habilidade e paciência. Vou fazer, por teu amor, o sacrifício da humildade. Mas agora é preciso que vás. Se teu pai morre, tens de sofrer remorsos, e remorsos que hão-de assaltar-te os dias todos da vida, embora os gozes com o homem que amas. Com tempo serás esposa dele; mas faz muito pelo seres com a consciência tranquila.

Maria Henriqueta rompeu em choro nos braços de sua mãe, e foi dali escrever a Filipe, contando-lhe o seu destino, e as promessas da mãe. O tão apaixonado como generoso moço incitou-lhe a coragem de sacrifício, pedindo-lhe que o oferecesse a Deus como merecimento para ambos lhe merecerem mais tarde a sua bênção.

Ao outro dia, Maria entrou numa liteira com sua mãe, seguidas do simples préstito do capelão, a ama, criadas e lacaios.

Maria das Dores, a antiga aia da Santa rainha Mafalda, entrou no seu quarto de infância, e no de suas defuntas tias; e os seus dias de então, e só esses do seu passado, lhe vieram à memória e amoleceram o coração até às lágrimas.

A reclusa menina, ao ver-se ali, no calado dos claustros, debaixo dos profundos firmamentos, num dia em que os sinos dobravam à agonia de uma religiosa, enquanto outra recebia as últimas honras de sepultura, Maria Henriqueta pensou que ia morrer, e assim o disse na primeira carta enviada a Filipe.

Demorou-se a mãe alguns dias no mosteiro, e apressou a saída, quando receou pelos dias de Maria Henriqueta. Foi o seu propósito, ao retirar-se, mover o pai a consentir no casamento, ou romper abertamente com ele e com o mundo, protegendo a fuga da filha, se outro expediente não viesse em redenção dela.

Ausente a mãe, aumentaram os terrores de Maria, e as lástimas nas cartas escritas a Filipe. Em algumas, pedia-lhe ela que a salvasse, pelo muito que ela o amara e pelas muitas dores com que quisera merecê-lo. Salvá-la era arrebatá-la do convento, fugir com ela, cumprir o juramento que lhe tinha feito, quando a chamou ao quarto da ama. Ao mesmo tempo, contava-lhe as nenhuma esperanças que a mãe lhe dava, e as diligências que o pai fazia, para o remover para o ultramar, e tirar-lhes a possibilidade de se cartearem.

Disto lhe dera aviso a mãe, assegurando-lhe que as cartas de Filipe, apesar do suborno tentado no correio, haviam de chegar-lhe sempre à mão.

Enganara-se Maria das Dores com as promessas do empregado na transmissão das cartas. Maria Henriqueta, ao fim de três aflitivas semanas, enviou um próprio a Filipe perguntando-lhe a razão porque a desamparara.

O tenente de cavalaria tinha de marchar naquele dia com o regimento para Lisboa, onde se estava resenhando o exército para começar a lutar com a França, cujos generais se avizinhavam das fronteiras.

Pediu licença o tenente por dois dias: foi-lhe negada. Empenhou por si os seus amigos, senhores do segredo da sua vida; baldaram-se as solicitações. Filipe Osório, à última hora, quando os clarins já tocavam a reunir à porta do quartel, viu a imagem de Maria Henriqueta, e ouviu um como gemido de moribunda, e um falar assim de quem se despede: «Vai e volta alguma vez à minha sepultura!».

O tenente tomou as rédeas do cavalo que o auxiliar lhe oferecia, passou por diante dos clarins que o chamavam, viu, ao longe, no ocidente das esperanças da glória, sumir-se a sua estrela, e fitou os olhos noutra, que o chamava sobre um leito de agonia.

Desertou.

A mancha era negra; mas o disco resplendoroso, que lhe alumia o coração, e o ar em que ia aspirando a liberdade louca de amante, não lhe deixava ver a negridão da desonra militar.

Na primeira terra em que pôde escrever liberalizou estipêndio a um portador que levasse uma carta a Mirandela. Era um aviso a seu pai. Noticiava-lhe a deserção e o intento de roubar Maria ao convento e à morte. Pedia-lhe que estivesse um clérigo prestes a recebê-los logo que ali chegassem, e o dinheiro necessário para se refugiarem em Espanha às penas militares e à perseguição de Gonçalo Malafaya.

Apeou em Arouca, e procurou Maria. Nenhum impedimento lhe estorvou falar-lhe. Acolheram-no na aposentadoria monacal, como primo da fidalga, que as religiosas amavam pelo muito que a viam padecer. Deu ela o plano de fuga, não fácil, nem talvez exequível. Maria devia transpor um muro, que seria morte certa, se o pé lhe resvalasse de um galho de árvore, em que fiava o apoio para segundo salto à estrada. Impugnou-lhe o plano o susto de Filipe; e ela, para aquietá-lo, prometeu pensar em menos perigosa evasiva; mas pediu-lhe que tivesse os cavalos arreados na noite seguinte.

A lua banhava de lívido alvor as paredes do templo. O derradeiro nocturno tinha soado no campanário, alteroso vigia, como posto ali em guarda das esposas do Senhor. As paixões e as virtudes dormiam ou pareciam dormir lá dentro do mesmo sono. Cá fora ramalhavam os arvoredos, e o norte assobiava nos agulheiros das torres.

Maria Henriqueta ocupava um quarto sem rexas nem rótulos, lugar privilegiado das reclusas, que inspiravam à prelada inteira confiança. O salto à cerca era fácil e seguro, com o poderoso auxílio de um telhado de ermida contígua à parede. Deste ao jardim, só mulher que não amasse acharia perigoso o descer. Maria nem de leve sentiu o baque. Ficou sentada na relva, e ergueu-se logo, correndo para o muro, e procurando, entre as gabelas de varas podadas das videiras, uma escada de mão, que encostou à parede. Escalando o muro, tremeu da altura exterior, e viu que se enganara na distância da árvore que devia ajudá-la na descida. Fincou os joelhos ao cume da parede, e foi-se arrastando até ao ponto da árvore, que o vento sacudia. Este inesperado incidente desalentou-a; só estando queda a árvore ela poderia aferrar-se aos ramos mais robustos, e vergá-los até tomar pé no galho chapotado. Estava ela assim aterrada e imóvel com a vista desarmada a um e outro lado, quando, dentre as árvores da outra orla do caminho, surgiu um vulto, que a gelara de medo, se a voz o não denunciasse ao mesmo tempo.

– Eu esperava isto... – disse Filipe.

– Já tenho ânimo! – exclamou ela.

– Espera!

Filipe, tirando o manto e a farda, que lhe empeçiam os movimentos, marinhou pelo tronco de árvore até fincar o pé no rebento que dava sobejo e seguro apoio a maior peso. Depois cingiu com o braço esquerdo o tronco, e disse a Maria que se pendurasse no ramo mais forte, e eminente à cabeça dele. Maria correu as mãos mimosas por sobre as asperezas da ramagem, e recurvou os dedos no mais afastado e grosso ramo que pôde. Deixou o corpo ao seu natural pendor, impelindo-se com o pé fora do muro. O despenho seria infalível, se Filipe a não repuxasse a si, apertando-a ao peito com o braço direito.

Maria Henriqueta ria nesta situação, e dizia:

– E se caímos abraçados?!

– Firma-te! disse serenamente Filipe. – Apega-te ao tronco da árvore, que eu vou descer. Passa os teus pés devagar para o lugar dos meus... assim... agora, larga-me, e segura-te... bem... espera um pouco.

Disse, e saltou ao caminho; mas não se susteve em pé porque era grande o salto. Maria sobressaltou-se, e quis resvalar agarrada ao tronco; mas Filipe já estava erguido, rindo da sua queda para serenar Maria.

Encostou-se à árvore, e disse:

– Desce, até encontrares os meus ombros com os pés. Depois, sem largar o tronco, deixa-te descer conforme eu me for abaixando, e salta quando eu te disser.

A execução da fácil manobra foi feliz. Eles aí vão, embrulhados no mesmo manto. Maria está vestida de branco, e Filipe receia que o ar picante da noite a moleste. Coração em labaredas levam eles; mas o fogo ímpeto não basta a retemperar a temperatura da atmosfera. Os catarros são pensão de amadores nocturnos.

Estão os cavalos arreados na aldeia próxima, à mão do velho e leal criado de Filipe. Maria vê o velho, e chora pela sua ama, a quem não deu o último abraço para a não ver morrer. Filipe quer consolá-la, mas não sabe. O criado velho sabe a razão das lágrimas, e diz:

– Quando chegarmos a terra segura, eu volto a buscar a velha. Arranja-se tudo; a morte é que não tem remédio.

Maria consolou-se.

Cavalgaram, e partiram. Ao dobrarem o primeiro outeirinho, Maria apontou para a torre do mosteiro, e disse:

– Que medo me faz aquilo! Parece um fantasma! Que horríveis horas aquele sino marcou na minha vida, ó Filipe!

– Deixa-o agora marcar anos de felicidade, minha esposa.

– Quantos marcará, ó Filipe?!...!

Soaram três badaladas.

– Só?! – exclamou ela com supersticioso terror.

– Não seas criança, Maria! Disse Filipe. – Aquilo quer dizer que são três horas.

Caminharam.

O frio da manhã golpeava o rosto de Maria, e as rédeas caíam-lhe dos dedos entezilhados.

Filipe sentou-a sobre as capas dos coldres, apertou-a ao seio, e aqueceu-lhe as mãos no acolchoado da farda. E assim caminharam, até que o sol dourou o melhor dia daquelas duas existências.

(...)

Ao amanhecer do dia imediato ao da fuga, chegou de Arouca o enviado da má nova. O fidalgo, que já sabia da deserção do tenente, e incitara a saída do destacamento para capturá-lo em Arouca, nem por isso ficou menos surpreendido. Correu ao quarto de D. Maria das Dores, e exclamou:

– Maria Henriqueta fugiu do convento!

– Estás a sonhar, ou sou eu que sonho?! – disse a esposa.

– Ali está o portador de Arouca! Fugiu sua filha, senhora! Aí tem sua obra! Faltava-me esta desonra: devo-lha, senhora, devo-lha como último golpe, que me há-de matar!

(...)

Maria Henriqueta Osório da Fonseca viveu cinco meses em companhia de D. Maria das Dores. Disse-me alguém que ela nunca saíra do seu quarto, nem recebera nele pessoas, senão sua mãe e a ama que a criara. Neste espaço de cinco meses, quisera ela chamar ao Porto os ossos de seu marido; porém, o alcaide respondeu que as carnes vestiam ainda os ossos. Não alcancei a razão por que Maria Henriqueta, no fim daquele tempo, se recolheu a Arouca e ao quarto onde residia quando Filipe Osório a foi buscar. Soube que ela, enquanto as forças a deixaram, ia todos os dias ao muro, por onde saltara, e subia com o auxílio de uma escada até ao muro, onde ficava a olhar largo tempo para o galho da árvore a que subira Filipe.

A final faleceram-lhe as forças para estas saídas, e pouco tempo desejou tê-las, porque morreu dois meses depois da sua entrada no mosteiro. Jaz enterrada na claustra de Arouca, sem epitáfio nem data do nascimento ou morte.

D. Maria das Dores viveu ainda doze anos, se não contente, com aparências de resignada. Para o fim da vida foi muito devota e esmoler. Jaz no seu jazigo, numa capelinha da catedral.

Eugénia morreu em Arouca nos braços de Maria Henriqueta, a quem estava decretado que todos os golpes lhe acertassem no coração já moribundo.

Camilo Castelo Branco

Vulcões de Lama



[A nota biográfica de **Camilo Castelo Branco** publica-se na página 44]

Vulções de Lama foi o último romance de Camilo Castelo Branco, editado em 1886. A acção principal situa-se no antigo concelho de Fermedo e a intriga pode ser assim resumida: Artur Tavares, um jovem de Vale Redondo, no concelho de Fermedo, após ter sido educado pelo seu padrinho, Hilário Tavares, um padre que, afinal, era seu pai, regressou à terra, apaixonando-se por Doroteia, sua prima. Engravidando-a e não querendo casá-la, fugiu para a Índia. O pai de Doroteia, num dia de feira, em público, acusou Roberto Rodrigues, o pai de Artur, de o não ser. Roberto, ao perceber que a mulher o traía com o padre, caiu doente e pouco depois morreu. A viúva, vendo perder o marido e julgando morto o filho (cujas notícias da Índia sempre foram interceptadas por vias de José Rato, rival de Artur na competição por Doroteia), enlouqueceu. Artur, entretanto estabelecido na Índia, ao saber por um jornal das circunstâncias da morte do pai e da sua nova filiação, resolveu regressar a Fermedo para visitar a mãe, fazer justiça e obter esclarecimentos. A intriga não foi criada por Camilo. Este limitou-se a adaptar uma história verídica que lhe contara Pinho Leal e da qual aproveitou o enredo e a localização. Camilo situou o romance num ambiente rural e ficcionou factos do quotidiano social que, pelo menos na altura, eram bem reais entre as populações rurais das regiões do Minho e do Douro: adultérios (com clérigos envolvidos), desencaminhamento de jovens solteiras, crianças a morrer por descuido, rixas entre vizinhos e familiares, estratégias de “assalto à fortuna”, superstições, exploração da religiosidade, etc. Os locais referidos no livro não são necessariamente coincidentes com os limites actuais do concelho de Arouca. É frequentemente citada a casa de Vale Redondo, que Camilo terá situado na actual freguesia do Vale, pertencente ao município de Santa Maria da Feira. O já então concelho de Arouca é constantemente referido. Há um episódio situado na feira de Cabeçais (a que chama feira de Fermedo). Um breve episódio é situado “perto de Arouca, na casa das Águias”. Num outro episódio, a banda musical de Arouca é descrita a tocar Rossini num funeral. Os episódios que formam o corpo do livro são situados entre 1843-1844 (altura em que Artur Tavares engravidou a prima e emigrou) e cerca de 1850 (quando Artur Tavares regressou a Portugal para visitar a mãe).

Vulções de Lama*

Ela então ajoelhava-se diante do marido a pedir-lhe perdão com uns trejeitos de doída; e ele pegava de barregar que não queria comédias. Desde que vira em Arouca a Inês de Castro de joelhos aos pés de D. Afonso, tudo que fosse uma mulher ajoelhada diante de um homem era comédia. E não estava longe de acertar, no seu caso, pela parte cómica que ele tinha representado naquele drama familiar.

Num dia de feira de Fermedo, Roberto Rodrigues saiu com duas juntas de bois, ao tempo que a mulher partira para o confesso. Aí pelo meio-dia, o lavrador apeteceu-lhe jantar. Estava contente. Tinha vendido bem o seu gado ao marchante Gil, e comprara bezerros para criação. Entrou na estalagem e sentou-se à mesa em que estava comendo o João Gaio, seu concunhado, e mais o José Rato. Deu-lhes as boas tardes, e eles não lhe corresponderam.

– Guardem o seu dinheiro e falem aos amigos – disse o Roberto Rodrigues.

– Isso de amigos, replicou o Canastreiro, *tó carocha*. Que leve o diabo amigos que escondem os filhos pra eles não casarem com as raparigas que desonram.

– Apoiado! – abundou o juiz eleito.

– Eu não escondo o filho, ouviste? contraveio o lavrador – Se tu não sabes dele, também eu não. – Depois cumprimentou o Gil, de Gaia, um marchante agigantado que lhe comprara os bois; e, sentando-se à mesa, repetia pachorrontamente: – Se não sabes dele, também eu não.

– Lérias, meu amiguinho de Peniche, lérias! Então quem diabo é que o sustenta? Onde está ele metido que vive de ar? Explique lá você, seu Roberto, quem é que lhe dá a chelpa?

* CASTELO BRANCO, Camilo – *Volcoes de Lama: romance*. [1ª ed.]. Porto: Civilização, 1886, p. 52-61; 86-89; 104-109; 176-179; 233-246; 252-253; 269-272.

O Rato bem sabia que o Artur saíra para a Índia e nunca até ao dia do embarque escrevera para casa; mas, para não comprometer o irmão que subtraíra e lhe dera a carta sob juramento de segredo, nem ao Canastreiro denunciara a maroteira. Além disso, o juiz eleito, cada vez mais cativo e apaixonado da Doroteia, não diria palavra por onde ela conjecturasse a paragem do amante.

E o Canastreiro prosseguia, alternando os insultos com os tragos no copo:

– É bem asno você, se cuida que me come!... Vem de carrinho, seu Roberto do diabo... Olhe, mande-lhe escrever que, se algum dia cá tornar, o pai da sua prima que ele desonrou, há-lhe de arrancar os fígados pelas goelas. Percebeu?

– Lá se avenham... quando o encontrares, arranca-lhe os fígados... – murmurou o Rodrigues, e voltado para a criada: Traz meia posta de carne assada.

– Tanta vergonha tem o pai como o filho... – Disse o Canastreiro ao Rato; e, feita uma pausa: – Pai! ele é tão pai de tal malandro como eu. O verdadeiro pai está há mais de ano a espernear no inferno. Saiu o pão à racha! Padres!... Eu quando vejo um padre, sinto cá por dentro uns formigueiros de me ir a ele e sangrá-lo pelo pescoço como quem mata um cevado.

E fazia gesticulações suinícidas, exorbitando os olhos e arregaçando o queixo de baixo ferozmente.

Roberto Rodrigues escutava-o. Tinha diante de si o prato com a posta do assado e não comia. Empalidecera, e contorcia-se como se o assaltasse uma cólica. Estava muita gente nas outras bancas a ouvir, num pasmo, lavradores seus vizinhos e mais as mulheres que se benziavam escandalizadas dos insultos aos padres: – Santo nome de Jesus! Credo! que heresias ele deita por aquela boca fora!

– Isso não são termos, homem! – Interveio o Gil de Gaia com um volume de voz de Adamastor – Eu não o conheço nem nunca o vi mais gordo; mas seja lá quem for, você está bêbado, por mais que me digam.

O Canastreiro levantara-se de ímpeto, em atitude agressiva, encarando no Gil. E o outro, sem se mexer:

– Olhe que não me mete medo, patrão! Tenho visto caras piores que a sua... Se está bêbado, coza-a; e, se não está, ouça o que lhe vou dizer, e esteja quedo. Você está aí a desfeitear um velho honrado que não tem culpa nas asneiras do filho; e a fazer como os cães e os porcos que desenterram um morto pra lhe rilharem os ossos. Não mexa na sepultura de quem lá

está e não pode responder-lhe como você merece. Vá com esta que lhe há-de servir de saúde às costelas. Ora agora, se quer alguma coisa, deixe-me pagar o que comi, e apareça-me, se lhe apetecer, aí pela estrada, que o meu caminho sabe você qual é; e, se o não sabe, pergunte, que eu sou bem conhecido.

O Gil levantou-se então em toda a sua altura ciclópica. Era como um gigante de mágica a emergir dum alçapão. Seria difícil problema resolver onde ele tinha recolhidas as pernas infinitas.

E, aproximando-se de Roberto:

– Se não pode comer, venha daí, tio Roberto, venha daí, e faça de conta que um garoto da Porta-de-carros lhe atirou com um punhado de lama à cara.

Erguera-se trémulo o marido de Balbina com a mão sobre o lado esquerdo, curvado, e as pálpebras e os lábios a vibrarem na cristação das lágrimas rebeldes.

O Canastreiro leu no aspecto do auditório o aplauso geral à briosa coragem do Gil, e uma tácita ameaça de o espancarem, se ele remetesse contra o colossal marchante de Gaia. Quedou-se numa imobilidade espavorida de urso amordaçado. Depois, quase ao ouvido do juiz eleito, falou em facadas e tripas ao sol. O Rato admoestava-o: que fosse mais prudente e esperasse melhor ocasião de desforra; que o Rodrigues não tinha culpa; e que andara mal em trazer à baila coisas passadas a respeito do padre Tavares.

– Tivesse você uma filha desonrada! – replicava dramaticamente o João Gaio, vertendo lágrimas de uma sensibilidade vinolenta. E, voltado para o auditório silencioso: Eu sou pai, senhores! tenho o coração – e batia rijas palmadas no peito às mãos ambas – tenho o coração mais negro que este chapéu! Desonraram-me a minha filha! Estão aqui mulheres que a conheceram mais pura que as próprias estrelas do céu... – Isso é assim, isso é assim! – confirmava a vizinha que denunciara as escaladas nocturnas do Artur.

– O hominho tem razão! – aplaudia uma lavradeira esmamacada, com arrotos de iscas de bacalhau. Ela tinha, momentos antes, lagrimado por conta do Roberto Rodrigues aflito, petrificado na sua desonra.

O sentimentalismo começou a contagiar a outra gente que rodeou o Canastreiro com uns semblantes bestialmente contristados, a ouvirem miudezas da perdição de Doroteia com o interesse dos saloios que em Lisboa escutam, de graça, a exposição de um caso trágico apregoado por

velhos gaiatos vendedores de notícias impressas, *nas quais*, dizem eles, *o caso se acha melhor declarado, por 10 reis.*

Ao passo que o declamador baixava na exaltação e o álcool subia esófago acima em eructações avinagradas, a emotividade trágica esfriava. Ele repetia-se muito, feria as mesmas teclas do patético, começava a babar-se e a cuspinhar. Nestas condições nem Sócrates nem Demóstenes prenderiam a atenção daquela canalha. A assembleia rarefez-se. Ficaram a final três mulheres idosas que também saíram, à sorrelfa, murmurando convencionalmente compungidas umas frases consagradas tanto para a tristeza de um porco doente como para o cadáver de um vizinho furado de facadas. – Valha-nos Deus! Deus nos acuda! Tudo são desgraças e poucas-vergonhas neste mundo! Ó gentes, ninguém diga que está bem!...

E ele, sentando-se, outra vez, em frente do Rato, a limpar as camarinhas de suor, esfalfado de oratória, com a língua muito seca e peganhenta, mandou vir uma garrafa da Companhia; – mas, rapariga, olha lá, do branco – recomendava com instância de amator.

Dir-se-ia que buscava na cor do bálsamo da Companhia o contraste do seu coração negro como aquele chapéu.

(...)

Havia ali por perto de Arouca, na casa das Águias, um desembargador aposentado septuagenário, casado com uma sobrinha. A infertilidade da esposa trazia os seus parentes mortificados, porque o marido apenas a dotara cautelosamente com arras insignificantes. Houve ideias vulgares a tal respeito – completar o fenómeno da gestação mediante dinamismos adventícios, impulsos cooperadores de uma trivialidade tal que não merece a pena acentuar-se-lhe grande importância científica na história da propagação social. O marido, porém, não largava de olho a sobrinha, nem a deixava pôr pé em ramo verde. Deitavam-se juntos com a porta fechada à chave – uma chave de catedral, numa porta de batentes refractários ao machado e ao camartelo; erguiam-se juntos, e passavam o dia tão aconchegados que, nos actos fisiológicos menos testemunháveis, segundo o código da decência entre cônjuges, ficava a porta aberta, e ele fazia ali o seu quarto de sentinela, desconfiando do altar da deusa romana Cloacina como desconfiaria das seduções de uma sala de baile; e o pior é que, revezando-se, obrigava a esposa a fazer-lhe sentinela a ele, com o lento almiscarado, anti-séptico, nas narinas irritadas pelos perfumes estonteadores do gerânio e dos lilás da Pérsia. Aí está uma vítima obscura dos grandes casais dum tio desembargador.

A mãe da esposa e cunhada do antigo magistrado do absolutismo teve com a filha um colóquio na capela, durante a missa, e aí se combinaram coisas que sortiram um desenlace prospérrimo sem laivo de desprimor ou ignomínia para o marido; nem aquela mãe consentiria na desonra material da sua filha. Daí a pouco espalhou-se que a D. Olímpia das Águias andava de esperanças e que o tio, num júbilo palerma, era o propagador da novidade – somente da novidade, entenda-se. Trajavam-se nesse tempo os guarda-infantes e os merinaques. D. Olímpia usava-os exagerados ao cabo das nove luas. Presumida a semana da crise, transferiu-se, a beneplácito do esposo, para casa da mãe, que era perita nos segredos de Lucina, deusa gentílica das secundinas. Uma noite, ouviram-se gritos, grande reboição na casa, velas bentas acesas à Senhora do parto, criadas a rezar pelos cantos, outras a rir, muitos cochichos larachentos, e o velho, no meio de tudo aquilo, de barrete de algodão com borla, chinelos de ourelo, em ceroulas e rob-de-chambre, com as abas cruzadas no ventre, muito atrapalhado; mas não o deixavam entrar no quarto da parturiente – para não a consternar. Depois ouviu-se um vagir de criança que entrara por uma janela do quarto rente com o jardim. Ora, essa criança fora comprada por 100 libras a Toqueriné, que ainda recebeu, *par dessus le marché*, mais 4 libras da mãe para a levar à roda de Aveiro. Enternecia a lágrimas românticas contemplar o ancião com o pimpolho muito rechonchudo nas mãos trementes de medo que lhe caísse: – O meu menino! o meu bebé! o meu filhinho! o meu biju! – Uma porcaria desta farsa humana, senhores, que muito mais lastimável seria, no personagem do desembargador, se o merinaque de D. Olímpia arredondasse com os seus amplos refegos artificias uns quadris entumecidos pela natureza, a valer. Oxalá que os maridos senis e os pais honorários, predestinados a semelhantes fraudes, sejam apenas iludidos em sua boa-fé pela barba de baleia e pela crinolina.

(...)

Saíram para Espinho portadores que conduzissem em caixão de chumbo o cadáver até ao Porto e daí Douro acima, até Pé-de-Moura. O Canastreiro, como cunhado de Balbina, apresentou-se muito serviçal, com um descaramento inabalável. Ela não sabia que tinha sido o cunhado quem denunciada o adultério. José da Silva Rato Júnior multiplicava a sua actividade intelectual em tudo que dependia de ideias escritas – cartas de convite, avisos aos clérigos, ao mestre da música de Arouca, ao cerieiro, às Confrarias e Irmandades para sufragarem o defunto com as missas dos

estatutos e os dobres a finados do estilo. Dobraram em nove freguesias a um tempo; havia muitos garotos empenhados em puxarem a porca dos sinos; por aquelas quebradas de montanhas ulularam soluços do bronze por espaço de três dias.

Era preciso dinheiro para as pompas do enterramento. A viúva mandava que se rezassem missas gerais, a pinto. Esperavam-se legiões de padres de três concelhos. E não havia dinheiro. Disse Balbina que o seu finado marido tinha muito em ouro e prata num contador de pau-santo no seu quarto, mas levara a chave, e talvez levasse o dinheiro, quando foi para casa da irmã. Não importava. Pediria emprestado até vender terras. Queria gastar tudo, pela palavra, tudo com a alma do seu amado Roberto. José Rato, como autoridade não estranha ao código, opinou que se arrombasse a gaveta, visto que a chave não tinha vindo de Espinho; que a senhora absoluta da sua casa era ela – que arrombasse. Balbina, hesitante, consultou o confessor – se seria pecado arrombar a gaveta.

– Não é pecado nenhum, visto que arromba o que é seu – elucidou o franciscano com a mais prud'homeana teologia jurídica. E foi assistir ao arrombamento, como se os encarregados da missão, o juiz eleito e o Canastreiro, lhe não parecessem idóneos para arrombamentos desinteressados.

Lá estava intacto o tesouro de Roberto Rodrigues. Era forte. Quem sabe se aquele metal lhe pesou, à última hora, no coração, ajudando a esmagá-lo! Havia uma caixa de lata com muitas peças e dobrões, herança de pais e avós. Das economias pessoais dele, no transcurso de vinte e quatro anos, avultavam alguns saquinhos de estopa cogulados de cruzados novos e mexicanas. Eram lucros do gado que criara, manadas de bois que engordava e vendia aos ingleses. Como ele ia cego de raiva e de paixão, quando saiu de casa, que não viu aquele ouro! Recearia ser roubado em casa alheia, ou, recuperando a saúde, tencionaria regressar à posse ignorada da sua burra? Quando ele, já nas vascas da morte, queria vestir-se, para ir incendiar a casa, não seria antes um artifício para empolgar a lata e as saquitéis? Nunca dissera à mulher que possuía aquele pecúlio com medo que ela instasse pela formatura do filho; porém, Balbina sabia que farte estar o dinheiro no gavetão; e ainda assim nunca se sentiu tentada a dilapidar o tesouro do avaro.

Um enterro monumental. Mausoléu, comparativamente, e guardadas as distâncias que separam Fermedo da Grécia antiga, não foi mais honrado na morte por Artemisa, a legendária viúva lacrimosa. Missas gerais, dois

dias a fio, desde o alvorecer da manhã até meio dia. Ofício de cinquenta padres – a máxima gritaria que pode fazer-se com a língua latina degenerada. Armadores do Porto, a igreja toda de crepe, e cadafalso, galões de prata franjada, tocheiras de casquinha fornecidas pelas igrejas do concelho. Todas as confrarias de que o defunto era irmão, com bandeira alçada, nos pulsos cabeludos de homens valentes em mantas de camisa por debaixo das opas pegajosas de surro. Bastantemente bêbados alguns. A banda musical de Arouca gemia marchas fúnebres, a *Sombria de Nino*, da Semiramis – Música de Rossini em Arouca! – faziam os funerais de Roberto e da Arte assassinada. Os sinos a dobrarem até à meia-noite, e a recomeçarem no dia seguinte ao amanhecer. Um terror da natureza animal! Os cães numa aflição lamentosa, uivavam com os focinhos altos e os olhos fechados; as rãs deixavam de coaxar alegremente e mergulhavam espavoridas as cabeças nos limos dos seus pântanos; revoadas de pardais esfuziavam, estridentes das sebes esfolhadas, gotejantes de orvalho; e os gaios, esvoaçando-se escorraçados, gralhavam nos pinheirais.

Aquelas badaladas fúnebres poisavam no coração da viúva como rebates à penitência. Nunca lhe travara tanto o amargor da sua culpa. O seu homem morrera de paixão, de vergonha, – gritava-lhe a consciência. E tão bom, tão santo que lhe deixara tudo quanto tinha, tudo! Ela ignorava os pormenores da agonia do marido, aquele estalar do coração entalado entre o seu rancor à mulher e entre a lei que o forçara a galardoar-lhe a infâmia com todos os seus haveres.

(...)

Fr. Joaquim ouvira a notícia repetida por centenaes de pessoas, e não acreditava. Resolveu, de indagação em indagação, chegar à fonte donde promanara o boato. Pôde descobrir que numa feira mensal de Arouca o primeiro que dera a notícia do falecimento do Artur no Brasil fora o brasileiro da casa amarela das Quintãs. Montou-se na égua do cunhado e foi às Quintãs. O brasileiro disse-lhe que a notícia lhe fora dada pelo Pinto Rocha, outro brasileiro que morava dali distante légua e meia; mas que tinha ido para o Rio três dias antes; ainda assim, como na casa havia um padre, irmão do brasileiro ausente, esse poderia ministrar esclarecimentos bastantes. Fr. Joaquim foi pernoitar a casa do padre seu conhecido. Então soube que efectivamente seu irmão trouxera a tal notícia de Oliveira de Azeméis onde a lera no *Diário do Governo*, em casa do deputado do círculo. O egresso começou a acreditar que Artur tivesse morrido, visto que a notícia

saiu no *Diário do Governo*; porém, como queria retirar-se com a certeza para dirigir os actos da viúva como cristã e mãe, saiu dali para Oliveira, com uma carta de apresentação ao deputado, que felizmente estava em casa. Lembrava-se muito bem o legislador. Tinha lido essa notícia, quinze dias antes, no *Diário do Governo*. Foi buscar os números correspondentes aos dias prováveis em que a lera; e, examinando um desses números nas listas dos óbitos enviadas pelo consulado, exclamou: – Aqui está!

– Então é certo... – disse o egresso.

O deputado leu: *Falecimentos no dia 17. Artur Gonçalves, guarda-livros, idade 29 anos, febre amarela...*

– Não pode ser – objectou fr. Joaquim – O meu vizinho chama-se Artur Rodrigues Tavares; esse que morreu tinha 29 anos; o meu vizinho deve ter, quando muito, 22. Aqui tem V. Exc.^a como se arma e propaga uma falsidade, sem má intenção. Pode ser que Artur Rodrigues haja morrido; mas com certeza não era esse Artur Gonçalves que Deus tenha em sua presença.

(...)

Seguiram todos até casa do alferes Tavares (...)

– Contem lá algum escândalo – disse Artur.

Não há – respondeu o Bandeira – dir-se-ia que anda pela Índia outra vez S. Francisco Xavier. E tu, que sabes?

– Que estou ansioso por ir a Portugal.

– Ver a tua família? – perguntou o tenente.

– A minha família, se queres que te diga a verdade, merece-me poucas saudades. Bem sabem vocês que ainda não recebi uma carta de pai nem de mãe...

– Como se chama teu pai, ó Artur? – disse o Bandeira.

– Roberto Rodrigues.

– De Fermedo, já me disseste – interveio o tenente Roque.

– Sim, do concelho de Fermedo. A minha casa chama-se Vale Redondo.

– E tua mãe como se chama?

– Balbina Cândida.

– Tiveste um padrinho reitor?

– Sim: chamava-se Hilário.

– Está conforme – concluiu o Bandeira.

– Conforme o quê? – interpelou Artur.

– Não podemos esquivar-nos ao dissabor de te noticiar que Roberto Rodrigues, teu pai, morreu há mais de dois anos em Espinho.

– Como sabem isso vocês e eu nada sei? – perguntou Artur, simplesmente maravilhado de que ele não soubesse primeiro que os seus camaradas o falecimento do pai – Donde diabo lhes veio a notícia?

– Da *Revolução de Setembro* que líamos quando tu andavas no rio.

– Deixa ver o jornal... Onde vem isso? É nas notícias diversas?

– Dispensa-nos de te mostrar o jornal.

– Por quê? Ora essa! que não vá eu perder os sentidos!

– Sabemos que não perderás os sentidos; mas há frases de mistura com a notícia da morte de teu pai que decerto vão ser-te muito desagradáveis – insistiu o Bandeira – é melhor ignorá-las... desprezá-las...

– Vocês intrigam-me! Que diabo pode dizer o jornal? Que abandonei a minha família e vim para a Índia? Que fui mau filho? Patacoadas e caturrices. Cá tenho a minha consciência a defender-me. Que tive lá uns amores de aldeia muito chochos? Lérias. Que me importa a mim comentários da canalha? Algum padre do meu concelho que deitou sermão de moral contra mim, e me fez talvez responsável pela morte do meu pai e pela virgindade da minha freguesia... Deixa ver o jornal.

– Já agora é escusado negar-lho – observou o Roque – Aqui o tens. Lê, rasga, e fica certo de que estes teus dois camaradas não conservam na memória as tristes coisas, senão calúnias, que aí estão impressas. Diante de nós nunca tens de corar por culpas de que não tens responsabilidade, nem podes tê-la pelos desvarios dos teus ascendentes. Se aí te acusam de alguns desconcertos próprios da mocidade, isso são rapazes dos dezoito anos. Lê e não te apoquentes.

Apertaram-lhe a mão; e ele, comodamente recostado numa voltaire de vimes variegados, com almofada de seda carmesim, leu o seguinte:

Transcreve-se da COALISÃO, jornal do Porto, um folhetim que não emenda nem escarmenta viciosos nem viciosas; mas pode pegar algumas faíscas dramatológicas nos cérebros engourdis dos literatos, literataços, literatelhos e literatillos, e literatiços encartados no Teatro-agrião. Há aí assunto para um dramalhão de encher as medidas da Arte Moderna; e, se o Teodorico representar o papel do infausto marido é contar com uma trovoada de lágrimas das torrinhas sobre a plateia já ensopada de prantos.

Segue o folhetim:

Amigo redactor. Ontem, por 7 horas da tarde, morreu nesta praia de Espinho um abastado lavrador do concelho de Fermedo, chamado Roberto Rodrigues. Segundo as informações fidedignas de um cavalheiro chamado para lhe escrever o testamento e lhe assistiu à morte inesperada, o trespasse do lavrador foi horroroso e digno de arquivar-se pelas causas morais que o motivaram.

Este homem vivera 25 anos enganado, traído pela mulher com quem casara na flor da idade. Balbina, se chama ela, foi a mais esbelta moça daquelas terras tristes e penhascosas em que, às vezes, a natureza caprichosa, como um artista de génio transcendente e fantasista, se compraz em idealizar, num meio ingrato, alguma coisa surpreendentemente bela, algum rosto de mulher encantadora para descontar na fealdade do cenário em que apareceu a esplêndida Balbina. Roberto era rico, mais de 50 contos em propriedades e ela quase pobre, filha de arrendatários de lavoura. Amou-a e foi aceite com alvoroço, porque, além do ser abastado, procedia desde rapaz como os velhos mais honrados. Trabalhava sempre para engrandecer o património do seu filho... Mas ah! este filho não era dele, não tinha algum vislumbre das suas feições físicas nem espirituais, nascera pelo crime; e, na primavera da juventude, já florescia pela depravação hereditária do pai. Ora, o pai era um presbítero que Roberto hospedara como irmão e escolhera para padrinho de seu filho.

O afilhado foi educado pelo tal padrinho, notável orador sagrado, distinto teólogo no curso universitário, e depois reitor em uma das melhores igrejas convizinhas do Porto, para onde fugira aos maridos mais ou menos Otelos de umas certas Desdeemonas de calcanhar tão gretado como a honra e tudo o mais. Ali permaneceu 8 anos o afilhado Artur que já pelo nome baptismal prenunciava românticos destinos – um Artur de novela corriqueira que tinha fôlego e jeitos para Safie da «Salamandra» de E. Sue, e dos sinistros personagens da «Comédia humana» der Balzac.

Este Artur em que fogueava um sangue ardente transfuso das artérias paternas e talvez das maternas, desflorou uma prima sob promessa de casamento; e, quando ela ia deitar à rampa de futuras tragédias um devasso n.º 3 na ordem genealógica, o devasso n.º 2 fugiu da sua terra com medo à vingança do pai da desonrada – e nunca mais apareceu!

Até este desfecho de estúpido e vulgar drama bucólico de uma rapariga desonrada, ainda o honrado Roberto Rodrigues cuidava que Artur era seu,

posto que péssimo, filho. O pai ilegítimo quanto à lei, e genuíno quanto à bigodeada natureza, já tinha cuidado o seu apodrecimento na sepultura, legando ao afilhado tudo o que podia deixar-lhe – o bastante para dissipações janotas de alguns meses, e para se ausentar do Reino.

Estes casos passaram-se há 10 meses, se bem me lembro dos esclarecimentos verbais que recebi ontem do cavalheiro referido que os obtivera, junto do cadáver de Roberto, de uma irmã do morto.

Haverá 5 meses que Roberto, num incidente ocasionado pela fuga do filho, soube a desonra de Balbina, apregoada numa taverna de feira, e na sua presença pelo pai da seduzida que já era mãe e não enjeitara o filho. Desde este lance a garra da morte empolgou-o pelo coração.

Foi aí que ele sentiu então instilar-se-lhe a peçonha que devia matá-lo, pelos estragos de uma hipertrofia galopante. Foi viver em casa da boa irmã que o acompanhou para Espinho, onde um imbecil cirurgião qualquer da sua aldeia o mandou tomar banhos de mar. Piorou, como era de esperar, e resolveu fazer testamento para beneficiar a irmã, esbulhando da herança o suposto filho que ele declarava adúltero de sua mulher e de tal padre Hilário Tavares. O cavalheiro a quem devo estes verídicos pormenores fez-lhe saber que o excluir da herança paterna um filho reconhecido pelo matrimónio e assento baptismal era um acto irregular e inválido a que a lei da sucessão não dava importância.

Não estava o testador preparado para esta revelação jurídica, porque a sua ignorância começava por não saber escrever o próprio nome. Do espanto passou à cólera, da cólera ao frenesi, e do frenesi a uma agonia instantânea; porque, saltando do leito num ímpeto superior violento às forças nervosas, únicas de que dispunha, o coração despedaçou-se-lhe nos braços da irmã, e o desgraçado caiu morto, estrangulado pela desesperação.

Horriável transe!

Se houvesse inferno, o padre que fomentou a ignomínia e as torturas daquele morto, parece que devia lá estar; e Lúcifer, o generalíssimo das legiões malditas, para ser imaginoso e sabedor do seu ofício, devia pegar com uma tenaz em brasa na alma do padre, para não sujar os seus dedos de antigo anjo, trazê-la a Espinho e pô-la em contemplação defronte daquele cadáver do seu compadre e amigo. Depois, deviam, ir o padre e o diabo, visitar a viúva, desenojá-la e baixá-la consigo aos abismos insondáveis do Orco para não ficar sozinha neste vale de lágrimas... – lágrimas de viúvas da casta daquela que correm torrencialmente como as cheias do

Mississipi e estrepitam ao despenharem-se dos olhos a catarata do Niagara. Ela mandou buscar o morto para ter a evidência de que o marido morreu. Deseja estar sossegada.

Eu não quis, amigo redactor, que o cadáver de Roberto Rodrigues passasse à minha porta sem que lhe dissesse: «vai dormir o sono eterno e indemnizador dos enormes infortúnios, honrado homem! Deixa que os gusanos te roam esse grande músculo oco dilatado pela aneurisma. Se continuasse a pulsar com vida esse coração que levas afogado no próprio sangue, seria o opróbrio irremediável que to iria dilacerando fibra a fibra!»

Outubro de 1847.

A Revolução de Setembro acrescentava jovialmente:

Este Artur teria um destino mais misterioso que o rei Artur inglês, o da Távola-Redonda?! Pode ser que ele agora, rompendo dentre as neblinas do enigma, apareça em Fervedo a levantar a herança do compadre do padrinho, a quem ela com certeza pertencia tão justificadamente como a mulher do defunto Roberto. Aguardamos esclarecimentos para nossa edificação, e exemplo dos presentes e futuros Robertos, herdeiros natos dos Esganarelhos de Molière.

Artur, na travessia áspera do agreste folhetim, não manteve aquela firmeza de espírito e placidez sanguínea que era de esperar do seu preclaro desdém pelas injúrias impressas, quaisquer que fossem.

Mudou de cor, doeu-lhe no íntimo da alma quando o folhetim vibrava o látego da zombaria sobre o vilipêndio da mãe. Ele costumava dizer «que o ridículo era o cadafalso das almas superiores». Tinha composto esta máxima. Não o feririam tanto, se lhe tratassem as devassidões da mãe como Tácito e Suetónio as de Messalina, isto é, a sério; mas o feitio zombeteiro do banhista de Espinho vinha a ser o cadafalso daquela alma superior. Sabia pelos jornais portugueses daquela época turbulenta que até a rainha e a condessa, consorte de um primeiro ministro, eram insultadas na sua honra; mas havia nesses insultos a obrigatória grave, o estilo sisudo, a declamação jacobina, robespierriana, ao passo que a mulher, que ele era forçado a aceitar como sua mãe, caía no abismo lamacento da irrisão, resvalando pela infâmia. Quanto a ser filho de Roberto ou de Hilário, isso

não apertava muito nem pouco o taco do cadafalso da sua alma superior: – Inteiramente nada, contanto que a lei lhe garantisse os seus direitos de sucessão; mas, se a mãe ainda vivia, ele, filho brioso, sentia-se vexado pela contingência de ainda se avistar face a face com ela, tão publicamente vergastada em toda a nudez dos seus vícios pela chacota da imprensa. Ser-lhe-ia tão bem-vinda a notícia da sua morte. Não lhe podia desejar, como bom filho, um destino melhor.

(...)

Desembarcou Artur em Pé-de-Moura, e, logo aí encontrou o seu parente, o juiz ordinário Alexandre de Pinho a quem avisara de Lisboa. Desta vez a carta não foi subtraída. Os jornais da capital tinham anunciado a chegada de Artur Tavares, alferes do exército ultramarino, entre os passageiros vindos num paquete inglês procedente da Índia. Sim, o *exército português ultramarino*, um exército que lá estava e está a manter a obra impávida dos Albuquerque, dos Castros e dos Almeidas por quem o Tejo ultimamente desatou a rir. O *Periódico dos Pobres*, muito lido pelos vigários de Arouca e Fermedo, transcrevera a notícia, que alastrou por aqueles concelhos rapidamente. O desvio, pois, da carta, sobre ser inútil, seria perigoso.

O Pinho preparara hospedagem para o parente, e avisara frei Joaquim da Cruz Sagrada que pensasse na mais suave e menos escandalosa maneira de despejar da casa de Vale Redondo os dois cônjuges que faziam companhia à doida, assenhoreando-se da administração. O egresso respondeu que a sua missão não podia ser ordenar o despejo; porquanto essas intimações pertenciam ao poder judicial e não ao eclesiástico. Que ele apareceria, levado de outro espírito, se o snr. Artur lhe admitisse o voto nas suas deliberações. Instado pelo juiz ordinário, prometeu ir lá jantar no dia da chegada de Artur. Alexandre no transcurso da légua que tinham a percorrer ate ao Reguengo, expôs ao hóspede a cadeia de sucessos decorridos nos três últimos anos, e concluiu pelo casamento do José Rato, imediato à escritura de doação.

(...)

No dia seguinte, o egresso esperava Artur à porta da casa de sua mãe. Entraram juntos com o Alexandre de Pinho. Um silêncio de casa abandonada. Apenas à entrada de um vasto salão onde havia caixas de cereais estava a criada velha que vira nascer Artur. Ele reconheceu-a:

– Olá! Guilhermina, dá cá um abraço, minha velha!

Ela atirou-se-lhe ao pescoço, a chorar. – Meu querido filho, meu querido menino, em que desgraça vem achar esta casa! Tenho pedido a Deus que me leve; mas o senhor não quis que eu morresse sem o tornar a ver..

Ouviu-se então um cantar abafado, ao longe, e o rumor trépido e cavo do balouçar de um berço. A Guilhermina desprendeceu-se dos braços de Artur, e disse lastimosamente: – Lá está a desgraçadinha... É sua mãe a embalar o berço onde o menino foi criado...

E a voz da chorosa cantilena dizia:

*Não sei que quer a desgraça
Que atrás de mim come tanto!
Hei-de sofrer e mostrar-lhe
Que eu dela já não me espanto.*

Artur escutava. Parecia aterrado ou compadecido. Talvez remorsos. Seria tudo. Nas rugas da fronte sombria, a expressão da sua dor não acusava um bom sentimento de compaixão, estreme do pungir da consciência.

Cessara o baloiço do berço. O egresso entrou à alcova de Balbina. Ela recebeu-o silenciosa, a recordar-se, a recompor aquelas feições quase obliteradas na sua lembrança. Não o tinha visto, havia meses. Julgava-o morto, e rezara por ele.

– Venho trazer-lhe o seu filho – disse o padre.

– Cuidei que mo não trazia nunca – respondeu Balbina, recordando que lhe havia pedido o corpo do filho morto para o sepultar no seu jazigo, e acrescentou:

– Quero fazer-lhe um ofício de cinquenta padres e missas gerais.

O padre pegou-lhe da mão, e saiu com ela da alcova. Artur estava esperando entre o primo Alexandre que o animava e a Guilhermina soluçante com as mãos no rosto.

– Aqui está seu filho, snr.^a Balbina e apontava-lho – Conhece-o? Aqui o tem vivo e gentil como era! – E pondo as mãos, o egresso orava: – Fazei o milagre, meu Deus! mandai um raio da vossa luz a esta alma escurecida!

A louca, muito de manso, num passo receoso, como a ter medo de um fantasma, abeirou-se do filho. Ele avançou para abraçá-la. A mãe recuava, a tremer, com as mãos abertas, convulsas, a defender-se do contacto do espectro. Depois, aproximou-se outra vez, vacilante, muito tímida, e palpou-lhe o rosto com as mãos, uma em cada face, a acariciar-lhas,

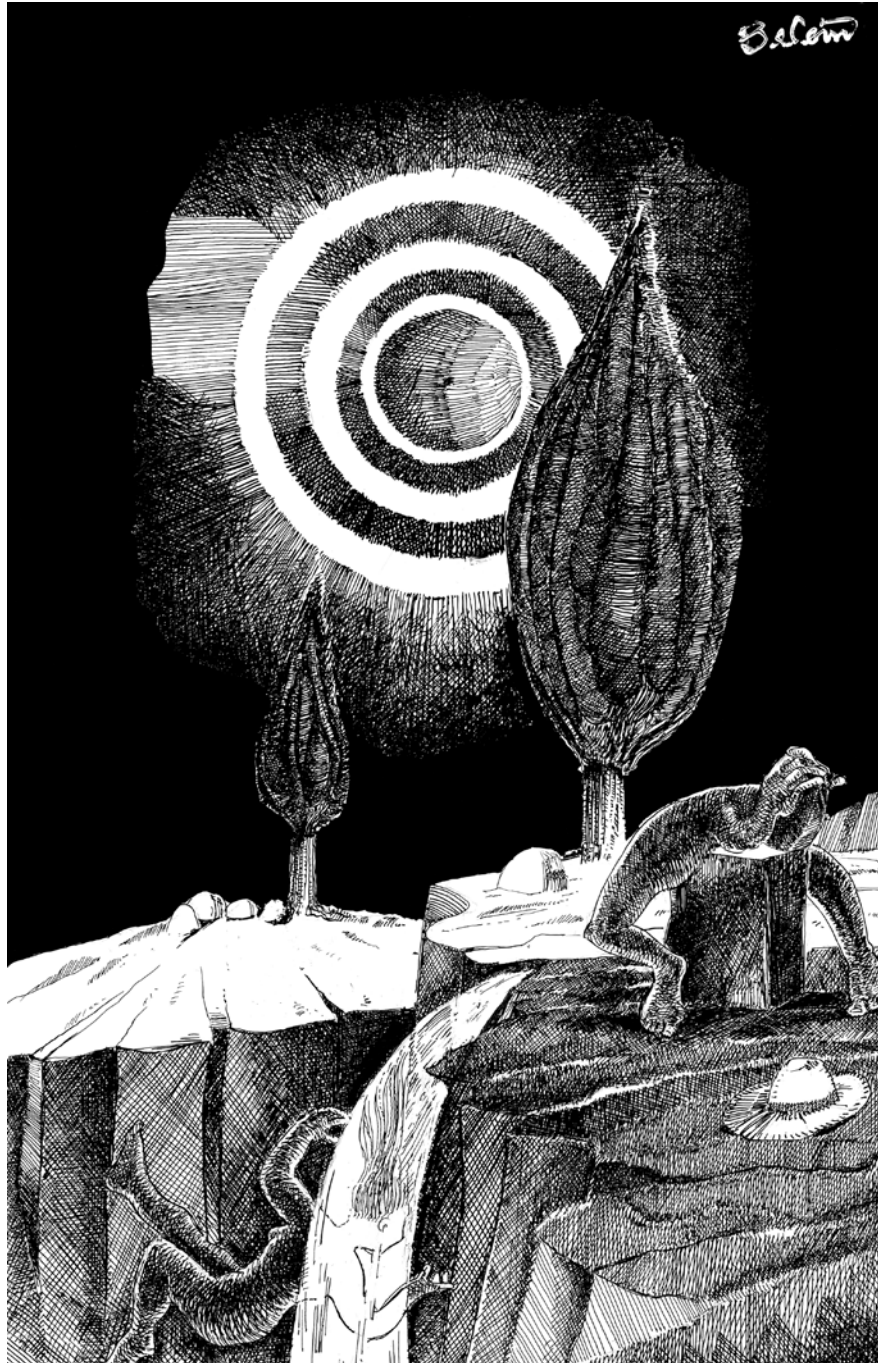
sorrindo-lhe com meiguice, mas sem um gemido, sem um grito, sem lhe proferir sequer o nome.

– Não me conhece, minha mãe? – perguntou Artur apertando-a ao peito com extrema ternura.

Ela retraiu-se a fitá-lo, a fitá-lo, ora com um sorriso, ora com um assombro de pavor; mas não respondia.

Nas faces do filho rolaram então duas lágrimas. Era a primeira vez que chorava. Aquelas duas lágrimas eram dois diamantes, os únicos que saíram num jacto de lama do vulcão.

Abel Botelho
A Frecha da Mizarela



Abel Acácio de Almeida Botelho nasceu em 1855 (data convencionada, embora o registo de baptismo documente o seu nascimento em 1854), em Tabuaço, distrito de Viseu. Seu pai, militar, morreu, tinha Abel Botelho 12 ou 13 anos. Nessa altura ingressou no Colégio Militar, onde estudou de 1867 a 1872. Casou em 1881, seguiu a carreira das armas e chegou a coronel, em 1906. Foi nesse ano nomeado Chefe do Estado-maior da 1ª Divisão Militar. Em 1911, passou à situação de adido, desempenhando funções diplomáticas no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Mudou-se para Buenos Aires, Argentina, em 1912, onde viveu até à sua morte, ocorrida em 1917. Em 1930, a família trasladou os seus restos mortais para Lisboa, onde repousam. Embora, como escritor, se tenha destacado pelos seus romances naturalistas, também escreveu poesia e teatro, e publicou crónicas jornalísticas em diversos jornais e revistas da época.

A frecha da Mizarela é um dos contos que Abel Botelho publicou em 1898 num livro de contos intitulado *Mulheres da Beira*. O conto foi escrito anos antes, em 1885, segundo consta na primeira edição (embora nas seguintes a referência tenha sido corrigida para 1883). Nas 36 páginas em que o conto se estende, o autor estampa uma sequência de pinturas do vale de Arouca e das paisagens que se vislumbram desde os altos do Arressaio aos da serra da Freita. Nestas paisagens tem lugar a história singela do amor não correspondido de André, um pastor, por Ana, uma jovem padeira que se deixou seduzir pelos encantos da vida na vila de Arouca e pelos encantos do fidalgo da Mó, que a engravidou. O conto termina com o suicídio de Ana, grávida e arrependida, diante de André, disposto a perdôá-la e a recebê-la. No seu percurso militar, Abel Botelho foi a certa altura responsável por realizar o reconhecimento militar de várias áreas a sul do Douro em que se terá incluído Arouca. Esteve em Arouca nos anos 80 do século XIX, recolhendo elementos geográficos e sociais que publicou em *O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro* e usou no conto *A frecha da Mizarela*. *Mulheres da Beira* foi reeditado mais tarde, nomeadamente nas *Obras Completas de Abel Botelho*, publicadas em 1979, pelo Círculo de Leitores em 1990, e pela Lello em 2004. *A frecha da Mizarela* foi adaptado ao cinema num filme de Rino Lupo, de 1921/3, ao qual foi dado o nome de *As Mulheres da Beira*. No filme identificam-se alguns locais da vila de Arouca e da serra da Freita.

A Frecha da Mizarela*

O vale de Arouca, esguio, extenso e fertilíssimo, é quase completamente fechado em torno por serrania alterosa, que o estrangula e cinge de perto, deixando-lhe apenas das bandas de oeste um como respiradouro a fornecer-lhe comunicação fácil com o país circunjacente. Ao norte a serra do Gamarão, por leste o monte cónico da Mó, e a serra da Freita ao sul, parece erguerem-se aprumadas e vigilantes como esculcas ciosos do riquíssimo tesouro, que na profundidade das suas faldas tão galhardamente ocultam.

E é realmente um tesouro aquele vale! Não há no Minho torrão, por mais mimoso, que o iguale na pujança e na frescura. – Vai-o regando em todo o seu comprimento o rio Arda, abundante e suave no deslizar de suas mansas águas, e oriundo de dois riachos, que partindo das eminências a leste de Arouca, a tornear a vila, logo abaixo se confundem irmãmente em um só.

Quem pelo mês de Julho visitar esta porção das margens do Arda, coradas de um verde tão viçoso e tão salutar, conhece-se entranhadamente deliciado; robustece-se-lhe o corpo e encanta-se-lhe o espírito. Toma-o um desejo ardente de se confundir com aquela natureza tão livre e tão robusta, em que a seiva revolteia num turbilhão vigoroso e fecundo, animando mil seres alegres e refeitos, como as crianças criadas nos fartos regalos da abundância e no conchego macio dos carinhos das boas mães.

As hastes de milho, achegadas e compactas, enchem largos campos, erguendo triunfantes ao ar as suas bandeiras loiras, como se se preparassem para uma batalha colossal... por entre elas põem a espaços manchas de um verde mais viril os sobreiros, os amieiros e os salgueiros, por cujos troncos as vides trepam amorosamente, ou de cuja rama se deixam lânguidas

* BOTELHO, Abel – A Fecha da Mizarela. In IDEM – *Mulheres da Beira: contos*. [1ª ed.]. Lisboa: Libanio & Cunha, 1898, p. 1-36.

descair... trajando a capricho por entre o milho suas finas linhas sinuosas, as árvores de fruto ostentam o seu colorido atraente e festivo, ao passo que desparzem na atmosfera vivos aromas apetitosos... lá mais para a orla dos campos, já junto às abas do monte, abundam formosíssimos os castanheiros, com a sua corpulência copada e espessa e o seu tom verde escuro inimitável, esbatido pelo claro da mais encantadora inflorescência... mais para a orla ainda, e já na encosta, aprumam-se os pinheiros esguios e rumorosos, e as carvalheiras ásperas e sombrias. Por entre tudo isto, o rio sinuoso e escuro, lembrando um arabesco gravado numa esmeralda. E ferindo docemente o ouvido, um murmúrio confuso e fresco, efeito do labutar prodigioso e incessante de tanta existência ali em plena elaboração.

Subamos agora a qualquer das serras adjacentes: que contraste, que pobreza, que desolação! Ai os terrenos são magros, secos, maninhos; é agreste o ambiente; e infestada e efémera a vegetação. Os principais contrafortes da serra do Gamarão, de natureza xistóide, têm uma cor atrigada escura, apenas salpicada de negro nas mais abruptas vertentes, onde saem do terreno grandes massas de pedra, em folhetos, lascada e luzidia, quais se foram as extremidades seculares, postas a descoberto, de algum gigantesco livro petrificado.

Esta monótona cor escura do solo cortam-na em parte os pequenos e graciosos grupos de flores campanudas, cor magenta, da urze *queiró*, a flor labiada do tojo, amarela como a gema de ovo, e mais raras vezes a brilhante flor branca do sargaço, com as suas cinco pétalas dispostas em larga corola, recolhendo lascivas os orvalhos da manhã. Esta mesma vegetação, única na serra, é pouco abundante e vigorosa. Dos serros arredondados e lisos alonga-se desolada a vista do viandante, a um e outro lado, sem descortinar mais que a solidão agreste da montanha; nas vertentes o esqueleto pardacento e descarnado de um ou outro castanheiro, vítima da moléstia; e apenas nos vales estreitos e profundos uma diminuta porção de campos de milho, lutando custosamente contra a hostilidade do meio em que os trouxeram a vegetar.

Na Freita é maior ainda a aridez. Aqui o subsolo é granítico; agrupam-se a espaços, em disposições caóticas, enormes pedregulhos, musgosos e negros, que o tempo tem ido desbastando sensivelmente, e que parece terem sido reunidos com algum misterioso intuito por mãos de gigantes sobrenaturais. Por vezes um só penedo, carcomido, cavado e tosco, erecto no ápice de um morro, e cujas inúmeras laminazinhas de mica brilham

como diamantes, quando ridente o sol as ilumina, parece um trono gigante, para o génio das selvas trabalhado pelo génio das tempestades. Cobrindo os flancos, vegeta a urze; nos planaltos superiores, onde empoça um tanto a água, crescem os fetos rústicos, algumas gramíneas alpestres, e essa relva miudinha e rasteira, verdadeiro manjar para os gados, sobre cujas folhas delicadas de sonho o orvalho se deposita em grânulos de prata.

Numa manhã de Julho de 187..., um dos pastores desse tempo, mocetão quando muito dos seus dezoito anos, divagava com o rebanho pelos altos da Vala e do Arressaio, entre os quais discorre apertada a ribeira de Gilde, afluente do Arda. Eram cinco da manhã. O sol doirava já o cume das eminências, arrancava da face polida das lousas cintilações de aço, e perolava as lágrimas de orvalho recolhidas na corola das florinhas silvestres. Murmurando obscuro, o regato serpeava pelo vale ainda imerso na sombra, como se fosse a despertar; e uma viração áspera e fresca agitava levemente as urzes, a segredar-lhes desses mistérios incompreensíveis com que a Natureza celebra de contínuo a sua comunhão universal... Um marco geodésico, em alvenaria, meio esboroadado, atestava ali a parva canseira do homem em nivelar, em despoetizar quanto é acidentado, irregular e belo.

Sentado de encontro a ele, o nosso pastor cismava vagamente, perdido nessa alta alheação dos solitários, e de quando em quando lá ia arremessando com distração uma pedra contra alguma rês mais arredia:

– Eh! aqui, doirado.

E que belo quadro o do rebanho! Os cordeirinhos, nédios, alvadios e mansos, pausadamente tosquiavam do solo a mesquinha vegetação. Flanqueando-se amorosamente, soltando a espaços a toada resignada e melancólica de um balido, no olhar velado e doce a expressão compungente de vítimas sem recurso, na enriçada alvura da lã uma imagem fidelíssima de neve recém caída, morosos e cabisbaixos, meditativos e austeros, pisando, leves como garças, o terreno debaixo dos seus pequeninos pés de duquesa, formavam com o bistre convulsionado da serra uma deliciosa harmonia de contorno e de cor. Eram a mansidão realizada, a humildade inconsciente e passiva, a descuidosa escravidão.

Por entre eles destacavam no tamanho e na cor os machos, os chibos, de ordinário pernaltos e negros, com os chavelhos enfeitados e longos chocalhos pendentes do pescoço. Uns Lovelaces caprinos. Presunçosos e foliões, irrequietos, vivos, turbulentos, saltitavam de contínuo, quebrando

com a petulância de seus lestos movimentos o tardo vaguear do recto do rebanho.

Em torno da manada, enormes cães felpudos zelavam-lhe cuidadosamente a integridade.

... Voltando ao pastor. Era de compleição ampla e robusta, denotando a primitiva raça dos denodados lusitanos; o arcaboijo proeminente e sólido tinha-o coberto por uma carnação vigorosa, se bem que depauperada pela deficiência da alimentação; a tez rugosa e tostada acusava a acção prolongada do sũo das montanhas; e a obliquidade do tronco à frente proviera-lhe do hábito de galgar continuamente desníveis consideráveis. Tinha a testa curta, o cabelo grosso, áspero, intenso e cor das barbas do milho, e o olhar entre sonhador e alvar. Cismava, perdido numa como contemplação mística e indefinida, algum inconfessado rapto de amor... devaneava, como esses visionários ascetas, que no cume aguçado das serras entrevêem e adoram muitas vezes brancas aparições celestiais. Vestindo uma grosseira camisa de estopa, arremangada, por sobre a qual se abotoavam franzidas umas toscas calças de saragoça, arregaçadas também, descalço, ao lado o chapéu de palha, com a cabeça pendida, as pernas em arco e os braços trigueiros e angulosos abandonados sobre os joelhos, cismava no que quer que fosse de puro, desinteressado e santo. Os olhos meio cerrados impediam que a demasiada luz do exterior fosse ofuscar o suavíssimo encanto, que lhe vivia na alma; e de certo os seus pensamentos eram tão alvos como a lã das ovelhas que guardava.

Nos recessos da serrania há ainda muito sentir lavado e bom. O *verde* que cobre os serros alpestres, não é o das pestilentas podridões modernas, mas sim o da esperança oxigenada, sadia e fresca; produz-lo a clorofila, não o vírus; não embrutece, aviventa; lido dissolve, regenera. Essa meretriz sedutora – a Civilização – ainda não tem estradas a macadame que a conduzam a perverter os montes, molemente reclinada no seu *landau*.

Surdira a este tempo do sul uma rapariga perfeita e louçã, com um cesto à cabeça, que se dirigia veleira pelo caminho aberto na montanha: era a padeirita de Gondra, que todos os dias ao romper da alva marchava para Arouca, a abastecer-se de pão trigo, e agora regressava com ele, no desempenho da sua recovagem diária e matutina.

O caminho, ao aproximar-se do marco geodésico, passava-lhe sensivelmente a leste, e ia derivando depois pela encosta, sumindo-se breve, até alcançar no fundo o curso da ribeira. Ao avançar por ele, a moça devia ser

avistada do alto, mas por alguns minutos apenas; e o pobre pastor nem provavelmente daria fé que uma alma cristã, como a sua, ia passando tão perto dele e cortando a solidão.

Mas que fenómeno foi este?... Súbito o rapaz ergueu o tronco, estouvadamente, voltou-se na direcção do sul, cravou com fervor o olhar na moça, e por um lento movimento de cabeça aí vá de acompanhar-lhe com os olhos avidamente o caminhar. Com os olhos não digo bem; com a alma... tão exclusiva e atenta era a sua preocupação!

De pescoço estendido, órbitas dilatadas, como que abertos os braços na expectativa de um amplexo ardentemente desejado, mostrava-se o peçureiro dominado por invencível fascinação. Antes que pudesse sentir o leve ruído dos passos da padeirinha, presentira-a, adivinhara-a; e agora, à sua aproximação, parecia que ia lançá-lo contra ela uma corrente magnética invisível.

A rapariga avistou-o de longe; não manifestou a menor surpresa, qual se houvesse notado um facto com que contava já... e ao encarar com aquela postura perdidamente ansiosa, aquela estranha e potente fascinação, sorriu entre desdenhosa e contente, continuando no mesmo andar o seu caminho.

Quando ela passava mesmo em frente ao marco, o rapaz ergueu-se de salto. Aventurou um passo para a frente, pôs-se a coçar a nuca, presa de um grande embaraço que se esforçava por vencer, e por fim lá arriscou com voz trémula e contrita esta saudação

- Ora salve-a Deus, santinha...
- Salve-o Deus, irmão... – respondeu a moça, sem parar.
- Vai pra longe assim tão carregada?
- Agora vou, vou pra perto; pra Gondra vender este pão.
- Se lhe não faz minga que eu a ajude, levo-lhe o cesto té à ribeira.
- Ah! não é preciso... eu posso bem.

E, estas palavras ditas com um modo sacudido, ingrato, dobrou o passo e breve desapareceu.

O rapaz deu com o punho direito um forte murro na frente, e o seu rosto contraiu-se num ranilhamento de desespero. Duas furtivas lágrimas rolaram-lhe quentes pela face, brilharam súbito iluminadas pelo sol, e foram insinuar-se-lhe envergonhadas aos cantos dos lábios descaídos.

Ele amava doidamente a padeirinha. Há dias que a tinha visto pela primeira vez, quando ela, como agora, regressava do seu tráfego habitual; e desde então nunca mais deixara de àquela hora vir sempre ao alto

da Vala, para a ver passar. Nunca lhe tinha ainda falado. Se não fora o instintivo temor do ridículo, teria, sim, ajoelhado já ante ela, tomado por um impulso de religiosa adoração... Um acobardamento invencível, um como acatamento fanático e absoluto, o receio de uma acolhida desfavorável, que lhe derribasse brutalmente a vaga esperança na felicidade, estrangulavam-lhe a voz na laringe e apenas lhe permitiam o exprimir-se pelo olhar. E essa linguagem eloquentíssima percebera-a ela de há muito; por isso ria vaidosa, sempre que topava com aquele símbolo vivo de uma afeição, por ela inspirada, e que na sua despreocupação juvenil a tonta sobranceiramente desprezava.

Neste último dia, a congestionada impetuosidade do afecto havia quebrado o encanto e rompido com a mudez. – Meu Deus, e para quê!?... Para que lhe falara ele?... Um acolhimento seco, frio, quase hostil, fora a justa punição do seu atrevimento! – Devia adorá-la em silêncio, encerrar-se com ela num redil imaginário e puro, erguer-lhe altares pela Serra, que cobriria de flores... devia recortar no céu alto, pela noite, a sua imagem, na floresta simbólica das estrelas... mas dirigir-lhe a fala... que falta de respeito, que profanação! Como a sua voz soara arreliativa e áspera para com a voz daquele anjo, tão argentina e tão pura! E ela agastara-se por força; na manhã seguinte tomaria outro caminho, embora mais longo ou custoso, só para não passar por ali. Num momento de irreflexão imperdoável afugentara ele o seu ideal, fizera tombar a árvore dos seus sonhos.

Na madrugada seguinte, lá estava no alto da Vala, não quieto e mudo como na véspera, à espera que o coração lhe desse rebate da aproximação da moça, que tinha como certa; mas desassossegado, rabioso, trémulo, trepando aqui, descendo acolá, a perscrutar com a vista os montes em torno, a mergulhá-la persistente em todos os caminhos que podia descobrir. A estrela-d'alva, prestes a ocultar-se, fazia-o mais pálido; e enquanto ele analisava sôfrego, um a um, os atalhos, as carreteiras, as simples vias de pé posto, receoso de que por algum deles lhe escapasse, sem ser visto, o seu amor, dava saída à sua sobreexcitação por meio de pedradas e berros descompostos, dirigidos inconscientemente ao rebanho, e que iam fazer esvoaçar espavoridas as ninhadas de perdizes novas.

A moça era natural de Gondra e filha de um pobre lavrador, velho, sórdido e avaro, insociável como um serrano e manhoso como um aldeão. De há muito viúvo, habitava com a filha uma pequena casa rústica, de

pedra solta e telha vã, tão tisonada no exterior pelos embates do tempo, como enegrecida e imunda no interior. Poisava a habitação na margem direita da ribeira de Gondra, no mais profundo do angustiado vale, rodeada por um escasso campo de milho e de vinha, que, com aquela, constituía toda a riqueza imóvel do lavrador. Era delicioso o sítio, pelo seu recato e amenidade excepcionas. Uma longa fila de amieiros, anediados e correctos, vestia as margens do ribeiro; e as latadas anosas e espessas cobriam grandes porções do solo com uma sombra consoladora, cujo conforto, impagável nas horas calmosas do estio, uma viração amena e constante vinha ainda solícita aumentar.

Nas traseiras da choupana alteava-se em declive suave até uma altura enorme a serra estéril de S. Pedro. Pela frente, um pontão rústico de troncos de pinheiro, sobre os quais assentavam transversalmente quatro tábuas também de pinho, dava serventia ao caminho de Gondra para a vila; e para lá da ribeira aprumava-se abrupta a serra do Arressaio, com as encostas aspérrimas eriçadas de bastos pinheirais. O horizonte era aqui limitadíssimo, diminutíssima a convivência humana.

E neste berço sereno, repousado e puro, como que perdido no seio das agruras da imensa serrania circunjacente, neste *oásis* em que a natureza empregara pródiga os seus encantos mais ingenuamente atraentes, nascera e fora criada a padeirita do nosso conto. Orfã de mãe desde os oito anos, passava de ordinário o tempo a trepar as encostas, a pescar peixe miúdo na ribeira, e a dormir sobre os montões de tojo seco, amontoados para estrume em frente da habitação... quando não ia fazer o caldo e talhar a boroa para o jantar, ou cuidar dos esguios galináceos da sua reduzida criação.

Deslizava para ela estupidamente a vida, neste apertado círculo de sensações e conhecimentos, neste vale ermo, tristonho e só, até aonde não penetrava nem a fúria das tempestades, nem o ruído das paixões. Das pessoas, conhecia seu pai, que passava horas sobre horas sentado à varanda, silencioso, a fabricar redes e chumbeiras, e um ou outro indivíduo de Gondra, que acaso por lá se demorava alguns minutos a cavaquear; das coisas, nada mais que o rudimentar arranjo da casa e o cultivo da vinha e o fabrico do pão. Era imensamente ignorante; mas o seu temperamento nervoso, ávido de comoções, de bulício, de coisas novas, dava-lhe não raro dolorosas aguilhoadas na curiosidade, que a punham cismadora e triste, porque antevia no mundo o que quer que fosse de belo, de ruidoso, de vivido e cintilante, que lhe era defeso conhecer e gostar.

Por vezes, ao ouvir falar das maravilhas do Porto, da sua Torre dos Clérigos, do seu Palácio, da estranha animação da sua Ribeira, questionava importunamente o pai com um chuvaireiro de interrogações, em que insofrida e sôfrega pululava toda a sua ânsia de saber. O pai porém, em vez das almejadas respostas, em troco das descrições pitorescas que ela solicitava, para lhe alimentarem a doida imaginação, soltava-lhe quatro pragas violentas e recaía na mudez habitual:

– Raios partam os do Porto mal’as suas grandezas! Esses, sim, têm dinheiro, andam em bons carros, gozam quanto é bom. Nós cá os da serra, – com mil diabos! – nem lenha temos muitas vezes no Inverno, nem uma pinga pra nos aquecer!

Quando a rapariga fez quinze anos, disse-lhe o pai solenemente: – que ela estava uma mulher feita e robusta, que lhe era preciso trabalhar, que o amanhã da casa lhe deixava muita hora livre para outra ocupação; que ele era pobre e o pouco que tinha lhe custara muita baga de suor para o ganhar; que a preguiça nem o próprio diabo a queria, e que nada havia como o trabalho para dar saúde e vigor. Depois explicou-lhe, com uma solicitude manhosamente interesseira, que já lhe tinha arranjado em que se empregar... não havia agora em Gondra padeira, que fosse diariamente a Arouca, e ela podia aproveitar. Era um negócio rendoso, um dos melhores de por ali, um ovo por um real; não deixava menos dos seus seis vinténs por dia, e chegava mesmo em certos dias a oito e até a pinto. – Que lhe deitasse a mão.

– Ela era nova e bonita, haviam de atrever-se-lhe... mas que não tivesse sustos; fosse séria e desempenada, que ninguém seria capaz de a molestar.

A filha aceitou radiante a proposta da nova ocupação. Ir ver Arouca e o seu convento! Que ventura! E depois, aquelas casas caídas, com caixilhos de vidraça, e a estrada a macadame, alva como uma fita de nastro, a ziguezaguear, a brilhar... e os homens, os *fidalgos* de lá, que por força haviam de ter outras caras, menos anegradadas e rugosas que as dos de Gondra, e que haviam de andar mais asseados... não teriam as mãos ásperas, nem andariam descalços a mostrar uns pés gretados e negros, mais esquinados que a face de um penedo! E o respirar livremente o ar sadio e corrente das grimpas das montanhas; e o descortinar daí muitas terras, muitas, destacando ridentes a alva mancha da casaria dentre o negro esverdeado dos campos de cultura. E mil outras miragens de felicidade, alumbrando a sua imaginação insaciável, acendendo o seu temperamento irrequieto e buliçoso.

Na véspera da primeira partida para Arouca, de puro exaltado, não dormia. As primeiras viagens foram para ela uma revelação; deliraram-lhe ante os olhos deslumbrados as delícias de um viver inteiramente diverso daquele que tinha levado até ali. Foram a princípio de desgosto as suas mais fortes sensações. Conhecia-se como que humilhada e estranha no meio daquela gente: daquelas mulheres, que ela odiava, trajando chitas de cores vistosas, calçando leves chinelinhas, cingindo o pescoço em muitas voltas com pesados grillhões de ouro... aqueles homens, a quem se entregaria de bom grado, sem escolha, e que de certo nem para ela atentavam sequer!

Foi pouco a pouco depois nascendo nela o desejo de se polir, de se igualar às da vila. Breve comprou um pequeno espelho circular de moldura de chumbo, que lhe custou trinta reis. Pôs algum cuidado no arranjo da pocilga, que lhe servia de quarto de dormir: a cama, que antigamente permanecia todo o dia em indiscreto desalinho, agora era logo feita de manhã, a manta escrupulosamente alisada e a dobra do lençol muito igual. A sua pesada saia de burel trocou-a por uma de chita, amarela com floritas rubras; os pés, outrora ásperos e sujos por costume, cuidou de lavá-los quotidianamente com esmero; o tronco, airoso e cheio, apertou-o com um coletinho de pano, curto e decotado, sem mangas, puxando à frente os seios, e que deixava entre ele e a saia escapar-se em gracioso tufo a camisa atrigada de pano cru; sobre o seio vinham sobrepor-se as duas pontas de um grande lenço vistoso, de ramagens apoplécticas; e um outro lenço, quase todo branco, passado pela frente da testa, ia atar-se-lhe sob a nuca, emoldurando deliciosamente aquela cabeça bem quadrada e varonil, que no seu nariz grande e direito, no seu queixo em ponta, na sua tez morena e ligeiramente corada, apresentava um misto, brunido e arrogante, de romano e de peninsular. O farto cabelo castanho, que usara cortado curto na frente, puxado à testa, rente aos olhos, anediava-o agora ao espelho cuidadosamente, apartava-o ao centro, e alteava-o ao lado em duas marrafas muito macias, ligeiramente ondeadas.

Como arrebique inseparável e querido, duma ténue fita de veludilho pendia-lhe sobre o colo uma cruz de ouro, que lhe legara sua mãe.

Não se efectuou sem rudes repreensões do pai esta metamorfose, que ele chamava uma tonteria, um desperdício, e que lhe cerceava grandemente os magros proventos da recovagem do pão. A verdadeira tonteria da filha percebia-a ele de mais; compreendia em que resvaladios escolhos poderia ir esbarrar aquela súbita liberdade intempestiva, concedida a uma organização

tão finamente impressionável, e tão inexperiente, tão cega ainda. Não lhe importava porém; o seu cinismo exclusivista de avarento apenas se preocupava com o dinheiro que ela do trabalho lhe podia colher. Enquanto a honra, dignidade, pudor, chamava-lhes *lérias* e ria como um descrente.

E não faltavam de facto à rapariga as graçolas, os grossos requebros, os ditos picantes e descabelados, que ela saboreava sôfrega, qual se foram a nata do galanteio, a quinta-essência do amor. Consumiam-na uns desejos vagos e indistintos, uma quente e deliciosa ânsia, que ela a si mesma não sabia explicar... e que a faziam caminhar pela serra horas e horas, até submeter pelo cansaço aqueles intensos pruridos da sua vigorosa organização.

Por um dia claro e limpo de Maio, ao sair de Arouca, em vez de tomar directamente para o alto da Vala, subira para leste, ao Serro do Cão, eminência da qual lhe haviam dito que se avistava o Porto. Olhou na direcção de noroeste, e o seu agudo olhar de montanhesa lá enxergou a custo, muito ao longe, uma nódoa esbranquiçada e extensa, que se alastrava pela convexidade dos montes azulados, a espaços coroada pelos rolos de fumo das fábricas, meio extinta na vaga nebulosidade da atmosfera, e cortada quase ao Centro por um fino prumo esguio, que como um dedo gigante se elevava para o céu. Era a torre dos Clérigos.

– Que alta que deve ser! E que grande a cidade!... Quem me dera lá!

Na manhã em que André tão alterado a esperava, ela voltou à aldeia pelo caminho costumado. Vinha em demanda do pecureiro. Comprazia-lhe aquela santa persistência do rapaz; afagava-lhe o amor-próprio. Não que ela o quisesse pra nada! Era um serrano, um perfeito urso, um lobo... Mas nem por isso deixava de ir todas os dias receber gostosa o tributo daquela afeição puríssima, coquetear com o que desdenhava. – Era mulher.

Neste dia foi ela a primeira a romper o silêncio:

– Bons dias, pastor... Então, todas as manhãs por aqui?

– Ando co’as minhas rezes, bem vê... – redarguiu, balbuciando, André, a quem atrapalhou ainda mais a ostensiva afabilidade da moça do que a sua aparição.

– Amanhar a vida, faz bem... Então até mais ver!

E dispunha-se maliciosamente a partir. André porém, animado pela graça da rapariga, e disposto além disso a explicar-se de vez com ela, deu alguns passos, e com uma voz lamuriante:

– Pois já se vai?...

– Quer-me alguma coisa?... Talvez comprar algum pão?

– O meu pão, menina, não se amassa nas vilas; é duro como a lousa e negro como os meus calções... Diga-me só a sua graça, se faz favor.

– Sou Ana, pró servir, – respondeu prontamente a padeira, com uma inopinada desenvoltura, que denotava nela a intenção de gaiatar.

– Ora, Aninhas, eu quisera... Suspendeu-se, com os olhos pregados no chão.

– Quisera... desempache, diga lá! – E poisando o cesto, sentou-se graciosamente no solo, com as pernas encruzadas e o rosto fito em André, numa patente expressão provocadora.

Queria incitá-lo a falar, a explicar-se... André permaneceu ainda algum tempo mudo, dominado por um embaraço invencível; mas afinal, sacudindo a cabeça resolutivo:

– Diga-me, Aninhas... – aventurou por fim o rapaz, – queria ter muitas terras, muito gado, muita riqueza?

– Oh! se queria.... e vossemecê?

– Eu lhe digo... Dacolá. – e apontou para sudoeste, – dacolá daqueles pinocos da Serra Grande avistam-se quatro bispados. Pois eu queria-os todos meus, só pra uma coisa... pra lhos dar!

– Ora agora, que lembrança! Você está a brincar.

– Não estou, Aninhas... Queria-os, pra lhos dar; pra mais nada, não!

– Fracos desejos tem você!

– Engana-se! O meu desejo é grande... tão grande que até me acobardo de lho confessar.

– Você não é homem... Se eu o percebo!... Qual é o seu desejo, vamos a saber?

André, num amoroso ímpeto indomável, caiu de chofre junto de Ana, ajoelhado sobre ambos os joelhos, e apertando-lhe brutalmente os braços e as mãos, exclamou:

– O meu desejo és tu!... Quero-te, como a loba quer aos filhos, como o musgo quer ao penedo a que se apega, como Deus quer a todos nós!

Ana, que começara o diálogo a brincar com o amor de André, sentia-se agora comovida, invadia-a o simpatismo da paixão. O seio alteava-se-lhe, humedeciam-se-lhe os olhos, ia quase a balbuciar também uma frase apaixonada... Mas de repente lembrou-se das casas caiadas de Arouca com caixilhos de vidraça, dos homens que não andavam descalços, que usavam uns chapéus lustrosos e macios, que cheiravam a um misterioso aroma,

superior ao *montesinho* dos anhos e dos cabritos; e a sua natureza azougada e doida reagiu presto contra aquele impulso honesto e bom.

Pondo-se rapidamente em pé e sobraçando o cesto, retorquiu em tom de mofa:

– Você ensandeceu por força! Dizer-me que me quer!... Ora não há!

E já arrogante e estouvada se afastava, enquanto repunha o cesto sobre a cabeça, fazendo na sua frente pular medrosos os coelhos, e trauteando de arreganho:

Menina não seja vária,
Recolha o seu pensamento,
Que beijos são impostura,
Palavras leva-as o vento...

Na madrugada seguinte, uma formosa manhã do estio, fresca e limpidíssima, em que o azul claro e pardacento da atmosfera parecia a visão de um lago coberto por finíssimo véu de gaze, o fidalgo da Mó saiu a caçar, a pé, de chumbeira a tiracolo, clavina de dois canos ao ombro, charuto ao canto da boca, seguido por um criado e precedido de três famosos perdigueiros. Baixo, amplo e refeito, acusava uma sã organização hercúlea, tomada indubitavelmente no berço, mas depois a largo trecho desenvolvida por frequentes exercícios físicos, por uma alimentação abundante e substanciosa e pela tonificante ginástica do pulmão nas grandes altitudes. Caçava quase diariamente, por hábito, mesmo no maior rigor do Inverno; entregava-se gostosamente de muitas vezes ao desempenho dos mais rudes trabalhos rurais; e tinha um grande cavalo rosilho, que o levava em duas horas de Arouca a Oliveira de Azeméis.

Trigueiro, olhos e cabelo preto, nariz rasgado e viril, mãos largas e nodosas, espáduas horizontais, todo o seu corpo tinha bem evidente a rubrica da força e da pujança. Era fioso, atrevido, femeeiro e brigão. Contando agora 30 anos, desde os 15 que a sua vida se contava por uma ininterrompida série de desaguisados, de cruezas, de sem razões, de estupros, de lutas armadas em feiras, de cacetadas distribuídas por arraiais. Era forte como um toiro e imberbe como um adolescente, devasso como um colegial e irascível como a tormenta.

As pobres aldeãs temiam-no; e muitas, mesmo a tremer... o adoravam, porque irresistivelmente as hipnotizava o diabólico poder dos seus grandes

olhos negros. Ele gabava-se com o mais cínico desplante de que as havia «de levar a eito.» No seu rosto movediço e radiante desabotoava-se invariável, como uma flor vermelha de Maio, a vaidade do triunfo nunca desmentido.

Não são raros pela província estes exemplares repugnantes de conquistadores do surro e do tamanco, espécie de pachás de baixa estofa, porventura resquício ainda da dominação muçulmana no país.

Nessa manhã, pois, ao dobrar o cotovelo que faz o novo caminho municipal, quando torneia o morro de Santa Luzia, encontrou-se o fidalgo com Aninhas, que descia para Arouca ao tráfego costumado. Agradou-lhe; pôs-se a segui-la e a disparar-lhe um vivo tiroteio de baixos e triviais galanteios, que a faziam corar e estremecer. – Não que a gentil moçoila valia bem um bando de perdizes, co’a breca!

A rapariga estugava o passo, açudada, vermelha como uma romã, enquanto os três perdigueiros, brejeiramente apostados em lhe tornar maior o embaraço, a cercavam solícitos e brincões, com a sua costumada afabilidade cosmopolita, saltando, correndo, lambendo-lhe as mãos, atravessando-se-lhe na frente, passando-lhe por entre as pernas, quase a ponto de a fazerem cair. O velho criado esse fizera para trás, discretamente.

Passados poucos minutos, o fidalgo, em vez de continuar nas peugadas da moça, seguia já, mas era ao lado dela, falando sempre, tentando recortar suas frases galantes... enquanto Ana, com um turbilhão nos ouvidos, sacudida por um latejar de fontes, sonoro como bater de martelo, e por umas palpitações do coração, fortes como punhadas, quase não percebia palavra do torpe arrazoado daquele Romeu de viela, daquele Tartufo sertanejo.

Mas enfim, como não há mal que se não acabe, quis a *bôa* fortuna da moça que essas poucas palavras, de longe em longe percebidas, fossem exactamente as que lhe revelavam que o seu requestador era um fidalgo, – que honra!: o fidalgo da Mó – que deslumbramento! Conhecia-o por tradição, e há muito que ardia em desejos de o conhecer pelos seus olhos. O acaso fornecia-lhe agora inesperadamente a ocasião. Era aproveitá-la.

No fim de contas, porque não havia de ele gostar dela?... E gostar dum modo diferente daquele por que quisera às outras: isto é, gostar dela lá do fundo, mesmo lá de dentro?... Podia muito bem ser; ela tinha perfeições para isso. – E que bom, as outras a morderem-se depois de inveja, todas raivosas!...

Principiou então de olhá-lo, primeiro a medo, espaço a espaço, furtivamente, depois com mais confiança e maior insistência, depois naturalmente

já; e ao passo que procurava afectar nos ademanos, no andar, no gesto a mais glacial indiferença, os olhos, – esses traidores. – febrilmente vidrados pelo alvoroço, ora se lhe iluminavam rápido como dois carbúnculos, ora se lhe embaciavam languidamente num delicioso esfumado de manhã de primavera.

No entanto, sempre muda.

Já muito perto da vila, quando o fidalgo, depois de lhe haver reiterado mais uma vez os seus protestos de amor dosimétrico, seguidos por umas quaisquer propostas equívocas, lhe perguntou, um pouco impacientado: – Então, que me diz – retrucou-lhe, sem o encarar, num tom gaiatamente desdenhoso:

Digo que Deus que é bom senhor..

E desatou a correr, a refugiar-se na vila.

Ele estacou, retesou as pernas numa atitude triunfante, como quem antegostava uma vitória, e, radioso como um girassol, acendeu segundo charuto aos restos do primeiro, enquanto monologava:

– Mais hoje, mais amanhã, és minha!

Por aqueles dias mais próximos, André não conseguiu tornar a ver a padeira. Esta, sabendo-o no alto da Vala, torcia e alongava de caso pensado o caminho, para o não encontrar. O pobre pastor sabia-o, poderia ir aguardá-la em algum dos pontos do seu novo roteiro, desejava mesmo ardentemente fazê-lo... mas falecia-lhe o ânimo. Porquê? Porque a amava perdidamente.

Uma das manifestações mais espontâneas, mais fatais, mais infalíveis da verdadeira paixão amorosa, é o acanhamento. A timidez é o diagnóstico do amor. Quem ama, receia... Teme desmoronar ao primeiro movimento ousado ou indiscreto esse fugacíssimo castelo ideal e santo; que só um afecto lídimo sabe elevar com pedaços da própria alma.

Assim, taciturno e selvagem, o nosso André lá ia curtindo medonhamente o seu desespero, como na estreita célula um condenado a prisão perpétua.

A termos que, no dia de S. Bartolomeu, quando principiaram a decampar das serras a leste de Arouca os pecureiros da serra da Estrela, dando por terminada a sua costumada migração de todos os anos, o nosso André, de puro alucinado, juntou-se a eles com o seu rebanho, deixou resoluto o berço natal e partiu também.

Volido um ano, volveram os gados a povoar as serras; desde a Freita ao Gamarão.

Pelas onze horas da manhã de um dos dias de Julho mais calmosos e estivais, era eminentemente pitoresco e original o quadro que se desenrolava no planalto do cume da serra da Freita.

O calor ardia intensíssimo, asfixiante; a calma poisava completa e profunda. As folhas do sargaço, imóveis, demonstravam que nem aquela branda viração, peculiar da serra, soprava por então. Os penhascos de granito – escuros e luzentes reverberos – expeliam umas lufadas escandescentes e abrasadas, como se foram eles mesmos possantes focos de calor; o próprio solo queimava; e a atmosfera pesada e pardacenta lembrava a fumarada que exala uma vasta fornalha em acção.

Numa das vertentes do monte vegetava infestado e raquítico um pequeno pinheiral, atravessado por um fio de água, delgado e escasso, que em breves cintilações de estrelas ia derivando rápido e esquivo, em cata de sombra e de frescura. Sob os pinheiros, os gados aglomerados, em pé e dispostos em grupos numerosos, de forma circular, com os focinhos voltados todos para o interior, aguardavam pacientes e taciturnos que, passada a hora da sesta, passassem também os maiores rigores da insolação.

Não longe alguns pecureiros, em grupo animado e amigo, conversavam saboreando sua parca refeição de pão centeio e queijo, regado generosamente por um belo vinho verde, que a clássica borracha de coiro guardava e distribuía.

– Este ano não hei-de eu deixar de ir, – dizia o mais novo, – à *Frecha da Mizarela*, que pelos modos sempre é lugar pra se ver.

– Ah! bô; pois não é!... – obtemperou gravemente um homúnculo dos seus 40 anos, magro e felpudo como um velho bode. – A água a cair de uma altura daquelas, lá no fundo, e a levantar uma poeira branca, que um homem não sabe se é água, se é fumo!

– E diz que não se ouve em cima barulho nenhum.

– Nem raça... Aquilo é coisa do diabo, a água a cair tão de alto e sem se sentir! – E que altura tem a queda?

– Há muitas opiniões... – disse, entrando na palestra, um terceiro conviva. – Mas eu cá por mim, que estive na cidade e já vi a tal corrente de água, mesmo de baixo, onde muito pouca gente vai, entendo que tem mais altura do que a Torre dos Clérigos.

– Abaixo, abaixo... – corrigiu com ar sentencioso o velhote, não chega a tanto; só por se ver muito de perto é que parece assim. Que o mais, não tem mais altura que as torres da Sé. – E levou negligente à boca o gargalo da borracha, com gulosos movimentos da laringe, afilada e longa como um bico de avestruz.

– Mas diga-me, seu Manel, como pode se descer té lá ao fundo, té aonde cai a água? – interrogou, prosseguindo, o rapaz, cuja novel imaginação se excitava fantasiando e exagerando as maravilhas da queda da Mizarela.

– Pode, pode, mas com muito trabalho; e pra isso é preciso levar de Albergaria das Cabras alguém que saiba guiar a gente. Não que aqueles pedregulhos não são de fiar! Aquilo é tudo coisa dos moiros, ou do diabo, que o digo eu...

– Você assusta-me, seu Manel!

– Susto tinhas tu, se souberas tudo, meu rapaz...

– Susto há-de ele ter, quando vir o *palácio do rei*, – acudiu o da Torre dos Clérigos, cortando com a navalha um naco de queijo. – Olha: são três cavernas, de boca longa, esguia e negra como a cauda de um grilo, umas à ilharga das outras e tapadas. Viveu ali um rei moiro, que deixou numa um monte de oiro, noutra um tesouro de diamantes, que chega pra comprar toda a cristandade...

– Ena, pai! e porque é que ainda ninguém roubou tamanha riqueza?...

– Porque na terceira gruta fechou o alma do dianho uma camada de peste, capaz de matar inteira a população da terra! E como ninguém sabe onde está a peste, nem onde estão o oiro e os diamantes, também ninguém se aventura ao roubo, com medo de se enganar e vir a empestar todo o mundo, em vez de enriquecer!

– Olha que tal...

– Se lá fores, rapaz, – aconselhou ainda, – não deixes de ver também a *cadeira* e a *tina do rei*... mas não entres numa, nem te assentes na outra! Olha que ficavas tolhido pra toda a vida.

Rapazes!... – exclamou o velho Manuel, lá chega o André.

Das bandas do Arressaio surdira efectivamente no alto o ingénuo pastor, vermelho, ofegante, o suor pela frente em camarinhas e o cabelo empastado nas fontes e na testa, corredio e húmido.

– Viva o André! Por pouco to não ficavas lá hoje...

– Anda pra sombra depressa! que o sol escalda.

– Bebe uma pinga pra refrescar.

E formou-se em torno do moço um grupo interessado e amigo.

André, porém, com os lábios contraídos, vincados e o olhar turvo e sinistro, arremessou-se perdidamente contra o solo, sem que nem de leve correspondesse ao solícito empenho da comitiva em o confortar.

Fez-se no grupo um movimento simpático de verdadeira compaixão.

– Más novas colheu, coitado!

– Quem toma amores por gado veleiro, é a sorte que tem!

– Chega-te pr' aqui, André!

– Agora chego... deixem-me!

– Pois tu não hás-de tragar nem beber nada?

– Tragar já eu hoje traguei, mas foi coisa pior que fel... – Fez pausa e depois, numa explosão de exaspero: A Aninhas fez o seu gosto no passado Inverno... – E, com a voz a estrangular-se-lhe na laringe... – Deu-se ao fidalgo da Mó!... Ah! mal haja a hora em que eu a conheci.

– Deixa-te de maluqueiras, rapaz... – aconselhou paternalmente o velho. – Que a leve o diabo e mal os fidalgos, que não servem senão pra nos desonrar. Dá um pontapé de vez nestas recreadas, que não sabem senão perder-se e mais a quem lhes quer bem! Tens por esse mundo muita moça honrada e linda que possa gostar de ti.

– Mas de nenhuma gosto eu, como desta, que era mesmo uma perdição! Como o coração me batia e me chamava pra ela! como me encantavam aqueles olhos baixelos e negros, aquela graça de lebre, aquele ar soberano de águia, aquelas ancas roliças como um velo de lâ!...

E, deixando-se cair no abandono da suprema desesperança:

– Eu morro, eu morro se a não torno a ver!

Chorava e arreplava-se como uma criança mimada, a quem contrariaram pela primeira vez.

– Diabo! a mulher deu-lhe por força coisa a beber... – observou crendeiamente o mais moço, a meia voz; e depois, mais alto: – E quem te deu a nova?

– Foi o traste do pai dela! Eu lá atinei coa casa, a casinha do vale. Ia com o sangue alvoroçado... batiam-me as fontes com alma... via tudo vermelho... e até me custava a enxergar o caminho. O velho estava à varanda, a fazer muito sossegado uma rede. Olhou-me desconfiado e quase como a um inimigo. Perguntei-lhe pela filha; respondeu-me desavergonhadamente: «Não sei dela; foi-se pró fidalgo da Mó, o sr. Antoninho, que a andava a requestar. Fez a asneira, lá se avenha... Ah! o fidalgo tem dinheiro: pior

que ela estou eu, que quase não tenho vintém». Esta fala do velho caiu-me como uma martelada no coração... Abalei dali pra fora como doido, e vim direitinho pr' aqui.

Depois de uma curta pausa acrescentou, com os punhos cerrados e no olhar a expressão do mais entranhado rancor:

– Ladrão de fidalgo!... hei-de matá-lo! Juro-o por alma de meu pai. E a ela... – emendando com suavidade, – a ela, abraçava-a agora enternecido e perdoava-lhe tudo, se tivesse aquela de a ver.

– Forte parvoeira lhe deu! – disse de banda para o grupo, entre compungido e satírico, o Manuel.

A esse tempo ouviu-se uma voz, argentina e fresca, não longe sentimentalmente a descantar:

Tudo que há triste no mundo
Tomara que fosse meu,
Para ver se tudo junto
Era mais triste do que eu...

Para André o mesmo foi ouvi-la, que reconheceu a voz de Aninhas naquele melodioso gorgear.

Ergueu-se súbito. Notando que o som vinha das bandas do sul, correu a ascender ao morro por esse lado e após um segundo de pausa no alto, durante o qual mergulhara ávido a vista na encosta da outra banda, exclamou transportado:

– Aninhas! tu aqui!...

E precipitando-se pela vertente, desapareceu.

Os pecureiros, suspensos e atónitos, interromperam a um tempo a sua refeição modesta e correram prestes em pós de André, alguns empunhando ainda na dextra o navalhão de ferro e na sinistra um alentado naco de pão.

Chegados também ao alto, descortinaram na vertente que se lhes desdobrava sob os pés, e a meio declive, o vulto de André, parado, extático, de joelhos dobrados, as mãos erguidas, em muda e exclusiva adoração; e no fundo, mesmo sobre a linha que as águas pluviais seguem durante a invernia, Ana, imóvel e ostensivamente retraída, sentada sobre um calhau. Estava magra e descorada; tinha as feições apagadas e descaídas, a cor de cera, os membros alquebrados, pendentes, sem vigor.

Denotava a fome e o sofrimento. No seu todo doentio e triste estampava-se eloquentemente o arrependimento, as privações, o desalento e o pesar. Vestia uma saia de lã escura, ainda em bom uso, com um folho largo e tufado, mas distinguido sem dúvida pelo roçar aturado das urzes e dos penedos; uma jaquetinha curta e elegante não conseguia ocultar-lhe a opulência do seio, que se arredondava numa pujança de curvas pouco vulgar para tão tenra idade; ao colo a mesma cruz de sua mãe; e das orelhas pendiam-lhe triunfantes e buliçosas pesadas arrecadas de oiro, despedindo intensas irradiações... O preço do seu amor!

Passeava alheadamente a vista em torno, com os olhos abertos num desmesuramento idiota. Ao descortinar André, nem deu fé a princípio, nem mesmo o reconheceu.

– Ana, minha Aninhas! ainda bem que te encontro. Não podia viver sem ti! –prorrompeu André, primeiro quase a medo; depois com crescida exaltação. – Anda pra mim, minha santa, anda pra mim, que te hei-de querer como ninguém. Tu não estiveste com o fidalgo, pois não?... Diz-me, diz-me que não!

– Estive – estive, por meu mal... – respondeu Ana, pausadamente, com um tom demorado e grave, quase sem consciência do que respondia, antes cuidando que pensava em voz alta.– E agora pago bem caro a minha tola presunção! Por tanto querer a mim mesma, por desatender quem me queria bem, acabei por me perder... Esse fidalgo gozou-se de mim até fartar, depois de saciado pôs-me fora de casa, como um traste inútil, acompanhando o desprezo com o insulto de algumas libras, reles preço da minha inocência: aí está o meu passado. O presente e a vergonha, o arrependimento e a fome. O futuro qual será?...

– O futuro, Aninhas, é o meu amor e o meu perdão! – explodiu apaixonadamente André. E aproximava-se da moça, humilde, receoso, quase suplicante.

Ela fitou demoradamente os olhos nele, passou ambas as mãos pelo rosto, qual se houvera despertado naquele instante, e expandindo-se numa alvorada brilhante de reabilitadora alegria, exclamou, erguendo-se e caminhando para o pastor:

– Ah! meu André, porque te não escutei eu, há um ano? Para que mofei de ti?...

Mas André transfigurara-se de repente. Apenas a padeirita se levantou, que ele retrocedeu apavorado e nojoso, no semblante a expressão do asco

mais estreme e da mais tediosa repugnância. Notara no ventre de Aninhas uma proeminência característica, nos quadris um alargamento anormal, que lhe acusavam nitidamente o estado de gravidez. Então o seu feroz instinto de serrano irritado dilatou-se, ruidoso e seco como o estoiro de uma bomba de dinamite:

– Ai! o que to fez o fidalgo!

E como a desgraçada empalidecesse, baixando a cabeça submissa, a confessar tacitamente a falta de que a acusava:

– Espera que eu to ensino, cabra! – rugiu num ímpeto de cólera ferina.

E uma pedrada, arrojada por mão vigorosa e certa, presto iria ferir a pobre moça, se os da comitiva não houvessem corrido a tempo, a colher em flagrante a fúria do pastor.

Pelo decurso do dia e durante toda a noite seguinte, André não pôde sossegar. Baralhavam-lhe o bronco cérebro uma aluvião de ideias, atropeladas, confusas e mal distintas, que o traziam raivoso, perdido e louco pelos dédalos tenebrosos da incerteza e da dor. Ora lhe crepitavam no encéfalo as mais sanguinárias tenções de vingança; ora se lhe diluía a vontade no lago tépido e dormente da bonança e do perdão. Abalado por uma excitação extraordinariamente tensa e vibrante; batido pelas mais encontradas torrentes de opinião; beliscado por desejos quase inconcebíveis, por apetites bestiais; movido de brutas e leoninas intenções, divagou o desconfortado pastor durante a noite, ao acaso, sem rumo certo, sem dar bem acordo de si, num perdimento de si mesmo, numa como anulação da inteligência e da vontade, que o deixava juguete passivo das paixões que o roíam.

Sem dar por tal, torneara toda a serra por oeste, seguindo a Souto-Redondo e Quintela; daí ascendera a Venda Nova, depois a Albergaria das Cabras, e ao alvorecer do dia poisava inconsciente no alto da Mizarela, depois de ter percorrido à toa para cima de 15 quilómetros. Aqui, o seu corpo alquebrado rolou para sobre um penedo artisticamente cavado e trabalhado pelos séculos, parecendo uma cadeira gigante, com seu assento, encostos para os braços e espaldar, e que os serranos na sua ingénua linguagem imaginativa chamam a *cadeira do rei*.

O sítio é ermo, árido e triste a mais não poder. Ante ele o espírito humano, de natureza sociável, recua pávido e como que se arreceia daquela imponente solidão.

A *cadeira* rodeiam-na pedregulhos ásperos e apinhados, onde a custo vegeta a urze *queiró*; para o sul quebra-se abruptamente o solo num declive quase vertical, eriçado também de penhascos enegrecidos, pontiagudos e nus; ao fundo da quebrada, despenham-se em catarata de mais 60 metros as nascentes do rio Caima, vasto lençol de água desdobrando-se em catadupas frementes sobre o granito, e que, espadanando furiosamente, após a queda, nas múltiplas anfractuosidades daquela rocha, naquele caleiro estreitíssimo e cerrado, sem que o som do seu impetuoso cair chegue aos ouvidos do observador do alto, assume um ar misterioso e fantástico, o que quer que seja de estranho e sobrenatural. Para além da torrente, um outro contraforte aspérrimo e fraguento e um outro morro estéril continuam monotonamente o anterior.

Enfezada vegetação de urgueiras, de fetos e de carvalhas borda as margens profundíssimas do rio, como se amedrontados os próprios vegetais evitassem tão desoladora estância. Enormes nódoas circulares de musgo negro lá estão marcando como anátemas a cor pardacenta e uniforme do granito puído pelas águas. Longas linhas de pedra, verticais e salientes, destacam-se do terreno apumado dos montes, cortando-o de alto a baixo, a parecerem espinhas dorsais a descoberto de gigantescos animais desconhecidos. Uma paisagem, em suma, soturna, temerosa e alpestre como poucas, digna verdadeiramente de ser admirada.

Este sítio medonho e lúgubre, duma beleza agreste incomparável, mergulhava-se por aquela antemanhã num véu de penumbra igualitária e fresca, que esbatia os contornos das coisas num esfumado dantesco, indefinido. André não via nada; apenas, um pouco acalmado pelo frescor da madrugada, punha em ordem os seus desordenados pensamentos. Terminara por decidir-se a procurar Ana, pedir-lhe perdão da sua ira intempestiva da véspera, e coabitar, até mesmo casar com ela. Fazia-lhe, afinal de contas, pequeno vinco na sua rude e pouco briosa dignidade a cópula frutificada de Ana com o fidalgo. Se o facto se houvesse dado com um da sua igualha, então, sim! O caso era outro. Porém fora um fidalgo, um indivíduo de outra esfera, de cujo crime o alcance ele mal chegava a perceber. E sobretudo, amava perdidamente a rapariga. Razões todas estas de sobra para apagar com a esponja da tolerância a imperdoável falta por ela cometida.

Tem tão pouca delicadeza a consciência do serrano, como o seu cérebro circunvoluções. É romba de mais para destrinçarem uns tais e tantos

casuísticos melindres de honra e de moral, que os homens da cidade respeitam e observam, a maior parte das vezes, valha a verdade, por mera e artificial conveniência.

Decidido por fim a topar com Ana a todo o custo, ergueu-se André e pôs-se a caminho, descendo a encosta, a descartar, numa reminiscência dolorosa:

*Tudo que há triste no mundo
Tomara que fosse meu...*

Súbito vê ante si, da outra banda da catarata, erecta na borda de um rochedo largo e cavado, aquela que ia pedir ansioso aos mais apartados recessos da serra... Ana estava ali assim, em pé, na atitude de quem escuta, quase sobre a face das águas, que lhe formavam um pedestal majestoso e casto, e recortando opacamente o seu vulto cheio e ondulante no puríssimo azul claro da atmosfera, ainda mal desperta para o dia que despontava.

Ela também torneara a serra, mas por leste, em oposição a André. Chorara lágrimas de sangue; e caíra por fim, extenuada de forças e cansada de espírito, na *tina do rei*. O entoar da sua quadra da véspera despertara-a... e agora se erguia a inquirir quem tão ternamente a cantava por ali.

Ao descortinar da outra banda do rio André, derivou-lhe pelo rosto uma tristeza indefinível, confrangeu-se toda de vergonha e pavor:

Ele porém:

– Ana, meu anjo, perdoa-me, sim?!... Eu quero-te muito, bem sabes. A minha acção de ontem foi filha do meu amor. Mas passou; tudo esqueci... tudo te perdoei! O que lá vai, lá vai, Aninhas... Vem pra mim!... Olha: lá em baixo, naquelas grutas, a par da peste há muito oiro e muito diamante. Eu irei lá furtá-los; o coração há-de encaminhar-me bem... E depois quero botá-los aos teus pés!... Mas não, não; pra quê diamantes, riquezas, fidalgarias?... Na pobreza viveremos melhor. Os nossos destinos hão-de ser irmãos como duas frutas repetindo harmoniosas o mesmo ar. Que felicidade que vai ser a nossa!... Vem pra mim, não te acobardes, meu amor!

Cada frase apaixonada de André pungia na alma de Ana como um punhal; rasgava-lhe dores lancinantes, sobre-humanas, porque lhe entremostrava risonhas, fervidas miragens de ventura, que ela em sua consciência entendia não dever compartilhar. Por isso redarguiu, no tom do mais calmo desespero:

– Estou muito suja pra ti... vou-me lavar primeiro!

E de um ímpeto convulso arremessou-se à torrente.

Ao contacto do obstáculo, as águas esparrinharam numa coroa puríssima de prata e de aljofres, e logo envolveram em alva e fresca mortalha, salpicada por um instante de raras pintas de sangue, o cadáver daquela mártir, que foi veloz despedaçar-se de encontro à penedia.

... Um raio de sol quase branco veio então iluminar a torrente, enquanto, batidas por ele, as codornizes entoavam despreocupadas os seus primeiros cantos matutinos.

Outubro 1883.

Alberto Pimentel
A guerrilha de frei Simão



Alberto Augusto de Almeida Pimentel nasceu em 1849, no Porto, filho de um médico local. Cresceu no Porto, cuja região sempre privilegiou nas abordagens de seus livros, mas foi em Lisboa que exerceu a parte mais representante da sua vida pública. Foi um escritor fecundíssimo, com mais de 100 obras publicadas, entre romances, crónicas, biografias e livros de memórias. Enquanto cidadão e político, foi jornalista e deputado. Conviveu com várias figuras políticas e literárias da época, das quais se destaca Camilo Castelo Branco, de quem foi grande amigo. Faleceu em Queluz, em 1925.

A guerrilha de frei Simão é um romance histórico, publicado em 1895 e baseado em alguns episódios históricos da aventura de Frei Simão de Vasconcelos e das convulsões liberais da primeira metade do século XIX, aos quais Alberto Pimentel adicionou diversas tramas narrativas. O livro centra a acção em dois locais: Cesar, de onde era natural e onde residia frei Simão, e Arouca, sobretudo no Mosteiro. Duas das relações amorosas que dão corpo ao romance são: a relação de Joaquim Maria, irmão de frei Simão, com Margarida Cândida, uma jovem de Chaves recolhida contra a vontade ao mosteiro de Arouca; e a relação de Jaime de Carvalho com Ernestina de Carvalho. O autor, expressando a sua simpatia pela causa liberal, é vivamente crítico das monjas do mosteiro de Arouca, que caracteriza como massivamente miguelistas e cruéis. A par da acção humana, há frequentes referências a nomes de localidades e elementos geográficos. Há também uma descrição do vale de Arouca, do vale do Paiva e do mosteiro. O livro foi alvo de uma segunda edição (Porto: Figueirinhas, 1945). Frei Simão de Vasconcelos, nascido em Cesar em 1788, foi monge cisterciense em Alcobaça. Tendo abandonado o mosteiro, voltou para casa da família. Liberal convicto, esteve preso na cadeia da Vila da Feira, de onde se evadiu. Em 1832, durante a guerra civil que opôs miguelistas a liberais, formou uma guerrilha no Porto, a qual se deslocou a Arouca, onde frei Simão passava algumas temporadas na casa do Outeiral, pertença da família. Perseguida pelas autoridades fiéis ao regime miguelista, a guerrilha foi capturada na serra da Freita e julgada em Viseu. Frei Simão, com 13 outros guerrilheiros, foi condenado à morte e fuzilado em 17 de Outubro de 1832. A sua figura tornou-se uma lenda.

A guerrilha de frei Simão*

Margarida Cândida entrou no mosteiro de Arouca com a firmeza dos mártires, que não tremem diante do sacrifício.

Depois que em Chaves trocou com Joaquim Maria aquele saudoso olhar afogado em copiosas lágrimas, nunca mais tornou a chorar. A sua angústia concentrara-se num silêncio doloroso, estrangulado. Liam-se-lhe no semblante os sinais de um grande sofrimento, mas os olhos conservavam-se enxutos e o olhar sereno contrastava com as frequentes contracções nervosas do rosto excessivamente pálido.

Toda a comunidade de Arouca, com excepção duma única pessoa, era absolutista.

Margarida Cândida foi, portanto, recebida com uma irritante secura, quase hostilidade.

Percebe-se. Era um adversário que chegava; mais um, porque no mosteiro já havia outro, D. Ernestina de Carvalho, ainda aparentada com o coronel de milícias reformado, Manuel Monteiro de Carvalho, um dos justicados do campo de Santana, em 1817.

Esta senhora era órfã de um guarda-livros do Porto, que nenhuns bens tinha deixado. Foi socorrida, bem como a mãe, por um tio viúvo que viva em Lisboa e tinha apenas um filho, que se destinava ao curso de leis. Mas como este tio morresse, tendo gasto com a própria família e com a do irmão todos os seus honorários de funcionário público, Ernestina teve de solicitar a entrada num convento, até que o primo se formasse e pudesse ganhar dinheiro pela advocacia. A viúva do guarda-livros ficara residindo

* PIMENTEL, Alberto – *A guerrilha de Frei Simão: romance histórico*. [1ª ed.]. Lisboa: António Maria Pereira, 1895, p. 75-103; 146-150; 163-168; 204-205; 208-209; 281-283; 331-333.

no Porto, e vivia pobremente de dar lições de primeiras letras por casas particulares.

Ernestina de Carvalho, constitucional por tradição de família, foi a única pessoa que no mosteiro de Arouca disse a Margarida Cândida uma frase amorável. E só muito de fugida lha pôde dizer, porque toda a comunidade vigiava atentamente os passos das duas recolhidas, que entraram precedidas da reputação de constitucionais.

Ernestina, no momento de abraçar Margarida Cândida, segredara-lhe com solerte disfarce: «Pode contar comigo».

Esta simples frase foi para a sobrinha de André Pinto como que uma promessa de amizade e auxílio, que lhe deu maior coragem para o sacrifício.

Ernestina sentiu-se desde logo atraída para aquela pobre menina de Chaves, que tinha a seus olhos o duplo prestígio de ser constitucional e de o ser por amor de um homem. Bastaria a primeira circunstância para a recomendar à condolência de quem estava ligada por laços de parentesco à memória de um dos justicados de Lisboa; mas o facto de se inscrever voluntariamente no martirólogo dos constitucionais por dedicação ao capitão de dragões Joaquim Maria de Vasconcelos, era um tão galante heroísmo, que sobredourava, aos olhos de Ernestina, aquele predicado.

No mosteiro de Arouca sabia-se, de antemão, toda a biografia de Margarida Cândida.

Fora André Pinto que informara a freira sua parenta sobre o delito amoroso da sobrinha, historiando-o miudamente. É certo que pedira segredo, e sóror Maria das Cinco Chagas, ao receber a extensa carta do primo de Chaves, talvez quisesse guardá-lo. Mas, a meio da leitura, ou os óculos se lhe começaram a embaciar ou ela achou tão monstruosamente interessante a narrativa, que reconheceu a necessidade de desabafar com alguém. Ambas as coisas seriam talvez. Sóror Maria das Cinco Chagas mandou chamar sóror Genoveva do Espírito Santo para que se encarregasse de continuar a leitura da carta de André Pinto.

Ora sempre que uma freira mandava chamar outra à puridade, havia caso grave no mosteiro, fosse de política doméstica, algum assunto de portas adentro, ou de política externa, alguma notícia importante que tivesse vindo de fora.

Sóror Genoveva correu trigosamente ao chamamento. Estava rezando aos santos predilectos da comunidade, S. Bernardo, S. Pedro, S. Paulo e Santa

Mafalda, quando a criada de sóror Maria das Cinco Chagas lhe bateu à porta da cela. Ouvido o recado, sóror Genoveva deixou em meio o Padre-Nosso que todos os dias rezava à Santa Mafalda, certa de que esta Santa coroada, por ser pessoa de casa, não se ofenderia com a interrupção.

Chegada, sem demora, à cela de sóror Maria, e sabendo do que se tratava, não se limitou apenas a continuar a leitura da carta; quis recomeçá-la, glosando-a período a período com muito piedosas exclamações, tais como esta:

– Que rica peça nos mandam para cá! (referia-se a Margarida Cândida). É lé com cré! Há-de fazer uma boa parelha com a outra! (a outra era Ernestina de Carvalho).

Sóror Maria das Cinco Chagas recomendou o maior segredo a sóror Genoveva do Espírito Santo, e ambas estavam convencidas de que, para não dar maus exemplos à comunidade, era de toda a conveniência que fossem ignorados os factos escandalosos narrados na carta de André Pinto.

Fizeram pois o pacto de guardar sobre o caso absoluta reserva.

E, sempre com a discreta intenção de manter o sigilo ajustado, sóror Maria das Cinco Chagas contou muito confidencialmente a história de Margarida Cândida à madre escritã, que era um poço sem fundo para guardar segredos, e sóror Genoveva do Espírito Santo, não menos confidencialmente, revelou o conteúdo da carta a outras madres, que, posto que escrevessem menos do que a escritã, falavam mais do que ela, por serem muitas.

Dentro de duas horas, toda a comunidade de Arouca conhecia a biografia amorosa da menina flaviense, que lhe iam mandar, por ordem de el-rei, para que a tivessem bem guardada e bem vigiada no mosteiro. A notícia, com todos os seus pormenores, incluindo o de Joaquim Maria ser irmão do frade apóstata de Cesar, até chegou ao conhecimento de Ernestina de Carvalho, que, pelo labéu de constitucional, não «bebia do fino» em bisbilhotices de convento. Mas outra sóror qualquer achou que seria conveniente avisá-la do que se passava, com o fim altamente moral de a admoestar dizendo:

– Veja agora a menina, que tem a cabeça cheia de minhocas constitucionais, se mostra mais juízo do que a tal Margarida Cândida de Chaves.

Não se ofendeu Ernestina de Carvalho, ao contrário do que se poderia esperar, com a picaresca frase: «minhocas constitucionais». Perdoou-a, contente com a boa nova de lhe anunciarem uma companheira, que

pensava politicamente como ela, e que tinha uma história amorosa muito sugestiva de sentimentalidade romântica.

Sóror Maria das Cinco Chagas, quando soube que já corria em todo o mosteiro a notícia da próxima chegada da sua parenta de Chaves, e das secretas razões que a motivavam, agastou-se com sóror Genoveva do Espírito Santo, que, costumando aliás ser também um poço sem fundo, daquela vez alcatruzara indiscretamente um segredo baldeando-o de cela em cela.

Mas sóror Genoveva do Espírito Santo repeliu energicamente a acusação de que se dizia vítima inocente, acusando por sua parte sóror Maria das Cinco Chagas de lhe ter recomendado silêncio, indo, pouco depois, meter tudo no bico à madre escrivã, que, na opinião de sóror Genoveva, era mais faladora do que uma gralha.

A frase que Ernestina de Carvalho pôde segredar disfarçadamente ao ouvido de Margarida Cândida, logo no dia da chegada, deu alento à pobre menina de Chaves, porque lhe deixou entrever a esperança de ter uma confidente sempre que o seu atribulado espírito carecesse de expansão, e muitas vezes seria.

Quanto se enganava, porém, Margarida Cândida! Fraco auxílio lhe poderia prestar Ernestina de Carvalho, sempre espionada pela comunidade. A frase «Pode contar comigo» revelava apenas um impulso de espontânea simpatia, de instintiva condolência, mas dificilmente poderia traduzir-se em factos, e a prova não se fez esperar muito.

Como a biografia de Margarida Cândida já era conhecida no mosteiro quando a abadessa recebeu a ordem do prelado, acompanhada duma cópia do respectivo aviso régio, para ser admitida a sobrinha de André Pinto *não só ao noviciado mas também à profissão*, a comunidade redobrou de vigilância com o fim de não deixar aproximarem-se uma da outra as duas meninas constitucionais.

De modo que decorreram muitos dias sem que Ernestina de Carvalho e Margarida Cândida pudessem trocar entre si outra qualquer frase, tantos e tão desconfiados eram os muitos olhos e ouvidos que constantemente as espiavam.

A sobrinha de André Pinto pôde reconhecer que a sua solidão naquele mosteiro teria de ser maior do que no primeiro dia se lhe afigurara.

E seria realmente assim se, passados uns quinze dias, Ernestina de Carvalho, saindo do coro ombro a ombro com Margarida Cândida, sem

lhe dizer palavra, lhe não tivesse intrometido rapidamente nos dedos da mão direita um papelinho vincado em muitas dobras.

Logo que entrou na sua cela, a sobrinha de André Pinto fechou-se por dentro e leu sofregamente o bilhete de Ernestina de Carvalho, que lhe dizia:

«Escrevo com o meu próprio sangue e com o bico de um alfinete para lhe repetir o que lhe disse no primeiro dia: Pode contar comigo. Sou a sua única amiga nesta casa. Mas por isso mesmo que estamos rodeadas de inimigas, não podemos falar, como tem visto. Resta-nos apenas o meio de trocarmos os nossos pensamentos por escrito. Mas como nos não dão papel, nem penas, nem tinta, aconselho-lhe que se não quiser ferir-se para escrever com o seu próprio sangue, como eu agora faço, procure colher na cerca algumas amoras sem ser vista, para escrever com o sumo delas, que produz uma tinta sofrível. Eu pude encontrar este bocadinho de papel em que lhe escrevo; mas a menina vá arrancando algumas folhas ou margens dos livros de orações, que já lhe deram decerto, e aproveite-as para escrever-me. As suas cartas e as minhas devemos escondê-las debaixo da pedra curva no tanque da *Cozinha velha*. Mas é preciso todo o cuidado para não sermos vistas. Mais uma vez lhe repito, minha boa amiga: no pouco que eu puder, conte sempre comigo».

Este bilhete deu algum lenitivo ao coração amargurado de Margarida Cândida. Não lhe prometia, como ela desejava, uma franca convivência, sem peias e sem obstáculos, com a boa Ernestina de Carvalho, que a Providência lhe deparara ali, no cárcere conventual de Arouca. Mas dava-lhe ao menos a certeza de que sob as abóbadas do mosteiro havia um coração, que compreendia o seu sacrifício, e que o lastimava espontâneamente. Os grandes desgraçados parecem-se com os pequeninos pássaros que pousam sobre um frágil ramúsculo: qualquer ponto de apoio os aguenta. A vida humana conserva-se às vezes suspensa sobre um abismo por um ténue fio de retrós.

Margarida Cândida respondeu agradecendo reconhecida a comiseração de Ernestina de Carvalho e aceitando-a. Como era natural que acontecesse, pedia-lhe que descobrisse um meio qualquer de se corresponder com Joaquim Maria. Mas para onde? Para a cadeia de Chaves, julgava Margarida, porque nada mais sabia do que se tinha passado depois da sua entrada no mosteiro. Receava, porém, que Joaquim Maria, na qualidade de preso político, não recebesse a correspondência que lhe era destinada.

Lembrou-se então de que o melhor seria dirigir as cartas para a casa do Outeiro, freguesia de Cesar, pelo correio de Oliveira de Azeméis.

Pobre menina! as cartas! Se nem papel teria para escrevê-las!

Ernestina de Carvalho respondeu por sua vez que era completamente impossível achar um meio de correspondência com quem quer que fosse.

– «Poucos dias depois de eu ter entrado no convento – dizia ela – quando ainda governava a Constituição e as Cortes funcionavam em Lisboa, facto que cá dentro do mosteiro ninguém queria reconhecer, escrevi a minha mãe um bilhete em que lhe pedia que empenhasse o conde de Rio Maior em tirar-me daqui, porque as freiras me ofendiam a cada momento, só porque eu pertencia a uma família liberal e sou a noiva prometida de meu primo Jaime, estudante de Coimbra, liberal também. Um dia, estando à janela, vi passar um almocreve e atirei-lhe, da grade abaixo, o bilhete, embrulhado num cruzado novo. Não sei se esse papel chegou ao seu destino; mas ou minha mãe o não recebeu ou não consegui arrancar-me deste inferno. Esperei que o almocreve tornasse a passar e me trouxesse alguma resposta. Nunca mais, porém, o tornei a ver! Foi-se arrastando o tempo com um vagar que chega a causar desespero, até que a menina, entrando aqui, veio ser minha companheira de infortúnio. Poucos dias depois da sua entrada vi passar um pastorzito. Fiz sinal para que entrasse. Atirei-lhe da janela outro bilhete para minha mãe e o último dinheiro que possuía, e era pouco. Nesse bilhete aludia eu ao primeiro, prevenindo o caso de não ter sido recebido, e instava com minha mãe para que conseguisse a minha saída, antes mesmo da formatura do meu primo Jaime, e contava-lhe que estava aqui outra vítima, escusado será dizer-lho, era a menina. O pastor certamente entregou o bilhete, porque tornou a aparecer daí a dias, olhando muito para a minha janela. Perguntei-lhe por gestos se trazia alguma resposta. Entendeu-me e mostrou-me um papel. Fiz-lhe sinal para que esperasse, enquanto eu ia ver se conseguia encontrar uma fita, um cordel, qualquer coisa com que pudesse guindar o bilhete. Quando voltei à janela já não vi o pastor. Sabe o que aconteceu? Da portaria tinham visto o que se passara, arrancaram ao pastor a resposta da minha mãe, porque a própria abadessa ma mostrou, sem ma deixar ler, e eu conheci a letra. E, berrando como uma possessa, a abadessa disse-me que nem eu tornaria a receber bilhetes de minha mãe nem minha mãe receberia de Arouca outras notícias além daquelas que a meu respeito ela abadessa lhe quisesse mandar. Que desaforo! Que descaramento! E que tirania! Pois isto tudo

passou-se assim mesmo. O que será agora que a façanha do Infante em Vila Franca subiu à cabeça das freiras! Façanha que elas apregoaram ao mundo, durante três dias e três noites, com ensurdedores repiques de sinos. Minha pobre mãe foi atrozmente enganada quando consentiu que escolhessem para mim este convento, pior que a inquisição. Mas, quem sabe? Talvez que todos os outros sejam o mesmo! Pela morte de meu tio, ficamos desamparadas, e meu primo, para frequentar a Universidade teve de requerer um subsídio; mas eu, enquanto Jaime não se forma, preferia ser guardadora de cabras a viver aqui recolhida se soubesse o que isto era».

Margarida Cândida viu fugir-lhe a última ilusão, e com ela a última esperança. A sua desgraça era sem remédio. Só lhe restava enviar, através daquelas altas montanhas graníticas, o seu pensamento, como uma ave errante, ao encontro de Joaquim Maria, dizer-lhe de longe, sem que ele a pudesse ouvir, que o amava com a mesma firmeza e com a mesma dedicação.

Ernestina de Carvalho, num dos bilhetes que deixara no esconderijo combinado, aconselhou Margarida Cândida a que se recusasse a professar violentamente. Dizia-lhe que o costume era reunir-se o capítulo, convocado pela abadessa, para declarar se queria aceitar a noviça como religiosa. Que se o capítulo decidia, por votos, afirmativamente, a noviça tinha de requerer ao prelado que nomeasse um comissário para proceder ao interrogatório, a que se chamava a *exploração de vontade*. No dia em que o comissário chegava, a noviça era posta em plena liberdade fora da porta principal do mosteiro, e aí interrogada sobre se era a mesma signatária do requerimento, se o fizera sem pressão e violência ou se havia sido persuadida, induzida ou constrangida a professar o estado de religiosa.

Margarida Cândida, que ignorava todas estas circunstâncias, ficou, desde o momento em que as conhecera, firmemente resolvida a assinar o requerimento para ter ocasião de declarar alto e bom som ao comissário que era constrangida a professar pela coacção de André Pinto. Deste modo, conseguiria o seu fim na presença do comissário, porque o requerimento tinha pouco valor: se ela se recusasse assiná-lo, facilmente poderiam falsificar-lhe a assinatura. Melhor seria pois mostrar-se submissa para ter ocasião de que o comissário pudesse ouvir as suas categóricas declarações.

Ignorava Margarida Cândida que o rei havia ordenado que ela professasse, e que o prelado, enviando para Arouca uma cópia do aviso régio, implicitamente autorizava a dispensa das formalidades reguladas pelo concílio Tridentino e pela constituição do bispado.

Pois fazia-se isso, quando não se simulava o cumprimento daquelas formalidades substituindo a noviça por outra qualquer pessoa do seu sexo.

Desta vez, a única prescrição respeitada foi a de que entre o primeiro dia de convento e a profissão devia mediar «um ano perfeito e acabado».

Preenchido um ano completo, Margarida Cândida foi chamada ao templo, e aí recebeu aviso para imediatamente professar.

Reagiu energicamente, rompeu em lastimosos clamores, protestando contra a violência de que era vítima, pois que nem tinha requerido, nem a sua vontade havia sido explorada pelo interrogatório de um comissário.

– Olha a doutora! – exclamou uma freira. – Como seria que a *outra* teve artes de lhe ensinar tudo isto!

Mas como a resistência de Margarida Cândida não afrouxasse, outra freira, simulando-se muito compadecida de sua desgraça, disse-lhe ao ouvido:

– Se a menina amava sinceramente aquele homem, não terá decerto dúvida em professar, porque ele morreu.

– Morreu! – repetiu Margarida Cândida num grito estridente, que reboou no templo.

E caiu sem acordo contra o peito dessa e outras freiras, que acudiram a ampará-la.

Ao cabo de poucos minutos, Margarida tornou a si, num abatimento de corpo e de espírito, que fazia dela um autómato.

Cortaram-lhe a trança de cabelo, que era farta e bela; impuseram-lhe e véu da ordem, que ela recebeu sem relutância.

E, nesse momento, o sino do mosteiro dobrou numa ressonância fúnebre, que parecia gemer nas quebradas das serras imitando os arrancos plangentes de uma voz humana. Ernestina de Carvalho, que estava na sua cela, saiu ao corredor quando ouviu dobrar o sino.

Viu o corredor deserto. Esperou que passasse alguém. Algum tempo depois assomou ao longe uma criada, que era ajudanta da sacristã. Quando a criada se aproximou, Ernestina de Carvalho perguntou-lhe cheia dum tão vivo interesse, que se poderia dizer pressentimento:

– Quem morreu, sr.^a Carmo?

Não morreu ninguém – respondeu a criada com acentuada ironia – foi a sr.^a D. Margarida Cândida que professou hoje. Já pertence ao número das esposas do Senhor.

– Desgraçada menina! – exclamou Albertina, fechando a porta da cela com um movimento de odiosa repulsão.

E a criada, arrastando os passos ao longo do corredor, foi resmoneando indignada:

– Que fígados de pedreiro-livre que tem esta rapariga! Nem Santa Mafalda lhe vale! Há-de ir direita para o inferno com o marido que lhe destinam, e que é tão bom como ela! Cruzes, canhoto! Até parece que cheira aqui a enxôfre!

Sóror Maria das Cinco Chagas escreveu para Chaves informando o seu parente André Pinto dos bons serviços que lhe havia prestado justamente no momento em que Margarida Cândida opunha mais escandalosa resistência à profissão.

«Para a desarmar e quebrar-lhe as forças – dizia a freira – tive a feliz ideia de lhe mandar dizer que o tal capitão de dragões havia morrido. Ora foi como se se deitasse água no fogo! E depois tudo se consumou sem maior escândalo».

Sóror Maria das Cinco Chagas orgulhava-se da sua imaginosa invenção, que cortou o nó gordio, valendo a espada de Alexandre.

André Pinto vangloriou-se de ver realizada, com tão feliz êxito, a sua obra de tirania, e espalhou em Chaves a notícia da profissão da sobrinha, como se se tratasse de um triunfo obtido por ele próprio.

Houve quem escrevesse a Joaquim Maria para Aveiro informando-o, com danado propósito, da profissão de Margarida Cândida. Fora André Pinto que ditara a participação a um amanuense, para esse fim convidado e assalariado. Era o golpe de misericórdia da sua vingança contra o capitão de dragões.

Joaquim Maria recebeu na cadeia de Aveiro, onde estava com outros presos políticos, a terrível notícia, que desde logo acreditou porque a esperava.

Ele conhecia bem André Pinto, e sabia que a sua perseguição iria até ao último extremo da perversidade.

Desde esse momento a vida tornou-se-lhe um fardo inútil. Tudo estava acabado para todo o sempre. No dia seguinte, quis levantar-se do catre e não pôde. Faltaram-lhe as forças.

Foram dizer-lhe que, para aproveitar os «benéficos efeitos da amnistia», podia justificar o seu procedimento perante a *Comissão de reabilitação* que o governo absoluto havia criado em Lamego.

– Não quero justificar-me – respondeu Joaquim Maria. – A minha consciência está tranquila.

Frei Simão de Vasconcelos, vendo o irmão profundamente desalentado, e cada dia mais doente, lembrou-se de ir a Arouca averiguar pessoalmente se a notícia da profissão de Margarida Cândida era verdadeira.

Numa das suas frequentes visitas à cadeia de Aveiro, resolveu proceder a essa averiguação, sem dizer nada a Joaquim Maria. E, em vez de recolher à casa do Outeiro, seguiu jornada para Arouca, tomando em Macieira de Cambra um ligeiro disfarce.

Entresorria-lhe a vaga esperança de que a informação fosse falsa, e de poder vir dizer ao irmão: «Ressurge de ti mesmo, porque a tua felicidade não está ainda completamente perdida».

Mas, a espaços, também ele próprio desanimava, porque as vinganças políticas, especialmente na província, atingiam os maiores excessos. Até por experiência própria o sabia. Em Cesar, a casa do Outeiro estava rodeada pelo ódio dos vizinhos, e se não fosse o terror que lhes inspirava a valentia de frei Simão, o ódio absolutista teria já explodido brutalmente.

Um dos mais encarniçados inimigos de ao pé da porta era Inácio da Fonseca, depois que teve a certeza, pela denúncia dos criados, de que José Máximo viera furtivamente à casa do Outeiro entender-se com frei Simão para algum fim político, supunha ele.

Logo os criados de Inácio da Fonseca fizeram correr em toda a freguesia a notícia de que o patrão nunca mais daria a bênção ao sobrinho, nem o queria tornar a ver, notícia que frei Simão se apressou a transmitir para o Porto a José Máximo.

E como por essa mesma ocasião aparecessem derrubadas algumas árvores na quinta do Outeiro, e incendiadas algumas medas de palha, frei Simão tratou de conter em respeito os seus inimigos, que deviam ser principalmente os criados de Inácio da Fonseca, rondando por horas mortas, de clavina aperrada, as imediações da casa.

Uma noite pareceu a frei Simão que dois vultos de homem procuravam encobrir-se com o tronco das árvores. Meteu a clavina à cara, e disparou. Sentiu depois rumorejar a folhagem como agitada pelo rápido movimento de alguém que fugia.

No dia seguinte apareceu junto a um castanheiro, em cujo tronco a bala de frei Simão fora cravar-se, um chapéu de palha, velho, sem fita. Esse chapéu fora reconhecido como sendo o de Manuel Zarolho, criado de Inácio da Fonseca.

Frei Simão mandou hastear o chapéu no topo do castanheiro, como ousada provocação a novas investidas. Mas os assaltantes não voltaram, receosos da clavina de frei Simão e dos seus mortíferos zagalotes. Tomaram ainda maior medo ao frade.

Chegando a Arouca, frei Simão entrou no pátio do mosteiro, e dirigiu-se à porteira perguntando-lhe se podia falar a sr.^a D. Margarida Cândida, de Chaves, que lhe constava estar ali recolhida.

Bem sabia ele que a resposta seria negativa. Mas fizera a pergunta unicamente com o fim de poder colher alguma vaga informação.

– Sórora Margarida do Amor Divino – respondeu a porteira – não recebe, nem fala a ninguém.

– Sórora Margarida!? – repetiu com fingida surpresa frei Simão.

– Sim, porque professou há coisa de mês e meio.

Frei Simão deitou conta ao tempo decorrido desde que a notícia chegara ao conhecimento de Joaquim Maria, e disse mentalmente: «É isso. Há mês e meio».

– Então é absolutamente proibido falar-lhe?

– São ordens superiores, que nos cumpre respeitar.

– Está pois em cárcere privado?!

– Está na observância dos deveres que lhe foram impostos – respondeu a porteira, com rispidez, fechando rapidamente o ralo da portaria.

Mas não o fez tão rapidamente, que não ouvisse ainda dizer ao desconhecido:

– Tempo virá em que justemos contas.

O desejo do frade seria ir procurar um machado com que fendesse a golpes hercúleos a grossa porta do mosteiro, para arrancar da clausura Margarida Cândida.

Mas essa loucura, a realizar-se, daria apenas um resultado efêmero, que custaria certamente a liberdade de frei Simão, se lhe não custasse também a vida.

A ideia de que deixaria exposta a grandes perigos a sua família de Cesar, especialmente suas irmãs, caso fosse preso, conteve-o.

A frase do desconhecido, ouvida pela porteira, e transmitida à madre abadessa, causara enorme alvoroço no mosteiro.

Aquele homem, apesar do seu disfarce, era um padre, era decerto frei Simão, o frade apóstata, como os absolutistas lhe chamavam; era um inimigo perigoso por audaz.

A abadessa ordenou logo que Margarida Cândida fosse internada na casa-forte do mosteiro, defendida por grossas portas de castanho, chapeadas de ferro, e expediu aviso às autoridades da comarca para que sem demora mandassem vigiar e guardar o edifício, ameaçado dum assalto.

Dali em diante uma força de milícias ocupava militarmente o pátio do mosteiro, postando sentinelas em torno dele.

E as freiras quando se lembravam de frei Simão, estremeçiam de horror, sofriam histerismos de medo, como se estivessem ameaçadas da visita de Satanás em pessoa.

O vale de Arouca, fertilizado pela água de dois ribeiros, o Marialva e o Silvares, que aí se fundem no rio vulgarmente conhecido pelo nome de Arda, é fechado por cerros alterosos, de uma melancolia agreste, ao sul a Freita, de este a noroeste, a Mó e o Gamarão.

A vila ainda hoje conserva o tom geral de uma povoação serrana, em que choças primitivas, feitas de colmo e barro, se agrupavam ao capricho de becos tortuosos e imundos, onde, por entre um lastro de mato seco, os cerdos fossavam, as galinhas esgaravatavam no chão.

O mosteiro, talhado em grande, contrasta com a rusticidade ingénua da povoação, que lhe fica próxima.

É, na frase de um estimável cultor das letras, uma como rútila jóia engastada num aro de rocha viva, o granito das montanhas que circunscrevem o vale e de basto arvoredado, em que a oliveira frondosa predomina.

Apenas as *nuanças* da vegetação, desde a clara esmeralda do linho até ao verde cinzento do olivedo, suavizam, no vale, a impressão produzida pelo aspecto opressivo das montanhas severas.

No topo da Mó alveja a capelinha da Senhora dessa invocação, donde a vista abrange um horizonte amplíssimo, recortado pelo contorno das serras distantes, que se esfumam ao longe num traço sinuoso de carvão azulado.

Passa, à distância de duas a três léguas apenas, caracterizando aquela região alpestre, o rio Paiva, confrangido entre negras penedias, espumando quando salta de fraga em fraga, represando charcos sombrios quando descansa um momento, e ressoando, como um clamor subterrâneo, surdo e rouco, na angústia do seu atribulado percurso até ao Douro.

Um trecho do Paiva, em Alvarenga, chega a ser medonho no perfil alcantilado, pardo e nu, das vertentes escabrosas, que se eriçam em blocos amontoados e revoltos, calcinados e bravios.

O Paiva recebe, em Paradinha, o curso do seu afluente Paivó, também ululante e turvo, de margens desgrenhadas e duras. Parece que, em toda essa região, a impressão da água completa a da terra, e que um negro Cócito foi intencionalmente conduzido por entre as montanhas tartáricas, como uma integração adequada de um cenário sinistro.

Frei Simão, quando saiu do pátio do mosteiro e encarou o agro cariz daquelas ásperas serras escavadas, sentiu-se subitamente apreensivo, abalado no seu ânimo forte e corajoso.

Uma vaga sensação de mal-estar, que pela primeira vez o assaltava, obrigou-o a sentar-se numa pedra e a deixar-se ficar meditando pensamentos fugidios e confusos, que molestamente se sucediam e baralhavam.

Sobre as montanhas pairavam densas nuvens, laminadas de um azul-ferrete metálico, quentes de electricidade latente, o que aliás é vulgar naquela região. A atmosfera estava abafadiça, espessa. De quando em quando caíam grossos pingos de água, que a terra parecia sorver sofregamente.

Assim esteve durante quase meia hora, alheado num túmulo de ideias, sombriamente incoercíveis, que ao mesmo passo o prendiam e sobressaltavam.

Por fim, querendo esclarecer a si próprio a surpresa daquela estranha preocupação, atribuiu-a a um sentimento de justa repulsão por todo esse drama de tirania que se urdia na treva, no interior de um convento, em torno da sobrinha de André Pinto, o prepotente silveirista de Chaves.

Frei Simão, fanático pela liberdade, idealizando eldorados de paz e de felicidade social sob a reconquista da democracia parlamentar, quanto ele se iludia! odiava aquele cárcere monástico onde uma fraca alma de mulher gemia oprimida e cativa, sem esperança de, como ele, poder emancipar-se da tutela da comunidade e da escravidão do claustro.

Assim explicou frei Simão a si próprio esse desusado torpor que por momentos lhe entibiou o espírito, rijo como o ferro em lances de maior tortura.

Relacionou mentalmente com o suplício de Margarida Cândida a desgraça de Joaquim Maria, degradado das suas dragonas de capitão, preso e enfermo, caído num desalento que dia a dia se tornava maior e mais profundo.

E achando que a causa da sua indefinida preocupação não podia ser outra, esforçou-se por combatê-la, readquirindo a habitual energia de ânimo.

Um espírito menos forte haver-se-ia deixado enlear pela apreensão de que há estados de alma, súbitos e insistentes, que se devem atribuir a uma

dupla vista, a uma lúcida e inexplicável previsão do futuro, que vulgarmente se traduz pela palavra pressentimento.

Ele não. Ele não era homem que como José Máximo se deixasse avassalar por superstições e preconceitos. Envergonhado desse momento de cobardia, que o retivera ali, levantou-se, relanceou sobre o mosteiro um olhar de ódio, que era uma nova ameaça mais eloquente talvez do que as palavras que a madre porteira lhe ouvira, e serenamente, a passos firmes, foi ao encontro do criado, que o esperava segurando a égua.

Frei Simão cavalgou com agilidade, e partiu sem tornar a pensar naquela meia hora de estranha indecisão doentia.

Chegando a Aveiro, encontrou o irmão no mesmo estado de torpor, que dia a dia o ia definhando.

Joaquim Maria passava a maior parte do tempo no catre, donde apenas saía por instâncias de frei Simão. Mas assim que o frade se ausentava Joaquim Maria voltava para o catre.

O cirurgião da cadeia prescrevia-lhe uma terapêutica reanimadora. Vinham os remédios, e o doente emborcava-os da janela abaixo.

Mal tocava nos alimentos. Tinha um fastio mortal.

Durante o dia caía por vezes num langor em que sonhava meio acordado. Não dormia, e contudo perdia o conhecimento de si próprio. Mas velava as noites numa insónia tranquila, muito lúcido, pensando em Margarida, e crendo que lhe seria permitido encontrá-la no céu, – num mundo sidério onde a Providência devia compensar os tristes e afligidos.

À volta de Arouca, frei Simão procurou, com a facilidade dos ânimos fortes, incutir alento ao irmão, insinuando a esperança de que a má notícia vinda de Chaves teria tido apenas em vista agravar a sua tortura.

Um espírito menos corajoso que o de frei Simão haver-se-ia traído pelas lágrimas, pela sentimentalidade expansiva que involuntariamente vai até revelar uma verdade, que se desejava encobrir.

Mas nunca a esperança pareceu aquecer tão sinceramente o coração do frade como naquela hora em que ele era o primeiro desiludido. A cada mentira piedosa com que procurava galvanizar o doente, correspondia, sem que o semblante o denunciasse, o pungir de uma dor íntima e profunda.

Um mês depois, Joaquim Maria era um homem irremediavelmente perdido. O cirurgião disse-o a frei Simão de Vasconcelos, que sobejamente o sabia.

O próprio doente tinha a consciência do seu estado, porque abruptamente pediu ao irmão que o ouvisse de confissão pela última vez.

Frei Simão não se mostrou abalado. Escutou impassível. Joaquim Maria recordou serenamente todos os actos da sua vida, que revelavam a limpidez de uma alma honesta. Referindo-se à perseguição política de que era vítima, disse ao irmão:

– Tudo perdoo ao homem que me reduziu a esta desgraça. Morro sem ódios e certo de que Deus terá compaixão da minha alma. Sorri-me até a ideia de, perseguido pelos homens, ir descansar na paz eterna da morte. Ao confessor não tenho mais que dizer, mas resta-me ainda fazer um pedido ao irmão e ao amigo.

– O que é? – perguntou frei Simão, levantando-se com súbita energia, como se adivinhasse o que Joaquim Maria lhe queria dizer.

– Não penses em vingar a minha morte, Simão, porque sou eu o primeiro a perdoá-la. Mas peço-te que procures arrancar a um infame suplício a alma torturada de Margarida. Se algum dia a liberdade tornar a raia neste desgraçado reino, peço-te que te lembres de Margarida na hora do triunfo. Se a morte a não tiver libertado, liberta-a tu, corre ao mosteiro de Arouca, faz abrir de par em par as portas do cárcere, e diz a Margarida: «Meu irmão morreu amargurado pela ideia de ter sacrificado o mais leal dos corações; cumpro a sua vontade vindo quebrar os grilhões que tão barbaramente escravizaram a mártir». Para mim, Simão, não resta a menor dúvida de que André Pinto obrigou Margarida a professar. Conheço de sobra a obcecação feroz dos absolutistas de Chaves, dele principalmente. E tenho a plena certeza de que Margarida não recuaria perante o sacrifício de toda a sua vida na hora em que a abandonasse à última esperança do seu dedicado amor. A notícia deve pois ser verdadeira.

Frei Simão tinha ouvido o irmão com essa atenção plácida, mas absorvente, que é apanágio dos fortes. O seu olhar era vivamente incisivo, mas as linhas da fisionomia não passavam pela menor crispação nervosa.

– Juro-te – disse ele com decisão – que se morreres primeiro do que eu, o que só a Deus pertence saber, hei-de cumprir religiosamente o teu legado. A minha primeira homenagem à liberdades, se ela de novo felicitar este país, será a redenção da mulher que tão nobremente amaste. E agora, alma justa e boa, te absolvo, em nome de Deus, de tuas faltas veniais. Eu, mísero pecador, sinceramente rogo ao Todo Poderoso que me ensine a imitar o teu exemplo.

E cruzando sobre a fronte pálida de Joaquim Maria a bênção absolutória, proferiu em voz baixa as palavras do ritual.

Depois despediu-se, e saiu. Sentia-se oprimido, precisava respirar o ar puro que vinha da barra em brandas lufadas, as quais passavam sobre a ria sem a fazer ondular.

Junto ao cais, um hiato de cabotagem parecia dormir imóvel sobre a água espelhante. E um barco de pesca deslizava suavemente, aproado ao oceano, esbatendo-se na claridade olímpica da atmosfera marítima.

A quitação da paisagem e a luz gloriosa do ar contrastavam singularmente com a dolorosa concentração que oprimia o coração de frei Simão de Vasconcelos numa treva de noite funda.

Chegando a Cesar, disse à irmã mais velha:

– Vou amanhã solicitar as devidas licenças para que seja permitido a um moribundo vir expiar nos braços da sua família e em sua casa.

A irmã ouviu-o em lágrimas.

O cirurgião dos presos, ouvido sobre o requerimento de frei Simão, informou que Joaquim Maria estava irremediavelmente perdido, e poucos dias teria de vida.

Mas esta informação não conseguiu abalar o ânimo duro da justiça até ao ponto de conceder que o capitão fosse transportado para sua própria casa. O mais que se concedeu foi que a família de Cesar escolhesse habitação dentro da cidade de Aveiro ou perto dela, onde Joaquim Maria pudesse ser recebido, sob fiança de uma família conhecida.

Frei Simão obteve a anuência da família Rangel de Quadros, do Carmo, que se prestou a receber o preso e a responsabilizar-se por ele.

Joaquim Maria saiu da cadeia para a casa do Carmo nos primeiros dias de Outubro desse ano de 1823.

Frei Simão e D. Maria Albina, a irmã mais velha, acompanharam-no.

O doente quis que lhe fossem ministrados os últimos sacramentos, e serenamente os recebeu.

O frade velava-lhe o leito, como enfermeiro dedicado. Ficou só, ao lado do irmão; fizera recolher a Cesar D. Maria Albina, e proibira às outras pessoas da família que fossem alancear com a sua presença os últimos momentos de um moribundo.

No dia 12 de Outubro, que completava seis semanas de enfermidade, Joaquim Maria sentiu avizinhar-se a morte.

Apertou nas suas as mãos do frade e cravou nele um olhar insistente, que a agonia embaciava.

Frei Simão compreendeu esse olhar, e disse ao moribundo:

– Não me esqueço do que prometi. Vai tranquilo.

E não podia ser mais tranquila a morte de Joaquim Maria.

Foi o frade quem amortalhou o irmão e quem acompanhou o esquife à igreja do convento de Santo António.

Quando Frei Simão voltou à casa de Cesar, disse às irmãs:

– Rezai por ele, Deus há-de premiá-lo, e a liberdade o vingará.

(...)

O incidente da Porta Férrea estabelecera ligações de amizade entre Jaime de Carvalho e José Máximo. A intimidade cresceu depressa, porque não é próprio de gente moça moderar as suas expansões.

E cada dia uma nova revelação vinha estreitar os laços de amizade que uniam aqueles dois académicos, atraídos um para o outro pelas coincidências das suas inclinações políticas e valorosas aventuras.

José Máximo contou a Jaime de Carvalho a história do seu amor por D. Ana de Vasconcelos para explicar a causa remota do conflito com Manuel Rodado. Desenhou-lhe o perfil insinuante de frei Simão, o destemido liberal de Cesar. Jaime de Carvalho ouvia-o sorrindo, sem contudo mostrar-se surpreso.

– Esse frade – disse Jaime – tem um irmão que está agora preso em Aveiro por vingança de um silveirista de Chaves, que se tem valido da política para o perseguir por motivos particulares. Não é verdade?

– É verdade! Mas como sabes tu isso?

– Esse irmão do frade ama uma menina, que está no convento de Arouca. Não é também verdade?

– É verdade! Mas explica-te! Como sabes tu isso?

– E essa menina tem no convento uma única amiga, que, além de minha prima, é minha noiva. Sabias?

– Não sabia!

Pois é isto mesmo.

– Ó homem, dá cá um abraço! – exclamou «Martim Moniz» caminhando de braços abertos para «São Bartolomeu». – Não há coincidências absurdas. O acaso é mais engenhoso nas suas combinações do que a química.

E depois desta afectuosa expansão de recente amizade, que parecia já tão sólida como se fosse muito antiga, entraram em pormenores.

José Máximo dissera a Jaime de Carvalho:

– Põe-me aí a tua vida em pratos limpos. Quero saber tudo.

– Eu sou pobre – disse Jaime.

– E eu também – disse José Máximo.

– Mas eu sou mais pobre do que tu.

– Mais pobre do que eu não há ninguém: nem mesmo tu.

– Recebo subsídio da Casa Pia.

– E eu da Intendência. Quem to arranjou?

– Foi o conde de Rio Maior. E a ti?

– Foi frei Simão de Vasconcelos por intervenção de um frade absolutista de Alcobaça.

– Outra coincidência: somos dois pobretões subsidiados.

– É verdade! Parece que tínhamos nascido para ser amigos!

– Tens razão. Eu sentia-me só em Coimbra – disse Jaime de Carvalho – no meio desta grande récova de *burros* arreatados à Universidade.

– Mas vamos à história dos teus amores com a amiga da *Flor do Tâmega*.

– Quem é a *Flor do Tâmega*?

– É a menina de Chaves tão desgraçadamente amada pela irmão de frei Simão de Vasconcelos.

– Eu sabia apenas que se chamava Margarida Cândida.

– Pois chama. Mas foi António da Silveira, o apóstata de Canelas, que lhe pôs a alcunha de *Flor do Tâmega*.

– Não sabia. E pôde sair do bestunto de um Silveira uma tão delicada alcunha?

– Parece incrível, mas é verdade. Por morte de meu pai achei-me na impossibilidade de concluir o curso.

– Que pena seres já tu quintanista, quando eu ainda sou novato!

– Deixa lá! Quando dois homens nascem fadados para amigos, não é a formatura que os pode separar.

– Também tens razão.

– Mas se a morte de meu pai me prejudicou, maior prejuízo causou ainda a minha tia e minha prima Ernestina, de quem meu pai era o único amparo. Minha prima, graças ainda à protecção do conde de Rio Maior, entrou no mosteiro de Arouca, onde eu, logo que possa, a irei buscar para ser minha mulher.

– Olha que é uma linda rapariga, minha prima!

– Faço ideia.

– Fazes ideia? Pois eu não faço.

– Como assim?!

Não faço ideia como ela estará agora, atormentada, flagelada pelo despotismo político das venerandas mães de Arouca, que nem sequer a deixam escrever-me só porque minha prima pertence a uma família liberal, apesar de eu ser o seu noivo.

– E apesar de seres o seu noivo, talvez que te não seja fácil tirá-la do convento quando a quiseres ir buscar. Pelo menos hão-de empregar dilações, exigir longas formalidades só para contrariar-te e contrariá-la. O absolutismo é como as feras: não larga facilmente a sua vítima.

– Ora essa! Minha prima pertence à sua família! Para que servem então as leis, que nós vimos estudar em Coimbra?! O convento de Arouca não é uma cadeia legal; não tem maiores privilégios do que as outras casas monásticas.

– Em conventos, meu amigo, não há que fiar e escolher: são todos mais absolutistas do que o infante D. Miguel e sua mãe.

– Nem minha prima pôde escolher, porque veio de Lisboa licença para entrar no de Arouca. Precisava ir para um: foi para aquele que lhe designaram.

– Mas se tua prima não pode escrever-te, como sabes tu o caso da *Flor do Tâmega*?

– Minha prima escreveu à mãe apenas dois bilhetes desde que está em Arouca, e se o conseguiu fazer foi porque um almocreve e um pastor levaram os bilhetes ao seu destino. No primeiro, contava a perseguição política de que estava sendo vítima dentro do convento; no segundo insistia sobre o assunto e participava que já tinha uma companheira de desgraça, certa menina de Chaves, Margarida Cândida, que ali entrara por castigo de namorar um capitão de dragões, muito liberal, irmão de um célebre frade, também liberal, residente em Cesar. Minha tia recebeu esses dois bilhetes, e não tornou a receber nenhum outro. Mandou saber da abadessa se minha prima passava bem de saúde. A abadessa respondeu que Ernestina gozava a melhor saúde deste mundo, que estava excelentemente, e que em havendo alguma novidade a participaria, mas que só a ela, na qualidade de prelada, pertencia avaliar a oportunidade das relações epistolares das suas subordinadas com os respectivos parentes. Diz-me agora se acabaram realmente os cárceres e torturas da Inquisição ou se continuam funcionando,

sempre em nome de Deus, no mosteiro de Arouca, para honra e lustre da religião católica, apostólica, romana.

(...)

Num dos últimos dias de Fevereiro de 1826, Jaime de Carvalho, que havia mais de um ano tinha estabelecido banca de «letrado» na cidade de Évora, para onde fora advogar por sugestão de um alentejano seu contemporâneo em Coimbra, apresentava-se na portaria do mosteiro de Arouca, acompanhado duma senhora, a reclamar a entrega de sua prima Ernestina.

A senhora que o acompanhava era a mãe da secular.

Jaime, que se estreara com felicidade, e estava fazendo importantes interesses, pudera preparar com um certo conforto o seu lar conjugal.

Depois requereu ao respectivo prelado a licença indispensável para Ernestina sair do convento. O prelado despachou favoravelmente, e Jaime, munido dessa licença e acompanhado de sua tia, que tinha deixado o Porto para ir viver com ele em Évora, foi a Arouca buscar a prima que queria desposar.

A abadessa irritada, como todos os miguelistas, pelo exílio do infante, refinara em ódio aos liberais, e enfureceu-se sobremodo com a visita dum pedreiro-livre, que, de cabeça alta, com orgulhosa altivez, ia dizimar-lhe o sagrado rebanho, arrancando uma vítima às vinganças da política monástica.

De mais a mais, criando dificuldades à saída de Ernestina, obstava à constituição odiosa de uma nova família maçónica, no que julgava prestar um dedicado serviço à causa do absolutismo e da santa religião.

Portanto, vindo à grade receber essa impertinente visita, peremptoriamente declarou que o documento apresentado, salvo o respeito devido ao despacho episcopal, não era bastante a justificar a entrega da educanda.

Disse que Ernestina de Carvalho fora recebida por ordem do governo, mediante autorização do prelado. Ora, o documento que lhe apresentavam, se tinha autenticidade eclesiástica, carecia de sanção civil.

– Nos tempos que vão correndo agora – acrescentara a abadessa com ríspido azedume – a desordem nas coisas públicas não pode ser maior, porque todos querem mandar. Tenho aqui, é certo, a autorização do nosso reverendo prelado. Mas se eu deixar sair a menina sem mais formalidades, e amanhã o governo do reino se lembrar de perguntar-me o que fiz eu de uma secular que por ele me fora entregue, não sei o que hei-de responder. Vá pois Vossa Mercê entender-se em Lisboa com os ministros de estado, traga da chancelaria da corte uma ordem que invalide a que me enviaram para

receber a educanda, e eu lha entregarei então sem o menor impedimento. Nós, que fomos educadas a respeitar o poder real, não estamos habituadas nem dispostas a fazer coro com os revolucionários que o pretendem abalar.

Jaime de Carvalho ficou fulminado com esta recusa formal. Quis argumentar, discutir com a abadessa, que, sem mais explicações, inclinou levemente a cabeça, e saiu da grade.

– Não há que ver! – disse Jaime a sua tia. – Tenho de ir a Lisboa! José Máximo parece que adivinhava! Espero que não terei mais demora do que chegar e voltar. Por isso resigne-se minha tia a ficar aqui em qualquer casa que por alguns dias a queira receber, evitando assim, na sua idade, os incômodos de uma segunda jornada. Eu sou novo e forte, não me fatigarei, nem demorarei muito.

Nenhuma das famílias pobres de Arouca quis receber a tia de Jaime de Carvalho, quando se soube que ela era mãe da secular constitucional originária de mações. Receavam a cólera da abadessa e da comunidade. Entre as famílias nobres uma lhe daria certamente pousada, era a da quinta do Outeiral; mas José Bernardo Pereira de Vasconcelos estava a esse tempo em Cesar no solar do Outeiro. Só em Sobrado de Paiva foi possível encontrar hospedagem, graças ao silêncio que tia e sobrinho aprenderam a guardar sobre o motivo da sua jornada.

Jaime de Carvalho chegou a Lisboa em tão má hora que foi encontrar, agonizante, nos primeiros dias de Março, el-rei D. João VI.

Os ministros não davam audiência nem despacho. Passavam o dia na Bemposta, muito preocupados com a magna questão política da sucessão ao trono.

Fora do Paço, boquejava-se que o rei já estava morto, mas que o governo, para fazer vingar a hereditariedade de D. Pedro IV, e ter tempo de nomear a regência interina, ocultava a sua morte.

Os constitucionais contraditavam este boato, e os miguelistas mostravam-se muito exaltados contra a postergação dos direitos de D. Miguel, por isso que D. Pedro, depois da independência do Brasil, não era para Portugal mais do que um príncipe estrangeiro.

D. João VI falecera antes ou depois de ter aparecido o decreto que reconhecia a sucessão de D. Pedro e nomeava a regência provisória. Mas a sua morte fora declarada oficialmente, e seguira-se o funeral e o luto da corte, de modo que Jaime de Carvalho não pôde obter uma audiência da infanta regente.

Procurava todavia os ministros, expunha-lhes o estado da «sua questão», e os ministros, que estavam a ver no que paravam as modas e que não queriam indispor-se abertamente com nenhum dos partidos militantes, respondiam que o assunto era melindroso, e que não podiam dar despacho sem levar primeiro o negócio ao conhecimento da «senhora infanta D. Isabel Maria».

Jaime estava ainda em Lisboa, sem conseguir uma resolução do poder executivo, quando chegou, pela corveta *Lealdade*, a notícia de ter D. Pedro outorgado a Carta Constitucional.

Apesar de muito contrariado por tão estranha demora, agora prolongada pela ausência da regente, que estava em tratamento nas Caldas da Rainha, Jaime saudou com entusiasmo a ressurreição do constitucionalismo que ia inaugurar, pensava ele, uma nova época de felicidade para Portugal.

O ministério e a regente receberam com dolorosa surpresa a constituição que viera do Brasil, e adiavam de dia para dia, não só o juramento da Carta, mas também todos os negócios que pudessem aumentar o descontentamento dos miguelistas.

De modo que não foi possível a Jaime de Carvalho obter um despacho, simples na aparência, mas que certamente desagradaria à comunidade de Arouca, porque era transparente a intenção dilatória da abadessa.

De repente, porém, Saldanha, governador da armas no Porto, Saldanha que, um ano antes, havia cavalgado em triunfo, na volta de Vila Franca, ao lado de D. Miguel, arvorou-se em defensor da Carta e principal propulsor do seu imediato juramento.

Logo que isto constou em Lisboa, surpreendendo o espírito intransigente das primeiras famílias da nobreza absolutista, com as quais Saldanha estava aparentado, Jaime de Carvalho meteu-se num vapor, e saiu de Lisboa para o Porto.

O seu fim era obter a protecção de Saldanha, a quem logo tratou de procurar.

Foi recebido sem demora, e expôs ao general o «estado da questão». Saldanha, carácter impressionável e coração ardente, muito impetuoso e algo romanesco, acolheu com viva simpatia o jovem advogado, que implorava o seu valimento.

O general disse resolutamente a Jaime de Carvalho:

– Vou fazê-lo acompanhar por um oficial da minha confiança, que irá encarregado de dizer à madre abadessa o seguinte: «Ou ela entrega já a menina que acintosamente retém ou eu pessoalmente a vou lá buscar».

Jaime caiu de Joelhos diante do general, abraçou-lhe as pernas, beijou-lhe a mão, não obstante Saldanha forcejar por levantá-lo.

Naquele momento histórico, Saldanha era o papão dos miguelistas, que o odiavam, mas temiam.

A abadessa de Arouca, vendo na grade um oficial bigodoso a intimar-lhe a ameaça de Saldanha, tremeu como varas verdes, amaldiçoou a carta, mas entregou Ernestina de Carvalho, e o casamento efectuou-se alguns dias depois, em Évora.

Jaime escreveu para Coimbra uma longa carta a José Máximo contando-lhe miudamente os trabalhos que passara para arrancar Ernestina do convento, a intervenção magnânima de Saldanha e o triste destino de Margarida Cândida que, segundo Ernestina lhe revelara, fora iludida para professor.

(...)

José Bernardo de Vasconcelos estava então na casa do Outeiral em Arouca, em companhia do filho António. Maria Henriqueta, a filha mais nova, havia entrado no mosteiro daquela vila, a título de educar-se. As freiras não ousaram opor-se à admissão da filha do fidalgo do Outeiral, seu próximo vizinho, e Maria Henriqueta de preferência escolheu aquele mosteiro atraída ali pela presença da mulher que o tio, Joaquim Maria, tinha amado até à morte.

Na tarde de 17 de Setembro desse ano de 1828, José Bernardo de Vasconcelos foi procurado na quinta do Outeiral pelas justiças da comarca de Arouca.

Saiu a recebê-las na sala nobre do edifício.

Disseram-lhe ao que iam; sequestrar os bens que achassem pertencer a Frederico Pinto como implicado no malogrado movimento do Porto, de 16 de Maio.

Serenamente, José Bernardo contrapôs que era verdade ter ele doado aquela quinta, e outras, a seu filho Frederico, mas que por contrato tinha reservado os rendimentos dessa propriedade como alimentos seus, dos dois filhos mais novos e de uma sua irmã.

Para justificar o que dizia, apresentou o contrato assinado por Frederico Pinto.

O juiz, ouvidas as declarações de José Bernardo, mandou proceder a sequestro na propriedade, de que constituiu depositário o próprio José Bernardo, com reserva dos rendimentos. Era o início das perseguições oficiais contra a família Vasconcelos.

(...)

Depois do sequestro, as freiras de Arouca, vendo a família de José Bernardo razoirada ao nível comum de todas as outras famílias perseguidas por liberais, perderam o respeito à filha do fidalgo do Outeiral a quem não poupavam alusões pungentes e irritantes.

D. Maria Henriqueta mandou dizer ao pai que a fosse buscar.

José Bernardo foi; teve a filha alguns dias, poucos, em sua companhia, e resolveu transferi-la para o convento de Santa Clara no Porto.

Do Outeiral, D. Maria Henriqueta escreveu para Cesar contando o que se tinha passado, e dando interessantes pormenores sobre a triste existência de Margarida Cândida no mosteiro de Arouca.

Referia que a infelicíssima freira lhe tinha dito em segredo:

– Se algum dia a liberdade me puder abrir as portas deste mosteiro, correrei a Aveiro para ir dizer a Joaquim Maria, sobre a laje da sua sepultura, que o amo na morte com a mesma dedicação a lealdade com que o amei em vida.

Frei Simão leu isto, e comoveu-se.

– Pois esteja Margarida Cândida certa – exclamou ele – de que há-de cumprir a sua vontade, porque eu mesmo lhe abrirei as portas do mosteiro. Assim o prometi a Joaquim Maria; assim o farei.

(...)

Quis D. Pedro ouvir a narrativa das perseguições sofridas pelo frade e sua família.

– Apenas posso conceder-te vinte minutos, mas desejo ouvir-te – disse o príncipe.

Frei Simão resumiu as violências políticas de que seu irmão Joaquim Maria fora vítima, e impressionou o imperador quando contou como havia prometido ao moribundo ir arrancar Margarida Cândida às grades do mosteiro de Arouca no dia em que a liberdade ressurgisse.

– Chegou essa hora – disse-lhe D. Pedro. – Pois não crês que a nossa causa há-de triunfar?

– Creio, meu senhor, mas é preciso não poupar nem deixar em descanso o inimigo. Ele é poderoso pelo número. Não se iluda Vossa Majestade com o dia de ontem.

O imperador, visivelmente triste, ficou a olhar no frade, muito fito.

Depois frei Simão bosquejou os infelizes amores de José Máximo, o liberal exaltado, com Aninhas cuja doença descreveu também a traços largos.

– Pobre senhora – disse comovido o imperador. – Eu tive na minha família um triste exemplo do que são as doenças nervosas. Minha avó... Mas não sabes – perguntou com súbita transição – o que é feito do estudante?

– Não sei, meu senhor. Contudo José Máximo era tão brioso, que receio não lhe sofresse o ânimo resistir à nódoa do roubo feito aos lentes.

– Foi efectivamente um desatino – disse D. Pedro – que nada aproveitou à nossa causa. Melhor eles viessem agora defendê-la com as armas na mão. Aí trago eu um dos estudantes, o Solano, que é alferes de caçadores 5, e que procura resgatar pelo arrependimento e pelo valor a memória do passado.

Frei Simão roçou muito de alto pelos seus próprios sofrimentos e trabalhos, mas voltou a falar no juramento que tinha feito ao irmão moribundo.

– E como pensas em cumpri-lo?

– Com os meios que Vossa Majestade se dignar fornecer-me.

– Quais?

– Dezoito ou vinte homens à minha escolha para organizar uma guerrilha. Nós não temos guerrilhas, e contudo são um excelente meio de propaganda para levantar a opinião nas províncias.

– Tens razão. Vou dar ordem para que te sejam concedidos os homens que escolheres. Mas lembro-te que não podemos distrair muita gente.

– Poucos me bastam, meu senhor, contanto que eu os escolha.

– Concedido. Até à vista, frei Simão, e boa fortuna. Entusiasma-me bem essas aldeias. Vou dar ordem. Espera, que te será entregue agora mesmo.

O frade saiu, e D. Pedro veio à porta, chamando para fora:

– Ó Vila Flor! vem cá.

Nesse mesmo dia, frei Simão principiara a recrutar os seus companheiros de aventura pelas boas informações que a respeito deles pudera colher. Dois, como que lhe caíram do céu. Um era o Marques, que por acaso nenhum se dispensou de seguir o destino do amo. O outro era José de Oliveira, que já conhecíamos da casa do Outeiro, e que as irmãs de frei Simão, inquietas pela demora do Marques, tinham mandado ao Porto para saber notícias.

No dia 15 de Julho a guerrilha estava pronta a marchar.

O desejo do frade seria dirigir-se logo a Cesar, para tranquilizar as irmãs e justar contas com os seus adversários, seguindo depois para Arouca a cumprir o juramento que fizera.

(...)

Em Agosto de 1833 Margarida Cândida teve ocasião de recuperar a liberdade, e recuperou-a.

Frei Simão não pôde chegar a abrir-lhe as portas do mosteiro, mas a sua família, na primeira hora de triunfo, logrou não só cumprir a promessa do frade, mas até vingar por um acto público a morte dele.

Segundo a informação publicada pela *Crónica* no seu número correspondente ao dia 31 daquele mês e ano, o capitão-mor de Arouca, sabendo que se tratava de aclamar ali a senhora D. Maria II, mandou prender o capitão de ordenanças, por suspeito de proteger a conspiração, e com o fim de o enviar à comissão mista de Viseu.

«Este acto de violência – diz a *Crónica* – despertou o brio dos conjurados, e por diligências de António Pinto Pereira de Vasconcelos, que com zelo incansável fez deliberar o resto dos amigos apalavrados, no mesmo dia se dirigiram à cadeia, soltaram o preso, e concluíram depois o acto solene da aclamação da senhora D. Maria II».

António Pinto Pereira de Vasconcelos era, como se sabe, o irmão mais novo de frei Simão. Mas um documento de família diz-nos que o pai, apesar de velho e doente, também se associou à conspiração planeada pelo filho mais novo.

O capitão-mor fugiu – prossegue a *Crónica* – com os abades de Santa Eulália e S. Salvador, bem como as freiras do convento, excepto quatro. Destas têm voltado algumas, sabendo que reina a boa ordem, e que não se cometem as violências com que o partido da usurpação intimida os povos, fazendo-lhes crer que as vinganças e a desordem é ao que aspiram os constitucionais. Margarida Cândida foi das freiras que fugiram e não voltaram.

Teve razão, porque a hidra do absolutismo não ficara ainda esmagada em Arouca.

O capitão-mor fugitivo requisitou forças que fossem prender José Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu filho António, motivo por que ambos emigraram para o Porto.

A dentro das trincheiras liberais, no Porto, António Pinto, no empenho de fazer triunfar a causa que lhe tinha vitimado dois irmãos, tomou sobre

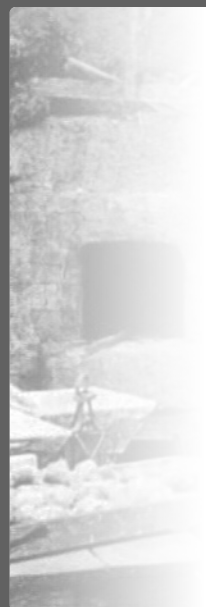
si a tarefa de organizar um batalhão de voluntários de Arouca, que se lhe foram reunir.

Saibamos o destino de Margarida Cândida, depois que fugiu do mosteiro.

Restaurada a liberdade, apareceu em Aveiro uma senhora vestida de preto, e acompanhada por uma criada, sua única família. Alugou casa naquela cidade, e ali se domiciliou. Todos os dias, pela manhã, visitava a igreja de Santo António, e orava longo tempo ajoelhada sobre a sepultura de Joaquim Maria de Vasconcelos.

Esta senhora era a sobrinha de André Pinto.

Sousa Costa
Arte de amar
de uma cabecinha louca



Alberto Mário Sousa Costa nasceu em 1879, em Vila Pouca de Aguiar. Durante parte da sua vida profissional, e até 1919, foi secretário da Tutoria Central da Infância de Lisboa, trabalhando mais tarde no Tribunal do Comércio. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências. Foi um prolífero escritor, produzindo romances, novelas, contos, teatro, crónicas de viagens e estudos de carácter histórico. Faleceu no Porto, em 1961. O seu espólio e o de sua esposa, a escritora Emília de Sousa Costa, encontram-se à guarda do Grémio Literário Vila-Realense.

Entre os muitos livros que escreveu e os muitos temas que abordou, Sousa Costa caracterizou por diversas vezes a classe média urbana da primeira metade do século XX. É o que fez no romance *Arte de amar de uma cabecinha louca*, publicado em 1943 e situado na época. O romance desenvolve-se em torno da relação de um jovem casal: João, um escultor que trabalha numa oficina de escultura de imagens, e Maria do Amparo, uma jovem crescida num orfanato. No romance, João é caracterizado como cegamente apaixonado e incansavelmente dedicado à esposa, enquanto esta se revela desapaixonada, fútil e infiel. Além destas personagens, o romance dá destaque à figura da mãe de João, pobre e viúva, para quem o filho era tudo e a nora mal vista. A acção passa-se toda ela no Porto, mas por duas ocasiões se refere Arouca: no dia em que João aí se desloca com a missão de desenhar uma imagem de S. Bento na Igreja do Mosteiro; e na ocasião em que João, desiludido e amargurado com o casamento, se recorda de um aforismo que lera no mosteiro de Arouca quando da sua deslocação.

Arte de amar de uma cabecinha louca*

João espreita pela vidraça o nevoeiro condensado sobre o rio – na sensação de que não há mais Mundo para além desta muralha de bruma. E no entanto o ouvido recebe em cheio, através da bruma, o rumor surdo de vários mundos, o movimento ordinário de eléctricos, automóveis e peões no tabuleiro superior da ponte de D. Luís – ali, a uns cem metros, quase à altura da janela, e tão invisível como se estivesse no reino dos antípodas.

– Já reparaste? É que não se vê... nem palmo adiante do nariz!

– E chama-se a isto... mês de Maio... – desconta Maria do Amparo, a bocejar, muito maçada, a pôr-lhe na mesa o café com leite e o pão com manteiga do almoço, hoje mais matutino que de costume.

– Tem paciência. O mês de Maio, no Porto... à parte os nevoeiros, é uma maravilha! – assevera, sentando-se à mesa; absolvendo a sua terra da transgressão da névoa nas manhãs de Primavera. – É até talvez por causa dos nevoeiros... que se torna tão belo. Tudo florido, quintais, jardins, encostas, até mesmo a encosta da serra do Pilar, ali em frente, tudo coberto de flores! Ouço dizer que não há terra de Portugal com Primavera tão abundante de flores – anota o seu bairrismo ingénito a travar-lhe a pressa de engolir o alimento. – Frio? Ó filha! O frio não é só daqui. É de toda a parte. Lá diz o ditado: – em Maio come a velha as cerejas ao borralho...

– Sempre estarás de volta às oito? – indaga Maria do Amparo, mudando o rumo à conversa, já sentada ao lado dele, a almoçar com ele.

– Às oito, estou, com certeza. Foi o que me disseram na *garage*. – E envolvendo-lhe o busto delicado, duma graça esquisita no desalinho da manhã: – Sabes? Custa-me que não venhas comigo. Havias de gostar do passeio. Fazia-te bem. Depois, o vale de Arouca é dos mais lindos do Norte.

* COSTA, Sousa – *Arte de amar de uma cabecinha louca: romance*. [1ª ed.]. Porto: Livraria Latina Editora, 1943, p. 123-127; 262-263.

Vale do Minho, rasgado entre serras da Beira! E é possível que não haja nevoeiro para lá de Gaia. Vias o vale. Vias o mosteiro, que não há melhor, nem no Norte nem no Sul. E acabado o desenho do S. Bento, na igreja, subíamos ao Museu, também no mosteiro, onde há coisas dignas de serem admiradas. Mas não queres acompanhar-me...

– Não. Não é não querer acompanhar-te. É que se fosse contigo, gastavas mais do dobro na viagem!

– Gastava-o de boa vontade. Nada tinhas com isso. E o patrão gratificava-me... além de pagar, claro, todas as despesas de deslocação e alimento. Porque o *brasileiro*, quando lhe encomendou a imagem, não lhe disse apenas que a queria tal e qual a do mosteiro. Disse-lhe... que não olhava a preço, que saberia gratificar o artista que a fizesse.

(...)

Ele torna a abraçá-la e a beijá-la. E só ao fundo da escada, na última despedida, deixa de lhe despachar a mensagem da sua autoria – a dele sob o selo rubro dos beijos aquecidos ao bafo ardente do coração.

– Que maçada! – desafoga, sentindo bater a porta da rua. – Bem diz a Alzira: os homens apegam-se mais a nós, se não lhes ligamos meia... quem me dera poder ligar-lhe muita... a ver se me aliviava!

Entra no quarto. Observa-se ao espelho. Compõe o cabelo, despenteado, sim, mas que os beijos dele, disparados à toa, lhe puseram em revolta. E pensa, e reflecte:

– Maluco de todo. Hoje estes beijos... porque vai ali, a Arouca, sem mim.

(...)

Não. Não é a mulher carne de volúpia que lhe faz falta. É a mulher... amparo terno, a sua Maria do Amparo. A mulher que tem consigo o que nenhuma outra tem – no seu olhar, a única luz que nos enche de claridade; no seu sorriso, o único licor que nos embriaga; na sua voz, o único trilo que nos embala! Um poder misterioso, que nas horas felizes pode ser apenas um encanto a mais, que é tudo nas horas de agonia!

E salientando-o, e assinalando-o, decide que ela era o centro vital da sua existência. Debate-se em rude agonia – a garra de há pouco a estracinhar-lhe o coração. E surpreende-se a declinar baixinho, só para si, certo aforismo que uma Abadessa do claustro de Arouca, em eras recuadas, fez inscrever no interior da porta da sua cela – aforismo decorado na ocasião em que visitou o mosteiro:

Na lâmpada o vidro e o fogo
Símbolos são da vida humana:
Um sopro anima o vidro,
Outro sopro o fogo extingue.*

Um sopro de amor fizera do rapaz uma labareda. Um sopro de desgraça
fizera do homem uma sombra.

* N. E.: Esta quadra existe, de facto, e pode ser vista na porta interior de uma das celas do mosteiro, na ala afectá ao Museu de Arte Sacra.

Aquilino Ribeiro
O Malhadinhas



Aquilino Gomes Ribeiro nasceu em 13 de Setembro de 1885 na freguesia de Carregal (concelho de Sernancelhe e distrito de Viseu), filho do pároco local e da sua governanta. Com nove anos, mudou-se com a família para Soutosa, Nave, Concelho de Moimenta da Beira. Chegou a frequentar o seminário da diocese de Beja, que abandonou. Em 1906 mudou-se para Lisboa, sendo preso no ano seguinte por colaboração com acções subversivas do Partido Comunista. Evadiu-se para Paris onde viveu alguns anos, assim como na Alemanha, casando pela primeira vez em 1913, ano em que publicou o seu primeiro livro. Em 1914 regressou a Portugal, tornando-se professor e bibliotecário na Biblioteca Nacional. Em 1927 voltou a envolver-se em actividades políticas que o forçaram a um segundo exílio em Paris. No mesmo ano regressou a Soutosa e faleceu-lhe a esposa. Em 1928 envolveu-se num novo movimento político-revolucionário e foi novamente preso, conseguindo evadir-se para Paris uma vez mais. Em 1929, com 44 anos, casou por segunda vez, em Paris. Em 1932 regressou a Portugal. Foi amnistiado e passou a residir em Cruz Quebrada, nos arredores de Lisboa. A partir desta altura a sua dedicação à escrita e produção literária tornaram-se mais intensas. Faleceu em Lisboa, em 1963.

O *Malhadinhas* foi primeiramente publicado, em 1922, como um conto integrado numa colectânea de contos de título *Estrada de Santiago* (Lisboa: Aillaud & Bertrand; Paris: Aillaud & Bertrand, 1922, p. 57-188). Este conto primitivo foi o embrião da novela publicada mais tarde, em 1946. Quer a versão de 1922, quer a de 1946 – que não a reestrutura, apenas desenvolve –, são uma narrativa em teia de episódios ligados entre si pelo fio comum que é serem experiências de vida de um velho contadas na primeira pessoa. O episódio da deslocação de *Malhadinhas* a Arouca não faz parte da versão de 1922. Aquilino enxertou, na versão de 1946, a aventura de *Malhadinhas* por terras de Arouca, quase ao início, entre a apresentação que fez de si e do seu amor por Brízida (a prima com quem casou) e o rapto de Brízida. *Malhadinhas*, chateado com Brízida, decidiu partir para Arouca, comprar azeite. Aí, ao passar por Santa Eulália, foi convidado a participar no arraial de um casamento, onde mostrou a sua mestria no jogo do pau. Por fim, acabou por pernoitar na casa do anfitrião da festa, fugindo de madrugada, com saudades de Brízida. A narrativa demonstra um razoável conhecimento da geografia e da paisagem da região.

O Malhadinhas*

Isto da gente tratar às escuras, procurar entendimentos com coisa que se não vê – como sucede em amor, que à alma não se lhe levanta a tampa que a cobre – nunca, pensando bem, o poderá levar à paciência homem leal de palavras e são de juízo. Deus fez-nos assim – quem sabe lá? – talvez para se divertir com as trapaças e as esparrelas que armamos uns aos outros. Mas já que assim nos fez e não há remédio, um pensamento se gerou no meu seio, onde, embora eu seja cristão e confessado, nunca mais deixou de ser lacrau a ferrar: e é que o homem é um bichinho para temer! Bichinho para temer como inimigo, muito mais se, em vez de calças, Deus o talhou para usar saias. A Brízida jurara-me amor verdadeiro, e eu bem lhe ouvia as vozes tão afoitas como singelas; ria-se para mim, e nos seus olhos encontravam os meus ternura e claridade. Mas a alma que estava por detrás daquelas palavras de mel, daquelas olhadas de pomba, daquela testa que, nem falando nem ouvindo, consentia ruga, doido de mim, daria este mundo e o outro para a ver. Nunca adiantei o pé em casa alheia sem bater à aldraba; mas pudesse eu introduzir-me na alma de Brízida à falsa fé, embora depois me apupassem de ladrão e houvessem de me lançar na cadeia, que não me benzia para o fazer.

Depois do encontro que tive com ela, estão os meus fidalgos a imaginar como fiquei varado, em brasas, as brasas que Deus e o Diabo me haviam acendido no peito e as quais cada um assoprava de sua banda. Sim, senhores, Deus e o Diabo, e não se espantem da companhia, que bem a senti naquele passo da mocidade. Senti-a então, mas nunca mais.

* RIBEIRO, Aquilino – *O Malhadinhas*. [1ª ed.]. Lisboa: Bertrand, 1946, p. 20-47. Esta 1ª edição está ilustrada com belos desenhos de Bernardo Marques. Publica-se o capítulo 2 na íntegra.

O amor, caldeirão sem fogo em que eu recozia, dança maluca com todos os actos e pensares a girar à volta de Brízida, como dizem que em volta do sol andam as estrelas, esse «com ela me deito, com ela me alevanto» foi planta que deu flor uma só vez na minha vida. E viva o velho!

Um lindo palminho de rosto sempre gostei de ver e admirar, que Deus fez as bonitas para remanso dos nossos olhos; uma boquinha bem feita, dessas que são vermelhas, carnudas e pequeninas como as cerejas, e quando falam têm um jeito de vergonha e de fugir para redobrar nossa cobiça, ah! tais bocas sempre senti ganas de beijar e, aqui lhes confesso, algumas vezes cedi à tentação e beijei. Beijei e gozei, que a carne é pecadora e ninguém, a não ser santinho, santinho carunchoso, que não de pau carunchoso, sabe resistir aos lambiscos do pecado. Mas lá amor, essa coisa que pega cá dentro com mais raízes que o cipreste, rio a monte a cachoar, floresta em que se perde o norte, sol que queima, noite que cega, entrou comigo uma vez e bonda!

Deus e o Diabo andavam à roda de mim e eu bem os ouvia falar. Deus repetia-me as mil maravilhas que eu há muito achava em Brízida: que era branquinha de neve e perfeita de feições; alegre e arranjadinha no trajar; que seria uma boa dona de casa e um regalo ir com ela às romarias; que os seus seios eram alevantados e saborosos como pães quando saem do forno; que os seus olhos bastaria olharem direito, para um cego ir dar com eles; que lhe assentava bem tudo o que se reza na salve-rainha e tudo o que se gaba no vinho mosto e nos rebuçados.

Mas, à-d'el-rei, o Demónio picava da outra banda e bem picava o desenvergonhado: fa-te na Brízida e hás-de torcer a orelha; a arca cispada da sua alma está cheiinha com o padre. É o que to digo! Para ti tem ela as palavras, mas para ele guarda os pensamentos; a ti faz-te promessas; a ele irão as dádivas. Olaré! Pois não reconheces que o padre é um figurão que lhe promete vilas e castelos, e tu um labrego, dá-mo pobre, dar-to-ei aborrecido?! Não enxergas as mãos dele mimosas, as tuas calejadas? Entre um e outro, bem tola seria a Brízida se hesitasse. O pároco ganha-o a cantar; é um mocetão; faz dela um brinquinho; não lhe faltarão criadas para a servir. E tu quem és? Tu não passas do António Malhadinhas, um pobre de Cristo, um zé-ninguém, um côdeas que puxa besta de carga pelo rabeiro.

Assim mesmo me falava o Diabo no fundo da alma. E isto me leva a supor que, se em verdade a alma é treva e o Diabo o rei das trevas, rei das almas se lhe pode chamar – salvo seja a heresia, que tudo serei menos judeu.

Pois da conversa com Brízida fiquei tão fora dos meus cinco sentidos que, pondo-me em casa a consertar os atafais da besta, não atinei ponto com jeito. Mais puxa moça que corda. E, vai, atirei o albardão para o inferno, e fui-me até à venda, onde os amigos estavam pegados a uma bisca de seis, das façanhudas. Mas qual? Não houve lance no jogo que me ajudasse a varrer a mágoa. Voltei a casa, pus o aparelho no cavalinho e, ala, à ventura. Só longe, passante o Paiva, perguntei para mim e para com Deus:

– Onde vais, cabo dos trabalhos?

Onde ia, onde havia eu de ir? Nunca o sentido me puxara fora de mão; para aquelas bandas ficava o vale de Arouca, onde há muito trazia o intento de carregar azeite. Não levava uma de cruces, nem odres, nem outro viático além do lódão, mas embora, no Castro me abonariam o preciso.

Era pelo mês de abril, na semana da pascoela, quando se vêem pelos caminhos as garnachas negras dos padres, a cavalo de suas horsas rabonas, de igreja para igreja a confessar. Já floria o alecrim e a alfazema, e o seu rescendor alagava os ares muito lavados das chuvas e escaioladinhos de sol. Tupa, tupa no cavalicoque, olhos aqui no cereal todo verde, além no monte a vestir pelagem nova, ou nas águas, que nunca como nesta altura do ano são folgazonas e tão alegres que convidam à alegria, tupa, tupa, a minha maluqueira foi amainando. Aboletei-me essa noite no Castro, em casa dum amigo que me forneceu o necessário para o negócio, e mal os galos salvaram a primeira vez pus-me a pé. Dali até Arouca são sete léguas das velhas, por barrancos, onde nem reis nem ministros romperam os sapatos, e tratei de picar. Ainda havia orvalho da manhã à beira das paredes, quando atravessei as serras malditas que parecem estar ali de propósito a esconder de olhos maus aquela abençoada bacia do Arda. À vista do convento, meti à desbanda, por um atalho, aconselhado pelo rifão: *guarda-te de homem de vila como de cão de fila*, direito ao povo de Santa Eulália, onde nunca me haviam arrefecido os pés. E andava eu correndo os cambais à cata de fazenda, acertou passar por um pátio onde ia grande sarambeque. Rapazes e raparigas – em tal número que devia ter-se vazado para ali a mocidade de muitos lugares – batiam a ribaldeira entre arcos de loureiro e buxo como esses que se armam nos adros em festa de orago. Um homem de barbas ruças tocava rabeça e, vira-vira-vi, até parece que falava o demónio do instrumento. Bem repenicavam o da viola e o dos ferrinhos, era como se estivessem mudos. Pois ali me pranto eu à boqueira do eido a admirar a funçanata e a considerar a casaria que, pelo ar, era de gente abastada,

quando um homem se aparta do rancho, me fita muito, e vem de rópia para mim. Estou a vê-lo na andaina de saragoça preta, chapéu terçado para a orelha, corrente de ouro ao peito, escanhoado como um padre, homem dos seus cinquenta, feros e escorreitos.

– Ande cá, seu moço – disse-me ele. – Ande cá, ande, que me há-de pagar hoje uma pedrada que me deu.

– O senhor vem errado – tornei-lhe com toda a pausa: a apressada pergunta, vagarosa resposta, calculando já a vereda por onde seria possível safar-me do percalço que me surgia pela frente. – Não o conheço... nunca o vi mais gordo...

– Pois eu conheço-o. Você não é de Barrelas...?

– Lá isso sou, que nunca me coube no ânimo negar a terra em que fui nado. Mas pedrada não me lembra dar-lhe...

–Deu, e saiba que a deu ao Faustino de Santa Eulália, que não é homem para esquecer uma desfeita. Venha – e, proferindo estas palavras, o sujeito respondia ao meu ar desconfiado com ar de troça.

Fui-me atrás dele, que remédio, se já lá ia com o meu cavalo pela arreata! Chegado ao adjunto, pediu a caneca e meteu-ma na mão:

– Beba e beba-lhe bem, que é dado de vontade!

– Homessa! Acaba de dizer que lhe dei uma pedrada...

– Deu, torno-lho a repetir. O amigo não estará lembrado dum fulano que passou no seu povo, vai fazes dois anos para Agosto, de rota para a festa da Senhora da Lapa? Vocês andavam a malhar numa eira que fica à entrada da povoação, mesmo à ilharga das casas... Parei a perguntar o caminho para a Lapa, e você, seu moço, veio de lá com uma botelha cheia de vinho, e obrigou-me a beber. Aí está a pedrada que hoje aqui me há-de pagar!

– Não digo que assim não fosse – respondi eu já a sorrir – mas, se deslembado estava, deslembado fico. De beber, pelo tempo das malhas, damos nós sempre a quem passa. É como cá os senhores, com as uvas, quando andam a vindimar.

– Dê-lhe as voltas que quiser, matou-me a sede que trazia, e era grande, pois fazia um sol de canícula que até rechinava as pedras. E, no íntimo, fiz jura de lhe pagar a acção se algum dia o caçasse a jeito. Mas ande, beba-lhe... Estará você mal comido, seu moço?

Respondi-lhe que trincara um pedaço de broa com queijo e que me sobrara merenda nos alforges, ainda que a verdade verdadeira era trazer eu apetite de lobo, para esfandegar um cabrito, se o apanhasse assadinho

no espeto. Mas ele não deu crédito ao meu dito e, guiando-me até casa, mandou pôr a mesa.

– A que anda por estes sítios, se não queda mal o perguntar? – tornou-me ele.

– Ao azeite. Sonhei que aqui encontrava azeite em conta e do fino, tirei-me dos meus cuidados e vim por aí fora...

– Pois coma primeiro, que eu vendo-lhe uma carga. Se lhe servir. Mas vou jurar à fé de quem sou que melhor fazenda não topa por todo o vale de Arouca. O meu azeite é dos que ardem sem pavio.

E quanto a preço, descanse, que não há-de ir roubado.

– Pois muito bem-haja. E já que a uma fineza quer ajuntar outra, oxalá que Deus lhe guie os passos pela minha terra, para lhe dar segunda e melhor pedrada.

Sentei-me à mesa e veio servir-me uma rapariga trigueira, mediana de estatura, fartinha de seios, o rosto sobre o redondo, com olhos castanhos, tão ternos, que apetecia ser fidalgo para sem vergonha lhos namorar. Tinha as sobrancelhas muito carregadas e o nariz pequeno, um nariz que não era como o das mais mulheres, só dela e de mais ninguém, mas cheio de graça, de que apenas sei dar relação que as asas buliam como os das coelhinhas quando comem. Andava muito bem vestida, chambre de veludilho rente ao corpo, lenço de lã descaído para as costas, boa saia, boa tamanquinha de verniz e, pelo asseio e pelo rasgo, vi logo que era filha da casa. Não se admirem que, a tantos anos de vista, me lembre dela. Olhem: ficou na minha memória, assim inteira, assim estampada, como dentro duma medalha!

O Faustino, depois que me viu a contas com a perna de carneiro que enchia a espadela, voltou ao adjunto. E eu fiquei só com a mocinha e da sua boca – tinha belos dentes e abria-se num sorriso que alumia mais que a graça de Deus, que nunca nos abandona mas não se vê – da sua boca ouvi a explicação daquela festa: as bodas do irmão com uma rapariga de boa família e muitos teres, festa tão grande que nela, se se dessem a procurar, encontrariam a nata de Santa Eulália e dos povos vizinhos, na classe de lavradores. Contou-me ainda quem era o pai e a mãe, coisas e loisas, e de tudo vim ao apreço que estava debaixo de telha farta e honrada.

Comi-lhe bem, bebi-lhe melhor – que a mocinha não me consentia o copo doutra maneira que atestado – e com lhe pedir perdão de a ter desviado do baile, perdão a que ela atalhou dizendo que tinha muito tempo de dançar, me fui dali.

No terreiro, o Faustino veio ter comigo:

– Ficaria mal obsequiado, haja de desculpar.

– Desculpa peço eu de não saber como lhe agradecer. Quanto a obséquio nunca recebi igual na minha vida.

– Então, se me quere agradecer, tome parte na nossa festa. Um rapaz novo balha na ponta dum espeto! Ó Rita!... Ó Rita, olha-me para este moço... Parado assim, faz-me febre!

A rapariga – era a trigueirinha que me matara a fome – chegou-se a mim toda fagueira e, vai, arrumei o lódão a um canto, apertei a faixa na cinta, e rompemos a bailar. Dianho de pequena, era leve como uma andorinha! Por leve nunca julguei que alguém me rendesse, mas aquela levava-me as lampas. Leve e então com uma *ária*, uma graça, pai do céu, que, nem rainha escondida nos trajos de camponesa! Por ali acima, nos volteios e repeniques da chula, breve éramos o alvo de todos os reparos. E já os olhos castanhos sorriam para os meus, confiados; e, já eu, peito contra peito, lhe dizia que viera àquela terra por meu mal.

Numa das pausas da chula, o noivo veio-me saudar, mais a noiva, que era donzela jeitosinha e de agradável parecer. E beba, e dance, e viva, todos me festejavam.

Rita não se apartava do pé de mim, e de ver-lhe os olhos mais doces e ouvir-lhe a voz mais meiga, vinho ou quer que era começou a trepar-me à cabeça.

A meio do pagode, por desfastio, alguns rapazolas do lugar desataram em lutas de fortaleza. Eu pus-me de parte, que a tais provas não me era dado dizer: «presente!» no íntimo admirando uns, chasqueando de outros. E, estavam eles a jogar a barra, apareceu ali o arganaz dum homem – peito em aduela, cachaceira de boi, cara de poucos amigos – a ensarilhar a racha com tanta gana e fantasia que nem doido varrido a perseguir mosquitos à paulada. E, com grande alarde, desafiava o mais pintado para o jogo do pau, a perder ou ganhar uma moeda.

À minha banda, o Faustino celebrava as artes do meliante:

– Isto é um varredor de feiras temível. Está para nascer o primeiro que lhe faça sombra.

De facto, pelo corpanzil, pela basófila, parecia faia de respeito. Era também um dos dançarinos e, logo de princípio, lhe tomei azar porque, quando nos rodopios da chula à Rita calhou dar a volta com ele, usou dum espalhafato, mostrou tão bacocamente a dor de cotovelo de a ver

bailar comigo, que até a moça se scandalizou, quanto mais eu. Se fosse na minha terra eu lhe ensinaria a ser mais composto e bem educado com quem lhe não causara detrimento! Mas ali acalmei-me e deixei correr.

– Então ninguém se sente com alma de ganhar uma moeda? Olhem bem: é ouro de lei! – e no cimo do pau, que era plano e bem aparado, passeava debaixo dos olhos dos parceiros uma dessas peças de D. João V, que já eram ralas ao tempo, e hoje só se usam ao dependurão das correntes por galhardia. Todos, homens e rapazes, chalaceavam com ele louvando-o, não pondo acanhamento em se declararem seus subalternos na destreza e no poder.

– Já que ninguém se tenta, torna para o saco! – e, puxando da algibeira, ao tempo que fazia menção de guardar a moeda, fingiu que dava com os olhos em mim: – Com você, seu homem, não se fala do negócio... *Bailão, maricão!*

Estive um momento sem lhe poder tornar resposta, sufocado de raiva, até que lhe atinei com estas razões:

– Se não fosse nesta terra e na sociedade onde me encontro, ah você havia de engolir a bosteira! Aqui só lhe posso dizer que estou pronto a medir o pau consigo. Aposta uma moeda; eu se ganhar, não lha quero; manda-me proceder assim o respeito que devo a este amigo. Mas se perder, perdida tenho a moeda, que é dinheiro – juro-o pela salvação da minha alma – que nunca mais nos meus haveres conta.

– Pois seja lá como quiser. Tem pau?

– Tenho pau.

Fui buscar o lódão e pude dizer a Rita, que me seguira e estava branca como a cera:

– Ó menina, empresta-me uma faca? Uma navalhinha que seja...? O principal é que corte um pouco mais que queijo fresco e sombras de paredes...

Fitou-me ela muito nos olhos, mas eu sosseguei-a rebatendo-lhe com boas razões o pensamento errado:

– Esteja descansada, que não é para barulho. Vai ver!

Deu-me um canivete, meti-o no canhão da véstia, e fui para o homem:

– Cá estamos!

O pau dele era um nadinha mais alto que o meu, o meu um pouco mais grosso que o dele, segunda desvantagem nisto de florear gentilezas. Mas tampouco aceitei que se tirassem à sorte os paus como se iguallassem,

cortando no maior. Riscou campo o valentão, por prosápia, que tal não é de moda, e logo se plantou em posição de parar, pau a escorregar para a perna esquerda, mãos à devida altura. No terreiro, havendo estacado as danças e a zanguizarra, formaram todos em roda.

À minha mão direita estava Rita, mais trémula e inquieta que o vero Anjo da Guarda quando o Diabo nos atíça. Relanceei uma última vista ao basóffio – pulsos mais grossos que os meus, estatura que se avantajava à minha uma boa mão travessa, o sorriso, Deus louvado, fingido, sobre o amarelo – e à voz: *é uma! é duas! é três!* só armei para receber o pimpão que caía sobre mim de pancada alta. Varri o golpe e, a tentar-lhe o manejo, comecei a parar com brandura, como a medo. Mesmo assim, do meu lugar não arredava a grossura dum vintém. Ele não, ladeava, curveteava, dava tais saltos e piruetas que as pernas lhe pareciam um compasso endiabrado. Certifiquei-me do seu jogo, que era impetuoso, mas de pouca astúcia; e, sempre em posição de defesa, deixei-lhe quebrar o arreganho, embora me custasse uma pancada de esfarrapão no ombro direito e um arranhãozinho no pulso, em que ninguém fez reparo. Para os que estavam, sem dúvida que a superioridade era dele, pois me vinha inquietar no meu campo, e ali me mantinha encurralado como a gato, no poial, a dentuça dum sabujo. E até os olhos de Rita se me afiguraram desenganados.

Gastámos uns minutos naquela léria, tau-tau, tau-tau, até que lhe vi o fôlego azougar na garganta. E então coube-me a vez de atacar. Ao jogo dele, sempre alto e largo, todo de rópia, opus o meu, baixo, curto e todo de rapidez. E, notei, tão imprevisito lhe era que, se quisesse aos primeiros passes despachá-lo com uma pontoada, fazia-o tão certo como ter sido meu mestre nesta arte o maior jogador do Minho. Os olhos de Rita alegraram-se e isso me trouxe – não ânimo, que tinha para dar e vender – mas sangue frio e vontade para levar a bom termo a desafronta que cismara.

Tau-tau, a defender-se duma pancada ao ombro, deixou-me pular até ele e limpei-lhe o primeiro botão, *o rei*, sem ninguém dar por isso, a tempo de varrer a resposta que me mandava à cabeça. Todos poderiam notar – ainda que ignorantes no jogo – que os contra-ataques dele me forneciam campo cabonde a assentar-lhe um golpe de escacha, se me apetecesse. E, estranhos à manha traça, tinham por bizzarria o que era refalsada manha. Mais dois botões, *capitão e soldado*, foram à viola, tão calados e cerces como o primeiro. E, racha contra racha, continuamos estreloçando. Parecia-me agora que, ainda emproado, pois não recebera

de mim, seu contrário, golpe que se assinalasse, da cara derramava não sei que clarão de desespero, na rouxidão lembrando o luaceiro baço que espelha da charola o Senhor da Cana Verde. Coitado, se fosse noutra sítio, estava há muito a fazer torresmos no inferno!

Soprava ele como toiro; obrigado a ter firmeza nos pulsos, pois o alarve o que se propunha era acabar e atirava à valentona, comecei a soprar também. Foi numa dessas arremetidas, quando o pau dele, vergastado pelo meu, rodou largo e desceu adormecido, que degolei o meu quarto botão, *o ladrão*. E obra com asseio; ninguém viu. O colete tinha cinco botões, faltava-me o último, *o segundo rei*. Mas ele estava fulo e já a baba lhe fervia nos cantos da boca. Eu cá, estava em jurar, guardava o mesmo ar que sempre tive e hei-de ter, até na benta hora em que a morte me leve. Mas, dentro de mim, sentia os espíritos mais inflamáveis que pólvora.

Como o machacaz continuasse a despedir-me pauladas à mão tente, mandei-lhe também uma, dissimulada, destas que não fazem rumor e só dá conta delas quem as rilha. Foi à ilharga, e logo ele percebeu que se não virasse de folha tinha mais pano da amostra. E, de facto, dali em diante foi mais ordeiro. Já não dava a escaqueirar-me a tola, mas como quem com o cacete quer partir um ovo, sem o perder para a gemada. E eu pude rematar a partida, ripando-lhe o último botão, com mais mandinga e disfarce que no jogo da vermelhinha.

– Bastará – pronunciei eu, plantando-me em meia defesa.

O homem aprumou o pau e, encostando-se a ele, pôs-se a limpar o suor da testa.

– Vivam os valentes! Vivam! – clamavam em torno de nós. – Não há vencedor nem vencido!

– Alto lá! – bradei. – Há vencedor e vencido, ou adeus consciência em Portugal. Olhem bem!

Afirmavam-se todos para mim, afirmavam-se depois para ele e não percebiam.

– Abotoe lá o colete, parceiro – tornei eu para o mata-sete. – Abotoe-o que o traz desabotoado...

O fanfarrão ia a fazer o que eu lhe indicara, mas, como não encontrasse os botões, primeiro ficou de boca aberta, depois fez-se verde como as azeitonas antes de começarem a pintar.

– Não se aflija, eles hão-de aparecer e pregam-se; à falta de tesoura, faça tenho eu para tirar as linhas; mande vir a agulha – e, ao tempo que

isto dizia, deitado entre o pulso e o canhão da véstia, mostrei o canivete com que ceifara os botões.

Ficaram todos suspensos quando vieram ao conhecimento completo da façanha. Uns garotos deitaram-se de burrinhas a procurar os botões e, alguns achando, mostravam-nos de mão erguida, em grande algazarra. Não sabia o homem onde se meter e eu, mais por vénia àquela gente que por brandura de ânimo, desatei a rir e disse-lhe em bons modos:

– Vê o camarada que não sou apenas bailão!

O matula que estivera um bocado sem saber o que mais lhe convinha: se fugir, se atirar-se-me ao gasnete, se deixar correr o marfim, saiu-se pela porta mais natural e decerto a melhor, dando o braço a torcer:

– É a primeira que tal me acontece! Caramba, você era capaz de envergonhar o Mafarrico!

Dava-me a moeda, rejeitei-a sem palavras de agravo. E como eu lhes parecesse cordo do génio a bem, e levado da breca se me puxassem a terreiro, como a proeza não era pão-nosso de cada dia, dali por diante fui mais festejado que o próprio rabequista. Quando tornei a navalha à pequena, vi-lhe os olhos tão lânguidos e tão húmidos, que me veio a suspeita de que tivesse chorado por mim, chorado, quem sabe lá, se de consolação. Mas eu só lhe soube apertar as mãos que tremiam.

Ricos tempos em que era capaz de tais áfrias, ricos tempos! E Deus fale na alma do Chico Pedreiro, de Ermesinde, que veio da sua terra para a nossa erguer paredes e, começava eu a espigar, ia para trás do cemitério ensinar-me a jogar o pau! Apanhei muita negra nas mãos e nos braços, mas, honra lhe seja, aprendi o manejo duma varinha. Graças a ele e à presença de Rita, pude varrer aquela desfeita com brio! Era a alma dum jogador! Dois homens a atirar-lhe pedras, umas sobre outras a chover, e ele parava as pedras só com o pau. A tanto não cheguei eu, mas o mestre não perdeu comigo o tempo todo, haja em vista o colete do brutamontes de Santa Eulália que ficou varridinho como eira depois da malhada.

Quanto ao alarve, por fim, quase tive pena dele, ao vê-lo lançado ao desprezo e eu mais apageado que um herói que voltou da África de bater os pretos. O que é certo é que depois daquela minha avaria o danço não pegou mais. Bem sarrafalhava o arco da rabeça; bem tiniam os ferrinhos; todos me queriam à sua banda a sociar do mesmo copo. O Faustino, esse, pegou em mim ao colo e, meio pingueiro, gritava:

– Um homem que trata bem a outro, sem nunca com ele ter tido pacta, se não fosse valente ficava-o a dever. Nunca eu me enganei com este rosto. A minha casa é dele. Tudo o que tenha é dele. Se gostar da minha Rita, dou-lha; não haja dúvidas, dou-lha!

Soltavam todos grandes surriadas e também eu, maneira de quebrar o estranho daqueles ditos, proferidos, era notório, de grão na asa; mas eu bem via a mocinha que não mostrava cara de zangada e reconhecia na fala de Faustino o tom que tem a sinceridade e não o gracejo ou o fingimento. E tanto assim que, vindo outra vez dar-me de beber, em voz alta repetiu:

– Há-de me agora aqui dizer: gosta de minha filha?

– Gostará ela de mim? – retorqui eu rindo muito.

– Há-de gostar. Olhe que anda a rapaziada de três aldeias, doida lamechas, a cheirar-lhe as fraldas. Ali onde a vê, toda risota, não é menina para dar trela a gerifaltes.

Rita escondia o rosto com o lenço, a sorrir muito; e, a sorrir por debaixo do lenço, me deitava um travesso e fagueiro olhar.

Desfez-se a festa, os noivos giraram à sua segada, do grande peso de gente cada um debandou para seu canto. E, quando eu esperava que o Faustino me fosse medir o azeite, ouvi-lhe dizer:

– O amigo hoje não se vai embora. Amanhã é domingo, não se trabalha. Dorme cá, pois quero mostrar-lhe as minhas fazendas...

Esquivei-me com os negócios e não sei com que mais razões, fracas razões, da minha cabeça transtornada.

– Nem fum, nem fum e meio. É uma desfeita, se porfia...

– Já aqui não está quem falou – tornei eu, deixando-me convencer sem outros ralhos.

– Vamos até à quinta – e, pela casa fora, de súcia com o seu compadre e Rita, me levou à propriedade que entestava na moradia e era um pomar de formosura.

Não me cansei de admirar as parreiras, muito bem tratadas, já com pâmpanos de palmo, o olival que trazia boa promessa, a água que era um Douro, e as colmeias que começavam a sair ao sol da Primavera. E, contente, dizia-me:

– O ano passado tive aqui quinze pipas de vinho. A novidade foi escassa... havia cepas para mais... Botou a cinco cântaros o mel... e a dois lagares o azeite.

– Não há segunda lavoiira em Santa Eulália – acrescentou o homem que vinha à nossa banda.

– Este ano será o que Deus quiser. Vai-me fazer falta o rapaz que se casou hoje...

Havia já estrelas, disse para o Faustino:

– Amigo, grande amigo, meça-me o azeite, que desejo partir cedo...

– O azeite não lho meço hoje. Tem de passar o dia de amanhã connosco; já agora há-de ver outra fazenda.

Ceámos à lareira, que a noite estava fria, em volta do lume, os pés de Rita tão perto dos meus que às vezes se esqueciam e me tocavam. Ouvi a história do Faustino, com seus teres, sortes e azares, desde avós a netos, e de tudo me capacitei que eram lavradores fartos e bem-vistos; puxado a terreiro, por tabela, contei a minha história e a de meus pais, a minha vida de negócio e alguns dos percalços nas jornadas, e em tudo me pareceu que não ficaram desagradados. Já o lume se apagara, demos graças e fomo-nos deitar. Rita, de candeia na mão, levou-me a um quarto que ficava logo à entrada da porta e, desejando-me as boas-noites, disse sorrindo:

– Durma bem e sonhe com os santinhos...

– Vou sonhar com a Rita que também é santinha...

– Ui! sou uma peste; lá que sonhe comigo, não acredito.

– Acredite que hei-de adormecer – se puder adormecer! – a pensar em si...

– Jure lá...

– Pela luz dos meus olhos!

– Então também hei-de adormecer consigo no pensamento – e, ditas estas palavras com a sua risadinha, voltou a cara e fugiu.

Por muito tempo, cantaram e recantaram os galos, o meu juízo trespairou, divagando acerca de tudo o que se passara, daquele agasalho tão paternal, de Rita, tão boa e tão linda, de que via os braços a prender-me e eu com gana de nunca mais os desapertar de mim. E, só tarde, embalado na grande, grandíssima maluqueira, é que adormeci.

Altas horas acordei a pensar noutra que não em Rita. A pensar em Brízida, a minha Brízida cruel, olhos travessos como bogas no rio, cabelos a puxar para crioulinha, mas tez branca de neve, a rir e a saracotear-se toda diante do abade de Britiande. E senti nas fontes o sangue a zoar mais do que se me tivesse mordido uma víbora. Chamei a campo a doce, a terna Rita. Veio, mas breve se foi, como por bruxedo. No fundo do meu peito quem

agora via, quem lá estava era Brízida, a Brízida estouvada, a Brízida incerta, a Brízida que gostava de acender o ódio de homem para homem, levada na tirania de agradar. Bem a amaldiçoei e me chamei maldito; bem me disse que a melhor vingança era lançá-la ao desprezo e firmar pé naquela terra, onde havia quem me quisesse bem. Não houve modo.

Levantei-me de mansinho, e mais manso que um ladrão me vesti. Abri a porta da rua, e com cautela a fechei. Num rufo corri ao macho que estava, à mão de largar, no grande alpendre e deitei-lhe o aparelho. E, sem ruído, sem voltar a cabeça, vergonhoso de mim, saí daquela terra. Já distanciado, piquei, piquei, doido de todo... a pedir ao macho que me atirasse para um barranco. Ao passar os montes, como se ali se estremasse para mim o mundo, parei, e, olhando atrás onde à luz roxa da alba a neblina erguia palácios, torres, jardins como nos contos de fadas, verti lágrimas de sangue. Não corou de o dizer. Chorei por ela, a meiga Rita, pela felicidade, sabe Deus a quanta voltava costas para nunca mais! Mas ao dar de rédea ao cavalo para seguir jornada, se Brízida visse o meu braço estendido para os longes do céu que a cobriam, se me visse o rosto, eu lhes juro que deitaria a fugir, a fugir, até mais ninguém a poder apanhar!

Egas Moniz

O episódio do tio Augusto em Rossas



Antônio Caetano de Abreu Freire Egas Moniz nasceu em Avanca em 1874. Com cerca de 5 anos foi viver com o tio-padrinho, pároco em Pardilhó (Estarreja), que acompanhou e patrocinou os seus estudos, e por quem Egas Moniz sempre cultivou um vivo carinho. Mais tarde, completou o Curso Liceal no Colégio jesuíta de S. Fiel. Em 1899, com 24 anos de idade, e depois de ter visto falecer a irmã, o pai, o irmão, a mãe e todos os tios, formou-se em Medicina na Universidade de Coimbra, onde começou por ser lente substituto, leccionando anatomia e fisiologia. Em 1911 foi transferido para a recém-criada Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa onde foi ocupar a cátedra de Neurologia como professor catedrático. Foi médico, neurologista, investigador, professor, deputado, diplomata e escritor. Jubilou-se em Fevereiro de 1944. Em 1949 foi-lhe atribuído o Prémio Nobel da Medicina, como reconhecimento pela descoberta da relevância da lobotomia pré-frontal no tratamento de certas psicoses. Faleceu em Lisboa em 1955.

O livro *A nossa casa* foi escrito no verão de 1949, meses antes de Egas Moniz ser galardoado com o prémio Nobel da Medicina. Embora o texto não faça menção ao prémio, a capa do livro apresenta o autor como sendo Egas Moniz, prémio Nobel. Tinha o autor 74 anos de idade e escreveu este livro, «história de uma família provinciana», ou «auto-biografia da infância e adolescência», como lhe chamou. Nele nos fala na primeira pessoa das suas experiências de vida e das pessoas com quem conviveu na sua infância e adolescência. Dentre estas pessoas destacam-se sua irmã Luciana, educada no Mosteiro de Arouca, e seu tio Augusto, que viveu parte da vida em Rossas, onde tinha uma casa e propriedades. O episódio do tio Augusto em Rossas, que ocupa as páginas 78 a 125 do livro, é apresentado como sendo «um episódio um pouco estranho, digno de ser registado nestas notas familiares». É um episódio real, portanto, ocorrido pelo ano de 1876. Contudo, a sua narração é feita como se tratasse de uma ficção. Antecedida de uma apresentação, a narração principia assim: «tinha meu tio Augusto como criado de lavoura um rapazote em torno dos 18 anos...» e aqui o leitor começa a sentir-se quase diante de um conto. Egas Moniz visitou várias vezes Arouca e chegou a ser proprietário da casa que fora de seu tio Augusto em Rossas. Vendeu-a em 1907 a uma família da terra, à qual ainda pertence. É a casa do Outeiro.

O episódio do tio Augusto em Rossas*

Tinha meu tio Augusto tendência meditativa. Na época a que me reporto, dos seus 50 anos, preferia viver em Rossas, apertado vale, onde ficava a sua casa, com água a cantar de todos os lados e a encenação do arvoredado nas mutações da vegetação.

Riam-se, na Primavera, as cerejeiras, cobertas de frutos róseos e violáceos; desfaziam-se as vides, no Outono, em festões de cachos, pendurados dos enforcados, em riqueza de contrastes com as pedras escuras de granito da serra e o verde-esmeralda dos milheirais de regadio.

As primeiros frios os castanheiros opulentos, bem contornados, de bravos vigorosos, enramalhados de verde-escuro, ostentavam orgulhosos os ouriços ligeiramente alourados. Os garotos assaltavam-nos à pedrada. Mas nesse tempo, chegavam para todos.

Vinham às carradas dos soutos os ouriços e as castanhas estoiravam nos magustos a alegrar o negrume da cozinha e a desafiar o verdasco a espumar nas canecas vidradas.

Era o cenário que o tio Augusto apreciava naquela fase da vida, num quietismo que a muitos parecia confrangedor, mas que lhe sorria num encantamento de bucolismo serrano, na atmosfera restrita de um isolamento cenobita.

Todas as pequenas coisas o interessavam e, em especial, as novidades das culturas distraíam-no enchendo-lhe o tempo.

Visitavam-no os amigos Brandões de Alhavaite e outros de freguesias vizinhas, pessoas que também procurava. Raras vezes, porém, o fazia e menos ainda se punha em contacto com os seus conhecimentos da vila de Arouca. Saídas eventuais, e sobretudo verdadeiras excepções no decorrer

* MONIZ, Egas – *A nossa casa*. [1ª ed.]. Lisboa: Paulino Ferreira, imp. 1950, p. 78-125.

monótono do Inverno, quando a chuva continuada iguala os dias e as águas se empoçam por todos os lados.

O horizonte em Rossas é limitado pelas serranias que, de todos os lados da rosa-dos-ventos, se levantam, com aspectos diferenciados. Ali o sol nasce tarde por ter de galgar os montes levantinos e cedo se oculta por detrás das elevações do poente. As casas raras vezes se aglomeram, dispersam-se pelos campos na tranquilidade da vegetação verdejante que as abundantes águas das montanhas mantêm por todo o Verão. Só no adiantado do Outono, os milhos de hastes altas e finas, de boa palha para o gado e de espigas de reduzido volume, conseguem amarelecer.

Às tardes ia meu tio até à única loja com mercearia, panos e utilidades, que havia na aldeia. Pequeno estabelecimento que ainda existe, e ficava num pequeno largo no sítio chamado da Barroca, onde passa a estrada que segue para a vila e outra que vai ao Porto, com um cruzeiro em granito ao lado. Ali se chegava da casa de meu tio por uma pequena vereda de grandes lajedos entre os quais corria muitas vezes água abundante.

Na sua visita diária, em seguida ao jantar, sentava-se num pequeno banco que já lhe estava reservado junto ao balcão e começava a conversa. Ele levava as notícias que lera no jornal e informavam-no dos acontecimentos da aldeia.

Em todas as terras pequenas das nossas províncias há peripécias a contar. Uma bisbilhotice de curiosidade, sem laivos de má-língua.

Aos domingos a missa paroquial ao romper da manhã, numa igrejinha muito pobre para onde se subia por uma ruela acidentada, de mau piso e no Inverno encharcada de água que se evitava, saltando de pedra em pedra e onde estropeavam os tamancos dos transeuntes, calçado adequado àqueles caminhos.

Nesse tempo havia uma única estrada que atravessava a povoação em direcção a Arouca que dista uns 7 quilómetros. Meu tio conheceu Rossas sem esse progresso e assistiu à sua construção.

Feita a apresentação do personagem e do cenário, passo à descrição de um episódio um pouco estranho, digno de ser registado nestas notas familiares.

Tinha meu tio Augusto como criado de lavoura um rapazote em torno dos 18 anos, que lhe cuidava dos animais e fazia serviços agrícolas. À noite, no Inverno, o frio apertava e juntavam-se à lareira. Meu tio tinha cadeira especial ao fundo da chaminé. A criada Maria ocupava-se do preparo

da ceia. Em escabelo, ao lado sentavam-se o Simão, velho criado que se ocupava dos campos que não estavam arrendados, das videiras e da adegas, e o tal rapazote que, à falta de indicação do registo baptismal, chamarei António. Tenho uma ligeira reminiscência, pelo que ouvi contar, de que era este o seu nome.

Conversava-se sobre particularidades do trabalho feito ou a executar e, por fim, à falta de assunto, meu tio referia a sua última ida ao Porto, que já tinha sido contada e recontada, mas sempre interessante para o auditório que, não raras vezes, o interrompia com perguntas e observações.

Qual foi o caminho que o sr. Augusto levou de Escariz para lá? – inquiriu o António.

– Quem tem boca vai a Roma! Não tenho de memória todas as terriolas que atravessei até Vila Nova. Apenas te sei dizer que não sendo bons os caminhos não são tão maus como os daqui para a serra.

– Mas que os nossos bois sabem caminhar! Ainda ontem, disse o Simão, me aguentaram um carro de mato à descida das Barrocas que foi a minha admiração!

A sr.^a Maria anunciou que o caldo estava pronto, as batatas cozidas, as couves e o bacalhau... Tudo em ordem! Já vai sendo tempo para a ceia. As horas passam e amanhã é preciso levantar cedo, porque o trabalho aperta.

– Lá isso é verdade, disse o Simão, levantando-se.

– Boas noites, disse o meu tio Augusto. Ó António não esqueças a ração ao cavalo e passeia-o de manhã. E foi-se encaminhando para uma curta escada de pedra que leva para a pequena sala de jantar onde, dentro em pouco, fumegava uma boa tigela de caldo verde. Não faltava a broa para migar, o pichel do melhor verde da casa, e o galheteiro com o azeite esverdungado da região. E dirigindo-se à criada:

– Não esqueças das maçãs assadas para a sobremesa. E o meu chá com pão-de-ló do Burgo.

– Está tudo pronto! Agora vou servir os criados. E desceu à cozinha.

A ceia decorreu com agrado para meu tio. Silenciosa, como de costume, mas bem saboreada. Por fim uma boa pitada sorvida com gosto e um resto de leitura do jornal. Depois umas últimas recomendações aos criados, e um sono sem pesadelos, ajudado pela toada embalante da água a cair no granito da pia do quintal.

Numa das manhãs vieram dizer-lhe que o criado António tinha desaparecido. Procurou-se por toda a parte, nas casas dos caseiros, nas propriedades,

nas habitações em redor, e ninguém dava conta do rapaz. Mandou-se a casa da mãe com quem vivia antes de estar ao serviço da lavoura. Nada! Começou a inquietar-se meu tio e o reduzido pessoal que o cercava, pensando-se em algum desastre que o rapaz tivesse sofrido.

A mãe, uma pobre viúva, apareceu na manhã do dia seguinte a saber novas do filho e a ignorância de todos levaram-na a choros e clamores incomodativos.

Assim decorreram uns dias, até que vai de dizer-se à boca pequena que talvez o rapaz tivesse sido assassinado! Dentro em pouco começou a suspeitar-se do patrão e depois a história completou-se em pormenor, a que alguns vizinhos vinham trazer elementos complementares.

Afirmava-se já que meu tio tinha tido uma forte alteração com o António e que, apesar do seu ar pacífico, perdera as estribeiras e lhe dera a matar. Acrescentava-se que com a ajuda da criada Maria, que era forte e resoluta, tinha sido enterrado no quintal!

Houve mesmo umas mulheres piedosas da vizinhança que afirmavam ter visto a Maria no ribeiro, onde ia lavar a roupa, com peças manchadas de sangue.

– Deus me perdoe, dizia uma delas, mas aquilo era, por certo, do António! E tão bom rapaz que ele era!

– E tão temente a Deus! acrescentava a companheira. Nunca faltava às suas obrigações com a Igreja!

E a notícia, como nódoa de azeite, ia alastrando. Primeiro na freguesia, depois nos povos circunvizinhos, por fim na vila de Arouca e com tal insistência se afirmava que o rapaz tinha sido assassinado que as autoridades tomaram conta do caso.

Era tido em boa conta o sr. Augusto de Rezende; mas como era acusado de assassinio, fez-se uma primeira diligência em casa do suposto criminoso. Meu tio, tão infame e injusta achava a acusação que, embora negasse o suposto crime, não conseguia reagir. Era o seu feitio. Desanimado, caiu num estado depressivo, abandonando-se à tristeza. Não podia admitir, sem uma íntima revolta não exteriorizada, que vizinhos considerados como amigos e outros a quem prestara favores, garantissem a sua culpabilidade! Na casa tudo era desolação; só a Maria, mais decidida, recalcitrava com alguma comadre da vizinhança que, de longe, lhe fazia qualquer insinuação.

Por mais de uma vez foi às do cabo, tão irritava andava. Meu tio bem lhe recomendava sangue-frio, pois tudo se havia de esclarecer.

– É melhor ser como o sr. Augusto que anda aí com cara de condenado. Eu penso de outra maneira e se alguém o acusar ou a mim – pois já sei que também me abocanham – há-de sentir a força das minhas mãos. Que eu nunca tive medo nem de trabalho nem de atrevidos.

Isto dizia a Maria com ares decididos de boa serrana, sem papas na língua, e com os músculos em bom exercício.

À noite juntavam-se na casa alguns amigos e discutia-se o assunto por vezes com o concurso da sr.^a Maria que em apóstrofes era mestra, não as poupando fosse a quem fosse. O sr. Abade da freguesia também lá foi confortar com palavras doces o suposto criminoso. Mas à saída todos eles se interrogavam se seria ou não verdade o que se dizia.

– A ira é um terrível mal, comentava o Abade a caminho da pobre residência.

– O rapaz era esperto e fazia bem a obrigação, disse o sr. Pinho, mas por vezes desleixava-se com o cavalo, o que muito irritava o sr. Rezende. Podia ser que este zangado lhe desse com violência. Não era para matar; mas há horas malditas, horas aziagas, do diabo...

– O ar sucumbido do sr. Augusto é que me faz impressão, disse um terceiro. Quem está inocente tem sempre a cara levantada.

– Às vezes é o contrário, comentou o Abade em ar de despedida.

A diligência do Administrador do concelho fora prolongada. Durou uns dois dias. Primeiro declarações de meu tio, do Simão, da Maria, de alguns trabalhadores da casa e vizinhos.

Meu tio negou.

– O rapaz fugiu não sei para onde; mas ninguém lhe bateu ou fez mal. Na véspera de desaparecer estive a dar-lhe ordens para o serviço, o que foi ouvido pelos outros criados. No dia seguinte não se encontrou mais; levou o seu melhor fato e desapareceu. É tudo o que tenho a dizer.

Os outros depoimentos foram concordantes, mas o da sr.^a Maria foi mais floreado, tendo de ser chamada à ordem e por uma das vezes avisada de que, ou mudava de tom, ou teria que os acompanhar até Arouca.

Eu não ofendo nenhum dos senhores, dizia ela. Desde que estes malvados vizinhos andam a acusar o sr. Augusto, que é incapaz de fazer mal a uma mosca, e a abocanhar-me a mim, eu não sei o que dizer, sr. Administrador, mas isto acaba mal.

– Não faça ameaças...

– Não ameço ninguém, isto é só o que cá sinto. E, lamurienta, acrescentou:

– Juro-lhe, sr. Administrador, pela luz dos meus olhos, que tudo o que dizem é mentira. Aqui não houve morte nenhuma, é tudo inventado por uns malvados que hão-de ter, a seu tempo, o devido pago.

– Dizem que a senhora foi conivente no crime, que ajudou a enterrar a vítima, que lavou na ribeira roupa ensanguentada do rapaz...

– Tudo rematada falsidade! Não dê ouvidos a falsas testemunhas, sr. Administrador! São línguas viperinas que mereciam ser queimadas...

A noite aproximava-se e Arouca era a alguns quilómetros. Continuariam as investigações no dia seguinte e convidava a estarem presentes todos os que naquele dia tinham sido inquiridos.

– Daqui ninguém foge, disse a sr.^a Maria a caminho do corredor que levava à cozinha. E ainda resmungou qualquer coisa que se não ouviu.

– É danada esta sr.^a Maria; disse o Administrador para o que escrevia o auto. É levada dos diabos!

Meu tio levantou-se cortesmente quando o sr. Administrador se preparava para sair. Este estendeu-lhe a mão, dizendo:

– Desculpe a minha insistência, são deveres do cargo e sabe muito bem que o desaparecimento do seu criado tem dado assunto não só na nossa comarca, mas nas mais vizinhas, como por exemplo em Oliveira de Azeméis. Tudo se há-de esclarecer.

– Assim o espero, disse meu tio um pouco secamente. Boa tarde.

A noite não tardou a cair e a tortura continuou a perturbar aquela solitária casa, onde houve sempre a doce paz aldeã, sóbria e monótona; sem remorsos que pesassem sobre as almas tranquilas dos que a habitavam.

– Algumas palavras trocadas com o Simão e com a sr.^a Maria encheram o serão. Falou-se da pouca-vergonha do que se estava passando e sobre este motivo a sr.^a Maria fez um discurso que nem o padre nos domingos de quaresma.

– Ó sr.^a Maria, a senhora quase que embarrilava o Administrador, disse o Simão.

– O Barbichas não me mete medo. Nem ele nem um cento deles! Dês que tenho a verdade do meu lado não careço de outra guarda. O pantomineiro!

– Ó Maria tem mais cuidado com a língua. Olha que é a autoridade do nosso concelho, advertiu meu tio.

– Bem me importa isso! A dar ouvidos às calúnias dos falsos amigos da casa! Como se o sr. Augusto fosse capaz de tal desvario!

A ceia veio cortar a viveza dos comentários e trazer coragem para o dia seguinte em que as averiguações policiais continuariam.

Um pouco mais cedo chegaram as autoridades. Fora-lhes dito por testemunhas que o sr. Augusto de Rezende, auxiliado pela criada, tinha enterrado a vítima no quintal ou na adega.

– São sítios um pouco distantes, mas têm tudo à disposição, informou meu tio.

Foram para o quintal de cima, depois para o de baixo à busca de terra remexida. Tinham um homem munido de uma enxada e o criado da casa, o Simão, também os seguiu para auxiliar o serviço, se fosse necessário.

Um local do quintal de cima em que a terra tinha sido arranjada para horta, foi cavado em várias direcções até que deram a averiguação por feita. Percorreram o eido de baixo, deram volta pelos currais e por umas casas bastante velhas onde viviam umas antigas criadas da casa, de há muito aposentadas do serviço.

As investigações feitas tinham sido nulas. Faltava a adega cujo pavimento era térreo e que a fantasia dos acusadores deu como lugar azado para ali enterrarem o cadáver do rapaz. Pediram a chave. Meu tio conservou-se na sala a assistir ao desenrolar de todo aquele disparate, como disse ao próprio sr. Administrador no final da diligência. Gritou à Maria para que levasse a chave à autoridade.

– Até a adega não escapa, santo nome de Deus!

E levou a chave ao sr. Administrador com as boas tardes, em tom seco, por não poder faltar a um dever de elementar cortesia.

– Só se estiver a chupar em algum tonel, disse já a caminho da cozinha. Olha a tolice desta gente!

Por certo já lhe não ouviram estas palavras nem outras que se lhe seguiram. Caso contrário, tê-la-iam admoestado. O sr. Administrador já andava assomado com aquele destravamento de língua.

A adega era escura, apenas iluminada por pequenas frestas rectangulares defendidas por ferros em cruz e ocupava todos os baixos da parte assobradada do prédio.

Num dos topos estava um lagar bastante espaçoso com uma prensa de vara. A seguir, do lado contrário à porta e encostados à parede, uma fila

de alguns pequenos tonéis e pipas de vários tamanhos. Bateram os tonéis uns cheios e outros vazios e vigiaram por baixo das vasilhas.

Nada dava indício de ter andado por ali enxada nos últimos dias. Mas como estava húmido o terreno entre duas quartolas que estavam arrumadas e uma de batoque para baixo, a escorrer o resto do último suadoiro, vá de escavar com força. A breve trecho a enxada batia em pedra e chispava lume.

– Bem, disse o sr. Administrador um pouco melhor humorado, não vale a pena continuar. Cova podiam ter feito, mas mausoléu é que não tiveram tempo de o fazer, nem para tanto teriam jeito...

Depois de uma nova inspecção saíram da adega, subindo o sr. Administrador e o escrivão pela escada de pedra que, com uma pequena galilé quadrada, ao cimo, dava para a sala.

– Sr. Augusto de Rezende, vamos redigir o auto. Não encontramos nada do que as testemunhas de acusação tinham insinuado.

– Como podiam encontrar o que não existe? Isto é tudo uma invenção. Ninguém viu mais o rapaz que está a divertir-se à minha custa. Só não sei onde ele pára.

– O senhor fará depois a sua defesa. Só nos cumpre averiguar das acusações que lhe têm sido imputadas.

E passou a redigir em voz pausada, e com certa ênfase, o resultado da diligência executada.

Como pouco havia a relatar, o auto não levou muito tempo a concluir. Passaram às despedidas dizendo o sr. Administrador que esperava que tudo se esclarecesse a bem da Justiça, desejando que meu tio pudesse aduzir provas concludentes a favor da sua inculpabilidade.

Houve um pouco mais de tranquilidade na casa, depois destes inquéritos negativos. Isto não impediu que a sr.^a Maria, ao vê-los seguir por debaixo da ramada para o portão de castanho do quinteiro, dissesse umas frases menos dignas deste relato.

Não tinham passado duas horas e chegava meu pai, a cavalo. Fizera um percurso bastante rápido desde Avanca. O tio João António chegava no dia seguinte de Meda, onde ao tempo ocupava o lugar do contador e, passado o domingo, em que havia festa em Pardilhó a que meu tio Abade não podia faltar, também ele compareceria. Toda a irmandade junta para encorajar o Augusto naquela difícil conjuntura. Tinham sabido, por cartas suas, da infame acusação de que estava sendo vítima.

Depois de larga conversa, meu pai animou meu tio com calor, levantando-o, de momento, das preocupações que o torturavam.

– Ir ao banco dos réus por uma calúnia destas! dizia meu tio Augusto. E repetia a frase e entristecia de forma impressionante.

No dia seguinte, meu pai, a sós com ele, frente a frente, nos bancos de pedra que ladeavam a janela da sala que dava por cima da grande ramada do quinteiro, em ar da maior confiança, pediu ao meu tio que lhe contasse tudo como se tinha passado. O tio Augusto relatou simplesmente o que o leitor já sabe e que se resumia em muito pouco. O António desapareceu, sem que ele ou os criados tivessem dado por isso. Fugiu e não se sabe para onde.

– Mas diz-me tudo, porque se perdeste a cabeça com o rapaz por qualquer resposta insolente, também isso tem remédio. Confia em mim.

– Também tu, Fernando, tens dúvidas a meu respeito! E desatou em copioso pranto.

– Desculpa, atalhou meu pai. Conheço-te muito bem, sei que és inteiramente incapaz de uma má acção. Podias contudo ter um arrebatamento infeliz. Nem sempre, por mim o digo, se tem força para dominar os nervos. Mas tranquiliza-te. Estou seguríssimo de que o que me disseste é a verdade e só a verdade. Desculpa; quis apenas mostrar-te que podias contar com a minha amizade de irmão em todas as eventualidades e pronto para todos os sacrifícios.

Abraços e frases de animosa coragem para galgar o difícil barranco. Esta entrevista teve porém para meu pai grande importância.

Contou-lhe meu tio o sucedido com o Administrador e as acusações dos vizinhos. Estes afirmavam ter ouvido gritos affitivos na noite que precedeu a fuga do rapaz e que tínhamos enterrado o cadáver da vítima! Nunca julguei vir a sofrer tanto com uma tão perversa invenção!

– Bem, atalhou meu pai. É necessário anunciar por toda a parte que se dá boa gratificação a quem disser o paradeiro do criado que estava em tua casa, e que desapareceu na manhã do dia... com informações da idade, estatura, etc.

– O pároco cá da terra já fez o anúncio na missa de domingo passado e o Pinho escreveu a alguns priores das redondezas para fazerem o mesmo pregão à missa mais concorrida dos domingos! E também na Vila de Arouca.

Ainda não basta. Em Oliveira de Azeméis, em Castelo de Paiva e noutros concelhos é indispensável fazer-se o mesmo. E, sobretudo, nas gazetas.

Amanhã de manhã, acrescentou meu pai, vou a Arouca falar com o José Maria. Não contes comigo para o almoço. Agora vou ver o meu cavalo, o *Malaio*, que o quero em boas condições para a pequena viagem de amanhã. Ele vem um pouco dorido dos cascos. Como sabes aquele gado da beira-mar sofre com estes caminhos a que não anda habituado. Volto já.

Meu pai conhecia do assunto, por ter sido frequentador de feiras e comprador de cavalos que educava, servindo algumas alquilarias que nele tinham confiança.

Queria ir a Arouca para visitar o primo José Maria de Lima e Lemos, juiz da Comarca, a quem este caso atormentava por se tratar de pessoa de família e da sua maior estima. Era difícil a sua situação, pois ainda não estava bem seguro do que se tinha passado e vivia na tortura de ter de julgar o Augusto.

Por uma manhã fosca e chuvosa, partiu meu pai para a vila. Esses pequenos acidentes do tempo – e grandes que fossem! – não embaraçavam a sua decisão, além de que a viagem era curta, cerca de sete quilómetros.

Era cedo quando chegou a Arouca. Acomodou o animal, emantou-o, pois estava suado da marcha um pouco acelerada, tratou também de melhorar a sua indumentária e ainda não eram oito horas quando se fez anunciar a seu primo que o recebeu de braços abertos muito emocionado. Contou-lhe meu pai tudo o que se tinha passado, afirmou-lhe «com palavra de honra» que o rapaz saíra de casa do Augusto sem um ralhinho ou manifestação de má-vontade. Ninguém sabe para onde foi, nem qual o motivo que determinou a fuga. Daí começar a dizer-se que houve crime e o caso avolumou-se de maneira a ter de vir a Rossas onde espera os irmãos Abade e João António para todos se esforçarem no apuramento da verdade.

– Essa certeza que me dás, disse o juiz, acaba de me tirar um peso de morte de cima do coração. Um momento de alucinação todos o podem ter; mas o Augusto foi sempre pessoa calma e ponderada. Estou muito satisfeito com o que me dizes. É preciso agora arranjar boas provas da sua inocência.

– Andamos tratando disso e do que houver terás logo conhecimento.

A conversa prolongou-se, com a presença da prima Hedvigés e de alguns dos seus numerosos filhos. Meu pai voltaria a afervorar os anúncios a fim de encontrar o paradeiro do desalmado rapaz.

– Certo, certo, acrescentou, é que foi coisa premeditada sem que o Augusto directa ou indirectamente lhe desse o menor motivo.

Feitas as despedidas regressou meu pai a Rossas, deixando o primo José Maria plenamente garantido da verdade dos factos.

O tio João António chegou naquela tarde de uma tormentosa viagem por Viseu. Depois da primeira troca de impressões sobre o assunto que ali o tinha trazido e das providências adoptadas, disse que o Abade, segundo o informaram em Estarreja, onde mandou recado, chegaria no dia seguinte.

A sr.^a Maria, sempre animosa, afadigava-se no arranjo dos quartos. Junto à sala havia duas alcovas que foram destinadas ao João António e a meu pai. Num dos quartos que davam para o corredor ao fundo do qual havia a pequena escadaria que levava à cozinha, ficaria o Abade ao lado do quarto do Augusto. Ainda havia mais acomodações em caso de necessidade.

– Grandes patifes! dizia a sr.^a Maria na sua expressiva linguagem. A inventarem uma vergonha destas só por inveja e malquerença. O meu patrão só tem feito bem a esta cambada de vizinhos e é este o pago que lhe dão. Eu bem sei o que precisavam. Salve-me Deus, se eu lhes não dava o castigo merecido!

Meu pai e o tio João sossegavam-na interrompendo-lhe o rosário de infundáveis imprecações com que continuava a atordoar-lhes os ouvidos, enquanto preparava a segunda cama das alcovas, esta agora destinada ao segundo recém-chegado.

– Tudo se há-de esclarecer, dizia meu pai.

– Descanse, sr.^a Maria, que eles ainda hão-de ir bater com os costados à cadeia.

– Até há-de haver folguedo nesse dia, no nosso pátio, disse a sr.^a Maria, que foi acudir às panelas para a ceia.

Muitos projectos, muita conversa, primeiro a sós e depois com dois amigos mais íntimos da casa que vinham saber notícias, isto é, se o rapaz já tinha aparecido.

– Morto, cá na casa, disse o tio Augusto, já os de Arouca viram que não estava. O que não conseguimos ainda é saber onde ele está vivo.

E dizendo isto, rodava com a caixa do rapé, montada num búzio, com tampo de prata, numa mesa que havia na sala, entregue a pesares que não podia afastar.

Veio por fim a ceia. Os amigos foram convidados para compartilhar, mas não aceitaram.

Os três foram para a mesa e fizeram as honras ao caldo de carne com couves e sopas, a um cozido da salgadeira e a uma bola de S. Bernardo que

meu pai levava do Convento, para o chá, último sacramento da refeição. Meu tio Augusto é que pouco comeu, apesar das diligências dos irmãos, o que levou a sr.^a Maria a comentar:

– O sr. Augusto quer agora entisicar, para regalo dos seus acusadores? Era o que nos faltava!

– Tens razão Maria, disse o tio João António, mas o sr. Augusto tem sofrido muito. Ele agora vai reagir.

A Maria desceu para a cozinha sem saber ao certo o que era «reagir», mas satisfeita por ter provocado a intervenção do tio João António com quem estava mais familiarizada. Não se conformava em ver o patrão tão sucumbido.

– Não acha que o sr. Augusto não tem motivo para andar tão macambúzio? perguntou ela ao Simão que chegava da faina do dia e se aprestava para a ceia.

O velho criado apenas acenou com a cabeça. E a sr.^a Maria, antes de acamaradar com ele na última refeição, pois não havia trabalhadores de fora naquela noite, num impulso de religiosidade que não era o seu forte, ajoelhou nas lajes, no que foi seguida pelo Simão e, com as mãos postas dirigiu-se ao «Senhor dos Aflitos» para que a todos valesse com a sua justiça. Padre Nosso! O murmúrio da reza sussurrou como água de ribeiro, na cozinha sombreada pelo fumo, em que, naquele momento, raiou uma alvorada de esperança.

A noite passou-se ainda desassossegada, mas menos carregada do que a da véspera. A companhia da família começava a levantar o espírito alquebrado do tio Augusto que, por mais de uma vez, sorriu com as historietas que os irmãos lhe contavam.

No dia imediato, uma segunda-feira, chegou o tio Abade acompanhado de um criado que no dia seguinte regressou a Pardilhó. Manifestações amigas, lágrimas furtivas ao abraçar o Augusto, palavras animadoras dos três irmãos. Depois a repetição da história já conhecida, a viagem do Abade e outras coisas mais.

Fizeram uma pequena refeição em que o doce de Arouca ocupou, para o Abade, o primeiro lugar e resolveram descansar um pouco. Era a hora da sesta e todos estavam fatigados de tanta emoção e o Abade da longa viagem.

Só meu tio Augusto ficou a pé. Foi ver como tinham acomodado a Mulata, égua de estatura avantajada em que viera o mano Abade. Estava em curral à parte e com a manjedoura cheia de boa erva que o Simão lhe

tinha traçado com palha de azevém. E dirigindo-se ao criado recomendou que, logo de manhã, escovasse as cavalgadas e não se esquecesse de lhes dar boa ração de milho.

E foi sentar-se no canapé da sala, a ler a folha que lhe trouxera o correio.

Não tinha passado meia hora, quando a sr.^a Maria veio dizer que estava na cozinha um homem, o canastreiro que costumava fazer serviço para a casa, a pedir uma conversa em particular, com o sr. Augusto.

Meu tio ainda indagou de quem se tratava, ao que a sr.^a Maria esclareceu:

– Não conhece o sr. Augusto outra coisa! É o Manuel que ainda há meses lhe arranhou os cestos vindimos e lhe vendeu aquelas duas grandes canastras para espigas que ficaram ao serviço do Simão.

– Bem! Ele que venha pela escada da sala.

Não tardou a aparecer o Manuel, homem espadaúdo, desembaraçado de movimentos, de meia-idade, corado e risonho.

– Ora viva o sr. Augusto! Como sabe sou de Mansores. Ontem lá na Igreja, à missa primeira, o nosso Vigário anunciou que quem soubesse do paradeiro de um criado novo que desapareceu de casa do sr. Rezende, devia comunicá-lo, pois além de praticar uma boa acção, seria gratificado.

– E então?

– Então, sr. Augusto, eu sei onde está o rapaz. Ainda na sexta-feira estive a conversar com ele.

– Conhece-lo?

– Perfeitamente, pois ainda não há seis meses estive aqui com ele. E já então andava com a ideia de tentar fortuna por outras terras.

– Mas estás certo do que dizes?

Assim estivesse eu certo da minha salvação.

Este curto diálogo fez despertar o tio João António e meu pai que descansavam nas alcovas que davam para a sala e que ao mesmo tempo apareceram ainda em mangas de camisa. Meu pai não se teve que não fosse chamar o Abade e, daí a pouco, era uma assembleia a escutar as palavras do Manuel canastreiro que repetiu o que já tinha dito com uma convicção e certeza que não deixavam dúvidas. Meu pai, o mais novo e mais enérgico, falou em nome dos quatro que davam, com sinais afirmativos de cabeça, o seu pleno assentimento às decisões que ia tomando.

– Mas onde está o rapaz?

– No Porto, disse o Manuel.

– Tem a certeza disso?

– Como a de estar a conversar aqui com V.^{as} Senhorias.

– Então não percamos tempo, disse meu pai. Amanhã de madrugada partiremos para o Porto. Você, meu irmão João António e eu. Põe-nos em contacto com o rapaz, recebe a gratificação prometida, cinco moedas, e ele virá connosco a bem ou a mal. Mas há-de vir a bem, pois vamos tratá-lo com os melhores modos, dizendo-lhe a verdade. Ele vem apenas para desfazer uma calúnia e pagar-lhe-emos as despesas para voltar para o seu lugar.

O Manuel ficou muito satisfeito com a promessa das cinco moedas e disse que estava pronto a ir com os srs. Rezendes, ao Porto. Tudo correrá pelo melhor.

– Nem sequer havemos de recorrer à polícia, disse o tio João António.

– Assim o creio. Ele está criado numa mercearia da Rua de Cedofeita, incumbido de fazer fretes. Ganha alguma coisa, mas não me pareceu muito satisfeito. O António é bom rapaz, um pouco aventureiro, mas trabalhador e vai fazer vida. Só não quer ser criado em Rossas, deseja subir. Lastima-se de não ter luzes de letras, coisa que já viu, lhe faz muita falta. Mas disse-me que ia pôr-se a isso, pois ainda estava em idade de aprender.

– Manuel, disse o tio Augusto, que fez uma inesperada mutação, ficas hoje cá em casa. Tens ceia, vinho e cama no palheiro, como quando cá vieste consertar os cestos. Vou arranjar uma cavalgadura para ti e seguem todos amanhã para o Porto. E, por enquanto, bico calado, ouviste? E dizendo isto cerrava os beiços com os dedos, gesto ainda mais expressivo do que as palavras.

Depois de prometer que nada diria, deslizou o Manuel escadas abaixo, a caminho da cozinha.

Ficaram os quatro irmãos a entreolhar-se absortos. Por fim, abraçaram-se comovidos.

– Agora, disse o João António, é preciso guardar o maior segredo. Deixar-se seguir o julgamento e, depois das testemunhas de acusação fazerem os seus depoimentos, a meio da audiência, entra o rapaz na sala, podendo então pedir-se castigo para os perjuros que conseguiram arranjar esta infamante cabala.

– Eu gosto de teatro, acrescentou o tio Augusto, mas em que os actores representem e não estejam em cena infelizes que sofram como eu tenho sofrido! Mas temos tempo para pensar nisso. O principal é ter cá o rapaz.

Agora outro assunto. Devemos dizer à Maria que há esperança de trazer aqui o rapaz?

– Eu acho que sim, diz o Abade. Ela anda tão agitada...

– E foi dada como tua cúmplice, acrescentou meu pai.

– Mas pedindo-se-lhe toda a reserva, disse o João António apegado, como homem do foro, à sua proposta da cena teatral na sala da audiência.

– Ó Maria, Maria, gritou o tio Augusto, do corredor da casa.

A Maria correu pressurosa, pois desconfiara daquela inesperada visita.

– O rapaz já apareceu, disse o João António; mas agora é preciso guardar segredo, sabes?

– Bendito seja Nosso Senhor Jesus Cristo, disse, soluçando. Isto havia de acontecer mais cedo ou mais tarde. Ainda bem sr. Augusto, ainda bem.

E saiu a enxugar as lágrimas no avental enfarruscado da cozinha, o que contaminou a emotividade da assistência.

Mas nem palavra, clamou ainda o tio João que foi atrás da Maria a insistir no segredo.

E ficaram silenciosos por momentos.

Meu pai chamou o Simão para ir saber se o Francisco da tenda queria alugar a mula para ir no dia seguinte ao Porto. O criado foi logo saber se o animal estava disponível.

Não tardou a vir dizer que a mula tinha dado um mau jeito e manquejava da mão esquerda. Por isso não estava em condições.

– Olha, disse o tio Augusto, vai então a casa do João do Sobreiro e diz-lhe que eu precisava do «Ruivo» para ir amanhã ao Porto. Sobre preço não se faz questão.

A resposta afirmativa não demorou. Que estava às ordens e só desejava saber a hora da largada.

– Olha lá Fernando, a que horas temos de sair?

– De madrugada, às cinco, não é verdade? Concordaram e foi a resposta que o Simão levou.

Na cozinha ia grande falatório. A Maria, o Manuel canasteiro, por fim o Simão a que se associou um velho trabalhador, o Joaquim das Lajes, homem comedido e sempre amigo da casa, todos ficaram sabendo que o rapaz estava vivo lá para as bandas do Porto, mas a todos foi pedido segredo. Contudo a notícia estendeu-se rapidamente aos vizinhos e gente da aldeia, sempre em segredo, mas espalhando-se por toda a parte.

E tanto que nessa mesma noite vieram procurar a sr.^a Maria para lhe dar parabéns e ao sr. Augusto pelo aparecimento do rapaz, aquelas duas piedosas mulheres que já conhecemos desta narrativa e que a sr.^a Maria recebeu com certa arrogância:

– Isso ainda está para se ver! Os mortos, às vezes, ressuscitam. Já é do tempo de Cristo. Talvez o António, como o Lázaro, se levante agora da cova onde o ajudei a enterrar...

– Nunca acreditámos em tal, disseram precipitadamente as piedosas mulheres.

– Mas também se não escandalizaram com o que para aí corria, à boca pequena. Bem, obrigado, que o homem apareça é o que se deseja. Boa-noite.

E despediu-as um pouco contrariada, por não poder, ao menos por agora, dar expansão a tudo o que lhe andava no pensamento. Aquelas vizinhas se não acusavam directamente, iam insinuando, ela bem o sabia, fazendo-a cúmplice e pondo em dúvida a honra do patrão.

Esta divulgação da notícia do rapaz estar vivo e são, que em parte contrariava o João António por prejudicar o golpe teatral da audiência, a todos alegrava. O tio Augusto, farto de padecer, queria ver o rapaz e acabar com um suplício superior às suas forças. Repousar, sem preocupações, era a sua ambição de momento. Queria dormir sem ter o pesadelo do banco dos réus, da trapalhada do júri, da austeridade, embora um pouco postiça, do juiz amigo, do cenário da audiência, dos comentários dos inimigos e até das palavras de alguns indivíduos que, fingindo não acreditar no crime, mostravam até ali laivos de dúvidas.

– Não, disse o tio Augusto, logo que o rapaz apareça acaba-se com tudo. Já sei dos covis dos meus detractores. A estes darei o castigo do meu desprezo. Isso me basta! Andar de frente erguida, saber que já me não abocanham na minha dignidade, que a minha honra está firmada e garantida à luz dos factos, é tudo para mim. Que o rapaz venha e que a serenidade volte ao meu espírito.

E passeava na sala, de topo a topo.

Assim monologava meu tio desejando que do Porto viesse a confirmação redentora. Mas ainda lhe restavam dúvidas...

– E se o rapaz não quiser vir?

Esses receios eram confidenciados aos irmãos que quase o injuriavam por tais preocupações.

Manhã alta seguiu a caravana para o Porto. Em Rossas tinham ficado meus tios Augusto e Abade na ânsia da volta que se faria, o mais cedo, dois dias depois, consoante as coisas corressem por lá. Entre os dois a conversa era interminável e sempre na repetição das mesmas coisas, não havendo outro assunto que os desviasse do curso daquela corrente em circuito fechado.

A tirada era longa e sempre havia pequenas coisas a resolver até que o endemoninhado António se decidisse a voltar, embora levassem ordens para o persuadirem por todos os processos, mesmo por dinheiro. O Manuel canastreiro esse levava a permissão de empregar a sua palavra de honra junto do rapaz, afirmando que ninguém sequer lhe ralharia! Até a sr.^a Maria tomou o compromisso, embora lhe custasse.

– Aquele maroto que nos meteu em todos estes trabalhos! Mas está dito, vou tratá-lo como ao filho pródigo.

A sr.^a Maria conhecia passagens bíblicas e outras que aprendera com a sr.^a D. Engrácia que primeiro servira em Mansores, sua terra natal. Era pessoa dada a coisas de Igreja e muito versada em assuntos históricos do velho e do novo testamento.

Os três cavaleiros partiram muito cedo e fizeram viagem apressada. Passaram o rio Arda com prudência, pela ponte da Cela, ao tempo de madeira. O gado suportou a custo a subida do Borracheiro, íngreme e de mau piso. Depois a comitiva recreou a vista pelo aspecto e situação de Mansores, linda aldeia que alegra a subida da serra do Castelo e que o sol fazia realçar em lucilações de variados tons. Chegados a Cabeçais, velha sede de concelho que ainda ostenta o seu pelourinho e a vetusta e curiosa Casa da Câmara, descansaram uma meia hora na velha estalagem da terra que dava agasalho aos viajantes daquelas ásperas paragens. O gado foi arraçoadado e os cavaleiros comeram qualquer coisa dentro das possibilidades da rústica hospedaria.

Dali para o Porto seguiram a antiga estrada romana que vinha de Viseu. Chegaram à Capital do Norte por volta das 6 horas da tarde.

Primeiro foram arranjar albergue para as bestas e depois lugar na estalagem, onde contaram com quarto para o António.

O Manuel canastreiro, enquanto se arranjava o jantar, foi ver se o rapaz ainda estava na mesma casa e, com tanta sorte, que o encontrou na rua.

– Ó António anda cá, pede licença ao patrão e vem comigo, pois estão ali uns amigos que te querem ver.

– Amigos! Hum!

– Não tenhas receio. Vou contar-te a verdade. Devido à tua saída de casa do sr. Augusto, começou a correr, no povo, a balela de que o teu patrão, numa altercação contigo, te matara. E vai de dizer-se que ele e a sr.^a Maria te enterraram no quintal, na adega ou não sei onde. Já lá foi o Administrador e, se não apareceres, o sr. Augusto vai ser preso, julgado e talvez condenado! Apelo para o teu coração. Se não apareces a desgraça dá-se. O teu antigo patrão anda como doido. Eu disse-lhe que estavas aqui, que estivera contigo e que to havia de levar. Ele pagaria as despesas da viagem. Desfeita a calúnia que o atormenta, voltarás para o Porto ou para onde quiseres. Ninguém te faz mal. Tu não tens culpa do falso testemunho que se levantou...

O António ouviu o sermão com os olhos postos no chão, sendo difícil adivinhar o que se passava no seu cérebro. Depois de um pequeno silêncio, rematou:

– O sr. Augusto sempre me tratou bem. Ralhava-me quando eu merecia, mas nunca me bateu, nem escandalizou. Vou com vossemecê. Vou dizer ao sr. Rocha, que é o dono da mercearia e tudo se há-de arranjar.

O Manuel canasteiro acompanhou o rapaz. Fez novo relato ao proprietário da mercearia que, atendendo à gravidade do caso, disse ao seu empregado:

– Tens de ir e eu não preencho o lugar até que voltes. Até duas semanas tens licença. Esse tempo deve chegar, disse para o Manuel canasteiro.

– Estou certo que sim. Além disso, levo um cartão da loja para lhe escrever, no caso de qualquer empeno.

Seguiram os dois rua abaixo em direcção à estalagem onde os esperavam os srs. Rezendes.

– Vai tranquilo, pois sei que te querem bem. É para desfazer uma mentira que pode levar o teu antigo patrão à cadeia, se o não quiseres salvar. Na estalagem estão dois irmãos do sr. Augusto que depois de amanhã, de manhã, seguem contigo para Rossas. Dou-te a minha palavra de honra, disse em tom solene, que nenhum mal te sucede. E praticas uma boa acção.

O António, apesar de receoso, entrou na estalagem, pois confiava na palavra do Manuel canasteiro.

Meu pai e tio não tardaram a comparecer e com ar prazenteiro falaram aos recém-chegados, chamando-os para a mesa redonda da estalagem, onde comeram juntos.

– Já disse ao António, acrescentou meu pai, dirigindo-se ao Manuel canastreiro, que todos o tratarão como amigo. Precisamos de um serviço que ele nos vai prestar, fácil de cumprir; aparecer em Rossas e Arouca, onde corre um processo contra meu irmão, que acaba logo que ele ali vá.

O rapaz já animado prontificou-se a acompanhá-los.

O Manuel recebeu a gratificação combinada e passou a Vila Nova onde foi comprar correia de castanho, material de que carecia para o seu negócio.

O dia imediato foi para descanso das cavalgaduras e na manhã seguinte partiram os três para Rossas.

A manhã já lhes rompeu longe da cidade numa paisagem de arvoredos perlado de orvalho a que os primeiros raios de sol davam reflexos irisados de variadas cores.

Todos iam bem dispostos e no alto de uma Serra apearam-se para tomar café e uns bons pães de trigo com lascas do salpicão. Desaguaram as bestas com um pouco de feno e seguiram na sua derrota perguntando aqui e além por onde era o melhor caminho. O António ia confiante e bem disposto.

Em Rossas, o Augusto e o Abade passeavam no pequeno largo do cruzeiro à espera dos cavaleiros. Também ali estavam o Simão e o Joaquim das Lajes para conduzirem os animais aos seus destinos: dois para casa e um para o alquilador.

Foi pela tarde que os cavaleiros chegaram à vista dos meus tios.

O tio Augusto dirigiu-se prazenteiro ao António que recobrou ânimo, tanto mais que ao aproximar-se do termo da viagem, passara a estar menos animado.

– Ninguém te quer mal, rapaz! Os outros é que foram maus, to foste apenas leviano. Vindo cá, reparas todo o mal que involuntariamente me ias fazendo, disse o tio Augusto.

Ele levou um dos animais para casa, o outro foi conduzido pelo Simão e o Joaquim das Lajes levou o Ruivo ao seu dono.

Meu tio Augusto foi conversando com o António até à porta da cozinha. Apesar de todas as promessas receava que a recepção da sr.^a Maria não fosse bem amistosa.

– Com que então, meu mariola, sempre estás vivo!

O meu tio, por detrás do rapaz, frisou a testa e a sr.^a Maria terminou o discurso em tom mais ameno.

– Nem sabes o que se tem sofrido nesta casa por tua causa! Mas a culpa não foi só tua, foi principalmente da gente que nos rodeia.

E foi acabar de lavar uma louça que estava num alguidar vidrado, enquanto o António esboçou uma desculpa pouco assisada.

– Bem, o que lá vai, lá vai. Vem cear e conta-me o que tens feito por esse mundo de Cristo.

O António muito envergonhado sentou-se no banco do costume, enquanto o Simão arrumava no curral os dois animais que vinham a transpirar com a violência da jornada.

Meus tios e meu pai seguiram a conversar, mas sem tirarem os olhos do rapaz que, dizia o João António, entregue a Maria, estava em completa segurança. Subiram vagarosamente a escadaria de pedra e chegados à sala, os dois cavaleiros sentaram-se nas cadeiras de braços que ladeavam o canapé, mais cansados das emoções do que das duas viagens, suficientes para aquela demonstração de fadiga.

Correu célere a notícia de que já estava em casa o antigo criado do sr. Augusto. Todos o queriam ver e foi-se juntando gente, mesmo alguns daqueles que estavam seguros de que houvera crime. A sr.^a Maria e o Simão governavam o barco, fazendo que o rapaz falasse com eles e se mostrasse bem aos visitantes murmuradores da dignidade alheia e agora tão empenhados em afirmar a inocência do sr. Augusto.

– Até parece incrível, dizia um dos mais faladores, que dissessem tanto mal de quem sempre tratou bem os seus empregados.

A sr.^a Maria estava de bom-humor e terminado o repasto mandou chamar a mãe do rapaz que já tinha posto luto. Foi recebida na sala pelos meus tios e pessoal da casa.

– Aqui tens o teu filho, disse meu tio Augusto. Como vês está vivo e são. Ninguém lhe fez mal.

Tu és o meu filho? dizia a mulherzinha. E passava-lhe a mão pelo rosto e apalpava-o nos braços e no corpo.

– Pois, de certo, que sou. E beijou-a.

Ainda voltou a olhá-lo, a ver bem se não seria outro em seu lugar. Por fim lá se convenceu, especialmente quando ele lhe perguntou pelo porco e pela ovelha que a mãe ia criando à custa de muito trabalho.

Depois quis saber porque fizera ele aquele desatino, se tinha passado fome, se conseguira trabalho, um amontoado de perguntas que apenas aos dois interessava.

– Amanhã, disse meu pai, vem um carro de Arouca e vamos todos à vila. E, dirigindo-se à mãe.

– A senhora também vai e o seu filho para dar satisfação à autoridade e todos saberem que está são e escoreito. Se ele desapareceu desta casa foi porque muito bem quis e não por quaisquer maus-tratos que aqui lhe dessem. Depois disso só temos que agradecer-lhe o ter vindo para acabar com todos estes enredos. E tu, António, voltas para o Porto ou para onde quiseres.

Assim ficou combinado.

Em Arouca foi um sucesso! O Juiz e o Administrador tomaram conta do facto e tudo se arrumou com muitos parabéns para o tio Augusto, que o primo José Maria abraçou comovidíssimo.

E assim acabou um dos mais tristes episódios que agitou a minha família. Muitas vezes o ouvi contar a meu pai, repeso de ter por sua vez duvidado, por um momento, das afirmações do Augusto; mas sem grandes remorsos da pergunta confidencial sobre o assunto, por querer garantir a sua inocência ao primo juiz de Arouca. Também meu tio Abade bastas vezes se referiu à acusação que caiu sobre seu irmão, repetindo-me que as calúnias, mesmo mal urdidas, podem levar à desgraça.

E recordava até onde pode ir a convicção da gente inculta! Ao ponto da própria mãe duvidar de ter presente o seu filho!

A história foi longa, mas merecia ser contada em pormenor, pois marcou nos episódios da vida da minha gente. Deve ter-se passado em torno de 1876. Anda na minha lembrança por ma terem contado e recontado e ser página saliente nos acontecimentos que alteraram a vida do mais pacato dos meus tios e perturbaram a de toda a família.

José Nuno Pereira Pinto
Da Outra Margem



José Nuno Pereira Pinto nasceu em 1934, em Alvarenga (Arouca), onde passou a infância. Tendo ingressado no Seminário Maior do Porto, aí concluiu os Estudos Teológicos em 1958. Em 1964 iniciou a docência no ensino secundário. Em 1970 concluiu o Curso de Ciências Pedagógicas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Em 1972 licenciou-se em Filologia Clássica na Universidade de Coimbra. Nesta mesma Universidade, licenciou-se em Direito em 1976, passando a exercer advocacia em simultâneo com a docência. Em Junho de 1991 licenciou-se em Direito Canónico pela Universidade de Salamanca. Tal como o seu percurso académico e profissional, o seu percurso literário é fértil e estende-se pelos géneros do romance, da poesia, do conto, do teatro e do ensaio. Tem escritório de Advogado em Matosinhos.

José Nuno Pereira Pinto, tendo nascido e crescido em Alvarenga, presenteou-nos em 2004 com um romance sobre as gentes de Alvarenga, situando-o nos anos de 1940-1945, anos quentes da exploração do volfrâmio por aqueles lugares. O livro, como o autor reconhece na apresentação, é «uma sequência imprevista de narrativas, mesclada com momentos investigação histórica... uma sequência de crónicas, mesclada de outros géneros». Por estas crónicas passam dezenas de pessoas e a narrativa deixa o leitor, a certa altura, agradavelmente baralhado e a suspeitar do que é que possa ser ficção ou realidade, e com a sensação de que isso se torna, no fundo, uma questão secundária, porque, de certo modo, se narram aqui episódios bem reais mas tão singulares que nem o mais criativo dos ficcionistas conseguiria imaginar. Nesta arca literária encontramos tesouros tais como: a epopeia de um povo que, como qualquer outro, tanto é capaz de expressões de comovente humanismo como de actos de crueldade atroz; a saga pessoal de uma família, a do autor do livro, na sua infância; o conflito (autêntica revolução popular) historicamente acontecido entre a população de Alvarenga e a PVDE; a fuga à escravidão a que uma família de caseiros se tinha de sujeitar; etc. Quem se aventurar pelas páginas deste livro, poderá deparar-se, e só para dar um exemplo, com uma cena cuja singeleza só não tocará o coração de quem não entenda do que se trata: dois adolescentes, filhos de um caseiro, a guardar um talhadoiro durante a noite, a rezar juntos o terço, contando as ave-marias pelos dedos e a lutar contra o sono enquanto o pai no campo ia limando a água por entre o milho.

Da Outra Margem*

É precisamente em inícios de 1942 que o negócio do volfrâmio atinge o auge. A extracção era abundante. Os campos de Alvarenga, de Vitgo à Gola, até à Chieira, todo o vale da Ribeira, eram escombreyras, de cascalho e barro. Em todo o vale a agricultura dera lugar a uma extracção desenfreada. O minério, em bruto, circulava a seiscentos escudos o quilograma. Porém, o W.V.3, siglas designativas do volfrâmio, em estado virtualmente puro – resultante da sua separação das pirites a altas temperaturas, operação que libertava o arsénio que queimava a vegetação e matava os peixes – era comprado à disputa, por Ingleses e Alemães, a novecentos e a mil escudos.

Faziam-se fortunas astronómicas e como a maior parte do minério circulava sem guias, emitidas pela Comissão Reguladora de Comércio de Metais, o lucro era total e a fuga a qualquer imposto e controlo, totais também. Alvarenga registava nesses meses, uma multidão de milhares de homens, vindos do Marco de Canaveses, Valongo, Entre-os-Rios e outras localidades, em busca de trabalho. Ora, pelo mês de Abril, um tal Castelo Branco, acompanhado por Artur Vinagre, este, conhecido comerciante, proprietário nomeado de um dos melhores restaurantes do Porto, a Nau, sito à rua de Passos Manuel, iniciam a abordagem aos comerciantes de minério. Castelo Branco já era conhecido, pois com ele alguns já haviam comerciado. Mas na companhia de um alvarenguense, por casamento, estabeleceu-se uma relação de confiança com os vendedores. O minério havia sido, em Fevereiro anterior, tabelado, por despacho governamental, a cento e vinte escudos o quilograma. Ora, a oferta dos compradores é de trezentos e trinta, negociada já, neste montante, a isenção do preço da guia, dez escudos por quilo, sendo, deste modo, o lucro maior. Assim, o minério

* PINTO, José Nuno Pereira – *Da outra margem*. [1ª ed.]. Vila Nova de Famalicão: Amores Perfeitos, 2004, p. 66-82, 94, 125-129, 338, 390-393, 423.

que se encontrava na separadora Sociedade Espinheira L.da, a coberto de guias, seria posto, a descoberto, na garagem do Santo, local apazado para a entrega aos compradores, vindos do Porto, em dia que se combinaria.

Não faltaram vendedores. Meio ano antes, negociara-se, em bruto, a seiscentos e vinte. Vem a tabela, fixa o preço a cento e vinte. Aparecem compradores a trezentos e trinta a descoberto. A oferta é, pois, irresistível. O minério vai-se juntando, vendido por Olegário, Manecas, Vitorino Pereira Soares, que era talhante e comerciante, muito conhecido e respeitado nas redondezas, a quem muitos acabavam de confiar os quilotos que iam conseguindo e acordam, por boca, o preço e a quantia. Conseguiria juntar a maior parte do minério que vai vender-se. Venderam, ainda, Granja, de Carvalhais, Vitorino Morais Soares. Josué tinha lá duzentos quilos.

Assim, no dia 9 de Maio, sábado, a meio da manhã, deste ano de 1942 os vendedores encontram-se no local apazado, a garagem do Santo. Juntam-se-lhes seis compradores. A camioneta de carga, vinda do Porto e que iria carregar o volfrâmio, estacionava perto da curva do Vieiro, a uns três quilómetros do local do depósito. Através de mensagem, cujo meio se desconhece, o veículo desloca-se e acaba por estacionar em frente à garagem. Os compradores, ainda não identificados, dão ordens ao Sr. Ernesto para mandar proceder ao carregamento, pois sendo regedor da freguesia, indiscutivelmente cumpriam as suas ordens. Mas, levantada a suspeita das negociações, os outros vendedores recusam-se também e não procedem ao carregamento. É que após a amostragem tinha sido exigido o pagamento do preço. Os compradores recusam-no. Exigem a exibição das guias. Não existiam. De imediato, estes sacam as pistolas, apontam-nas aos circunstantes, proclamando a apreensão do minério e identificando-se como agentes da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (P.V.D.E.). Os vendedores não podiam oferecer qualquer resistência. Mas não permitiam o carregamento do volfrâmio, pois, diziam, era intolerável afronta ao povo apreendê-lo. Ernesto, que era o Regedor, não recebia ordens, senão do Presidente da Câmara. Alertados, muitos homens tinham convergido para o local. Na estrada propõem a Ernesto que se desloque a Arouca, com vista à obtenção da autorização. Outros polícias permanecem na garagem, em guarda ao volfrâmio. Outros surgem, noutra automóvel. Era a forma ardilosa, para conseguirem furta-se à confrontação iminente, com o Povo.

Em carro da polícia, Ernesto e Joaquim, proprietário da casa, seguem alegadamente para Arouca, não só para obtenção dessa autorização, bem

como confirmação, por parte da Delegação da Comissão Reguladora, da apreensão do minério. Os polícias aceitam. Como era Sábado, o carro de Joaquim Teles não podia circular – tal só era possível, aos particulares, às Quintas e Domingos – entraram no carro da polícia, com o indicado destino. Estavam, assim, neutralizados os principais mentores da oposição ao levantamento do minério. Todavia, por alturas de Nespereira, a polícia propõem-lhes que fossem para o Porto. O chefe Almeida concedia-lhes salvo-conduto, que permitiria carregar o volfrâmio. Concordaram e seguiram. Desconheciam o que, entretanto, se desenrolava em Alvarenga.

Chegados à sede da P.V.D.E., à Rua do Heroísmo, Ernesto recebe voz de prisão. Joaquim Teles não recebe voz de prisão e consegue transmitir a alguém que se remeta telegrama, a seu filho Joaquim, a dar notícia do que se passara, para não deixarem sair o volfrâmio. O telegrama chega, em carro de aluguer, de Paiva e é entregue na Sra. Ana, em Carvalhais. Joaquim vai buscá-lo e exhibe-o a quem passa. Amaro ouve e corre a anunciar a notícia, mas já ela correra, pelos brados de uns, que a outros e outros se transmitia: querem roubar-nos o minério... querem roubar-nos o minério... querem roubar-nos o minério... E a multidão confluía de todos os lados, já Joaquim Teles regressava do Porto, em carro da Polícia, portador do alegado salvo-conduto. Mas, em Castelo de Paiva aguardavam-no outros agentes que haviam conseguido fugir de Alvarenga e dão-lhe ordem de prisão, recolhendo aos calabouços concelhios, onde permanecerá até ao fim da tarde do dia seguinte.

Os polícias, que ficaram na guarda do minério estão encurralados na garagem. Manuel Tavares Noronha, o Manecas, de apelido, Mário Pereira Soares, filho de Vitorino Pereira Soares, em correria alucinante descem a calçada que emboca na estrada de Arouca, descem a avenida da igreja e chegam à residência. Ó Senhor Abade, dê-nos a chave da porta da Torre. Cheio de medo, o Abade recusa e foge para a Chieira. Sobem as escadas, rebentam a porta e logo Romero sobe e toca os sinos a rebate. Manecas e Mário logo regressam, na mesma correria. Chegam ao Entroncamento e escalam o portão grande da Quinta do Santo e correm pela avenida, ao lado da ramada, passam pela casa do Dr. José, abrem o portão que dá para o caminho que conduz ao Maninho. Nem os cães, que sempre vigiavam em circuito a Quinta, lhes ladraram. Mário vai para a embocadura do caminho do Penedo e da estrada, onde se encontrava seu pai e outros. Manecas ainda lhe diz: ó Mário, vamos deitar umas bombas sobre aqueles

filhos da puta. Mário recusa acompanhá-lo, pois matar não. Manecas vai entrincheirar-se no campo de centeio sobranceiro à garagem. Já está uma centena de homens na estrada, para o lado do Entroncamento. Dezenas deles estão munidos de espingardas e pistolas, prontos para a confrontação. A Polícia sabe que não pode fugir. Desconhecendo a dimensão da revolta, entreabrem a porta da garagem e disparam, com a mão de fora.

É o início das hostilidades. Um grupo de revoltosos decide que se barre o caminho às camionetas que estavam além da curva do Vieiro. O Regedor até tinha dito: o canal da Mancha é o Nicho. Se não pagarem, nós damos cabo deles. Pagarão quer queiram quer não. Mas a barreira em vez de ser no Nicho, era ali mesmo. O Volfrâmio não sairia de Alvarenga. E um numeroso grupo, com serras e enxadas e picaretas, avança para o Moledo. Derrubam pinheiros da berma e deslocam, da parte de cima, pedras de vulto. Ninguém passa. Porém, Julião, que trabalhava a uma dezena de metros, para além, aproxima-se. Primeiro, não podiam cortar a estrada, que a lei não o permitia e ele era autoridade e estava ali para isso e ainda tinham cortado pinheiros que eram do Estado e ele até iria participar ao chefe das Estradas, para os efeitos da autuação. Nem o facto da revolução, de que tomara notícia naquele momento, o demoveu do seu dever. Realmente tinha ouvido o sino a rebate, mas estava no trabalho dele e nele continuou mesmo contra a vontade da mãe, que o fora chamar, pois estava a começar a chover e trabalhar assim, à chuva, nem devia ser, e com a ajuda de alguns que haviam obstruído a estrada, começou a desimpedi-la. Os outros, em correria voltam a juntar-se aos que se confrontavam com a polícia. Mas chega um automóvel. Era Valente, que vem de Lisboa. Perante aquela agitação pergunta que se tinha passado. E logo um deles: ó Sr. Valente, ele vai no Santo uma perdição. O povo está revoltado com a Polícia, a P.V.D.E. que quer roubar o minério, da garagem do Sr. Teles. E Valente: ai que estais desgraçados que vós nem sabeis que vos fostes meter com uma polícia, como a P.V.D.E. Estais perdidos. E prossegue caminho por uma aberta entretanto conseguida.

Encostado ao lado poente da casa, desemboca o caminho que, por entre um giestal, passa por campos e vai dar à casa de Manuel Pinto da Silva, pai de Ernesto, mesmo em frente à avenida da Igreja. Esse caminho que entronca na estrada, apresenta ali mesmo um muro de metro e meio de altura, mas, desse preciso ponto, a porta da garagem está ao alcance a uns vinte metros, dos atiradores. Aqui se entrincheiraram Vitorino Morais, Vitorino Pereira e

Mário. As descargas são implacáveis, a cada tiro da polícia. Riposta-se com violência. Nem por isso os polícias deixam de atirar, em gestos fulminantes de rapidez, para o lado esquerdo, donde eram descarregadas as espingardas de caça e despejadas pelos revoltosos as pistolas cujas balas perdidas chegam às paredes da escola, onde Assunção se encontra aterrada, para mais com o marido, desde o início daquela tarde, em casa de Reginaldo, na Chieira. Armando sai da trincheira e salta para o meio da estrada, de peito aberto. Mário grita: Armando, ainda vais tombar! Armando não ouve. Sílvio salta também. A polícia riposta. Sibilam balas, por todos os lados. As detonações das descargas das espingardas parecem morteiros. As descargas da polícia batem no extremo esquerdo do muro do campo, mesmo em frente. Estão centenas de pessoas, de cada lado, homens e rapazes, alguns muito jovens.

Amaro tinha doze anos e viera logo dali, de Pade, para se juntar. Assistem, em assombro, e desejo de vingança, ao duelo entre povo e polícia. Vitorino Pereira tira a arma ao filho e salta também para a estrada e fustiga a porta. Ao fundo, no Entroncamento, a cerca de cem metros, estão Josué, e os irmãos Álvaro, Durval e Ricardo Lima. Josué tinha enviado emissário a Assunção, dizendo que o Sr. Abade, aterrado, tinha ido à Chieira a casa do Sr. Reginaldo, mas que ele seguiria em breve, por Quintela e logo se foi. A polícia não desarma, e já vai meia-hora de refrega. Amaro esconde-se no campo, ao lado de Manecas. Vamos deitar bombas contra eles! Diz este. O irmão de Manecas fora buscar uma caixa de cartuchos de dinamite.

Ora, aquela parte da casa, a garagem, estava descoberta, pois era para, sobre ela, se construir um andar. O centeio do campo ondulava belicamente e cai uma chuva miúda. Quase chegados ao muro, Manecas e Amaro, a quem aquele aliciara, estão agachados no centeio. Amaro corta o rastilho, coloca-lhe a cápsula detonadora, desembucha a ponta do cartucho e Manecas faz o buraco na extremidade, mete-lhe o fulminante e diz para Amaro: chega-lhe o lume que vamos meter um cagaço medonho a esses filhos da puta... Levanta-se e, como se fora um gato, em salto, lança um cartucho, logo se abaixando. Já Amaro chegou o lume ao outro rastilho e logo novo gesto em tremenda detonação. Um tinha caído no meio. Outro, sobre o lado esquerdo, rebenta o soalho, faz uma cratera e os efeitos da explosão vão matar um porco, ingloriamente cevado, ao longo de meses. O chão da garagem tinha algumas pedras e, por desígnio do acaso, os polícias acantonaram-se sobre o lado direito, fora, pois, do alvo imediato das explosões, seis ao todo, em rápida sequência. A garagem fica envolta

em denso fumo. Momentos de estupefacção, para os contendores e muitas centenas de homens e rapazes dispostos ao linchamento. Silêncio.

Eram cinco horas da tarde. Um polícia abre a porta da garagem, de mãos no ar e grita a rendição. Armando entra dentro desta, de arma em punho e brada a um P.V.D.E. encostando-lhe os canos à cabeça: ó meu bandido, que eu vou matar-te. Ai não me mate que eu tenho filhos, suplica em agonia. E Sílvio, de pistola em punho: ah ladrão, que eu vou a matar-te. E a mesma súplica, em terror. E Armando a outro; eu vou matar-te. E depois a outro, a mesma ameaça, só não concretizadas, uma e outra, mercê da intervenção de um circunstante que pediu que se não matasse. No entanto, outros polícias haviam saltado da janela traseira da garagem, a da esquina e que dá para o campo, em baixo, a mais de quatro metros de altura. Caem, em salto, sobre a ramada que lhes amortece a queda e batem no chão coberto de milho. Um é avistado pelos contendores que estavam mais dentro do caminho, no quintal, em frente à casita do Sr. Manuel António. O polícia vê-se descoberto, saca da pistola, dispara e mata um jovem. Ora, este jovem nada tinha a ver com a revolta. Vinha do seu trabalho, pelo caminho que partia da casa do Sr. Pinto do Penedo e ali vinha dar e logo havia de vir àquela hora, de picareta ao ombro, pois andava a arrotear umas leiritas. E disse ao chegar mesmo ali: mas o que é isto? E logo ali tombou ao dizer aquelas palavras. Ainda esse mesmo polícia baleou um sobrinho do Manuel Pereira Morais e logo foge pelo campo, a coberto do milho, chega à estrada, vai abaixo ao caminho que dá para a Tábua e alcança a casa do Administrador do Concelho, na Chieira. Era de Moldes, Arouca e conhecia-o. Seguem-no mais cinco. Ali são abrigados. São conduzidos, pela serra, por um caseiro de Reginaldo e chegam a Arouca às vinte e três horas.

Mas entretanto, aparecem, atrás do que pediu a rendição, saindo da garagem, mais três, também desarmados. Vem o da frente de mãos no ar. Em cólera, Romero apanha um pesado casqueiro de pinheiro, avança para ele e grita: eu vou-vos matar, meus filhos da puta! E, já de prancha levantada, pronta para o golpe fatal, grita-lhe Vitorino Pereira Soares: não! A um burro deitado no chão, não se bate! E lança-lhe a mão, sustendo-lhe o impulso fatal. Um outro polícia mete-se pelo campo, em direcção a poente, passa pela estrada, junto ao cemitério, vai pelo Barroco e aparece no caminho das Fontainhas, perto da presa grande, junto da estrada. Entra nesta e, em corrida, chega ao Moledo e logo um pouco adiante, Julião limpava, com a enxada, a estrada, dos cascos dos pinheiros e da caruma. Puxa do cartão

da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Quero essa bicicleta, para ir para Castelo de Paiva fazer um telefonema para os meus superiores, no Porto. Vocês estão perdidos. Amanhã vocês verão. O cantoneiro, apesar de autoridade, não podia oferecer resistência. Entrega-lhe a bicicleta e ele parte para um percurso de trinta quilómetros, a localidade mais perto, onde havia telefone. Vai chegar a Bouças, mais propriamente no caminho que dá para a Póvoa e aparece, vinda de Alvarenga, a furgoneta da Separadora Espinheira que conduzia o baleado, para o Hospital de Santo António, no Porto. Salta da bicicleta. Faz-lhe paragem, aparentando estranha inquietação, não se identificando e perguntando ao chofer, Artur Pinto, tio de Amaro, motorista da Separadora, se ele levava feridos e este diz que levava um. Ia ali a passar o Manaita. Entrega-lhe a bicicleta com a incumbência de a levar ao cantoneiro, o Sr. Julião. Assim iria fazer. Identifica-se como agente da P.V.D.E. Ordena a Artur que o conduza onde existisse telefone. Só havia em Paiva, diz aquele. Então leve-me até lá. Artur não podia recusar. Segue lentamente, mas revoltado. Não seria ele o mesmo que matara um e ferira este? Chega a furgoneta ao Vieiro e vem em direcção a Alvarenga o único carro de aluguer que então existia. Dá ordem ao Artur Pinto para parar, atravessando-se de modo a que o automóvel não cruzasse com a furgoneta. Parou. Saltou, aproxima-se do carro e ordena-lhe: você vai de volta e leva-me imediatamente a Paiva, para eu telefonar para o Porto. Mas quem é vossemecê, para mandar assim? Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Sai do carro, abre-lhe a porta. Silêncio sinistro, quebrado ao atravessar Nespereira, quando diz ao forçado condutor que em Alvarenga tinha havido uma revolução, que tinham sido deitadas bombas, que até havia uma casa destruída. O chofer ouve. Novamente silêncio sinistro. Passam a Bateira, Bairros, Fornos, Sobrado. Estão aqui no centro da Vila, na praça que tem a estátua do Conde de Castelo de Paiva. Pare ali em frente aos correios. Sai, sem mais palavra, entra de salto, na porta. O homem do carro regressa abismado. Bombas, revolução. Que teria acontecido? E vem na expectativa inquietante, do que iria ver e ouvir.

Josué havia voltado atrás em direcção à Escola. Desce a estrada, entra no caminho de Quintela, passa ao lado da eira do Paço, passara pelas alminhas e chega a casa. Fora nesse momento que ouvira, aterrado, as detonações. Agora as consequências seriam imprevisíveis muito especialmente se houvesse mortos. Caía uma chuva miúda e arrefecera o tempo. Seguira com inquietação e angústia as primeiras movimentações. O tiroteio era

audível na Chieira, como se fora ali. Aqui viera ter o Abade que, em angústia, dizia ao Administrador do Concelho que estava tudo perdido, pois lhe apareceram na residência uns rapazes a pedirem a chave da torre. Negara, para não se tocar o sino a rebate. Mas rebentaram a porta e nada pôde evitar. Fora tudo uma perdição.

Josué vem à janela. Vê alguém aninhado no meio do centeio, imóvel, a uma chuva cada vez mais copiosa. Passa o recreio, entra no campo de cima dos Pomarinhos e entra no centeal. A uns metros, o homem levanta-se e põe as mãos no ar: meu Senhor, sou da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Saltei da janela traseira da garagem, fugi por aquele campo de oliveiras e vim dar aqui. Estou em paz e estou desarmado. Está encharcado e treme de frio. Não era humano deixá-lo à mercê da fúria do Povo, se fora descoberto, nem ao frio e chuva, por toda a noite. Venha comigo, diz-lhe. Introdu-lo no escritório. Aguarde um pouco. Pede a Assunção um dos seus fatos e uma camisa. Para quê? Tu não vais sair. É para um homem que estava nos Pomarinhos à chuva. E mais não lhe disse. O agente vestiu a roupa. Agora venha aquecer-se. E veio para a lareira. Lívia e Bruno olham espantados. Quer comer connosco? Não, obrigado. Só queria dormir naquela sala. Assunção foi à arca e entregou a Josué dois lençóis e os cobertores suficientes para o cobrir e acolchoar. Josué ajuda-o a fazer a cama. Pode ficar sossegado. Olhou para o hospedeiro e diz-lhe sinistro: amanhã Alvarenga estará em pé de guerra, com metralhadoras por todo o lado. Se resistir será uma tragédia. Josué olhou-o em terror e sai. Afinal quem é esse homem, pergunta-lhe Assunção. Olha, é um dos polícias que saltou pela janela da garagem e fugiu. Estava escondido nos Pomarinhos. Olhou para o Marido e exclamou numa enorme inquietação: ai meu Deus! Na manhã seguinte, muito cedo, seis e meia, batem à porta. Josué logo presumiu que era ele. O Sr. Professor pode arranjar-me cem escudos e emprestar-me um guarda-chuva? Foi dentro, falou com Assunção. Aqui tem. E o agente, que não revelara o nome, foi-se embora.

Debandada toda a polícia, os vendedores recuperaram grande parte do minério, cerca de seis toneladas, pois a camioneta que acompanhara o carro que conduzira Ernesto e Joaquim para o Porto, transportava tonelada e meia, duas. Enterram-no em lugares que ficam assinalados, em campos de Vitgo, da Ribeira, colocam-no em poços, e levado outro, o de Olegário, Manecas e Granja para o pinhal atrás de Carvalhais e um automóvel carrega oitocentos quilos e vai entregá-lo ao sapateiro do Mosteiro, em Cabril e

Granja carrega o possível na sua furgoneta com a chapa virada. A noite cai aterradora sobre Alvarenga, na certeza, para cada um, de que coisas muito más iriam acontecer, no dia seguinte.

Manhã muito fria e chuvosa de 10 de Maio, Domingo, de 1942. Elementos da Policia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana do Porto e Aveiro – Alvarenga é deste distrito – em grande aparato bélico, haviam chegado ao romper da madrugada. Às seis horas e meia da manhã, já a Sra. Ana do Correio vira as camionetas com polícias de capacete, que passaram em frente ao largo de Nespereira. Logo lhe dizem que iam para Alvarenga, por causa da revolta da véspera e que a iam arrasar. Ficou desesperada. Não era possível voltar para trás. E prossegue o caminho. Alvarenga está cercada, mas os alvarenguenses ignoravam-no, menos Josué. Está cortada a única entrada e saída, a estrada que liga a Castelo de Paiva/Porto, no lugar do Nicho, limite Nespereira – Alvarenga. Cerca de meia hora, após a entrega dos cem escudos e do guarda-chuva, estacionavam em frente à Escola em camiões do exército, dezenas de elementos da P.S.P. e da G.N.R. e carros da P.V.D.E. A esta junta-se o hospedado. Os pontos estratégicos estavam tomados. À frente da Escola, duas chaimites exibem as metralhadoras.

Parte das forças tinha-se apeado no Moledo e muitas dezenas de G.N.R. em duas filas paralelas, em formatura, vêm pela estrada. Ao chegarem à entrada do caminho para Carvalhais, uma dezena sobe em direcção a este lugar, e à Colmeia. Para este lugar sobe a passo largo um G.N.R., de metralhadora. Na curva, depara com Granja, Manecas e Olegário que, em pânico, levantam os braços e estacam. Granja ficara levemente para trás, mercê da sua obesidade. Manecas e Olegário, num ápice de terror, dão um salto, sobre o muro e correm em fuga, a coberto do centeio, com risco de tombarem sob fogo. Entram na mina no extremo do campo. Penetram dez metros e esbarram com a pequena parede, com uma lousa a meio e que forma a represa, que estava cheia. Saltam para dentro de água e submergem até ao pescoço. A abertura da mina, em arco desenha-se-lhes, agora vista do interior, num céu escuro. Minutos depois, uns passos, cada vez mais próximos. Alguém entra na mina. Aterrados, Manuel e Olegário agitam as águas para a submersão total, pelo tempo possível. Quem está aí? Olegário conhece-lhe a voz e diz: ó Sr. Lucindo, o guarda está aí? Já foi para baixo. Podeis sair, mas com cuidado. Entretanto, Belmiro enviara o criado à loja. Este, aterrado, volta para trás, pois vira um guarda de capacete de aço e

metralhadora. O patrão indigna-se e, resoluto, desce o caminho, para logo estacar. Quando o guarda lhe aponta a arma dá um salto de terror e cai na valeta cheia de água. Asdrúbal viera do campo e ao entrar na loja é impedido de entrar nesta. Vá de volta, diz-lhe um polícia. Sobe à sala e já outro elemento da P.V.D.E. se encontra à porta. Pede licença para entrar. A casa é sua, replica mordaz. Será, mas como me não deixaram entrar na loja... Então o Senhor também esteve na festa! Não estive. Quer negar-me uma coisa que eu vi? Não estive, não, replica com serena indignação a até lhe provo com os papéis que ontem fui entregar às Finanças de Cinfães. E exhibe os duplicados do fundo de desemprego. E retiram-se, sem rebuscar a casa, tanto mais que comerciava o minério, em concessão.

Os outros guardas prosseguem e descem à Vila. Dão ordem de detenção a todos os homens que encontram e vistoriam sumariamente as casas, em busca de arma de caça ou volfrâmio. A todos coagiam para que revelassem o nome daqueles que tinham tomado parte na revolta. Vão prender Armando, quando este se dirigia para casa de Olívia. Outros G.N.R. e P.S.P. dirigem-se a Miudal e aos Casais, mas não vão à Chieira, por instruções do chefe Almeida, uma vez que Reginaldo acolhera na véspera alguns dos P.V.D.E.

Às oito e meia, uma horda de P.V.D.E, G.N.R. e P.S.P. em largas dezenas, ocupam a Escola e o recreio. Era uma ocupação militar, sem contestação possível, advertem Josué. Montam o quartel general na sala de aula. O recreio, a norte e a sul está literalmente ocupado por soldados da G.N.R. e polícia. Camionetas do exército estacionam do lado da Escola, voltadas em direcção do Porto. Atrás, camionetas de passageiros requisitadas à Soares Oliveira e Escamarão. O ambiente é de caserna. G.N.R. e P.S.P., à mistura com elementos da P.V.D.E., confraternizam e gargalham, esfregando as mãos frias.

Assunção, grávida de sete meses, sente uma dolorosíssima inquietação. Respira com uma ansiedade perturbadora. Batem à porta da cozinha. Um comissário da P.S.P. apresenta-lhe um quilo de café moído e ordena-lhe que o confeccione, à medida que tal for solicitado. Como se lembrara de o trazer? E por todo o dia, Assunção, cansada e em indignação indizível, serve a soldadesca. O Sr. Professor não tem nada que nos sirva? Pergunta insolente, um tenente da G.N.R. E Josué, por duas horas, serve, pessoalmente, todo o pão que Assunção havia cozido na antevéspera, todos os salpicões e todo o presunto. Esgota-se a garrafeira de gatão tinto, cujas garrafas, de porcelana castanha, em forma de botija, Lívia ia entregando ao Pai.

A Missa era às dez horas. Para todo o povo, vindo de nascente e norte, a Escola era passagem obrigatória. Todos os homens que à Igreja se dirigiam são interceptados e, sob prisão, conduzidos à sala de aula e sujeitos a interrogatório, levado a cabo por inspector da P.V.D.E. São já cerca de oito dezenas. Todas as mulheres são detidas também e vão para a sala feminina sujeitas a interrogatório sumário. A sua detenção obedece a um duplo objectivo: impedir que, prosseguindo ou voltando para trás, denunciassem a ocupação e que, regressando a casa, escondessem a arma ou o volfrâmio. Foram libertas, quando o chefe das operações concluiu que as buscas haviam sido realizadas. E a polícia alicia crianças que vão para a missa dominical. Conduzida por estas e com o pai sob prisão, fazem busca em todas as casas, com vista à apreensão da arma de caça ou pistola e de volfrâmio. Se encontravam a arma, tinha estado na revolução, logo seguiria para o Porto. Se tinha volfrâmio, seria um dos que o queria vender e esteve na rebelião. Logo, ia preso, também. Alguns dos detidos, velhos, eram libertados, seguindo, ou em estado de choque para casa, ou para a Igreja. Os outros continuam sob prisão, sem se alimentarem e incomunicáveis com seus familiares.

Já cerca de oito dezenas estão de pé. O Inspector que os interroga sentara-se na secretária do Professor. Cínico, vinha interpellando, um a um. Josué, aí pelas doze horas, entra na sala, pela porta do recreio e passa pelo meio dos soldados da G.N.R. e P.S.P. que se sentam nas carteiras. Olha-os com revolta que tinha de conter. Nenhum lugar mais indigno, para aquelas detenções, que aquela sala de aula! O agente que os interroga nem reparou na sua presença. Aproxima-se e, serenamente, assume uma posição de defesa daqueles homens. Se havia inocentes, ele o era. Assim sendo, era imperativo defendê-los e ali estavam muitos, talvez todos. Ó senhor Inspector são todos homens bons. Nada têm a ver com o que se passou ontem. São lavradores honrados e até está aqui um funcionário público que àquela hora não podia ter tomado parte na rebelião: onde está? E Josué apontou para Amílcar. Se é assim, você pode ir embora. Da inocência de mais ninguém o convenceu. E o Inspector, olhando tenebroso, para o ousado defensor dos prisioneiros lhe observa: mas o Senhor Professor também não é Juiz de Paz? Sim, sou! Que quer o Senhor Inspector dizer com isso? Silenciou. Josué retirou-se com uma inquietação, que naquele momento disfarçou.

Julião, que ia para a missa, para o baptizado do filho, fora detido ao passar em frente à escola e conduzido para a sala de aula. Ainda disse que

não estivera na revolução, que era cantoneiro, que até estava a trabalhar, que não sabia de nada. A sua mulher viera, a chorar, trazer-lhe de comer. Porém, não havia comida que lhe passasse por aquela garganta, pois um homem que até fizera bem, estava ali naquela miséria. Polícias entram e saem, utilizando quer a porta que dá para o recreio, quer a do escritório. Está Julião naquela tristeza toda, quando lhe batem no ombro: então você aqui preso também? Era o agente Rodrigues. É verdade, meu senhor. O agente aproxima-se do Inspector e diz-lhe, a meia voz, que aquele não podia estar preso, pois fora o que lhe emprestara a bicicleta e tinha desimpedido a estrada. O Inspector olha para ele e ordena secamente: você, sim você, que é cantoneiro, você pode ir embora. Julião passa pela coxia do meio, em direção à porta grande, no recreio. Os outros continuam, de pé, encostados às paredes e nas coxias, de olhos turvos e com uma amargura incomensurável na sua alma.

Pelas três da tarde, Josué dirige-se à Igreja. Às quatro horas era o mês de Maria, muito da devoção dos alvarenguenses, no mês de Maio. Era o momento propício para a busca na sua casa. Um Inspector da P.V.D.E acompanhado de três agentes entra na porta da frente da residência, até aí respeitada. Assunção, atónita, nem tempo teve para balbuciar uma palavra. Mostre-nos o quarto, exige o Inspector. Queremos revistar tudo. Busquem a arma de caça, pois sabemos que o Sr. Professor é caçador e sabemos ainda que seu sobrinho Armando, que já está preso, se serviu dela na revolução de ontem.

Assunção assume uma serenidade heróica. Contempla o quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que pende da parede, na cabeceira da cama. Um dos polícias levanta a roupa e o colchão. A arma está visível aos olhos de todos. Assunção, com Bruno pela mão, estremece, numa angústia indescritível. Pergunta da porta, o inspector:

Encontraram a arma?

– Não.

– Sigam ao sótão, ver se há lá o volfrâmio. Os P.V.D.E. iniciam a subida. Param a meio das escadas, três, quatro minutos. Não prosseguem.

E do fundo do corredor, novamente o inspector:

– Já revistaram?

– Já.

– Encontraram?

– Não!

Assunção, após se retirarem, senta-se na cama e chora desoladamente. Pelas dezassete horas, com os motores já a trabalhar, alinham-se as camionetas de passageiros, mesmo em frente, ao longo do gradeamento da Escola, repletas de homens presos, sessenta. Estão prestes a iniciar a marcha, escoltados, à frente e atrás pelas chaimites e carros da G.N.R. e P.S.P., no momento exacto, em que Josué surge. Olhou serenamente, passa à frente da camioneta seis, da Soares Oliveira, estacionada em frente ao portão, sobe as escadas, passa pelo recreio, dirige-se a casa. Quando sobe as escadas da porta, Assunção, banhada em lágrimas, recebe-o, em agonia. Com voz entrecortada por soluços, conta-lhe rapidamente a busca.

– Não viram a arma?

– Não. Melhor, fingiram que a não viram ou então, por milagre, não a viram mesmo.

– E o volfrâmio? Ficaram a meio das escadas e não subiram ao sótão.

O barulho dos motores de todos os veículos prestes a iniciarem a marcha, é enorme. Josué, Assunção, Bruno e Lívia vão à janela do quarto, que dava exactamente para a estrada e que dista em diagonal, uns trinta metros do portão da Escola. Olham para a camioneta seis, e notam que alguém acenou ao Inspector, que se sentara junto do chofer. A P.V.D.E. seguiu os passos de Josué. Mantê-lo sob prisão, na própria sala de aula, era inaudito. Quando regressasse da Igreja, era o momento oportuno. A sua detenção havia sido decidida, na madrugada, na sede da P.V.D.E., no Porto. O chefe Almeida sai, ultrapassa o portão, sobe apressado as escadas, passa o recreio e, imóvel, em frente à janela, brada:

– O Senhor está preso! E entra na porta, que estava entreaberta. Josué, estupefacto, pergunta-lhe:

– Porquê?

– Não discuta.

– Porque leva preso o meu Marido? Diga, porquê? Pergunta, em agonia, Assunção.

– Não discuta! E pega-lhe no braço.

– Deixe-me que mude de roupa, ao menos.

– Vai assim!

– Mas eu não quero que meu Marido vá assim vestido!

– Não discuta! Josué olhou o polícia com infinita indignação.

– Ó meu Pai, onde vai, pergunta-lhe Bruno.

– Ó meu filho, eu vou ao Porto e venho amanhã. Quando Assunção viu Josué passar o recreio e entrar na camioneta seis da Soares Oliveira, com a mão do chefe no braço direito do Marido, como se fora maxila de aço, a apertar um supliciado, soltou um grito surdo de suprema revolta e indignação e clamou ainda da janela: Miseráveis, porque fazem isto a meu Marido? E chora em convulsão. Bruno e Lívia, que continuam à janela, ainda acenam ao Pai, quando este entrou na camioneta e sorriu para eles. Inicia a marcha. Juntam-se todos os veículos que garantiam o cerco a Alvarenga, capitulada sem glória, porque não podia haver glória, perante tão absurdo aparato bélico.

Silêncio de terror, em toda a infinita viagem, entrecortado por gargalhadas sinistras, em meio de conversas caseiras dos elementos da P.V.D.E e da G.N.R. Era já noite, quando os presos dão entrada nos calabouços da P.V.D.E., na Rua do Heroísmo, a 10 de Maio de 1942.

Logo à entrada e no topo das escadas da porta, que dá para o largo do cemitério, uma mesa, com um P.V.D.E. sentado, a proceder à identificação dos prisioneiros.

- Você como se chama?
- Francisco Marques.
- Profissão:
- Agricultor.
- Sabe ler?
- Sei sim senhor.
- Siga!
- E você?
- António Lisboa.
- Profissão:
- Lavrador.
- Sabe ler?
- Não.
- Siga!
- Como se chama:
- Armando Paiva;
- Profissão?
- Não sei.
- Não sabe?
- Qual é, diga, gritou o escriba.

- Capataz nas obras da Estrada.
- Sabe ler?
- Tenho o quarto ano do Liceu.
- Eu não lhe perguntei que estudos tinha!
- Siga!
- Albino...
- Bernardo...
- Inácio...
- Francisco....
- Lourenço...
- Miguel...
- Durval...
- Elias...
- Joaquim...
- E você, como se chama?
- Josué Paiva.
- Profissão:
- Professor.
- Sabe ler?

Josué olhou-o em silêncio, com indignada comiseração.

– Siga!

A essa hora, Assunção e os filhos rezam o terço por entre súplicas e desoladas lágrimas. A Mãe não ceou. Os filhos comeram uma sopa que a avó, em choro que não continha, conseguiu fazer-lhes. Em breve, Maria e Pamela adormecem. Lívia, Bruno e Raquel continuam junto da Mãe, na vivência infantil de uma dor e já saudade, por uma ausência sem explicação nem justificação. E em todos os lares, especialmente naqueles em que os maridos e pais foram presos, a noite caiu como um pesadelo terrível.

(...)

Manuel, após o refúgio da mina, fugira para Vilares e esconde-se num giestal. Lá permaneceu, já noite dentro. Regressado, a mãe contou-lhe o que havia acontecido. Polícias e GNR, a Escola ocupada por eles, as buscas e depois as camionetas a levarem os presos para o Porto. Uma desgraça muito grande e uma vergonha para a terra. Manuel ouviu o relato com disfarçada angústia. Mãe como sabe, eu também estive na revolução. Eu vou agora fugir. Não sei quando volto. Eu vou dando notícias. Ah, filho que te perdeste! Eu não te dizia? Vai com Deus. Porque havias de partir agora?

Manuel acenou, dobrou a esquina, em direcção a norte, e desapareceu por entre as giestas floridas de amarelo e branco. Passa pelo cimo de Carvalhais, passa a Chã e vai para Lebrém, para casa do Tio Luís, a quem contou que estava fugido. Olegário e mais dois passam a Chã e voltam para o planalto e descem a Nespereira e nessa noite ficam em Grou, logo ao cimo da feira.

(...)

Os dois carros de bois desciam muito lentamente o caminho. No da frente, chamado pelo Marcolino, as mantas, uma cadeira de pinho, muito velha, as panelas de três pés e uns tachos de alumínio muito escuro e quatro enxergas de folhelho. No de trás, chamado pelo Júlio, Felismino, hemiplégico, sentado numa manta, Leôncio, hemiplégico também, deitado e, sentada, em tremuras de confrangedora amplitude, Leonilde; Rosalina, também hemiplégica, sentava-se ao seu lado. Iam os quatro amarrados com cordas aos fueiros, para não se desequilibrarem na descida e às oscilações provocadas pela irregularidade das lajes do caminho. Testemunhas deste cortejo de miséria e dor, os melros que cruzavam em gargalhada confrangida, o pisco que gorjeia quase em dor, umas nuvens esfarrapadas num azul vivo, dessa tarde de fins de Setembro, as copas das árvores e o chiar cadenciado dos carros, pelas agruras das pedras. Ficava para trás uma vida atribulada e de miséria, por três anos.

Impiedoso era Xavier. Fretou Lucílio para acartar a pedra para a casa dos caseiros, que era para bem deles e que nada lhes ia pagar por isso. Longas semanas de transportes, o desgastar dos carros que eram do caseiro. Feita a casa, ordena que o compadre (era padrinho de um dos filhos) limpasse o cascalho das cortes. Que não podia ser que não era trabalho que lhe competisse, pois muito havia feito e sem ganhar. Xavier ordena, novamente. E Lucílio mobiliza os filhos, paga oito escudos a cada um dos criados da quinta, fixa duas lamparinas de petróleo na parede e trabalham, de madrugada, até alta noite, que nem o comer Xavier lhes deu. E as cortes ficaram aptas a receber o mato, para fazer o estrume.

Depois o patrão manda abrir um poço, para uma nora. Chama Lucílio e diz-lhe: eu quero que vocês me passem a pedra para o poço, mas desde já te digo que não pago nada, quer dizer, não te dou os cinquenta escudos por dia que qualquer um te daria, tu és meu caseiro, eu sei até que nem és obrigado, pois só és obrigado ao trabalho das terras, eu não te obrigo, mas se não me passares as pedras, deixais de ser meus caseiros. Lucílio ficou em revolta. Tinha quatro acamados, era uma vida terrível e ainda não tinha

para onde ir. Ao todo, e segundo lhe disseram os pedreiros, transportou mil carros de pedra, ao longo de três meses. E mais fez o Xavier. Quis abrir uma vala, para plantar vinha e dita as regras: pago quinze tostões por metro linear com meio metro de fundo e era se queria, pagava esse e o resto era depois. Ora, um homem possante abria, no máximo, seis metros de vala; a quinze tostões o metro dava nove escudos, metade do salário, dezoito escudos, mas isso não podia ser. Mas, era se queria, não obrigava, mas se não fizesse, mandá-lo-ia embora. Lucílio vinha a magicar nisto tudo pelo caminho, agora que ele ia para a quinta da Reboleira. Como seria o Sr. Gonçalves? Tirano era Xavier. Quando os criados eram mais lentos gritava: mexei-me essas pás e essas enxadas, olhai que o tempo é dinheiro e o dinheiro é sangue. Sangue de quem? E quando, antes de vir embora, o Xavier quis outra vez que fosse passar mais pedra, ele negou ao que ele lhe diz que se pusesse fora daquilo que era dele. Pois vou com muito gosto. E ele ali vinha, mas vinha no S. Miguel, que ele quis que assinasse um papel a concordar que o podia mandar embora em qualquer dia que quisesse. Isso não, Sr. Compadre, vossemecê sabe que isso não é legal. Se fosse assim como quer, então para onde ia com a família, para uma mina, para uma caverna, no Monte de Baixo? Você nem tem alma! E Xavier ficou em cólera. A quinta do Recovo ficava para trás.

Lucílio chegara à quinta da Reboleira no S. Miguel de 1942. Não era das melhores. O dono ia iniciar grandes obras, na ampliação da casa, vinda dos antigos, a abrir uma avenida, a fazer um pequeno lago e iam transferir, pedra a pedra, para a quinta, uma construção muito antiga, mas que ficava bonita, dizia Gonçalves, junto da outra, E chama Lucílio, diz-lhe destes projectos: que ele ia ser o seu caseiro, via que tinha muita doença em casa e era pena, não por qualquer sentimento de piedade, porque era mão de obra escrava que se perdia, e os cuidados que os válidos teriam de ter para com eles era prejuízo do seu trabalho e eles até eram mesmo demais. E solene: eu quero dizer-te que ides ser vós que me ides passar a pedra toda, quer para construir, ao lado da casa antiga, quer para trazer, pedra a pedra, a outra e fazer os muros para as avenidas. E vamos combinar: vocês têm o carro e eu tenho os bois que acabei de comprar na feira de Nespereira. São novos e possantes. Ora, como vós dais o carro e eu dou os bois, tu és o carreteiro e tens direito a quinze escudos por dia e o teu filho, o Marcolino, é o chamador e ganhará doze escudos. Se fosse para estranhos eles até pagavam cem escudos por dia. Assim, vamos combinar

desta forma: vocês recebem cinquenta escudos por dia e fazem o trabalho da pedra toda, pelo tempo que eu precisar. O outro teu filho e as filhas e o teu tio vão fazendo as terras. Elas não têm muita água, mas vós ides colhê-la a Bustelo.

Lucílio retém os números, cinquenta escudos por dia e vê neste trabalho a libertação da sua miséria. Mas logo Gonçalves acrescenta: mas eu só pago no fim de tudo. Eu sei que vocês agora até vão passar pior, mas no fim recebem-no todo e até vos vai dar para comprar uma casita. Logo o caseiro fica desolado. Chegou a casa e contou aos filhos, com doze e catorze anos, que entristecidos logo lhe dizem: ó pai, vossemecê já viu se este novo patrão nos vai fazer o que nos fez o outro? Cai a noite. As filhas preparam o caldo com as Couves e o feijão que tinham trazido. Rezam o terço, pelo alívio do sofrimento dos seus doentes e pelas almas do Purgatório. O que os espera? Nova escravidão? São quatro os familiares inválidos: o pai, dois irmãos e a mulher, ao todo doze pessoas. Sem aquele dinheirito, como iria ser? É certo que nem todos os patrões os queriam para caseiros. Porém, se só pagava no fim, como iriam poder viver? Porque não pagava dia a dia? No dia seguinte dão uma volta às terras. Umbelina, irmã de Júlio, passara junto da casa antiga e vê por trás dos vidros de uma janela, uma mulher de cabelo muito comprido e despenteado e um olhar muito parado e muito triste. Um dos criados viu-a e diz-lhe que ela não tinha nada que passar por ali, nem olhar para as janelas. Quando chegou a casa logo disse a todos que tinha visto a cunhada do Gonçalves e que parecia mesmo que estava tolinha e teve muita pena, porque tristeza para eles não lhes faltava com tanta doença e mais tristeza era por não lhes poderem dar mais amparo, que o dariam se Gonçalves pagasse todos os dias os cinquenta escudos. Como iria ser?

Lucílio e Marcolino iniciam o transporte da pedra. No fim do transporte desta, ajudam às lides nos campos e os meses prosseguem. Chega o Verão e a água escasseia e Marcolino, no fim do labor da pedra, parte, juntamente com o irmão, para Bustelo. Seguem o rego do boi e vão-no limpando das ervas e ajeitando aqui e acolá, pois ele é em terra e a água pode sumir-se e a água é o sangue das coisas, dos milheirais, dos batatais, dos trigais, dos feijoados, de tudo, da vida e, por isso, do pão e água é precisa, pois as terras, ao fim e ao cabo até têm menos água, do que a que lhes fora dito. Tinham de talhá-la mesmo em Bustelo. A irmã entrega-lhes um bocado de pão, da fornada da semana anterior e puseram-no no bolso das calças.

Estão no sítio do rego, em que este tem de ser talhado. É já o início do escurecer e até ao amanhecer, um deles não podia sair dali, do talhadoiro, pois perdia a posse e logo outros vinham e a talhavam para si. As horas vão passando. Bustelo adormece no sopé de S. Pedro, a penúltima dobra da Serra de Montemuro, até morrer no vale que a água fecunda.

Mas Marcolino não podia dormir. Cantam galos. Mesmo ao escurecer, ainda ouviu as perdizes cantar, nas encostas de Noninha. O Júlio viera vigiar as águas e fora-se em direcção, para baixo. Regressa já muito noite com o lampião à superfície líquida. Marcolino era um vulto hirto, postado em sentinela. A água brilha, muito pálida, de um pálido agitado, ao luar. Miam gatos no povoado. Na sombra da noite, as sombras dos morcegos e dos mochos. Agora, juntos, rezam o terço, deitado pelo Marcolino, contando as ave-marias, pelos dedos. Depois, assobiam a música de cantiga que ouviram na igreja: Virgem Pura tua ternura / é de alívio ao meu penar. E o assobio, plangente, perdia-se no silêncio e no rumor da água. Noite e dia de Maria / a beleza hei-de cantar. E nessa noite não adormeceram, porque semanas antes cederam ao cansaço, pois Marcolino fora dar uma ajuda ao carregamento da pedra. Sentaram-se, encostados a uma giesta de flor branca, estava uma brisa muito suave e como que se sentiram embalados, adormeceram. Vieram os dos Carreiros e talharam eles. E foi grande o desassossego, pois Gonçalves ficou indignado e o pai ficou triste, mas entendeu que os rapazes estavam cansados. Lucílio, pela noite, ia-a limando, à medida que ela transbordava do tanque, agora já cheio. E quando, por cima da Senhora do Monte e logo atrás da colina sobranceira à capelinha de Bustelo, a noite ia a fugir e quando já cantavam nos ares, em bailados sonoros, tontas da luz que nascia, as cotovias, Júlio e Marcolino, de enxadas aos ombros e aquele, com o lampião na mão, vinham lentos e levemente oscilantes, batidos pelos raios de sol que inundavam o vale. O pai vem ter com eles e diz-lhes que o Sr. Gonçalves ia a passar a desviar a água do campo meeiro para ir para o lago, quase pronto. Ó pai e você não lhe disse que assim o campo não dá milho? E nós? Eu disse e ele perguntou quantos alqueires dava e eu disse cinquenta e ele diz, então eu ao fim do ano pago-vos o valor de vinte cinco alqueires ao preço que ele der. E o pai disse que sim? Mas ele é o patrão. Ó pai e se ele é capaz de nos fazer o que nos fazia o Sr. Xavier?

Os doentes continuavam o seu calvário. Leôncio – a casa era pequena – foi colocado no palheiro, com uma janela para a rua e outra para a quinta.

Gonçalves passeava-se lentamente à face das obras, sempre seguido pelos cão e cadela dálmatas. E se Leôncio, que o vira ao longe, quando meses antes ali chegara, o sentia, pois já o conhecia pelos passos e pelo chamar dos cães, suplicava-lhe: ó Sr. Gonçalves, venha-me visitar, pelas suas ricas almas. Cala-te! Cala-te, respondia irritado. E seguia acariciando pelo gesto e pela palavra, os cães. E nos dias seguintes mais uma vez, ó Sr. Gonçalves venha-me visitar! É uma caridade! Cala-te, já te disse. Cala-te! E seguia numa essencial indiferença à solidão e sofrimento de Leôncio. Se passava à janela, em que a cunhada exibia o seu distanciamento do mundo e das coisas, nem sequer olhava. Era assunto dos criados. Prosseguia a vigilância dos que laboravam sol a sol, que imperioso era que no Verão de 1945 tudo estivesse concluído. E nunca mais Leôncio soltou o seu clamor, vindo do postigo do palheiro, deitado em catre, a um canto, cuidado pelo irmão e pelos sobrinhos, sempre limpo, mas mal alimentado e sem qualquer medicação, tal como os irmãos e cunhada e nunca Gonçalves perguntou a quem quer que fosse, por eles.

(...)

Josué soubera notícias de Manecas, dias antes. Não o vira nunca desde o seu ingresso na clandestinidade. Constava que se abrigava muito por Alvarenga. Sabia também que, com muita frequência, a G.N.R. e elementos da P.V.D.E aqui chegavam, iam a Carvalhais às lojas e perguntavam pelo fugitivo. A ele nunca o abordaram, mesmo as instâncias judiciais, como Juiz de Paz, para qualquer informação. E Manecas continuava sua odisseia. Foi escrevendo nos longos dias e longas noites e, em fins de Outubro de 1944 Olegário recebe, algures, mais quatro cartas. Ao fim do dia, nunca o fazia de noite, para não levantar suspeitas, quanto a qualquer interesse seu pela Maria, entrega, a esta, o pequenino embrulho. Ficou ao cimo das escadas e acenou-lhe. Logo esta foi para o quarto. Estava só. A mãe fora à loja e o pai cavava a terra, para uma pequena plantação. Sentou-se na cadeira de pinho, junto à janela, para vigiar a entrada em casa e leu.

(...)

Nos inícios de Junho de 1945, as obras, na quinta da Reboleira, estavam concluídas. Gonçalves passeava-se por seus domínios. Tinha ampliado a casa-mãe, tinha transferido, pedra por pedra, numeradas, a casa antiga, fizera as avenidas, o lago. Era, pois, tempo para exhibir, em pré-inauguração, aos amigos, a propriedade renovada. O Abade esteve presente, apreciou, louvou o bom gosto, mas não entrou. A cunhada de Gonçalves interroga,

em alienação silenciosa e desolada, o que se fizera à sua volta. Nunca articulava uma palavra. Estava sempre no mesmo aposento, normalmente à janela, servida pela criada. O cunhado e demais familiares procuram ocultá-la aos olhos de quem quer que fosse, muito mais dos visitantes, pois Gonçalves era relacionado, quer nos meios políticos, quer religiosos. E toma, pois uma decisão: depositar a doente em hospital psiquiátrico. Estão todos presentes, incluindo todos os serviçais. Vestem a Senhora que, atônita, se vê objecto de cuidados nunca assumidos. Olha em profunda piedade os circunstantes, em súplica, vinda de muitos anos, feitos em silêncio e de ausência e desprezo dos gestos e das palavras, por parte dos que amara, que nunca lhos dirigiram. E Gonçalves, metálico, peremptório e gélido: vamos, vais para um hospital, lá é que estás bem. Donzília, assim se chamava, olha-o em súplica infinita e murmura num esforço que vence anos de silêncio e desprezo: não me tirem da minha casinha; quero morrer aqui. Estupefacção! Toda a criadagem e os caseiros choram. Donzília dava voz, pela primeira vez, em vinte anos, ao silêncio a que a tinham condenado. Impiedosamente. Passa pela avenida, já na ambulância hospitalar. Alienados os cães, as árvores, o secular castanheiro, os pássaros, as pedras em protesto pela expulsão de Donzília dos espaços e dos sons, que lhe negaram e que, para maior tragédia, eram dela. E a criadagem, à porta, continua a chorar.

Dois dias depois, Gonçalves é abordado por Lucílio, que acabadas as obras era necessário fazer as contas, que foram três anos de muito sacrifício que o pai até tinha morrido mais depressa pois ele não tinha os precisos para lhe dar, que tinha uma precisão muito grande daquele dinheirito que lhe havia custado muito suor e muitas tristezas, que era até sangue dele e dos filhos e de todos aqueles que até desamparou para trabalhar para o Sr. Gonçalves, que foram quatrocentos e vinte dias de trabalho e como fora combinado a cinquenta escudos por dia eram vinte e um continhos que lhe dava para aliviar muita precisão e até para comprar uma casinha onde pudesse dar algum conforto aos seus doentes. Gonçalves olha-o irado e diz-lhe: olha, eu estou mal da minha cabeça, nem quero que me incomodes com essa conversa. Mas ó senhor Gonçalves, foram três anos de muito sacrificado labor não pode ser. Já te disse! Não me fales nisso! Vai falar com os meus filhos, vai falar com eles. Lucílio ficou desesperado, chega a casa e diz aos filhos. Todos em desespero. E o Júlio: ó pai, eu não disse que este patrão nos ia fazer o mesmo que o Sr. Xavier nos fez?

No dia seguinte, dava ordens para vender os bois, já gastos de tanto trabalho. Marcolino segura-os na soga, para conduzi-los à feira. Gonçalves aproxima-se e diz impiedoso e maquiavélico, tocando no flanco de um deles: ide, bois, que me destes a ganhar quarenta contos de reis. Marcolino mordeu os lábios de raiva e começou a chorar.

Dois dias depois, novamente Lucílio: ó Sr. Gonçalves, mas vossemecê também não me pagou as três colheitas de milho do campo do meio, que não o deu, porque a água foi estes três anos para o lago. Ora, setenta e cinco alqueires a vinte escudos dá um conto e quinhentos. Está calado, está calado, que eu estou mal da cabeça. Vai falar com os meus filhos. Mas ó senhor Gonçalves eu já fui falar com eles, por causa dos vinte e um contos e eles disseram-me que era com vossemecê. Cala-te, cala-te. E Lucílio diz-lhe: ó senhor Gonçalves isto é um pecado muito grande que vossemecê faz. E retirou-se a chorar.

Na semana seguinte é a inauguração solene das obras. Alguns políticos amigos, e o Abade, que vai benzer as obras, como é de preceito. Leonilda vê agravada a sua enfermidade e está agora definitivamente acamada. Igualmente o Felismino. Leôncio continua cada vez mais doente, no palheiro. Foguetes, banda de música, enfeites com que a vaidade e perversidade, nestes momentos, se ornaram. Lucílio e os filhos espreitam em desespero, da janela. Júlio, agora nos seus catorze anos, em raiva: ó pai eu vou dizer ao Sr. Abade que não benza, que está a abençoar um pecado muito grande, aquele que a gente aprendeu na catequese não pagar o salário a quem trabalha. E nós trabalhamos três anos, pai! Este segura-o pelo braço. Não! Não vês que se fores lá ele nos manda agora mesmo embora? E Júlio e Umbelina e Marcolino choram.

Júlio contém as lágrimas e diz, enlouquecido de desespero para o pai: olhe você não sabe, mas eu vou-lhe contar eu estava há duas semanas com os bois a pastá-los e o Sr. Gonçalves olhava a rir para aquele caminho largo em frente à avenida e eu estava a fingir que não ouvia e ele dizia àquele criado em quem tem muita confiança, ó Gaudêncio, eu recebi de subsídio quarenta e sete contos para esta rua, ajustei com empreiteiro por dezassete e meti ao bolso trinta contos, já cá cantam! Vê, pai, o que ele é? E pelo resto do dia choraram desesperadamente. E Gonçalves, e familiares, o Abade, os convidados, riram, rezaram, foram abençoados, comeram os melhores manjares, beberam vinhos preciosos, passearam-se pelas avenidas calcetadas, bailaram uns e outros refestelaram o seu gozo e gáudio. Ao lado,

Leôncio em sofrida e incomensurável solidão. Felismino agora a padecer de dispneia e Leonilda a já não conhecer nem o marido nem os filhos, ali mesmo, ao lado também. A essa hora Donzília olhava, em horror, as paredes ignotas de um hospital psiquiátrico, longe dos que amou, sem por ninguém ser amada, sem um gesto, um olhar, uma palavra, e com roupagens de opulência, de insolência, de objecta religiosidade se vestiu a iniquidade do tirano e escravizador, sem alma e sem piedade.

Uma semana depois, morria Xavier. O povo não chorou, nem lamentou sua morte, com excepção dos que, à altura, o serviam. Fizeram-no, não por qualquer sentimento de gratidão ou respeito, mas porque a circunstância obrigava a tal aparência. De outro modo, seriam obrigados a abandonar as terras de imediato. As mulheres vestem blusas pretas e os homens puseram fumo negro, no braço esquerdo. O funeral teve muita participação dos que, como ele, partilhavam do poder sobre os servos, que nem trabalhavam o que deviam trabalhar e que, dizia a patroa, eram uns desgovernados. Mas a filha Gumercinda discordava. Confrontava-se com os pais e dizia, em quase revolta: vocês dizem o mesmo deste caseiro, como disseram já do Lucílio que tinha quatro acamados em casa. Desgovernado, de quê, se eles nem sequer tinham que governar, se tudo lhes faltava e se vocês nada lhes davam? A mãe mandava-a calar, pois era falta de respeito ao pai. Xavier ficava em cólera, mas era a filha que assim falava e tinha de calar-se, não sem que uma dessas vezes a chegasse a ameaçar. Mas Xavier morrera e não iria ele escravizar mais ninguém. Porém, como essa escravização era, para alguns, uma instituição, os seus filhos a iriam continuar.

O funeral foi a meio da tarde. Na Igreja, o Abade fez um pequeno elogio fúnebre. Era uma pessoa muito conhecida e muito estimada, deixava saudades, aos seus, fora esmoler, vinha sempre à missa, cumpria os seus deveres religiosos. Apresentou os sentimentos aos familiares ali presentes, todos vestidos de luto pesado. No cemitério, colocado o caixão na grade de ferro, rezam-se as últimas orações. Todos ali repousavam da mesma forma, uns momentos, ricos e pobres, santos e perversos, conhecidos e desconhecidos, todos iguais, prontos para baixarem à terra. Gervásio lá estava, no seu posto. Tivera mais trabalho, pois retirara a pedra tumular. Lançava as primeiras pás de terra e o cemitério estava quase vazio. A Rosa, a viúva do Rogério, que enfeitava a sepultura, a poucos metros, ouve Gervásio a falar com o morto: pega lá mais estas pázadas... que a terra te seja pesada... meu maroto... (e lança a pázada a cada impropério)... tu eras

dos que vendias caro... o pão aos pobres... meu maroto... e escravizavas quem te servia... a terra te seja pesada... agora, espera lá... que eu vou calcar a terra, e calcou-a com os pés, para ficar mais apertada... vendias caro o pão aos pobres... E estes gritos, que não eram só o seu, mas o grito colectivo, o grito dos que sofriam às mãos e às palavras dos tiranos, ali ficou como uma maldição à memória deste e de outros.

(...)

Ainda do caderno de memórias de Dulce constam notas relativas a acontecimentos coevos, da data em que os escrevia. Assim, com data de 20 de Dezembro de 1965, lê-se o seguinte:

Quando cheguei aqui a Alvarenga em Agosto passado, para férias, ainda se viviam restos de euforia que a chegada a Alvarenga do Manecas da Ribeira tinha causado. A 20 de Maio deste ano o Diário do Governo publicava o despacho do Tribunal de Execução de Penas que declarava prescrita a pena de vinte anos a que havia sido condenado exactamente vinte anos antes. Ao que me contaram, fora um júbilo impressionante. O Povo juntou-se, deitaram-se foguetes e todos queriam ver aquele que protagonizara uma das raras fugas à acção da Justiça, por tão longo tempo, vinte e três anos, sem nunca ter andado longe, sem nunca ter ido além do Porto, indo a termas a Caldeias e nunca ninguém o apanhar. Dizem-me que ele estava a maior parte do ano aqui em Alvarenga e que vinham aqui continuamente ao longo dos anos polícias disfarçados e nunca ninguém o acusou. Todavia, pessoas havia que sabiam onde ele estava. Mas impressionou-me que todos achavam que ele fez muito bem em fugir, pois uma coisa era ter morto algum polícia com as bombas e outra era não ter matado ninguém, até porque se ele quisesse, os polícias que estavam na garagem tinham morrido todos. Bastava atar aos cartuchos de dinamite pregos ou limalha de ferro e não escapava um. E se ele o não fizera, foi porque não quis matar. Fizera pois muito bem em fugir. Mas o mais emocionante desta história é que o Manecas Ribeiro casou com a Maria, em Novembro, perante a alegria incontida de todos que achavam acima de tudo que o mais belo desta história não fora tanto a fuga dele mas a espera de uma rapariga, por vinte e três anos, para finalmente casar com aquele que, na maior adversidade, continuou a amar, tendo-se encontrado com ele uma escassa dúzia de vezes, por todo este tempo, muito furtivamente, em casa dela, ou da irmã Arminda, sem nunca terem tido contacto sexual.

Manuel Araújo da Cunha

O Doutor de Arouca



Manuel Araújo da Cunha nasceu em 1947 em Rio Mau, então lugar da freguesia de Sebolido (Penafiel), situado nas margens do Douro. Depois de completar a escola primária, trabalhou na taberna de seu pai, estudando à noite. Aos vinte anos ingressou na Marinha de Guerra Portuguesa, sendo destacado dois anos depois para Moçambique, onde permaneceu por dois anos, regressando depois à terra natal, onde vive. Casou com uma mulher natural da freguesia de Alvarenga, uma das freguesias de Arouca, e é pai de três filhos. Trabalha no Instituto de Navegabilidade do Douro. Desenvolvendo o gosto pela escrita, tem criado diversos contos, reunidos nos livros *Contos do Douro* e *Douro inteiro*. Não é um escritor profissional, limita-se a “contar a vida”; entre os seus contos passeiam pessoas reais: mineiros, pescadores, moleiros, emigrantes, bombeiros, amoladores e vendedores da banha da cobra. São pessoas que, muitas delas, se por um lado existiram mesmo, por outro nos lembram personagens desenhados por Aquilino Ribeiro ou Miguel Torga.

Entre os *Contos do Douro* há um conto chamado *O Doutor de Arouca*. Em oito páginas, retrata um vendedor da banha da cobra, daqueles que andavam de terra em terra a vender “remédios para todos os males”. Trata-se de uma personagem real que Manuel Araújo da Cunha conheceu pelos seus 15 anos, nos inícios dos anos 60. Embora tivesse tão indigno meio de subsistência, o “Doutor de Arouca” era uma pessoa como todos nós, com a sua pequenez e a sua grandeza, como tão bem testemunha Manuel Araújo da Cunha em correspondência que dele recebi e que não poderia deixar de transcrever: «O Doutor de Arouca era uma personalidade genuína. Retratava em si o que de mais verdadeiro pode mostrar um homem. Vendia a banha da cobra por premente necessidade. Com os meus quinze anos nessa altura posso só analisá-lo no contexto humano, no que de bom tinha o homem e no que de mau tinha o contrabandista. Vi-o muitas vezes ansioso, triste e com saudades da mulher e dos filhos. Vi-o chorar atrás do amontoado da sua sucata ambulante, como um naufrago perdido em alto mar. Vi-o acariciar crianças e ser astuto para com adultos no decorrer dos negócios e, perante essa realidade que descrevo no conto, só me posso comover por ter tido o privilégio de lidar de perto com tão ilustre ser humano». A ação de *O Doutor de Arouca* não tem lugar em Arouca, mas sim em Sebolido. Porém, a sua inclusão nesta antologia justifica-se pela centralidade que o conto dá a um arouquense.

O Doutor de Arouca*

É alto, magro e careca. De rosto comprido, tostado pelo sol, onde, ao centro, um nariz proeminente salta à vista de qualquer um, empurra uma carroça construída por restos de velho trem desmantelado. Os aros das rodas são pintados de vermelho, o eixo, em ferro, suporta uma espécie de barraca em madeira coberta por uma chapa de zinco colorida de amarelo. Na frente e sob um fundo azul-turquesa, tem toscamente desenhado à mão, umas letras a branco que anunciam a actividade do artista:

Doutor de Arouca – Especialista Estrangeiro

Pendurada num dos rebordos do aparelho circulante, uma corneta da tropa, em metal amarelo polido, aguarda o momento de entrar em acção. Usa, por cima de um fato castanho de fazenda às riscas em adiantado estado de decomposição, uma bata branca salpicada por toda de nódos de gordura, azeite ou banha de porco, que chega cá abaixo ao meio das canelas das pernas. A camisa é branca, rota e suja nos colarinhos; no pescoço, um laço vermelho com pintinhas brancas enfeita esta figura ridícula. Calça os pés quarenta e quatro com umas alpercatas galegas de flanela vermelha demasiado amaricadas no conjunto notável da vestimenta do homem.

Bem se esforça ele por parecer um doutor mas, a qualquer cidadão mais atento o que mais parece na verdade é um qualquer cortador de carnes verdes de matadouro clandestino. Empurra a carroça das virtudes curandeiras no caminho por baixo das fragas da Abitureira ao cimo de Cancelos e já perto da casa do Zé Maria cantoneiro, mesmo a esbarrar com Sebolido. Curvado para a frente, pés fincados no chão de terra batida, a

* CUNHA, Manuel Araújo da – O Doutor de Arouca. In IDEM – *Contos do Douro*. [1ª ed.]. Porto: Ecopy, 2006, p. 159-166.

suar como um toiro, arrasta a pesada carroça portadora de milagres. Já por alturas da padaria do Álvaro, onde o caminho se torna mais suave e se alarga o horizonte, pára a viatura e enxuga a testa suada com um lenço tabaqueiro vermelho às riscas brancas e pretas.

O silêncio é pesado no povoado. A aldeia em peso dedica-se aos trabalhos da rega dos milhos nos campos dispersos pelas fraldas da serra da Boneca. Os sons que perturbam este ambiente rural são de cigarras a gemer nos montes e de melros em franca e aberta cantoria. De repente, explode na quietude da tarde um som estridente e desafinado de gaita de fanfarra de bombeiros. Os galos do Jerónimo respondem ao inaudito desafio em cantoria pegada. Os cães do Pinto desatam num ladrar irritante. A galinha preta do Valdemar que depenicava as couves do Cipriano corre afita a proteger a ninhada recém-nascida.

Aquele som estridente volta a fazer-se ouvir no povoado e já Gondarém e Midões do outro lado do rio se sobressaltou com tamanha algazarra.

A carroça vai andando lentamente a percorrer os cem metros que faltam para alcançar o centro do Outeiro das Cortes enquanto o doutor vai soprando no endiabrado instrumento. O povo começa a aparecer aos postigos das casas e já muitas crianças acompanham o inesperado circo correndo atrás numa gritaria medonha. Parou ali por baixo da tília, sentou-se no banco de pedra de granito a aguardar que o povo se juntasse e ficasse a saber das últimas novidades da medicina mundial. Quando umas vinte pessoas, homens e mulheres já se interrogavam acerca da actividade do homem, entra em acção o propagandista.

Usa um funil a servir de amplificador a fim de que todos possam ouvir o seu improvisado e eloquente e institucional discurso:

– Acabo de chegar do estrangeiro e o que tenho para vos dizer pode ser a salvação de muitas vidas. Alguns dos senhores cavalheiros e das senhoras madames por acaso não padecem de males desconhecidos e incuráveis? A quem dos aqui presentes e não presentes não dói uma perna, um braço, a barriga ou tem queda de cabelo? Por acaso nenhum dos senhores cavalheiros ou das senhoras madames tem dificuldade em obrar? Por acaso nenhum dos vossos filhos tem piolhos, pulgas ou até carraças? Por acaso nenhum dos senhores cavalheiros ou das senhoras cavalheiras, não traz uma praga de percevejos ou lêndeas? Acabo de chegar do estrangeiro e aqui na minha farmácia ambulante trago praticamente remédio para todos os males. Não, não é banha da cobra, não senhor, eu não sou contrabandista, sou um

especialista estrangeiro encarregado pelo Estado de curar as pessoas. Isto é um xarope inventado há um mês na costa do oriente médio, na terra onde as ruas são calcetadas com sêmeas, as fontes deitam ora vinho tinto ora vinho branco e andam sempre a passear nas ruas porcos, metade cozidos e metade assados, com uma faca e um garfo espetados no cerro. Ali teve lugar esta invenção maravilhosa que já salvou muitas vidas mas infelizmente não vai poder salvá-las todas porque só uma pequena quantidade de produto se recuperou do naufrágio do navio que trazia este potente remédio.

O povo começa a agitar-se; nos olhos arregalados de alguns, um brilho de alegria começa a florir. As mulheres, em cochicho, contam umas às outras os males terríveis de que padecem. Uma atmosfera de urgência hospitalar estabelece-se ali. O Serafim começa a mancar, o Simão deita as mãos às costas e faz uma cara de sofrimento, o Ribeiro coça ao fundo da barriga, nas partes, e faz também um ar de preocupação. A Rita, acachapada, mija atrás da tília e o cão do Luís Manco ferra na perna do Tono Carriço. A filha do Mocho cai com o fanico e esperneia-se histérica no chão de cascalho.

– Dá-lhe água gelada! – diz o Bernardino.

– Qual água gelada qual carapuça! – Diz o Barnabé. – Do que ela precisa é de umas varadas nesse corpo vintão a derreter com cio!

– Cala-te, malcriado, podia ser tua irmã! – Diz o Paulo, irritado.

– Vão ver então a mercadoria!

O especialista já se apercebeu que estão reunidas as condições favoráveis à venda do famoso medicamento e começa a tirar, de uma lata de bolacha maria, uns frascos usados de óleo de fígado de bacalhau recolhidos numa entulheira qualquer e que agora aparecem cheios de um líquido cor de melancia.

– Por apenas vinte mil réis, qualquer senhora, qualquer cavalheiro, pode pôr fim ao seu sofrimento. Não estou aqui para enganar ninguém, e a prova disso é a garantia que dou a este formidável produto. Se qualquer senhora, qualquer cavalheiro tiver alguma reclamação a fazer, daqui por um ano, nesta mesma hora, neste mesmo local, poderá trocar esta maravilha por uma pomada ainda melhor!

– Chegue-me dois! – Grita o Angolano.

– Não, cavalheiro, primeiro é para aquele senhor com a marreca nas costas, o cavalheiro não vê que a criatura está a sofrer? – Diz o doutor apressado em recolher a nota de vinte que o doente tinha na mão.

Vinte minutos de feira e o famoso produto esgotou na carroça. Dez frascos de água colorida eram o conteúdo da lata das bolachas.

– Cheira a bagaço! – Diz o Marreco com o nariz espetado no frasco.

– Não cheira a bagaço nenhum, cavalheiro, cheira a aguardente dos Pirinéus preciosidade rara das Américas latinas! O Marreco calou-se envergonhado pela ignorância e a carroça afastou-se em direcção a Valedos-Travessos.

Chiavam as rodas a esmagar um eixo sem lubrificação na subida da costeira do Penedo Gordo. O Doutor de Arouca, num esforço enorme, empurrava aquele monte de sucata portador de inventos multinacionais. Parou na beira do caminho já com a povoação no horizonte. Passou o lenço tabaqueiro no pescoço suado e preparou-se para nova invenção. De um saco, habilmente guardado na viatura, retirou latas vazias de graxa Rosete, encheu-as com banha de porco que escondia numa lata maior e fez-se de novo ao caminho.

No espaço quase despovoado da serra, soou novamente a maldita gaita da tropa e o eco esgançado estoirou como trovão no calmo entardecer. Juntou-se o povo e o contrabandista reinicia o repetitivo discurso:

– Acabo de chegar do estrangeiro e o que tenho para vos dizer pode ser a salvação de muitas vidas. Alguns dos senhores cavalheiros e das senhoras madames por acaso não padecem de males desconhecidos e incuráveis? A quem dos aqui presentes e não presentes não dói uma perna, um braço, a barriga ou tem queda de cabelo? Por acaso nenhum dos senhores cavalheiros ou das senhoras madames tem dificuldade em obrar? Por acaso nenhum dos vossos filhos tem piolhos, pulgas ou até carraças? Por acaso nenhum dos senhores cavalheiros ou das senhoras cavalheiras, não traz uma praga de percevejos ou lêndeadas? Acabo de chegar do estrangeiro e aqui na minha farmácia ambulante trago praticamente remédio para todos os males. Não, não é um xarope qualquer que só provocaria desintérias e até podia matar as criancinhas... Eu não sou contrabandista, sou um especialista estrangeiro encarregado pelo Estado de curar as pessoas. Isto é uma pomada rara inventada há um mês na costa do oriente médio, na terra onde as ruas são calcetadas com sêmeas, as fontes deitam ora vinho tinto ora vinho branco e andam sempre a passear nas ruas porcos, metade cozidos e metade assados, com uma faca e um garfo espetados no cerro. Ali teve lugar esta invenção maravilhosa que já salvou muitas vidas mas infelizmente não as vai poder salvá-las todas porque só uma pequena

quantidade de produto se recuperou do naufrágio do navio que trazia este potente remédio...

Já quase noite cerrada e às portas de Vilarinho, encostado à carroça portadora de milagres, o Doutor de Arouca secava com o lenço tabaqueiro as lágrimas que lhe caíam dos olhos.

Narrativas de viagem



Claude de Bronseval
Peregrinatio hispanica



Sobre **Dom Claude de Bronseval**, de acordo com a introdução à edição da *Peregrinatio hispanica*, quase nada se conhece. Sabe-se que era padre e monge cisterciense de Claraval e que já em 1520 cumpria a função de secretário de Dom Edme de Saulieu, abade de Cister. Escreveu um pequeno tratado de espiritualidade chamado *Dialogue entre le père et la fille*.

Nos anos de 1532 e 1533, Dom Edme de Saulieu, abade de Cister, empreendeu, por determinação do capítulo geral da Ordem de Cister, uma visita aos mosteiros cistercienses dos reinos da Península Ibérica. Fez-se acompanhar por, entre outras pessoas, frei Claude de Bronseval, seu secretário, o qual redigiu uma crónica da viagem, a que chamou *Peregrinatio hispanica*. De acordo com a *Peregrinatio hispanica*, Dom Edme de Saulieu esteve em Arouca de 22 a 30 de Dezembro de 1533, tendo sido precedido por Claude de Bronseval, que aí passara em início de Janeiro do mesmo ano. O autor deixou-nos extensas descrições e apreciações sobre os acontecimentos do percurso, os mosteiros, os monges e monjas e as formas como eram recebidos; embora se trate de considerações com carga subjectiva e judicativa, não deixam de resultar num importante contributo para a memória dos mosteiros e da sociedade daquele tempo. O texto, manuscrito em latim, depois de sofrer diversas peripécias, acabou por sobreviver, ser doado à Biblioteca Nacional de Paris e publicado em 1970 pelas Presses Universitaires de France, acompanhado pela versão francesa. Os excertos que aqui se publicam, traduzi-os para português.

Peregrinatio hispanica*

No primeiro dia de Julho, tendo ouvido a missa de madrugada nos frades menores, muito deformados, ou pelo menos não reformados, regressámos ao albergue. Após o almoço, fomos visitar a cidade e o porto que dava para o rio. Dom Bernardo, o nosso intérprete, foi enviado nesse dia com o aprendiz de cozinha ao mosteiro de Arouca, o mais importante de todos os mosteiros de religiosas de Portugal.

(...)

No dia 3, partimos de madrugada. Após um pequeno troço de estrada acessível, furámos através das montanhas por entre as quais errámos até à uma da tarde, hora à qual chegámos ao mosteiro das irmãs de Arouca. Apenas tínhamos percorrido cinco léguas durante a manhã. É o mais importante mosteiro de religiosas de Portugal. Não entrei, porque não tinha tempo. Aguardei pelo Monsenhor.

No dia 4, logo de madrugada, mandei embora para S. Paulo o meu companheiro de toda esta viagem. Escolhi outro guia para me acompanhar. Ao sairmos, escalámos uma montanha muito alta. Após uma hora a subi-la e a caminhar no seu cume, descemos uma encosta muito mais extensa entre montanhas medonhas em direcção a dois rios oriundos de vales repletos de rochas. Um chama-se *Estameron*. Desagua num rio chamado Douro. Depois de os ter cruzado de barco, escalámos outra montanha bastante elevada e, após muito tempo, chegámos a um lugar chamado Alvarenga. Desde Arouca, tínhamos percorrido três léguas o que equivale a mais de oito em França. Almoçámos a céu aberto aquilo que tínhamos trazido de Arouca.

* BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio hispanica: voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. [1ª ed.]. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, p. 314, 505, 507 e 515.

Voltámos para a estrada logo a seguir e iniciámos a ascensão de uma montanha que nos levou mais de três horas. O cume desta montanha é lamentavelmente perigoso para os viajantes, porque três homens podem deter aí vinte outros nas muitas passagens estreitas entre os rochedos. Cansámo-nos todo o dia até ao anoitecer entre os montes escarpados e os rochedos assustadores. Depois, chegámos a um lugar muito pobre chamado Cotelos onde fomos mal recebidos. Jantámos aí o resto das provisões que tínhamos e que nos foram de grande utilidade, pois não teríamos encontrado absolutamente nada nesse sítio. Dormimos sobre a palha com os burros.

(...)

No dia 22, depois de celebrar a missa e de almoçar, Monsenhor partiu por estradas horríveis e desconhecidas por entre as montanhas durante quatro léguas. Depois, alojou-se no importantíssimo mosteiro dos santos Maria, Pelágio e Mamede de Arouca*.

Monsenhor foi aí recebido como o superior imediato porque não se reconhecia outro como tal no mosteiro. Visitou-o e aí ficou até ao penúltimo dia de Dezembro. Neste tão importante mosteiro, benzeu três religiosas que tinham recebido o véu há já muito tempo, mas que não tinham sido abençoadas. Elas estavam tão felizes que se rejubilavam como se tivessem sido feitas abadessas.

No penúltimo dia do mês, Monsenhor partiu por uma estrada medonha por entre montanhas altas. Conduzido pelo converso, chegou a Barca do Castelo, onde atravessou um rio muito fundo chamado Estameron que desagua um pouco mais adiante num importante rio chamado Douro. Depois de atravessar este rio, chegou a uma localidade chamada Tarouquela onde foi tratado de acordo com a beatitude do lugar. Porém, a abadessa de Arouca tinha enviado atrás dele duas mulas carregadas de víveres.

* N.e. O autor confundiu os padroeiros de Arouca com os de Lorvão.

[Autor anónimo]
Notas de uma passagem
por Alvarenga em 1785



Desconhece-se quem terá sido o autor do texto *Lembrança do que vi e passei na Jornada que fiz ao Minho no ano de 1785*, de que aqui publicamos um excerto. Pela datação e conteúdo do texto, depreende-se que terá vivido na segunda metade do século XVIII. É possível que fosse natural de Tondela ou com raízes familiares nessa região. Daquilo que o texto denuncia, tinha algum vínculo com a Ordem de S. Bento, pois esta sua jornada é quase um roteiro pelos mosteiros beneditinos do Douro e Minho.

A *Lembrança do que vi e passei na Jornada que fiz ao Minho no ano de 1785* é uma crónica da viagem feita pelo seu autor em finais de 1785. Segundo inicia o texto, o seu autor saiu «de Tondela a 16 de Outubro de 1785»; seguiu para S. Pedro do Sul, daí para Castro Daire e Ermida (Castro Daire), e daí para Alvarenga. Em Alvarenga visitou a igreja e a ponte sobre o Paiva (a que chama Tâmega), algumas terras suas e pessoas locais, registando diversas considerações sobre quanto viu. Deixou-nos uma crónica bastante prosaica e povoada de apreciações, umas sobre as circunstâncias dos caminhos, outras sobre o acolhimento que lhe foi dado, outras mais jocosas, como aquela sobre a esposa de Manuel de Vasconcelos. Continuando depois a sua viagem, seguiu pelo Minho, visitando diversos mosteiros, descendo depois pelo Porto até Aveiro, ponto a partir do qual interrompeu a crónica da viagem. O texto ficou inédito. Décadas depois, Camilo Castelo Branco, tendo dele tomado conhecimento, publicou-o com uma breve introdução e uma breve conclusão num livro intitulado *Mosaico e silva de curiosidades históricas, literárias e biográficas*, no qual recolhe e edita diversos textos, uns seus e outros de terceiros. Camilo Castelo Branco foi, pois, e isto em 1868, o editor deste texto, e não o seu autor como por lapso o considerou Ângelo de Almeida Azevedo num artigo publicado na *Defesa de Arouca* em 11 de Fevereiro de 1977.

Notas de uma passagem por Alvarenga em 1785*

(...)

18 [de Outubro]

Parti para Alvarenga, depois de bem almoçar. Logo ao sair do Crasto começou a chover, por cujo motivo, e por não saber o caminho, busquei um homem para me ensinar, que me fez muito boa companhia. Todo caminho é péssimo, principalmente a serra de Cabril, que me custou infinito a passar com uma grande trovoadas que nela me deu, se bem que não trovejava. Duas léguas de distância do Crasto está a igreja da Ermida, a mais antiga que talvez tenha o reino. No frontispício por cima da porta principal tem a cruz dos Templários, que por este sinal e por outros parece sem dúvida do tempo deles. Ainda se conserva um lanço da claustra dos mesmos. Esta igreja vi, com o maior escândalo, cheia de espigas de milho, carradas de telha, paus cortados e outros semelhantes entulhos; enfim, com a maior indecência, não obstante estar nela o Santíssimo.

Em Vila Seca, primeira povoação de Alvarenga, me ofereceu um lavrador do seu vinho verde, que aceitei e de que gritei pelo não ter bebido há mais tempo. Cheguei finalmente a Alvarenga já de noite e fui pousar a casa do padre Bernardo, que me recebeu e toda sua família com o maior alvoroço.

19 [de Outubro]

Fui de manhã à igreja, que está em miserável estado. No corpo dela tem quatro moimentos: um pertence à casa dos Montenegros, outro à casa dos Casais e de Tondela; dos mais não se sabe. Vi algumas fazendas minhas que não estão mal cultivadas, mas que andam arrendadas quase de graça.

* [Autor anónimo] – Lembrança do que vi e passei na Jornada que fiz ao Minho no anno de 1785. In CASTELO BRANCO, Camilo – *Mosaico e sylva de curiosidades historicas, litterarias e biographicas*. Porto: Anselmo de Moraes, 1868, p. 183-185.

20 [de Outubro]

Fui visitar Manuel de Vasconcelos, que tem junto onde mora uma magnífica quinta. Falou-me sua mulher, a mais feia senhora que tenho visto*.

Ao recolher-me para casa me disse Manuel Soares, velho de mais de 90 anos, que os seus e nossos Soares era fama constante e geral procediam de Lopo Soares de Alvarenga, cujos papéis e outros documentos tivera meu terceiro avô o snr. Manual Soares Mendes, que lhe furtara um Mendonça uma vez que ele foi a Tondela, onde morrera, e pelos quais alcançou o foro e mercês de el-rei. Também me disse que os Soares da Lixa, de onde vem Cristóvão Soares, bispo de Pinhel, procedem daqui.

De tarde fui ver a ponte altíssima que o snr. bispo de Lamego mandou fazer sobre o Tâmega, por cujo benefício geralmente é aclamado de todo o povo. No caminho junto do mesmo Tâmega está a nossa quinta de Soutelo, capaz de receber grandes benefícios pela grandeza que tem, e naturalidade do vinho e azeite.

21 [de Outubro]

Parti de Alvarenga pela manhã, e sabendo que em Nespereira, meia légua distante, estava o abade de Pendurada, fui-o visitar nas casas do recibo que aí tem o mosteiro, mas muito más. Por serra e por mau caminho vim passar o Douro a Fontelas, que dista duas grandes léguas de Alvarenga. (...)

* [Nota de Camilo Castelo Branco:] Se um viajante de hoje em dia, a *palpitar da actualidade*, diria isto de uma senhora, ainda que ela fosse mais feia do que a esposa do snr. Manuel de Vasconcelos!...

Alexandre Herculano
Apontamentos de viagem



Alexandre Herculano de Carvalho Araújo nasceu em Lisboa, em 1810, no seio de uma família da classe média. Entre 1820 e 1825 frequentou o colégio dos Oratorianos; matriculou-se, em 1830, na Aula de Comércio, onde frequentou paleografia e diplomática. Paralelamente, estudou francês, inglês e alemão. Em 1831 participou numa revolta militar de cariz liberal que o obrigou a exilar-se em Inglaterra e em França. Em 1832 alistou-se no exército liberal que se dirigiu aos Açores e fez o cerco do Porto. Trabalhou algum tempo na Biblioteca Pública do Porto, como segundo bibliotecário, e foi director da Real Biblioteca da Ajuda e das Necessidades quase até ao fim da vida. Em 1840 chegou a passar pelo Parlamento. Desde 1844, foi sócio da Academia Real das Ciências, de que chegou a ser vice-presidente. Juntamente com Almeida Garrett, é considerado o introdutor do romantismo em Portugal. Publicou uma História de Portugal, os *Portugaliae Monumenta Historica* e vários romances de ambiente histórico. Colaborou em diversas publicações periódicas da época. Em 1866 casou e, pouco depois, retirou-se para a sua quinta de Vale de Lobos, próximo de Santarém. Aí permaneceu até ao fim da vida, ocupado entre os seus escritos literários e as lides agrícolas. Foi aí que morreu, em 13 de Setembro de 1877.

Na qualidade de comissário da Academia Real das Ciências, Alexandre Herculano percorreu o país nos verões de 1853 e 1854, inventariando os documentos existentes nos arquivos episcopais e nos mosteiros, preparando aquilo que viria a constituir os *Portugaliae Monumenta Historica*. Pôde então verificar o estado de abandono a que estava votada a maior parte do acervo documental espalhado pelo país. Nestas suas viagens, apontou num caderno algumas notas descritivas do percurso e de alguns episódios que consideraria dignos de registo. Estas notas não constituem um texto literário, são apenas *apontamentos de viagem*. À data da morte de Herculano os apontamentos estavam inéditos, e assim ficaram até que, em 1914, Pedro de Azevedo os publicou no *Arquivo Histórico Português*, antecedendo-os de uma breve explicação acerca da sua génese. Mais tarde, em 1973, os *apontamentos* foram reeditados pela Bertrand nas *Obras completas* de Alexandre Herculano. Na segunda viagem, a de 1854, Herculano deslocou-se, no mês de Julho, ao mosteiro de Arouca, vindo do Porto e entrando por Cabeçais. Anotou de forma quase telegráfica os lugares por onde passou e as suas impressões do mosteiro.

Apontamentos de viagem* 2ª viagem (1854)

21 de Junho – Viagem do mar. O vapor Cisne: tempo norte. – O cabo – o enjoo – a entrada da barra do Porto às oito horas da manhã seguinte. Efeito da cidade e da Vila Nova vistas do rio.

22 de Junho a 19 de Julho – O Porto – Estranheza que me fez. – Esqueceu a topografia. – melhoramentos – Os particulares grandes; os municipais pequenos – Aumento da indústria – Os brasileiros, espécie de tios da Scribe da cidade Eterna – Descrição do brasileiro – A festa de S. João. – A rua do Almada – A minha patroa.

21 de Julho – Partida às quatro da manhã: a ponte – Vila Nova. O nevoeiro cerrado. – A estrada até aos Carvalhos (duas léguas pequenas), paisagem insignificante. A hospedaria brasileira (pocilga detestável): Almoçámos ovos e chá (pepinos) e partimos. Estrada de Cabeçais (três léguas grandes). Cabeçais, vila insignificante. Estalagem um pouco melhor, mas ainda má. Chegada meio-dia: partida às quatro horas. Dos Carvalhos a Cabeçais paisagem ridente: aldeias a espaços – vales férteis: encostas arborizadas. – Estrada de Cabeçais a Arouca: três léguas dilatadíssimas. Corutos de Cabeçais; serra elevada, nua e pedregosa: além da serra terreno acidentado e inculto raramente povoado: paisagem insignificante. Avista-se constantemente a altíssima serra de Freita (e a de Mansores, mais próxima e inferior) primeiro em frente, depois à direita. Distância de Cabeçais a Arouca três extensas léguas. Ermida de S. Marinha sobre uma eminência em frente. Torneia-se o monte e começa a descida para o Vale de Arouca. A encosta e o vale igualam em beleza a Sintra, e excedem-na na vastidão:

* Apontamentos de Viagem de Herculano pelo país em 1853 e 1854. *Arquivo Histórico Português*. 9 (1914) 402-432: 425-426. Publicados por Pedro de Azevedo.

a estrada segue por uma légua debaixo de arvoredos cerrados ou de pequenos campos orlados de árvores e videiras e ouvindo-se a espaços o cair das levadas que atravessam o caminho ou o ladeiam. Chegada ao mosteiro depois de anoitecer. O Padre confessor, o Padre Procurador e o Padre Capelão: trindade distinta por caracteres antinómicos.

Dia 22 e 23 – Exame do arquivo – o mosteiro, as freiras, a igreja e o interior, os quadros melhores na capela-mor, magnificência do coro, o de Lorrão superior menos em órgão. Vistas magníficas das janelas regrais. Pinturas que parecem antiquíssimas nos dormitórios. Partida às quatro da tarde para Pedorido (quatro léguas). Subida íngreme na montanha de Receio*: Sucessão de montanhas elevadas e incultas. Apenas a grande distância se vê no fundo de algum vale triste algum grupo de casas, ou alguma habitação rodeada de breve cultura. Ao aproximarmo-nos do Douro a paisagem torna-se mais ridente: a cultura reaparece: passam-se duas aldeias, a última às ave-marias: descida áspera e malgradada para Pedorido. Apreensão acerca da ceia. Tínhamos jantado das onze para o meio-dia e a calcular pelos Carvalhos e por Cabeçais, devíamos jejuar em Pedorido: Atravessámos um bosque cerrado, perfeitamente tenebroso e entrámos na povoação às nove da noite. Confirmação dos nosso terrores pelo aspecto da estalagem. Surpresa agradável – O peixe frito, os bifés e o vinho verde de P[ãos] de Gaiolo, regueifa e peras. Bem aventuraça. O barco que nos esperava. Ótimo arranjo com uma esteira, um feixe de palha e o cobertor verde das freiras de Arouca. Dormi a sono solto até o amanhecer pouco acima de Avintes. O meu companheiro não pregou olho, atenta a cantoria do barqueiro e da mulher. Madrugada deliciosa no rio. Chegámos ao Porto às seis da manhã do dia vinte e quatro.

* N. e.: Refere-se ao Arressaio.

Abel Botelho
Arouca



[A nota biográfica de **Abel Acácio de Almeida Botelho** publica-se na página 74.]

Em 1883, 1884 e 1886 Abel Botelho publicou em *O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro* uma série de artigos sobre o tema *O Mosteiro de Arouca*. Estes artigos são as partes de um trabalho de pesquisa e reflexão maioritariamente em torno da vida de D. Mafalda, da história do mosteiro, da descrição arquitectónica do mosteiro e da igreja de S. Bartolomeu, trabalho esse que o autor foi publicando em *O Ocidente*. Abel Botelho foi a certa altura responsável por realizar o reconhecimento militar de várias áreas a sul do Douro em que se terá incluído Arouca. Aproveitando a ocasião e aliando a sua vocação literária ao seu gosto pelas crónicas jornalísticas e ao seu interesse pela história, construiu os artigos aqui referidos. Os artigos têm temas específicos, que são: *um fragmento de história pátria* (publicado em 1883, nos n.ºs 174 e 177); *Arouca e A Igreja Matriz* (publicados em 1883, no n.º 178); *O mosteiro* (publicado em 1883, no n.º 179, e em 1884, nos n.ºs 181, 183, 184, 186 e 186); acrescem ainda duas notas (publicadas em 1886, nos n.ºs 260 e 264) a acompanhar duas gravuras, uma do vale com o mosteiro e outra do calvário de Arouca. Esta série de artigos, Abel Botelho assina-os como Abel Acácio (os dois primeiros nomes do autor). A transcrição que aqui se publica está escrita em estilo jornalístico, carregada de adjectivos, como se se tratasse de uma crónica de viagens. A abertura é apelativa: «não conheces, leitor, o vale de Arouca? Pois apressa-te a visitá-lo; porque poucas paragens florescerão no país tão como aquela deleitosas e amenas». O artigo intitulado *Arouca* e publicado no n.º 178, de 1883, é o único que se afasta do olhar historiográfico e arquitectónico para se centrar na descrição geográfica e paisagística do vale e da vila de Arouca. Os nomes das árvores, as cores e os adjectivos entusiasmados usados na descrição da paisagem sugerem-nos uma pintura cujo objecto fora longamente contemplado pelo pintor. Já as referências aos habitantes, às construções humanas e à vila em geral são depreciativas. Este contraste é evidente se compararmos a abertura com o fecho do texto, que o autor remata afirmando: «hoje conta Arouca 966 habitantes, pouco dados em geral ao asseio (...) as suas construções são tristonhas, toscas e mesquinhas».

Arouca*

Não conheces, leitor, o vale de Arouca? Pois apressa-te a visitá-lo; porque poucas paragens florescerão no país tão como aquela deleitosas e amenas, tão exuberantes de vida, tão pródigas de encanto e de frescura. A uma e outra margem do pitoresco rio Arda alastram-se feracíssimos campos de cultivo, que na primavera revestem em massa a cor deliciosa da esmeralda. Ali se aprumam rumorejantes os salgueiros, com a sua trémula folhagem bicolor; a vinha contorce as suas nodosas varas em mudas atitudes de desespero; árvores de fruto aos centenaes matizam de tons corados, apetitosos, vivos, aquela extensa monotonia verde, longa, vitoriosa e tensa como a fita de uma grã-cruz; e na orla, um pouco elevados, os castanheiros verde-negros ostentam vaidosos a sua corpulência hercúlea, com uma floração ridente a salpicar-lhes a coma de claro, qual se foram marqueses empoados para alguma solene recepção. E este fecundíssimo torrão, este riquíssimo tesouro real, tão farto de produções mimosas, tão rico de matizes e de perfumes, tão fresco e tão salutar, guarda-o vigilante e zelosa uma aprumada serrania, que de perto o cinge pelo norte, pelo nascente e pelo sul, erguendo-se em torno austera, rígida e quase inacessível, e deixando apenas ao poente um ingresso estreito e mais seguro, como tomada de justo ciúme pela sonegação daquela angustiada preciosidade.

Não podia tão vantajoso e aprazível sítio deixar de ser de muito longe escolhido pelos homens para recreio e habitação. Assim é que a vila de Arouca tem uma remotíssima antiguidade. Pode afirmar-se que foi fundada pelos galos-celtas, 4 ou 5 séculos antes de J. C.; não que se conheça de tal fundação memória escrita; porém algumas *antas* descobertas por aquela redondeza demonstram a diuturna permanência dos celtas por ali.

* ACÁCIO, Abel [Abel Botelho] – O mosteiro de Arouca. II: Arouca. *O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*. 6: 178 (1883), p. 268-269.

Em tempo de dominação romana parece que César Augusto fundou no vale de Arouca uma cidade com o nome de *Araducta*, muito florescente sob o domínio dos godos, e mais tarde saqueada e destruída pelos árabes no ano de 716 de J. C. Desde então, apesar de reedificada, nunca mais recuperou a antiga prosperidade. Decadente rastejava por ocasião do estabelecimento da monarquia, e decadente ainda hoje se conserva, prejudicada principalmente pela sua posição particular, a qual, se bem que a torne senhora de um risonho pedaço de solo, em extremo fértil e possante, a faz lutar sem vantagem com uma enorme dificuldade de boas comunicações, efeito dos complicados e declivosos acidentes orográficos que a dominam e quase rodeiam completamente, apartando-a zelosos do convívio do progresso.

Hoje conta Arouca 966 habitantes, pouco dados em geral ao asseio (qualidade aliás predominante em toda a Beira); e pode dizer-se que não tem senão dois arruamentos: um em declive, na descida do Arressaio para a Vila, e outro seguindo-se a este quase em ângulo recto, e conduzindo à *praça*, onde pousam o convento e a igreja matriz. As suas construções são tristonhas, toscas e mesquinhas.

Teixeira de Pascoaes

A beira num relâmpago



Joaquim Pereira Teixeira de Vasconcelos (Teixeira de Pascoaes, de pseudónimo literário) nasceu em Gatão, Amarante, em 1877. Frequentou o curso de Direito na Universidade de Coimbra, concluído em 1901, dedicando-se por alguns anos à advocacia em Amarante e no Porto. Porém, grande parte da sua vida foi passada no solar da sua família na serra do Marão, cultivando a terra, contemplando a paisagem e escrevendo. Com António Sérgio e Raul Proença foi um dos líderes do chamado movimento da “Renascença Portuguesa” e lançou em 1910 no Porto, juntamente com Leonardo Coimbra e Jaime Cortesão, a revista “A Águia”, principal órgão do movimento. Representante máximo do saudosismo, a sua fértil vida literária destacou-se pela poesia. Faleceu na sua casa em Gatão em 14 de Dezembro de 1952.

Na madrugada de 15 de Agosto de 1915, Teixeira de Pascoaes iniciou uma viagem no automóvel de um amigo que, partindo dos lados do Marão, e passando por Lamego, Castro-Daire, Viseu, Tondela, Arganil, Vouzela, Oliveira do Bairro, Carregosa, Arouca e Castelo de Paiva, o levou de regresso a casa. A crónica desta viagem, publicou-a em 1916 num livro a que deu por título *A Beira num relâmpago*. O texto é airoso e nele abundam palavras entusiasmadas perante a novidade que era naquele tempo um automóvel a atravessar a Beira, o vale do Vouga, as montanhas e as povoações da região duriense. Alguém imagina Teixeira de Pascoaes a atravessar Arouca de automóvel, e a exaltar as virtudes deste meio de comunicação no ano de 1915? Parece um quadro imponderável, surrealista, mas é real. Tinha o autor 37 anos e atravessou Arouca “montado” num “Fraschini”. Pascoaes entrou em Arouca já noite do dia 16 de Agosto, vindo dos lados de Carregosa. Refere ter feito, depois, uma paragem diante do memorial do Burgo, antes de subir a montanha a caminho de Castelo de Paiva.

A beira num relâmpago*

O auto deslizava na noite; as casas multiplicavam-se; os transeuntes, na estrada, cresciam em sombra e tristeza... O frio, o silêncio e a penumbra, palpitantes formas vagas, perpassavam num voo ligeiro: – a solidão da aldeia já espectral, ou a aldeia a esconder-se no vulto da sua solidão escurecida...

Surgem novas casas. Bemposta e Travanca anunciam Oliveira de Azeméis, quase cidade: amplas ruas lavadas, cortes de *lautennis*, árvores irrompendo, em assomos vigorosos, por entre belos e grandes edifícios.

Agora, uma praça, um templo, uma rua mais estreita; e, outra vez, a paisagem plana e povoada, – a continuação viçosa e fértil do litoral atlântico, bordado, ao longe, no ocaso, em areia, espuma e rouxidões crepusculares...

Parámos na Carregosa para acender os faróis. Um largo quase rural, dominado pela sombra alvacentas duma igreja, pessoas que se reúnem, e a cara dum garoto, espantada e alegre, ante um jorro súbito de luz...

Um grito da sirene, e penetramos na noite já escura. Lampeja, à nossa esquerda, uma casa solarenga, no meio dum grande jardim.

Voltamos as costas ao mar e seguimos na direcção do oriente e das montanhas. A penumbra nocturna, suja de poeira, em volta de nós, fantasticamente redemoinha. É um vento escuro que passa.

O automóvel corre, qual monstro absurdo e cruel, esfarrapando e trilhando a infinita delicadeza da paisagem, imponderalizada pela noite. Corre sem piedade, insensível a tudo. Cospe ruído e luz sobre as cousas que acordam aflitas, relampejando desvarios, numa fuga verde negra...

Magoado, contemplo os longes, mais felizes, absortos na sua própria indecisão erigida em vagas altitudes, sob o ígneo riso frio das estrelas.

* PASCOAES, Teixeira de – *A beira num relâmpago*. [1ª ed.]. Porto: Renascença Portuguesa, imp. 1916, p. 163-177.

Muito na distância, o facho aceso dum foguete espalha na penumbra etérea lágrimas de estrondosas cores que se apagam. É véspera de arraial num recôncavo da serra que principia a subir do norte para o nascente, já entristecido e anémico de íntimas claridades lunares.

Atingimos desnudo planalto que domina uma amplidão indecisa, onde os olhos se enevoam.

Descemos outra vez. A estrada branqueja entre fileiras de árvores, fugindo, verdejando, banhadas na claridade crua dos faróis. Latidos de cães preludiam alvares instantâneos de casas e vultos de homens que se atiram para as valetas.

E, de novo, nos abraça a erma noite, com dois golpes de luz na sua máscara de sombra. Negrejam ramos orvalhados de estrelas. O terreno ondula em altos relevos escuros e negros traços profundos. Um esfumo de paisagem desdobra-se em manchas penumbrosas de silêncio. O mundo tem a imprecisa fluidez do sonho. Foi assim que ele surgiu, antes do *Génesis*, na turva inspiração de Jeová...

Parámos junto da *memória* de Arouca, antigo arco de pedra sob o qual repousou D. Mafalda, depois de morta.

Esta princesa dos alvares matutinos da nossa Pátria é muito viva na imaginação saudosa destes povos. A sua lembrança tem vindo, através dos séculos, de alma em alma.

Era bela e caridosa. Deslumbrou o coração do povo, libertando-se da morte. É ainda amada, como o foi a partir daquele dia do ano da graça de 1220 em que ela bateu à porta do convento de Arouca, divorciada de Henrique I de Castela, com um resplendor magoado na frente a substituir-lhe a coroa real, e a poeira de cem léguas nos vestidos.

Dolorosa de que dores! Internou-se no recato da sua cela. Despiu-se do próprio corpo, e ali viveu em alma extreme de bondade para Deus e para os pobres.

Desde o dia 1 de Maio de 1290, repousam os seus restos mortais dentro dum sarcófago de pau santo, guarnecido de prata, num dos altares da igreja conventual, – e a sua lembrança, querida e amável, vive na Tradição.

Depressa abandonamos a paisagem consagrada pelo espectro, seis vezes secular, duma Princesa.

Subimos as vertentes da montanha que, muito além, se precipita, em escantilhões de terra, sobre o Douro.

Já diante de nós se alevantam os primeiros píncaros desnudos. Do mais alto aparece a lua. A noite desmaia. Nublosa transparência imponderaliza-lhe o vulto negro que se afasta... Como que se dilui em brandas sedas flutuantes, pálidos tons de melancolia, vaporosas tintas de sonho, suavizando, anuviando os longes sonâmbulos... As árvores enverdecem vagamente, a estrada é Branca de neve...

Penetramos no ondulado ermo da serra, emergindo mais clara nos altos, concentrando-se mais escura nos recôncavos. Em volta de nós, uma superfície em tempestade extática e suspensão do alvor merencório da lua. Sugestões do princípio do mundo, sob um silêncio de fim do mundo, emanam do lívido ambiente montanhoso. Cingem-me dum abraço fantástico de luar e solidão. Empalideço intimamente. Arrebata-me o espectro da Natureza... Sou nuvem que o vento leva!

Deslizamos através dum planalto, para todos os lados deprimindo-se em abismos de penumbra. O automóvel, num ímpeto suicida, corre na direcção dum precipício...

Pairam estonteantes vertigens nesta altitude gelada e deslumbrada. O medo, o frio, a palidez, caem da lua, já alta, como caveira desarticulada do esqueleto monstruoso da serra, que lembra a própria Morte em cósmico relevo eterno.

As montanhas são elevações de campas, onde jazem os Deuses mortos. Sempre que vejo o Marão, envolto em nuvens lampejantes, penso no túmulo de Júpiter.

Batidos do luar, do medo e do frio continuamos a correr. O planalto alonga-se, interminável, com aparições instantâneas de ermos píncaros sombrios. À nossa direita e à nossa esquerda, cavam-se escurecidas rugas, desenham-se, a carvão, silhuetas de penedos, duma trágica densidade na roxa fluidez do céu. O luar parecia acumular-se, como neve, no alto das ondulações terrenas, branqueava a urze, sorria triste nas arestas das fragas, mareava a solidão, desbotando-lhe a tinta negra que escorria pelas encostas mergulhadas, lá em baixo, numa rotunda escuridade.

É sempre um silêncio estranho dominando os ruídos metálicos do auto; – um silêncio que devora os sons, um silencio penetrante, envolvente, quase corpóreo, que parece formar com a terra, as ermas altitudes e, com o éter, o próprio espaço infinito.

O desnudo palôr dos ermos píncaros, em fantásticos recortes no Azul, o extenso deserto nocturno e montanhoso, a ausência de seres vivos, os

longes mortos e confusos, todo o grande panorama escuro, em súbitas elevações luarizadas e súbitos precipícios negros, reproduzia, na terra, as solidões fúnebres da lua.

O auto mudara de planeta, e rodava agora através dum mundo morto: uma viagem lunar entre o Vouga e o Douro...

Sob a influência muda e abismática da serra, eu sentia a minha alma estremecer, evaporar-se... Era uma névoa sentimental incapaz de se definir em sentimentos, anuviando e ampliando o meu ser quase tão vasto como a noite, – quase morto.

Vi a minha existência reduzida a um sonho sonhado por outra criatura. Só quem for amado deve ter uma sensação semelhante de si próprio.

O mundo e a lua confundiam-se na minha visão sonâmbula. Em volta da serra de Arouca, jazia, em ondas de sombra, o mar escuro do silêncio. E os seus cerros denegridos erguiam-se desmedidamente de fundas cavidades tenebrosas.

A paisagem lunar continuava a terrestre. A morte não continua a vida?

Súbito, à minha direita, ouvi latir um cão, a sentinela do homem. Num baixo relevo negrejaram indecisos corpos de choupanas. Confundiam-se com a terra, humildes de penúria na solidão desolada!

E como aquele latido, era a própria voz humana falando-me deste mundo, em plena região lunar!

Mas o sonho quimérico refez-se. Logo a montanha retomou a sua erma fisionomia dura, cavada em rugas profundas, amarela de tristeza, alterando-se em dolorosas aspirações petrificadas.

De vez em quando, as asas dum pássaro noturno palpitavam na láctea fluidez do Azul, melindrosíssimo e sensível, onde as cousas mais vagas tomam vulto; o sonho dos homens e o das águas; o anjo e a nuvem.

Rios de sombra nascidos do luar, essa neve acumulada nas alturas, desciam pelas vertentes declivosas, desaguando, ao longe, num atlântico de bruma.

Em derredor da montanha tudo era sonho, silêncio e crepúsculo, espreado-se, numa onda circular, até às estrelas remotas do horizonte. Todo o vasto mundo era feito de matéria imponderável; mágoas nublosas, formas espirituais, cingindo, num voluptuoso desejo moribundo, a densa cristalização da serra: marmórea lápide a emergir dum túmulo de treva.

Corremos sombriamente extasiados. Somos a própria velocidade que nos leva; somos a vertigem febril, o arrebatamento alado, através duma paisagem

de desvario, a desmanchar-se em doidos píncaros, no céu... Somos a alma que se dispersa e voa multiplicada em inúmeras sensações relampejantes, que só nos deixam na memória um deslumbramento confuso: a imagem mal percebida do Infinito.

Rasgam-se precipícios à nossa esquerda, quando, numa curva, a luz dos faróis salta da estrada e penetra violentamente nas sombras que enchem as profundas concavidades negras.

Além, já sobre o Douro, esse maior abismo do nosso rumo, ergue-se um píncaro sozinho, tão alto e íngreme, que faz vertigens contemplá-lo! e, para os lados do nascente, os contra-fortes da Gralheira sobem duma depressão escura, em brutas formas soturnas.

E a terra continua em movimentos de ondas, rolando o seu peso, inércia e morte. Trémulas figurações luarentas desenham altitudes fugitivas, ao longo de planaltos que correm contagiados do nosso ímpeto ruidoso... O perfil horizontal da serra sobressalta-se, empalidece, minado por um íntimo terramoto. É um trecho lúgubre de lua que se desmorona e vai cair.

Já negros pássaros nocturnos batem as asas piando, como que pressentindo o cataclismo – o desabar de toda esta paisagem serrana sobre o Douro.

Corremos para o abismo, e um vago medo nos impele.

Ei-lo que principia a definir-se, mordido, aqui e além, de algumas luzes que mais revelam a sua trágica fundura. Turvados, começamos a descer. Arboriza-se a terra em escaleiras cultivadas. Ladram os cães. Branquejam casas por entre folhagens de videiras que os faróis pintam de verde. Eleva-se um pinhal sombrio e o precipício foge à nossa frente.

Num patamar, Castelo de Paiva dorme e o seu largo silencioso, cheio e logo vazio do nosso ruído, poeira e claridades deslumbrantes.

Mas, depressa, os meus olhos param abismados numa indecisa amplidão que se abre até ao infinito e se afunda até ao Douro. Deve ser bela e grandiosa, à luz do sol, esta descida sobre o rio a esconder-se agora na sombra que é luar apagado...

Lá se vê o Tâmega, desaguando, rendendo a alma verde de cristal nas águas turvas do Douro. É triste vê-lo morrer assim... Tenho pena de ti, ó Tâmega! Preferia ver-te morrer às mãos salgadas do mar!

Sousa Costa
No vale de Arouca



[A nota biográfica de **Alberto Mário Sousa Costa** publica-se na página 130.]

Sousa Costa conhecia Arouca, onde residia um seu familiar e onde frequentemente passava férias com sua mulher. Publicou vários textos na imprensa local. Um desses textos é uma meditação literária elogiosa de título *No vale de Arouca*, escrita numa manhã de luz – assim definida pelo próprio –, e publicada na *Defesa de Arouca* de 30 de Setembro de 1933. Em estilo de um devaneio extático e lânguido, Sousa Costa personifica o rio Arda como um “senhor” passeando-se pelos seus domínios.

No vale de Arouca*

Setembro. Manhã de luz – destas manhãs em que se nos afiguram mentira as maldades, doenças e velhices. Trepou ao pinhal sobranceiro à minha pousada – neste vale de Arouca, neste lugar de Cela, que seriam gratos aos arroubos contemplativos de S. Francisco de Assis, especialmente nestes harmoniosos prelúdios de Outono. Alastra ainda no ar o bafo nocturno dos milharais. E ervas e fetos ainda se conservam alagados dos suores de durante o sono.

O sol subiu há pouco ao galarim. Mas já se debruça dos vastos domínios do morgado e donatário dos sítios – o senhor rio Arda, dia e noite a passear as terras prósperas do seu vínculo, entre escoltas de choupos, sob arcos triunfais de pontes e festivas grinaldas de videiras. Quem o segue no passeio, andar lento, falas mansas, logo sente que vai mais ufano do que na sação das canículas de Agosto, por ver os seus hortejos e campos, desde a Senhora da Mó, divorciados das águas levianas de Jô e da Cevidade – essas águas «giradas» que, na força do calor, correm de leira em leira, ou sujeitas à regra do «sol à marca», ou confiadas à escuridão da noite, dando-se a quantos lhes abrem os braços. E nas suas falinhas doces percebe-se também o muito que promete em boa paga ao pintor da região – aquele que lhe pintou de negro os cachos nas videiras e lhe começou a passar a oiro velho as espigas do milho, com as barbas de chibo já cor de café.

Cá do alto «Coto do Mouro» levo a vista agradecida ao longo da via afestoadada do opulento senhor – fechada a Norte pelas lombas da serra do Arreçaiço, a Nascente pelos contrafortes da serra da Freita, pelo monte de Santo André a Poente, e a Sul pelo monte de Várzea. E tenho a sensação de que a mergulho num lago verde, em que há ondas poderosas nas frondes de altivo porte.

* COSTA, Sousa – No vale de Arouca. *Defesa de Arouca*. 404 (30-09-1933), p. 1.

E ponho-me a navegar o glauco elemento, pronto em mostras de enlevo e admiração.

Mas não admiro o vale magnífico só nos dons da formosura herdada e adquirida – o verde delicado da chã exultante de renovos a desafiar o verde másculo dos montes ricos de florestas. Admiro-o em grau idêntico no sistema pitoresco de certo modo de viver dos seus filhos. Sendo um vale populoso, além da vila de Arouca, sufragânea do grande mosteiro de S. Bernardo, onde continua a reinar a rainha Santa D. Mafalda, não conta no seu termo nem mais um povoado.

E, no entanto, considerado cá de cima, todo ele se nos afigura cuidada e ajardinada vila, senão extensa e bela cidade – todo ocupado por lugares, e casais, e solares, e igrejas, e capelas, separados uns dos outros por férteis campos de milho, uns e outros aninhados ao meio de fartas latadas e videiras de enforcado.

Só um defeito aponto à veiga feiticeira. E o defeito está na sua confessa rebeldia diante das maravilhas do Progresso – como contrárias à Ordem da sua Rainha Santa.

Imaginem: nesta era da T. S. F. conserva-se fiel à toada rústica das águas cantadeiras. E, na hora do «Jazz-Band», entrega-se com agrado às sinfonias do passaredo.

Agora mesmo, cidadão do meu tempo, julgo-me no amanhecer das idades. É que vejo as árvores a permutarem-se vénias e a murmurarem segredos. No silêncio afável, em que perpassa o ritmo dos corações latejantes de seiva, surpreendo o cicio de beijos e promessas de namorados. E aqui, e ali, e acolá, o gaio bota-de-elástico, o tendilhão ché-ché, o ridículo melro, afinam os arcaicos instrumentos para a rapsódia sedíça do meio dia...

Miguel Torga
Duas páginas do Diário



Adolfo Correia da Rocha nasceu em 1907 em S. Martinho de Anta, concelho de Sabrosa, onde frequentou a escola primária. Depois de uma curta passagem pelo seminário de Lamego, partiu para o Brasil, com apenas treze anos, regressando alguns anos depois a Portugal. Em 1933 licenciou-se em Medicina na Universidade de Coimbra e desde então exerceu a profissão de médico durante toda a sua vida activa. Iniciou a vida literária em 1928, vindo a publicar diversos volumes de poesia, contos, teatro e as obras autobiográficas *A criação do Mundo* e *Diário*. Colaborou e dirigiu algumas revistas literárias. A partir de 1934 adoptou o pseudónimo de Miguel Torga. De origens humildes e rurais, definiu como objectos dos seus escritos o Homem e a terra, nos limites de Trás-os-Montes (a que chamava de “um reino maravilhoso”) e do Douro. Cantou com uma sensibilidade muito própria as gentes e a natureza em que viviam e sobreviviam. Foi o primeiro vencedor do Prémio Camões e o seu nome foi várias vezes referido como candidato ao Nobel. Faleceu em 1995, sendo enterrado no cemitério da freguesia de S. Martinho de Anta, numa campa com uma lápide de granito. Desde então, está plantada uma torga junto à sua sepultura.

Miguel Torga registou e publicou o seu *Diário* em 16 volumes, entre os anos de 1941 e 1995. No *Diário* registou reflexões e poemas, escritos a partir dos muitos locais do país e estrangeiro por onde viajou. Desse *Diário* constam dois registos feitos em Arouca, ambos no mês de Agosto: o primeiro em 1945 (editado no *Diário III*, em 1946); o segundo em 1965 (editado no *Diário X*, em 1968). Se inventariarmos os locais onde Torga escreve o seu diário, quer em 1945, quer em 1965, verificamos que em ambas as ocasiões este se encontrava no Gerês antes de se deslocar a Arouca, regressando depois à sua terra Natal, S. Martinho de Anta, a terra que o viu nascer e à qual se devolveu depois de morto, sendo que em 1945 passou ainda por Espinho após ter visitado Arouca. Em ambos os registos, o mosteiro ocupa o centro da sua atenção, sendo caracterizado como uma construção e uma representação da instituição clerical e religiosa que Torga dessacralizada, opondo-lhe a espiritualidade que reconhece nas pessoas simples: “a fé pode muito” (1945); “são os divinos desafortunados que eu admiro” (1965).

Duas páginas do Diário*

Arouca, 22 de Agosto – A moldura vazia de um Murilho roubado, um cicerone que começa a mostrar um órgão de 1.200 vozes e acaba por levar a gente a uma fábrica doméstica de morcelas, e a princesa D. Mafalda num túmulo de prata, muito reconfortada sobre cochins.

– Está conservada... – insinuei eu, a olhar ironicamente a cera da cara e da mão.

E o funcionário, espicaçado nos seus brios, esclareceu:

– Foi retocada... Autênticos, são só os dentes, as pestanas e as unhas...

Diante desta córnea e calcárea declaração, ainda cuidei que uma devota que rezava ao lado estremecesse. Mas não. A fé pode muito. Tanto, que nem era preciso a igreja ter o trabalho de conservar as pestanas, os dentes e as unhas originais da santa.

Arouca, Senhora da Mó, 23 de Agosto de 1965.

Também no reino de Deus há ricos e pobres. Os que vivem nas sedes do poder, e os que vegetam nas sucursais. Lá em baixo, no convento, a segurança, a opulência, o convívio; aqui, nesta pequena ermida, a incerteza, a miséria, a solidão. Mas são os divinos desafortunados que eu admiro. Negam na própria desgraça a graça sobrenatural, e proclamam de cada píncaro a extensão maravilhosa do natural.

* TORGA, Miguel – *Diário III*. [1ª ed.]. Coimbra: [ed. autor], 1946, p. 111; IDEM – *Diário X*. [1ª ed.]. Coimbra: [ed. autor], 1968, p. 60.

Jaime Cortesão
A caminho de Arouca



Jaime Zuzarte Cortesão nasceu em Ançã, Cantanhede, em 1884. Formou-se em medicina, em 1919. Foi deputado de 1915 a 1917. Serviu como voluntário na Grande Guerra, na campanha de Flandres, em 1918, na qualidade de capitão-médico-miliciano. Dirigiu a Biblioteca Nacional entre 1919 e 1927. Nesse mesmo ano exilou-se, vindo a viver em Espanha, França, Bélgica e Inglaterra até 1940, ano em que regressou a Portugal, tendo estado preso em Peniche e no Aljube. Entretanto, exilou-se no Brasil, regressando a Portugal apenas em 1957. Foi poeta, dramaturgo, ficcionista, pedagogo, político e historiador. Em conjunto com Teixeira de Pascoaes deu início à publicação das revistas *A Águia* e *Renascença Portuguesa* e foi um dos fundadores da *Seara Nova*. Faleceu em Lisboa, em 1960.

Jaime Cortesão publicou em jornais da época um conjunto de artigos em que registou a sua passagem pelas diversas regiões de Portugal ou reflexões sobre essas mesmas regiões. Esses artigos foram coleccionados e reeditados postumamente, em 1966, pela Artis, num livro de título *Portugal: a terra e o homem*. Um desses artigos tem por título *A caminho de Arouca* e foi originalmente publicado no jornal brasileiro *O Estado de São Paulo*, na edição de 26 de Agosto de 1956 e, em Portugal, n' *O Primeiro de Janeiro* de 16 de Setembro de 1956. Nele, Cortesão teceu uma narrativa elogiosa e adjectivada das riquezas naturais e das construções humanas do Douro Litoral, valorizando de modo especial Arouca, quando disse que «a região que tem por centro Arouca, é a mais rica de lição e a mais digna de visita». Cortesão começou por falar genericamente da região circundante de Arouca para depois centrar a sua narrativa na paisagem e, como não poderia deixar de ser, no mosteiro de Arouca. A contar pelo texto, Cortesão visitou Arouca numa «rápida excursão» feita num final de Julho (desconhecemos o ano, mas é verosímil que seja o próprio ano de 1956, a contar pela expressão «demos, recentemente, um giro rápido na região do Douro Litoral»). As vinhas e os vales foram das coisas que mais o impressionaram. Visitou o Museu de Arte Sacra instalado no mosteiro, e denunciou a deficiente instalação das peças. O texto termina com uma sentença profética, da qual foi colhida a expressão “a bela adormecida” para o livro agora publicado. Esta descrição que Cortesão fez de Arouca está parcialmente reproduzida no *Guia de Portugal*, editado pela Fundação Calouste Gulbenkian. (cf. tomo 1 do vol. 4, 3ª ed., 1994, p. 69).

A caminho de Arouca*

O encanto específico de viajar em Portugal nasce e multiplica-se com a variedade e riqueza de paisagens, tipos e produções humanas e, ainda que em menor grau, os monumentos de história e arte, que se nos deparam, a cada passo, de norte a sul, de oeste a leste do País. Outros, como Espanha, para não ir mais longe, possuem mais notáveis e ricos monumentos de arte. Mas, de seguro, raro país, mais pródigo no matiz das paisagens, na variedade dos tipos e criações do homem, num espaço tão breve como Portugal. E, se não abundam aqui monumentos grandiosos, opulentas obras-primas de arte plástica, como aqueles de que se orgulham, por exemplo, a Espanha, a Itália, a França, em compensação não são raros castelos, mosteiros, templos e museus, que entremeiam as paisagens com algum mimo de arte, digno de contemplação e estudo.

Demos, recentemente, um giro rápido na região do Douro Litoral, imediatamente ao sul do rio. O pequeno quadrilátero, situado entre o Porto e a Vila da Feira, a oeste, o vale de Cambra, ao sul, e Arouca, a leste, embora incluído administrativamente no Douro Litoral, participa juntamente do Douro, do Minho e da Beira, sem propriamente pertencer, pelos seus traços geográficos e humanos, a qualquer dessas províncias. Todavia, cada uma delas lhe empresta algum dos seus encantos e é dessa fusão que lhe nasce e floresce o carácter composto, tão peculiar; mas, acima de tudo, a região que tem por centro Arouca, é a mais rica de lição e a mais digna de visita.

Partilhada entre a bacia do Douro pelo Arda e o Paiva, a do Vouga pelo Caima, e ainda pelos pequenos rios e córregos que vertem para a Ria;

* CORTESÃO, Jaime – A caminho de Arouca. *O Primeiro de Janeiro*. 88: 256 (16 de Setembro de 1956) 1-2. Ver também CORTESÃO, Jaime – *Portugal: a terra e o homem*. [1ª ed.]. Apresentação de Urbano Tavares Rodrigues; ilustrações de Manuel Lapa. [S.l.]: Artis, imp. 1966, p. 75-78.

ladeada ao sul e a leste pelas serras das Talhadas, da Arada e Montemuro e ao norte pelas serranias que ladeiam o Douro, o terreno incluso abunda em água, que desce dos cômodos, corre cascalhando nas veigas, dá viço e frescor aos sulcos e dobras do relevo. Não são raras as culturas de socalco, incluindo ao lado da vinha o milho e escalando anfiteatros até meia encosta. De entre frondes e ramadas, os espigueiros mostram as grossas patas de granito. Nos fundos, amieiros e salgueiros são os próprios ribeiros feitos árvores; e troncos robustos de sobreiros e carvalhos negrejam nas estradas altas, sublinhando, como sobancelhas carregadas, o olhar luminoso e líquido das paisagens.

Como estávamos em fins de Julho, por toda a parte, das uveiras, pendiam grinaldas; as searas farfalhavam com ondulado riso; e nos pomares os ramos vergavam, carregados de frutos de oiro, violeta, carmesim e rosa. De quando em quando, o aroma das florinhas rústicas do mato, onde bailavam abelhas de oiro, embalsamava o ar.

Pela sua posição portugalense, a pequena região é assinalada por monumentos que se ligam com os começos da monarquia, embora poucas relíquias desse tempo se conservem. Não obstante, o Mosteiro de Grijó contém o notável túmulo do infante D. Rodrigo Sanches, filho de D. Sancho I, obra-prima do século de Duzentos; o de Arouca, a urna em cristal e prata de outra filha do mesmo rei, a rainha Mafalda (Santa Mafalda) mulher de Henrique I de Castela; e o castelo da Feira atesta a fase ultrapassada das lutas da Marca.

Com a sua igreja revestida de altares barrocos, uma profusa e rica imaginaria de várias épocas, púlpitos que lembram mobiliário de pau-preto e o claustro de Quinhentos com os belos azulejos de figuras humanas em tons sépia, o Mosteiro de Grijó, a que um parque próximo abre sombras e recantos acolhedores, paga bem com suas finas graças o preço da visita.

Mais adiante, o castelo da Feira, cujas fundas raízes se afundam nos tempos do condado portugalense, mas cuja feição actual, após restauro, fala mais de Quatrocentos, é uma das mais bem situadas, características e donairosas fortalezas medievais.

Por S. João da Madeira, ou ainda melhor, por Oliveira de Azeméis, entra-se no coração deste quadrilátero regional. O vale de Cambra, duma frescura incomparável, desdobra-se, quase sem planos, em vinhas e campos, que formam um jardim único de cultura. Dão-lhe frescor os rios Caima e Vigues; retalharam-no em belgas a divisão da propriedade e o trabalho

dos homens, que se esmeram à compita por compensar pela intensidade do cultivo a escassez do espaço cultivado; e à volta, num aro quase circular, as serranias formam-lhe moldura, ao mesmo tempo suave e majestosa. Na distância, as montanhas, sobre cujo verde-escuro dos pinhais alveja e se desata o casario das aldeias, cambia e combina matizes em que se fundem em tons indefníveis, o verde glauco e o pérola. Assim, colgado de pâmpanos, vicejante de milheirais, hortos e pomares, todo o vale do Cambra germina, brota e pulula, a luz do Sol, como um nateiro de água e clorofila, estagnado na bacia que lhe formam as serras – maravilhoso retalho do Éden que Deus deixasse por amostra aos homens, para se darem contas do paraíso, por suas mãos perdido.

O sentimento, porém, da Natureza, excitado até ao êxtase, não afrouxa de pasmos e surpresas. A estrada até Arouca, bordando pelos altos pendores campos viridentíssimos, encaixados lá no fundo nas depressões anfractuosas do relevo, é um filme de relances surpreendentes. Aí, por alturas de Bouça, somos forçados a parar vencidos pela magia do espectáculo, tão delicioso é o contraste entre os pequenos campos de socalco, que verdejam no abismo, e a quádrupla cortina de serranias que erguem muralhas dum azul celeste, progressivamente desmaiado, ao passo que encaixam, dum lado e outro, o vale do Douro. Quando, visitada Arouca, regressamos ao Porto pela estrada de Escariz e Corga de Lobos, o pasmo contemplativo não se atenua. Entre Burgo e Mansores, o Arda, discreto afluente do Douro, desenha uma larga curva que a estrada ondeante segue pelo respaldo agreste dos declives. Lá em baixo, a vinha de enforcado ou de latadas, acompanha o pequeno rio que deve carregar diamantes, tão fúlgidas cintilações despede dentre a folhagem. Por vezes, a ramada cobre o leito e a gente imagina a vindima feita de bateira, ao longo das minúsculas naves de templo erguido em honra de Baco. E torna-se indizível o gosto, nunca embotado, de afogar a vista pelos desfiladeiros verdes, ressumando a frescura da ribeira.

Olhada, porém, pelo prisma da arte, a jóia, ou melhor, o tesouro revelado pela rápida excursão é Arouca e o seu mosteiro. A vila repousa no fundo dum vale, a 330 metros de altitude, rodeada por um círculo de montanhas, de cujos cumes – Senhora da Mó, São João de Valinhas, Serra de Freita, Pena da Forcada –, o visitante, depois de correr a borda de desfiladeiros selváticos, ora contempla cenários de écloga, ora anfiteatros duma severa majestade.

Nesse fundo assenta, como num escrínio, o Mosteiro de Arouca, estreitamente ligado aos primórdios da história nacional e à cultura e à arte da Idade Média. Sem dúvida, retábulos de altar e estatuária barroca pertencem ao melhor e mais original que a arte joanina deixou no País; mas a suprema estesia acende-se e afina-se na contemplação das peças bizantinas de ouro, nos tapetes do Oriente, na imaginária sacra medieval, como essa divina imagem trecentista de S. Pedro, digna de figurar no *Pórtico da Glória*, e na riquíssima colecção de tábuas dos séculos XV e XVI, uma das quais fomos encontrar em Lisboa na oficina de restauro de mestre Mardel. Reunidas em museu, improvisado no próprio mosteiro, elas carecem duma instalação condigna e duma apresentação que obedeça aos modernos preceitos de museografia.

A manifesta boa-vontade do seu actual director não basta. Requerem-se verbas e trabalhos especiais de adaptação. Assim o exige aquela rica parcela do património nacional. No dia em que essa obra indispensável se ultimar e ali se erguer um hotel que ofereça ao turista o conforto bastante, rebrilhará no esplendor duma ressurreição gloriosa, a antiga e abandonada Arouca – *A Bela Adormecida*.

José Saramago
À porta das montanhas



José de Sousa Saramago nasceu na aldeia ribatejana de Azinhaga, concelho de Golegã, em 1922. Quando tinha dois anos de idade emigrou com a família para Lisboa, onde viveu a maior parte da sua vida. Fez estudos secundários (liceal e técnico) que não pôde continuar por dificuldades económicas. No seu primeiro emprego foi serralheiro mecânico, tendo depois exercido diversas outras profissões: desenhador, funcionário da saúde e da previdência social, editor, tradutor e jornalista. Trabalhou durante doze anos numa editora, onde exerceu funções de direcção literária e de produção. Colaborou como crítico literário na Revista *Seara Nova*, fez parte da redacção do Jornal *Diário de Lisboa* e foi director-adjunto do *Diário de Notícias*. Tendo escrito poesia, teatro e textos autobiográficos, foi na qualidade de romancista que se destacou. Desde 1976 viveu exclusivamente do seu trabalho literário, tendo-se tornado um dos escritores portugueses mais lidos e traduzidos no estrangeiro. Em 1991 ganhou o Grande Prémio APE, em 1996 o Prémio Camões e em 1998 o Prémio Nobel da Literatura. Faleceu em Junho de 2010.

José Saramago publicou em 1981 um livro, com a chancela do Círculo de Leitores, a que deu o título de *Viagem a Portugal*. Nesse livro, “o viajante”, como aí se auto-intitula, descreveu o percurso que fez por todo o país, viajando de automóvel e visitando os monumentos, os museus e outros locais de interesse turístico e cultural. O livro é, pois, o “diário de bordo” dessa “viagem a Portugal”. A certa altura do livro há um sub-capítulo de título «à porta das montanhas». Aqui Saramago narrou a sua deslocação a Arouca, num dia de Março, vindo de Oliveira de Azeméis, e passando por Vale de Cambra. A narrativa descreve brevemente a paisagem local para se centrar no mosteiro e no Museu de Arte Sacra, dos quais nos apresenta uma detalhada descrição.

À porta das montanhas*

Ao acordar, na manhã seguinte, o viajante acredita que terá o seu dia estragado. Se em Coimbra choveu, em Oliveira de Azeméis alaga-se. Até Vale de Cambra não viu mais do que cinco metros de estrada à sua frente. Mas depois começou o tempo a levantar, em horas de saber ainda o que tinha vindo a perder: uma paisagem ampla, montanhosa, de grandes vales abertos, todas as encostas em socacos verdíssimos, amparados por muros de xisto. As estradas parecem caminhos de quinta, de tão estreitas e maneirinhas. Para um lado e para o outro, extensas matas de corte, quase sempre eucaliptos, a que felizmente a chuva e a humidade geral da atmosfera apagaram a lividez mortuária que a árvore costuma ter em tempo seco. Quando chega a Arouca, o céu está descoberto. Terá sido uma coincidência igual a tantas, ou prodígio vulgarizado nesta vila, a verdade é terem passado naquele mesmo instante três belíssimas raparigas, altas, esbeltas, seguras, que pareciam doutro tempo, passado ou futuro. O viajante viu-as afastarem-se, invejou as fortunas meteorológicas de Arouca, e foi à visita do mosteiro.

Toda a pressa, aqui, é importuna. Há, primeiramente, a igreja. Não sendo particularmente notável do ponto de vista arquitectónico, é porém mais interessante do que a de Lorvão, com que de algum modo se parece. Mas o cadeiral é magnífico, tanto pela substância como pelo rigor. Os entalhadores setecentistas que este trabalho fizeram demonstram com ele a que ponto extremo pode chegar a precisão do trabalho das mãos e o sentido harmonioso do desenho. Por cima do cadeiral, sumptuosas molduras de talha barroca envolvem pinturas religiosas que, embora acatando as convenções do género, merecem atenção.

* SARAMAGO, José – *Viagem a Portugal*. [1ª ed.]. [Lisboa]: Círculo de Leitores, imp. 1981, p. 98-101.

Há também o órgão setecentista, do qual convém saber que tem 24 registos e 1352 vozes, entre os quais se incluem, para quem gostar de minúcias, a trombeta de batalha, a trombeta real, os baixos imitadores do mar agitado com seus ruídos de trovão, o registo de bombo, o registo de vozes de canários, o registo de vozes do ecos, a flauta, o clarinete, o flautim, a trompa, e um inesgotável etc. Está calado o órgão, mas agora vai o guia dizer que neste túmulo de ébano, prata e bronze se encontra o corpo mumificado, isto é, incorrupto, da Beata Mafalda, também aqui chamada Rainha Santa Mafalda. O corpo é pequenino, parece de criança, e a cera que cobre o rosto e as mãos encobre a verdade da morte. Desta Santa Mafalda se pode dizer que é com certeza muito mais bela agora, com o seu rostinho precioso do que foi em vida, lá nesse bárbaro século XIII. Quem não se preocupou com parencas foi aquele fortunado jogador do Totobola que, tendo ganho o primeiro prémio, mandou fazer uma estátua da santa, mais que de natural tamanho, cuja se encontra apartada no claustro, longe da comunidade das artes merecedoras de tal nome, porque na verdade não era merecedor de sorte melhor.

O museu é no primeiro andar, e tem para mostrar um magnífico recheio, tanto em escultura como em pintura. Aqui está este S. Pedro do século XV, de que muito se tem falado e até já emigrou para terras de estranja, tão valioso é, toda a gente o conhece de fotografia. Mas é preciso vê-lo de perto, o rosto de homem robusto, a boca de muita e não recolhida sensualidade, a mão que ampara o livro, a outra que segura a chave, e o envolvimento que o manto faz, o arrastamento da túnica que vai acompanhando a perna direita ligeiramente flectida, e, ainda, à cabeça voltando, a barba que parece florida e os caracóis do cabelo. Outra imagem belíssima é a da Virgem Anunciada que cruza as mãos no peito e vai ajoelhar, vencida. E há umas magníficas esculturas góticas, estas de madeira, representando santos.

Excelente é também a colecção de pinturas, e, embora o viajante seja particularmente desafecto dos convencionalismos setecentistas, acha curioso o engrinaldamento figurativo e a retórica das atitudes nestas pinturas anónimas que pretendem ilustrar um milagre da Beata Mafalda, quando por sua directa, sobrenatural e testemunhada intervenção veio apagar um incêndio que se declarara no seu mosteiro. Mas onde os olhos ficam é nas oito tábuas quatrocentistas que ilustram cenas da Paixão. São, ou parecem ser, de produção popular, mas o viajante desconfia que foram obra de

além-fronteiras, talvez Valência de Espanha, e não de ao pé da porta. Não jura nem apresenta provas, desconfia apenas.

Tudo isto é muito belo e de grande valor artístico: os tapetes, o S. Tomé maneirista de Diogo Teixeira, os ex-votos populares que constantemente estão pondo em perigo a honradez do viajante, os livros de pergaminho iluminados, as pratas, e se todas estas coisas vão assim mencionadas ao acaso, sem critério nem juízo formulado, é porque o viajante tem clara consciência de que só vendo se vê, embora não esqueça que mesmo para ver se requer aprendizagem. Aliás, é isso que o viajante tem andado a tentar: aprender a ver, aprender a ouvir, aprender a dizer.

Terminou a visita. Podendo, o viajante voltará um dia ao Mosteiro de Arouca. Está já na rua, nas suas costas fecha-se o grande portão, o guia vai ao almoço. O viajante fará o mesmo e depois, estendendo o mapa em cima da mesa, verifica que está à porta das montanhas. Acaba de beber o café, paga a conta, põe o saco ao ombro. Vamos à vida.

Mário de Araújo Ribeiro

O maciço da Gralheira



Mário de Magalhães Araújo Ribeiro nasceu em 1935 em Pinheiro da Bemposta (Oliveira de Azeméis). Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1958. Exerceu a magistratura no Ministério Público e a judicatura em diversas localidades do Norte e do interior do país, entre as quais Arouca. Foi Juiz-Desembargador no Tribunal da Relação do Porto entre 1985 e 1992, ano em que foi nomeado Juiz-Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, jubilandando-se em 1995. É fundador da Associação Sindical dos Juizes Portugueses. Desde cedo ligado a temas da natureza e membro de associações ambientalistas, tem-se dedicado a actividades de caminhada em montanha. Das experiências colhidas nas suas incursões pelo Maciço da Gralheira resultou o livro *O Maciço da Gralheira: da Freita ao S. Macário: um guia com algumas crónicas*.

O Maciço da Gralheira é um sistema montanhoso que integra as serras da Freita, do Montemuro e de Arada. Mário de Araújo Ribeiro, desde 1957, quando tomou o primeiro contacto com a região e, sobretudo a partir de 1984, quando começou a percorrer frequente e avidamente as suas serras, vales e aldeias, tornou-se um devoto percursor destes lugares. Entre 1997 e 1999 redigiu o livro que a Câmara Municipal de Arouca editou em 1999. Na escrita do livro coabitam a linguagem corrente, apelativa, emotiva, descritiva e cronística com o rigor e a riqueza vocabular, de tal maneira que a sua leitura nos deixa cheios de vontade de experimentar também nós aqueles lugares, o que é, precisamente, um dos principais objectivos do próprio livro. O autor é um apaixonado pela região e cultivou profundo conhecimento geológico, botânico e etnográfico que expressou no livro, ao qual juntou algumas crónicas de episódios por si aí vividos.

O maciço da Gralheira*

O leitor já se imaginou a, depois duma caminhada, dobrar o alto dum monte e ficar imóvel, extasiado, ao deparar com uma paisagem diferente de tudo quanto viu até aí sentindo-se a um tempo maravilhado e esmagado com o que via?

Pois foi isto o que nos aconteceu quando, já há uns anos, a minha Mulher e eu, saindo de Regoufe, tomámos o caminho de Drave e, ao fim duns vinte minutos por um caminho de cabras, atingimos um ponto na cota dos 700 metros, do qual vimos pela primeira vez o topo do vale do Rio Paivó: limitando o panorama em toda a sua extensão, a cumeada da serra, com os seus mais de mil metros, recortada na limpidez dum céu muito azul; ao fundo – trezentos metros abaixo – o rio, deslizando na nossa direcção e desaparecendo, depois duma curva apertada, num enorme meandro; à nossa frente, profundas linhas de água alternando com os relevos não erodidos, a semelhar uma gigantesca garra apontada para nós. A serra era, toda ela, cheia do verde rasteiro da carqueja e da urze; mas junto ao rio, numa curva mais larga, destacava-se uma mancha do verde mais vivo de castanheiros e carvalhos e de terra cultivada. E um penacho de fumo erguia-se de entre eles, deixando adivinhar que ali vivia quem já não parece do nosso tempo...

Se o leitor se sente capaz de imaginar a emoção que naquele irrepetível momento nos tomou; e se se acha capaz dessa mesma emoção, pode prosseguir na leitura deste livro; se não, aconselho-o a pô-lo de lado. Porque o livro não vem dizer-lhe onde comer um petisco ou beber um bom vinho, nem indicar-lhe um qualquer sítio onde possa sentar-se a jogar as cartas, ou um relvado para pisotear sob o pretexto de dar pontapés numa

* RIBEIRO, Mário de Araújo – *O Maciço da Gralheira: da Freita ao S. Macário: um guia com algumas crónicas*. [1ª ed.]. Arouca: Câmara Municipal, 1999, p. 9-10.

bola, ou a melhor sombra para se deitar numa rede a ouvir um relato de futebol. Bem pelo contrário, queremos convidá-lo ao exercício, a percorrer caminhos que nunca pensou que existissem, onde nem de moto se pode andar, a descobrir por si próprio locais que os roteiros não indicam e sítios que hão-de encantá-lo, a ver coisas e lugares que, sem que o espere, lhe trarão um gosto insuspeitado pela Natureza. Conhecer a Serra é amá-la e querer conhecê-la melhor amanhã do que hoje; e para a semana que vem; e para o ano; e sempre.

É que a SERRA – o Maciço da Gralheira – é, como me dizia alguém que ali levei por dois dias a dar uma volta, um MUNDO.

Porque tem de tudo: cerros que atingem ou passam os 1100 metros; pontos de onde a vista abrange grande parte do Norte e, a bem dizer, o Centro do País em toda a sua largura; o extenso planalto de Albergaria, revestido de amarelo na época da floração da carqueja e do tojo mourisco, manchas extensas do roxo da urze, a maior queda de água do País, grande diversidade e várias curiosidades geológicas, ribeiros e rios que tanto se precipitam tumultuosamente do alto da serra, cavando na pedra formas e espaços de singular beleza, como deslizam mansamente por entre arvoredos frondosos, formando poças e poços onde o prazer de mergulhar na água límpida e macia é incomparável, vales profundos de vertentes íngremes – alguns, verdadeiros desfiladeiros – escarpas e locais que convidam à aventura, aldeias isoladas, de velhas casas de pedra ainda cobertas de lajes, encostas transformadas ao longo de gerações em extensas escadarias de leiras muito verdes, matas frondosas, recantos inesperados, paisagens surpreendentes, fontes onde a água muito fria parece dessedentar melhor, sei lá que mais!

Memórias



Álvaro Fernandes

O vale de Fervedo



Álvaro Ferreira de Paiva Fernandes nasceu em Cabeçais em 1901. Filho de um professor primário, seguiu as pisadas do pai, ensinando em diversas escolas da região. Casou em 1935 com Rosalina Rosa de Jesus, também professora, com quem teve duas filhas. Dotado de grande sensibilidade e erudição literária, escreveu na sua juventude uma obra intitulada *A cotovia do Arda*, uma outra, *Via láctea*, situada em Cabeçais, e o estudo *O cisne do Vouga*, publicado n' *O Arquivo do Distrito de Aveiro*. Mais tarde, e por ocasião da guerra civil de Espanha, escreveu um opúsculo, em verso, de título *Hora vermelha*. Na sua dedicação à imprensa, dirigiu, de 1922 a 1924, um jornal quinzenário republicano de título *A Aurora*, editado em Cabeçais, colaborou com *O Arquivo do Distrito de Aveiro*, *O Século* e o *Diário de Notícias*. Das funções exercidas na sua acção cívica destaca-se a presidência da Junta de freguesia de Fermedo. Faleceu em Cabeçais em 1976.

Álvaro Fernandes publicou na *Defesa de Arouca*, em Novembro e Dezembro de 1934, a memória sobre *O vale de Fermedo* que aqui se reproduz. Mais tarde, em 2006, Marina Perestrelo publicou a primeira parte do texto no livro *Alma do Povo a que pertence*, tomando por fonte um manuscrito do autor, que tem algumas variantes relativamente à versão da *Defesa de Arouca*. O texto transparece um carácter íntimo. Embora o registo discursivo por vezes seja o de uma composição literária escrita para outros lerem, recorda-nos com frequência o registo de um diário. O vale, sendo o berço e o barco no qual o autor atravessou a vida, serve de janela para um olhar saudoso sobre a própria infância, «o vale de Fermedo teve na minha infância um lugar de notável relevo», afirma, a introduzir-nos nas memórias dos seus primeiros tempos de escola, quando ainda era aluno e aluno do próprio pai. E é como se Álvaro Fernandes, depois de uma destas suas «digressões favoritas» sobre o vale de Fermedo feitas «por tardes outonais» e «nos meses de Abril e Maio», chegasse a casa e se sentasse diante do seu diário, escrevendo o texto que agora recolhemos. Vamos imaginá-lo precisamente assim.

O vale de Fermedo*

I

Quando estou em Cabeçais, uma das minhas digressões favoritas é ir até à Lomba, colina a sueste, e estender os meus olhos para o levante, para o ubérrimo e ridente vale de Fermedo, coração da minha freguesia. O panorama que dali se desfruta é surpreendente e majestoso. Uma bacia enorme, completamente fechada se nos depara à vista, encantando-nos com o seu sugestivo pitoresco. O vale de Fermedo, como o vale de Arouca e o vale de Santarém artisticamente descrito por Garrett – é «um destes lugares privilegiados pela natureza», que, vistos uma vez, se fixam na memória para sempre.

Não há nele, como no vale de Santarém, a vegetação luxuriosa e rica onde a vista se emaranha e desnorteia; os longos horizontes que perturbam; mas, na sua cumplicidade, há tal beleza, tal conjunto de linhas harmoniosas, que dir-se-ia não feito de um jacto pela mão potente da Natureza, mas esboçado com vagar pelo pincel dum paisagista glorioso.

Contemplado de qualquer alto, o vale de Fermedo, desconhecido dos turistas, não marcado nos mapas, revela tal beleza e majestade, que nos seduz e distrai.

Terra sagrada, torrão fecundo onde vegeta especialmente o milho, o vale de Fermedo dá fartura e riqueza a muita gente, sacia a fome em muito lar. Milhares de campos se vêm nele traçados geometricamente, como canteiros abençoados que vêm prover à alimentação do homem.

Em volta dos campos, com orla sugestiva, os salgueiros, os carvalhos e os choupos tecem os seus emaranhados, a que se ligam, amorosamente, as vides coleantes e fecundas, em amplexos indissolúveis.

* FERNANDES, Álvaro – O vale de Fermedo. *Defesa de Arouca*. N.º 462 (10-11-1934), p. 1 e 2; n.º 464 (24-11-1934), p. 2; n.º 468 (22-12-1934), p. 2.

Por tardes outonais, com Deus Baco a reinar nas orgias pagãs, os cachos negros rebrilham ao sol como topázios, como pedras preciosas.

Nos meses de Abril e Maio, o tempo das lavouras, uma chiara contínua se escuta no âmbito do vale, de mistura com as aboiadas dos lavradores e os gorjeios incessantes dos passarinhos. Um hosana magnífico, religioso, se desprende do seio do vale, elevando-se como prece fervorosa. O vale de Fermedo, então, é um mimo de beleza e actividade, que bem mereceria de ser descrito por Virgílio nas páginas das *Geórgicas*.

No dorso das colinas circunjacentes, negras filas de pinheiros se destacam, como hostes de guerreiros disciplinados a guardarem, de lança em punho, a pureza, as riquezas do vale. Mais para baixo, nas abas das colinas, levantam-se as habitações dos camponeses, quase todas modestas, pouco higiénicas algumas, mas salpicadas pelo vermelho das telhas e quase todas graciosas. O casario, visto de longe, tão pitoresco, faz lembrar uma linda cidadela, uma vila garrida como um posto do Adriático.

Os lugares, pouco populosos, sucedem-se uns aos outros, sem grandes espaços a separá-los. Alguns deles têm nomes curiosos que rescendem a antiguidade. Abrunhal, Vale do Conde, Parameira e Castelo, eis os nomes de alguns.

À tardinha, pouco antes do *Angelus*, quando os cavadores e as pombas regressam às moradas, uma doce poesia amortalha o vale de Fermedo. O fumo dos casais, evolvendo-se, faz recordar um enorme turíbulo onde se queime incenso. E invade as almas uma tristeza mística, religiosa, metafísica, que faz meditar nos problemas do Além.

No centro do vale, como coroa majestosa, ergue-se imponente a igreja matriz, alta, espaçosa, tendo em dois arcos, um longitudinal e outro transversal, desenhos moçárabes, e mostrando nas traseiras, incrustada na parede, uma lápide funerária antiquíssima, mandada gravar, em memória de Trajano, por um tal Jafus Caturonis, pretor da *Aviobriga*, terra esta ainda por identificar.

No vale de Fermedo, contemplando a lápide funerária, o castelo misterioso, pomon-nos em contacto com o espírito de velhos povos sepultados no esquecimento. Celtas, iberos, romanos, visigodos, francos e árabes que por aqui deambulastes, uns em missão de paz, apascentando rebanhos, outros em tom de guerra, subjugando terras, por onde estarão as vossas almas? Vós que fostes força, potência, realidade e espírito, onde

vos sumiríeis? Arrepia pensar que, como vós, nós passaremos – seremos cinza, pó e esquecimento...

Do velho solar dos senhores de Fermedo, que a tradição e os alfarrábios afirmam ter existido em frente à igreja, nem ruínas existem. O tempo e a mão sacrílega do homem tudo desmoronaram, escaqueiraram tudo. A maldade, a ignorância e os séculos são os maiores vândalos que existem.

A opor-se à materialidade, à barbaria, ao egoísmo que campeia, a igreja matriz, imponente e grave, no coração do vale, é uma nota viva de renúncia terrestre, um símbolo perene de espiritualidade. Perto dela, furando o ar, os ciprestes esguios, negros e fúnebres, estão a dizer continuamente que são inúteis guerras, ambições e malquerenças, pois a vida é um meteoro e nenhum dos bens terrenos nos acompanha na misteriosa viagem a que se refere Shakespeare.

A alma do vale de Fermedo é o som dos sinos da matriz, que, alegres ou tristes, conforme as circunstâncias, pela mão do sineiro, repicam ou dobram, riem ou choram. Nos baptizados, como cerimónia de alegria, repicam festivos, cristalinos; nos casamentos, soam da mesma forma; nos enterros dobram cavernosos, plangentes, cortando a alma dos mais fortes.

*Tange, tange, assustado bronze.
Teu som, casado comigo,
Inda na morte me agrada,
Inda ali sou teu amigo.*

*Vou partir... talvez p'ra sempre.
Levem-me os ecos da serra
Esses sons, que hei-de amar sempre
O sino da minha terra!*

Assim cantava João de Lemos, o romântico da *Lua de Londres*, o mavioso poeta do *Trovador*. Ao escutar os sinos da minha terra, repito estes versos melódiosos, que, à falta doutros originais, traduzem o meu sentir.

Atravessa o vale de Fermedo um ribeirinho pobre, fio débil de água, serpenteando como as cobras, e indo juntar-se a outro mais vigoroso, afluente do Douro, que traz saudades de Castela.

Na encosta do nascente, mesmo rente aos pinheirais, domina o vale o velho Castelo, com a sua capela adjacente, que, pela construção, parece

ser relativamente moderno, da época feudal, em que havia vassalos e senhores. O edifício do castelo nada tem que o recomende como arte ou arquitectura. A capela, actualmente, serve de palheiro e arrecadação de pastagens para o gado.

O vale de Fermedo, subindo em anfiteatro por campos de culturas, hortas viçosas e lameiros, vem ligar-se a Cabeçais, antiga vila cabeça de concelho, que teve linhagens, pergaminhos, honrarias, mas que, como se por ali passasse vento de maldição, está reduzida a uma miséria franciscana, como fidalgo arruinado.

Os brasões esfacelaram-se, foram extintos os títulos de nobreza, e os Padilhas, últimos senhores de Fermedo, depois de vaguearem na boémia, morreram na indigência.

Para além das montanhas arborizadas, avistam-se sinuosas cordilheiras, sobranceiras ao Douro, que são ramificações do Montemuro. Como lenço branco a acenar por nós em mão amiga, distinguem-se, mesmo sem as muletas do binóculo, a capelinha de S. Domingos – pobre ermida da serra construída no ermo por algum cenobita. Ali há uma romaria em Setembro, com serranos e marítimos, multidão variegada que faz lembrar arraial de ciganos.

O vale de Fermedo, pelas suas belezas naturais e por todas estas particularidades, é para mim um lugar sagrado, onde eu, depois de morto, desejaria fruir a doce paz, até soarem no ar as trombetas do vale de Josafat.

Amo o vale de Fermedo porque, além de ser o coração da minha freguesia, nele repousam, no cemitério das traseiras da Igreja, as cinzas frias de alguns dos meus progenitores, um dos quais, pelo menos, saído do nada, conseguiu ser alguém, pela sua persistência no trabalho, honradez e independência de carácter..

1934.

II

À memória de meu pai – Manuel Ferreira de Paiva Fernandes

Permitam-me que eu, à maneira de Mistral, o suave poeta de Mireia, recorde algumas memórias da minha infância. Memórias doces, polvilhadas de saudade, como tudo que vem dos tenros anos...

O vale de Fermedo teve na minha infância um lugar de notável relevo, porque foi nele que comecei a abrir os olhos para o mundo e a penetrar na floresta espessa dos conhecimentos humanos. Foi no vale de Fermedo que senti pela primeira vez as belezas áureas da nossa língua, o encanto das noções elementares de Euclides e as grandezas excelsas da nossa História. Numa dependência dum enorme casarão a poucas dezenas de metros da igreja, próximo do local onde dizem ter existido o solar dos donatários de Fermedo, funcionou outrora a única escola primária da freguesia. Esta escola era regida por meu pai, professor um pouco severo, da geração antiga, mas possuindo, natural, uma notável intuição pedagógica. Impunha-se como mestre e como homem. A sua vida, resplandecente de carácter (não devia ser eu a afirmá-lo) apontava-se como modelo. Espírito forte, racionalista, era impulsivo e bondoso. Actividade extraordinária, o seu ânimo não conhecia desfalecimentos. A sua escola era, por isso, muito activa, e nela se desenvolviam todas as faculdades dos alunos.

A sala da aula, larga e comprida, com muitas janelas, ficava do lado norte, em frente a um vasto campo de cultura, onde um certo dia de primavera a charrua cantava e o lavrador falava aos bois. Sentados nas carteiras, os alunos, voltados para o nascente, desviando os olhos dos livros ou prestando menos atenção à voz enérgica do professor, avistavam, não muito longe, a igreja, com a sua brilhante rosácea e a sua larga torre com dois grandes sinos alcandorados nela. Em dias de enterro, com defuntos «sobre terra», os sinos lúgubres dobavam continuamente, entristecendo o vale e entristecendo as nossas almas infantis, cheias de timidez. Dias havia em que a toada melancólica era de tal modo atroadora, que difícil se tornava escutar com precisão a voz, não obstante metálica, do professor. A certa altura, surgia no adro um magote negro do povo, com as cruces e as bandeiras alçadas, o esquife preto suspenso por seis homens, e, nas nossas carteiras, contemplando de longe a cena, era impossível prosseguir na atenção. O préstito entrava na igreja, ali se conservava um certo tempo (conforme a grandeza das exéquias), saía de novo para o adro, encaminhava-se para o cemitério... e *consumatum est!* O defunto era lançado à cova, onde ficava para sempre, entrando acto contínuo nas veredas transformatórias...

Então os romeiros dessa romagem fúnebre, atravessando o adro, dirigiam-se a um alpendre anexo à escola e, se o morto era rico, davam começo a fortes libações – comedorias de pão e queijo –, restos condenáveis de costumes selvagens em que os mortos são festejados com festins. Comendo-

-se e bebendo-se, punha-se o morto no pelourinho e, sem vislumbres de espiritualidade, soezmente, apontavam-se-lhe todos os defeitos e, raras vezes, alguma virtude que possuísse. E, no regresso a casa, patinhando nos péssimos caminhos, falavam do tempo, da lavoura, dos dinheiros a juros, com os olhos cravados nesta efémera vida, tornando verdadeiro o aforismo de que *les morts vont vivre*.

Em dias de enterro, ao recreio, estando ausente o sineiro, subíamos à torre a entretermo-nos com uma brincadeira que nos era muito grata: *capar* os sinos. Consistia esta operação em tocar com o badalo na boca do sino sem que houvesse o mínimo som. Nem todos o faziam; e os que o conseguiam tinham-se por espertos, por possuidores de qualidades invulgares.

Atravessando o adro, gralhávamos como corvos, e espantávamos muitas vezes a égua russa do abade, que pastava na relva, em liberdade absoluta, arrastando a corda do cabresto.

O trajecto de Cabeçais a Fermedo, ou vice-versa, era rico em peripécias – jogos, lutas, procura de ninhos, assalto a árvores de fruto. Num campo junto ao Romão, havia (eu me recordo!) uma forte macieira de maçãs muito temporãs, que, mesmo verdes, comíamos, e nos pareciam deliciosas. Depois das vindimas, durante o mês de Outubro, andávamos de árvore em árvore, de parreira em parreira, a perscrutar cachos meio ocultos, já saboreados pelas vespas.

Ao chegar perto da Roda, numa várzea lamacenta, havia nesse tempo um choupo esguio, duma altura descomunal, que estava ali como um marco geodésico. Era uma árvores sem copa, já atormentada pela velhice, e mostrando no caule muitos buracos construídos pelos petos. Essa árvore servia-nos de cronómetro. Era por ela que, à maneira dos egípcios, com pedras aqui e além a indicarem a sombra, marcávamos o tempo.

Ó árvore admirável, levada no turbilhão da morte, foste o cronómetro da minha infância, o relógio que marcou as rápidas horas dos meus anos!

Num casebre do vale de Fermedo, nesses meus tempos de escola primária, vivia um homem atacado de morfeia. Nessa altura não fazia o menor juízo do que fosse essa doença, mas, pelas prelecções de meu pai, não ignorava que é uma doença terrível, facilmente contagiosa. Um dia esse pobre morfético foi levado pela morte, conduzido ao cemitério. Os seus familiares queimaram a cama e outros objectos em que havia tocado, mas, ignorantes, subtraíram à incineração um banco que havia igualmente

pertencido ao doente, onde este se sentava. Esse banco foi conduzido para fora da casa e colocado criminosamente ao pé duma figueira que se erguia ao pé da escola. Meu pai, ao ver o tal, indignou-se, vociferou e proibiu-nos terminantemente de tocar em tal objecto. Durante alguns dias ali estive a terrível peça de mobiliário, semeadora de morte, para a qual olhávamos como quem olha para um prestífero... e, nesses tempos de inocência, olhando para o banco, era para mim extraordinário, misterioso, quase impossível, que um objecto, aparentemente inofensivo, pudesse derramar a peste e a morte!...

Esse banco pestilento, recordação dum pobre enfermo, ficou gravado na minha memória como se fosse fotografado ou desenhado a tinta nanquim...

Nesses tempos, não obstante as ideias de Rousseau e as teorias de Foerbel e Pestalozzi, a escola popular portuguesa orientava-se ainda pela rotina, pelos processos dogmáticos, em que era coagida a liberdade do aluno, não podendo manifestar-se a individualidade psíquica, base de todo o progresso. Meu pai, contemporâneo dessa época, não podia subtrair-se à corrente. Também tiranizava, também coagia, também exercia pressão demasiada sobre o aluno. Porém, não falando na sua lúcida e invulgar inteligência, tinha no seu espírito tão forte chama de entusiasmo pela missão que professava, que os defeitos eram cobertos pelas virtudes. O entusiasmo, a chama interior – já o disse António Sérgio – é qualidade imprescindível a quem educa. Meu pai possuía essa virtude em alto grau. Além disso, era sincero. Sentia o que ensinava. Vivia o que expunha.

Não podendo subtrair-se aos defeitos pedagógicos do século dezanove, na sua escola, de onde a onde, algumas lágrimas se vertiam, alguns gemidos se escutavam. Mas a inteligência do aluno era esclarecida, era formado o seu carácter, e as lágrimas e os gemidos eram lançados ao olvido.

Nas plagas do Brasil e nas cidades da América, o nome do professor da humilde escola de Fermedo era invocado com saudade e gratidão. A distância e o *brouhahá* dos grandes centros não conseguiram apagar a lembrança honrosa do mestre dedicado e infatigável, que, para espalhar a luz do alfabeto (firmamento de 26 estrelas), não recearia sacrificar a própria vida. Gestos houve que, por raros, mereceriam ser gravados a letras de ouro em memória perpetuadora. Como escreveu Júlio Diniz, «quase todos os grandes homens cometem esta ingratidão: falam nos seus mestres de filosofia, de matemática, de literatura, e não salvam do esquecimento,

pronunciando-o, o nome do primeiro mestre, do que os ensinou a ler». É tão rara a gratidão, que publicá-la e eternizá-la é um dever de todos nós, os escribas.

Recordações infundas eu possuo dos meus tempos da escola de Fermedo, mas, por agora, não as escreverei todas, por fastidiosas para o leitor e apenas interessantes à minha pessoa, além das já descritas, em remate, quero apenas referir-me à impressão mais indelével desses meus tempos de escolaridade primária. É uma lembrança forte, de que dificilmente me esquecerei...

Nesse ano já distante, os jornais e os reportórios haviam noticiado com espalhafato o aparecimento dum eclipse total do sol. Marcara-se com antecedência o dia, a hora, os minutos e os segundos em que a terra seria obscurecida por completo. Era em dia lectivo; e, por isso, na forma do costume, dirigimo-nos para a escola, descemos ao vale de Fermedo. O dia apresentou-se soturno, anunciador de grandes tragédias ou de factos anormais. Meu pai iniciou os seus trabalhos escolares anunciando-nos em tom solene, que nos impressionou, o grande acontecimento. Em palavras claras, embora rudimentares, explicou-nos o que era um eclipse. Ficámos todos impacientes: não escrevíamos, não líamos, à espera do magistral fenómeno. Havia um silêncio impressionante, e a própria Natureza parecia revelar que alguma coisa sucedera ou estava para suceder. Aumentavam as sombras e o dia entristecia. Meu pai, de janela em janela, investigava o céu. Quando estava já perto a hora marcada pelos sábios, deu-nos ordem de sair. Deixámos a escola de roldão e dirigimo-nos todos para um campo contíguo. Meu pai acompanhou-nos. Apareciam no céu as primeiras estrelas e a lua caminhava a passos gigantescos para o sol. Os nossos pequeninos corações sentiam-se confrangidos. E se houvesse um choque de astros? E se o sol desaparecesse para sempre? Quem sabe se não estaria a chegar o fim do mundo?!...

Gentes estupefactas, com as almas assustadas, deixavam as casas, saíam para os campos. Os passarinhos, trémulos, pililavam e escondiam-se nas folhagens. As galinhas carcarejavam e, julgando a noite aproximar-se, encaminhavam-se para as capoeiras. Mistério... terror...

Como guerreiro intrépido avançando para o inimigo, assim a lua, o planeta dos amores, caminhava para o sol, ocultando-o pouco a pouco. As montanhas confundiam-se com as sombras e as nossas almas tiritavam de medo e estupefacção.

Até que enfim ficou a lua entre o sol e a terra! Noite plena. Trevas. Aquele fenómeno, real, parecia cenário de mágica, ambiente de sonho. Meu pai, eu, os meus condiscípulos, estávamos todos impressionadíssimos ante o poder da Natureza e a mecânica que preside a este mundo.

Essa noite pavorosa foi, porém, de curta duração. Em breve a lua se afastava, deixava o sol a descoberto, e a luz regressava. Tivemos então ocasião de observar o espectáculo raro e majestoso dum alvor rapidíssimo...

Regressámos à escola, mas o fenómeno tinha-nos assombrado de tal forma que pouco aproveitámos nesse dia. A nossa alma estava cheia de sombras, de mistérios e estrelas... O rápido desaparecimento da luz tinha-nos feito tiritar.

Não esquecerei jamais essa noite momentânea em que ficou sepulcro o vale de Fermedo, enchendo-nos de pavor e de mistério!...

Antônio de Almeida Brandão
Rossas no meu tempo



António de Almeida Brandão nasceu na casa de Telarda, freguesia de Rossas, Arouca, em 1893. Iniciou a sua acção política como vice-secretário da Câmara de Arouca em 1935, tornando-se vice-presidente em 1941, ano em que iniciou o primeiro mandato como presidente (até 1945); exerceu um segundo mandato entre 1962 e 1971. Presidiu e geriu o Grémio da Lavoura de Arouca, no âmbito da qual se criou a actual Cooperativa Agrícola. Dirigiu o semanário *Defesa de Arouca* entre 1955 e 1974. Em 1970, foi condecorado pelo Presidente da República como Oficial da Ordem da Benemerência, embora, como nos descreve com alguma ironia e espírito de bom-humor, nunca tenha recebido as insígnias. Faleceu no lugar de Eidim, da freguesia de Rossas, em 1986.

As *Memórias de um arouquense*, de António de Almeida Brandão, foram escritas, como era hábito (hoje já não tanto!) na velhice do autor. O livro tem duas partes. Na primeira parte, intitulada *As minhas notas: recordações duma vida*, descreveu, em 11 capítulos, a sua acção cívica e política ligado à Câmara Municipal de Arouca, ao Grémio da Lavoura, à Misericórdia e à paróquia de Rossas. Na segunda parte, intitulada *Rôssas no meu tempo*, deixou-nos, em 17 capítulos, um olhar rico e muito vivo da sua terra natal durante o arco temporal em que viveu. Trata-se de um retrato feito por alguém que não só viveu e amou, na sua época, a sua terra, mas que a contemplou e ofereceu, como um tesouro, àqueles que não a puderam ver com seus próprios olhos. Neste retrato encontramos a freguesia e a gente de Rossas, tal como atravessaram o século XX, nomeadamente em termos de aspecto físico, de construções humanas, de tradições do quotidiano, de formas de vestir, de cantar, de rezar, de festejar, de ajudar, etc. Foi para nos transmitir a todos a herança deste tesouro que a família do autor promoveu a publicação póstuma deste livro, tal como se confessa numa nota ao início do livro, movida pelo «desejo de contribuir para o conhecimento da História do concelho de Arouca e das estórias das suas gentes». Os dois textos recolhidos nestes *olhares literários sobre Arouca* foram seleccionados de entre muitos outros possíveis. O primeiro é um olhar sobre o vale de Rossas, o segundo é uma memória de um dos mais importantes eventos sócio-culturais de outros tempos, a desfolhada.

Rossas no meu tempo*

A freguesia vista do alto

Quem, nesta altura, subir a um ponto alto da freguesia e lançar o seu olhar através dela, um espectáculo deveras maravilhoso se lhe depara: dezenas e dezenas de casas – mais de duas centenas, segundo se crê – tipo *chalé*, inteiramente novas e das cores mais variadas, se vêm espalhadas por toda a parte. E a azáfama das construções continua, sendo a freguesia inteiramente diferente, neste aspecto particular, da que conheci no meu tempo de rapaz. Não existe comparação possível. (...)

A paisagem

Se subirmos novamente a um ponto alto mas, desta vez, em plena Primavera, além da casaria, um panorama sem igual é o que nos oferecem milhares de fruteiras todas floridas, dispostas em linha e bem tratadas.

Já não são apenas algumas cerejeiras, como outrora, mas campos inteiros plantados a pomar, das mais diferentes espécies, predominando as macieiras, as quais, no Outono, também são dignas de ver-se, bem carregadinhas de fruta, que imprimem, ao meio ambiente, um aspecto deveras agradável, bem diferente do que era em tempos idos. Mas, além das plantações em forma de pomar, dispersas por toda a parte, à margem dos campos, existem numerosas outras fruteiras, sobretudo cerejeiras, que concorrem para dar ao conjunto uma beleza ainda maior. Rossas, nessa altura, é um verdadeiro jardim!

* BRANDÃO, António de Almeida – *Memórias de um arouquense: as minhas notas: recordações duma vida: rössas no meu tempo*. [1ª ed.]. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões - Universidade Nova, 1999, p. 240-242; 456-458.

Entre aquelas, podem ver-se, também, alguns castanheiros, os quais dão, além da saborosa castanha, excelente madeira.

Escusado será dizer que a fruta, muito procurada e bem paga como está a ser, representa, para os que a exploram, uma fonte de receita apreciável, muito superior à proveniente de qualquer outra exploração agrícola.

Pode notar-se ainda que o vinhedo se encontra agora, quase todo, disposto em ramadas, o que não acontecia outrora, em que a mesma era, exclusivamente, de «enforcado».

Mas a freguesia, durante os meses de Julho e Agosto, oferece-nos outra perspectiva, pois é então que os milheirais ostentam a sua bandeira em flor, encontrando-se em plena vegetação. Esta perspectiva é bem outra, pois os ditos também são incomparavelmente mais pujantes e rendosos do que os de outros tempos.

Os montados

Mas a visão que agora se nos depara é bem diferente: são extensos montados de pinheiros, eucaliptos e sobreiros, estes em muito menor quantidade, que cercam totalmente a freguesia, em todos os sentidos, não se vendo despovoada uma só nesga de terra. Paisagem empolgante essa, ao pé da qual a que existia nos primórdios deste século era quase nada.

Com efeito, nesse tempo, existiam extensas áreas de monte sem uma árvore e até sem qualquer vegetação. Eram baldios esses montes e, por essa razão, encontravam-se sujeitos a depredações de toda a ordem, praticadas pelas pessoas e animais, pois era terra sem dono.

Desde Vila Coval a Provisende, Terçoso, Lomba e Torneiro, quase todo o monte permanecia sem qualquer arborização, pelo motivo apontado. O mesmo se verificava, pela mesma razão, quanto ao monte de Zendo, desde a Senhora do Rosário à Ribeira, embora, em relação a este, os prejuízos não fossem tão visíveis; e, ainda, quanto ao monte da Costa, desde este lugar à pedra Má.

(...)

Todos estes montes se encontram, agora, fartamente povoados de essências florestais, que são uma grande riqueza para quem os explora. Predomina o pinheiro mas também existem muitos eucaliptos, cuja cultura é relativamente recente. Antes dela, existia o carvalho, árvore de grande porte e muito bela, que dava excelente madeira, de duração quase ilimitada.

Vinha até ao vale, vendo-se magníficos exemplares nas proximidades de Sub-Rêgo, Senhora do Campo, Sibanas e outros.

(...)

As desfolhadas

Incluir as desfolhadas como sendo susceptíveis de promover mais cultura, parecerá, à primeira vista, um despropósito inadmissível, um autêntico disparate. Com efeito, que relação haverá entre uma coisa e outra? Porventura as desfolhadas, como se faziam antigamente, nas quais reinavam boa disposição, muita alegria, o canto e a música, não seriam um modo admirável de fazer brilhar o folclore, em toda a sua pujança? Sem dúvida que sim.

A cultura do milho era, como ainda hoje é, a predominante e quase única da região. Os lavradores trabalhavam o ano inteiro para produzir o milho, ou seja, o pão para si e para os outros.

Cortando mato, que lhes dava a cama para o gado e o estrume necessário à fecundação das terras, o qual, ao aproximar-se o mês de Maio, começavam de empilhar nos campos; fazendo a lavragem destes, com destino à sementeira, por um processo antiquado e custoso e, a seguir, a sacha e a arrenda, praticadas à mão, as mondas, as regas, os desbandeiramentos do pondão e, finalmente, a colheita.

Nesta altura, a agricultura sente-se feliz ao contemplar as loiras searas, e por ver compensado o esforço dum ano de trabalho duro. E faz uma festa.

Sim! As desfolhadas daquele tempo eram uma festa, uma linda festa, na qual, como já frisei, o folclore se expandia ao máximo.

Era combinada com os vizinhos, a grande noite em que a desfolhada deveria ter lugar, pois uns e outros auxiliavam-se, desinteressadamente, em todos os trabalhos agrícolas, logo os mais novos se apressavam a espalhar a notícia para que não faltassem os «serãodeiros», uma tocata e as boas cantadeiras, enfim, tudo quanto podia contribuir para dar alegria e vida à festa. Esta decorre, pois, como fora previamente combinada.

Eis que surgem as primeiras cantigas:

Serãodeiros vinde à eira,
 Quero ver-vos passar;
 Quero ver os vossos modinhos
 Quero ver o vosso trajar.

A verdade, porém, é que alguns serãodeiros prometeram vir, mas até agora não vieram:

Os serãodeiros de ontem à noite,
Ficaram de vir e não vieram;
Ao passar a ribeirinha
Alguma coisa tiveram.

Mas os primeiros serãodeiros já chegaram. Chamam à porta, com voz mudada, e pedem licença para entrar, ao dono da desfolhada, que também saúdam, sendo este o primeiro momento de real interesse, sobretudo para os mais novos. Estabelece-se um diálogo animado, entre todos, e as raparigas procuram reconhecer, em alguns deles, o seu namorado. E continuam as cantigas, como estas:

Ó seranda, ó serandinha
Eu hei-de ir ao teu serão;
Fiar uma maçaroca
Do mais fino algodão.

O meu amor vai e vem,
À vinda vem por aqui;
Se alguém por ti perguntar,
Eu juro que te não vi.

Os serãodeiros também pedem licença para desfolhar com a intenção de aproveitarem o ensejo para darem «xis» e abraços a propósito do aparecimento do «milho-rei». O felizardo que primeiro o encontra (ou trouxe consigo, embora diga encontrá-lo) prepara-se para correr toda a roda, envergando três espigas na mão direita, todas com folhelho – a do milho-rei ao meio, e as do milho vulgar, uma de cada lado. O momento é de entusiasmo invulgar e indiscutível alegria.

Ninguém fica, novos e velhos, a começar pelo dono da desfolhada, sem o seu «xi» e o seu abraço. Xii, xii, xii, repenicados e retribuídos com vibração e graça, de modo a serem bem ouvidos, dum extremo ao outro daquele recinto. E as raparigas voltam a entoar algumas das suas cantigas, podendo a seguinte servir para exemplo:

Ó meu amor a quem deste
O teu lenço às pintinhas?
Com quem é que repartiste
O amor que me tinhas?

Foste dizer ao meu pai,
Q'eu q'andava coradinha;
Viva o meu pai muitos anos,
Q'esta cor foi sempre a minha.

O meu amor, ontem à noite,
Pela vida me jurou
Que se ia deitar ao mar,
Atrás dele é que eu não vou.

Os pratos na prateleira
Fazem sempre tlim, tlim;
Assim é o meu amor,
Quando está ao pé de mim.

O lenço que tu me deste,
Tem no canto uma flor,
Uma letra em cada ponta,
Que juntas dizem amor.

Entretanto, chegam mais serãodeiros e aproxima-se uma tocata, que prometeu vir animar a desfolhada, tanto mais que, no fim, haverá algumas voltas de dança, a qual entra, sem pedir licença, e faz-se ouvir com aprazimento de todos. E aparecem mais espigas «milho-rei», que permitem que se repita a cena a que o mesmo dá origem.

Mas a desfolhada está prestes a terminar. A dona de casa já preparou o beberete, que é costume e oferece-o a todos os presentes, constituído por pão broa, ainda fresco, peras e vinho do melhor, que todos saboreiam regaladamente.

E feita a arrumação do recinto, logo os primeiros pares rodopiam ao som da tocata, mas a dança não será demorada, porque a noite vai alta e o dia seguinte é de trabalho.

Eis, sumariamente descrita, uma desfolhada, como antigamente se fazia. Não quer isto significar que o modelo apresentado fosse sempre, rigorosamente, o mesmo, podendo variar as canções, haver ou não tocata, etc. Mas em todas reinam a boa disposição e uma grande alegria, uma alegria sem igual em qualquer outra manifestação de tipo popular.

Ainda agora são recordadas com saudade por aqueles que as viveram. Quando, em 1944, se realizou a primeira Feira das Colheitas, o programa folclórico teve início com uma desfolhada como a descrita, excelentemente apresentada por um grupo desta freguesia, sobre a orientação de D. Celeste Garrido Brandão, da Portela, a qual foi apreciadíssima, constituindo um êxito extraordinário.

Mafalda de Castro

Porque me chamo Mafalda
e À nossa casa



Mafalda Ermelinda de Castro de Vasconcelos de Sá Pereira e Almeida nasceu em Coimbra em 1906. Era filha de Eugénio de Castro, professor na Universidade de Coimbra e poeta introdutor do simbolismo em Portugal. Sua mãe era de Carregosa, Oliveira de Azeméis. Foi educada pelos pais e por uma tia de Cesar, em casa da qual viveu vários anos e onde escreveu vários dos seus poemas. Casou em 1925 com o arouquense José Augusto de Queiroz Ribeiro Vaz Pinto, com quem teve 12 filhos. Mudou-se com a família para Lisboa, onde faleceu, em 1987. Deslocava-se frequentemente a Arouca com a família, onde passou várias temporadas na casa do Burgo, donde era oriundo o marido. Entre os seus doze filhos encontra-se o Pe. António Vaz Pinto, também presente nesta recolha de textos. Do pai herdou o gosto pela poesia, vindo a publicar *Botões de rosa*, na *Lúmen*, em 1923, com introdução e um verso de seu pai, e *Entardecer*, em 1959, na *Ática*. Deixou poemas inéditos, depois publicados pela família em *Obras completas*.

As *Obras completas* de Mafalda de Castro foram publicadas pela família, em 1991, como forma de divulgar e preservar os textos da autora. Entre estes encontra-se uma nota biográfica sobre a atribuição do seu nome *Mafalda*, ligada ao episódio da visita de Eugénio de Castro, seu pai, a Arouca, no ano de 1906, ano em que Mafalda viria a nascer. Nesta nota, a autora descreveu a forma curiosa como a origem do seu nome ficou ligada a Arouca: seu pai ficou de tal forma impressionado com uma visita a Arouca que, chegado a casa logo propôs à esposa chamarem Mafalda ao bebé quando nascesse, e assim foi. Este episódio foi quase uma premonição da sua posterior ligação a Arouca, ao casar com um arouquense. Sendo seu marido da família Vaz Pinto, da Casa do Burgo, Mafalda de Castro deslocava-se com frequência a Arouca, em períodos de férias e de festas. E adoptou, pois, essa casa, à qual chamou de “a nossa casa” e “casa-mãe” no poema outonal que aqui se publica.

Porque me chamo Mafalda*

A razão por que me deram o nome de Mafalda, no dia do meu baptismo, tem a sua história e uma história engraçada que vale a pena recordar.

Contá-la foi sempre um prazer para mim, pois é reviver o gosto com que tantas as vezes a ouvi da boca de meu pai.

A história do meu nome começa antes de eu nascer e tem para quem a ouvir contar o sabor ingénuo dos contos de criança, a cujo enredo verdadeiro e espontâneo se misturam casualmente as circunstâncias e as influências que levaram um pai à escolha do nome duma filha.

Escrevê-la hoje para que os meus netos a saibam é levá-los comigo alegremente pelos caminhos do meu passado que, embora sem serem os deles, também a eles dizem respeito. Eu e eles, avó e netos, fundimo-nos involuntariamente na história das mesmas origens. É como que levá-los até à nascente do meu próprio ser, uma das fontes da vida de todos eles, onde a história do meu nome nasce e começa a deslizar pelos tempos fora de toda a minha existência, como um riacho pela terra além.

A pessoa humana, e o nome que a identifica ao longo de toda a vida, é semelhante à árvore onde a hera verde e trepadeira se agarra e medra, enleada na mesma árvore. E embora sejam realidades independentes, uma vez unidas, partilham pela vida fora quase da mesma vida, da mesma sorte e da mesma morte. Pessoa e nome tornam-se um todo inseparável, vinculados mutuamente.

E vamos então à história.

Quando eu estava para nascer, fizeram meus pais antecipadamente a escolha do nome do seu futuro bebé. Se nascesse um rapaz chamar-se-ia Martim, para mais relembrar um irmãozinho meu que tinha morrido muito pequenino e cujo nome era Martim também.

* CASTRO, Mafalda de – *Obras completas*. [1ª ed.]. Caracas: Texto, imp. 1991, p. 389-392.

Se Deus lhes mandasse uma menina, sugeria meu pai que se chamasse Catarina, nome este de que não se agradava inteiramente minha mãe. Mas, na verdade também o não rejeitava de todo, e assim ficou mais ou menos acordada a escolha já referida.

Seria pois Catarina a menina que possivelmente viesse à luz do dia...

Reportando-me às descrições de meu pai, a escolha definitiva do meu nome acabou por ser simples e unânime entre ambos os meus progenitores, os motivos que se impuseram e as influências inesperadas que a determinaram foram várias e variadas como se verá.

O tempo ia passando até que chegou o mês de Julho, o mês em que eu viria a nascer. E foi precisamente nos princípios desse mês que se passou um episódio, que eu classifico de invulgar na rotina da vida familiar de meus pais, o qual determinaria a escolha definitiva do nome que eu viria a receber.

Num dia queimoso e seco do Verão de 1906, vindos de Coimbra encontravam-se em Carregosa, na Quinta da Costeira, próximo de Oliveira de Azeméis, dois homens de letras de nomes bem conhecidos nessa época. Eram eles o Presbítero Thiago Sinibaldi, padre e escritor italiano e director espiritual do Seminário de Coimbra, que viera como professor de Teologia para a mais antiga Universidade portuguesa, a convite do então Bispo-Conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina. O outro homem de letras era meu pai, o poeta Eugénio de Castro, professor em Coimbra também e sobrinho pelo casamento do mesmo Bispo-Conde, pois minha mãe era filha de uma sua irmã que se chamava Teresa e morrera muito nova.

Ora, Coimbra era e é uma cidade com encantos especialíssimos, com um passado pujante de importância nacional e intelectual, com uma paisagem e uma luz que a enfeitam e a encantam, com monumentos do maior apreço e com um ambiente de passado histórico bem vivo nos seus monumentos. Basta nomear o valor e a expansão da sua velha Universidade, a pureza do gótico da Sé Velha, o Arco de Almedina, St.^a Clara a Velha, e tantos outros para realçar o interesse histórico e intelectual da cidade do Mondego.

Mas a par destes encantos e interesses Coimbra era e continua a ser uma cidade que no Verão se torna por vezes insuportável pelo calor ardente que ali se faz sentir.

Chegado pois o mês de Julho, surgia essa quadra do ano com longos dias abafados e de luz intensa, apenas com o refrigério duma aragem e até sem a ilusória sensação de frescura da enganadora corrente do Mondego

que então se reduzia a um exíguo fio de água, mostrando com vergonha o seu leito transformado num tórrido areal.

As aulas tinham terminado.

A capa e batina já rareava nas ruas de Coimbra.

A “cabra” deixara de tocar.

Os habitantes mais abastados saíam para as praias e quintas. E assim, Coimbra, aquecida como uma forja, dia após dia, quase deserta, sem a habitual vivacidade da vida estudantil, sem a agradável confraternização entre professores e intelectuais, caía numa espécie de adormecimento.

Silenciosa e despovoada, adivinhava-se facilmente que a reduzida população que nela se mantinha nessa quadra do ano vivia recolhida, sonolenta e alquebrada.

Por todas estas realidades imponderáveis e circunstanciais de momento, quis meu Tio, o Bispo de Coimbra, proporcionar ao seu hóspede Dr. Sinibaldi um local mais aprazível para as suas merecidas férias anuais. Para isso pôs-lhe à disposição a sua agradável casa e quinta de Carregosa. Aceite que fora o convite, acertaram os pormenores da viagem e fixaram o dia da partida.

Percorrida a incómoda e morosa viagem de Coimbra até Carregosa, chegaram os dois viajantes à Casa da Costeira.

Pensadamente, projectara já o “Tio Bispo” proporcionar ao seu hóspede, a partir dali, alguns passeios e visitas para assim quebrar a monotonia e quietude, embora agradável, daquelas paragens sem horizontes nem beleza.

Foi seguindo esta ordem de ideias que numa bela manhã dos primeiros dias de Julho, meu pai e o hóspede italiano partiram, na carruagem particular do “Tio Bispo”, puxada por boa parelha de alazões, com um velho cocheiro bem fardado e o inseparável trintanário, para o primeiro passeio nas redondezas, passeio esse que veio a realizar-se a caminho de Arouca, vila perdida no meio de montes, longe do “civilizado” mundo e do mundo quase esquecida.

Arouca era uma terra praticamente desconhecida e muito pouco abordável, com difíceis acessos que se reduziam a duas estradas, íngremes e mal lançadas, com lacetes apertados e assustadores, mas com vistas deslumbrantes para horizontes mais largos que, por vezes, as serras, pudicamente, impediam de serem vistos.

Mas se para o vulgar das pessoas Arouca era terra sem interesse e desconhecida, para os eruditos e em especial para os historiadores e amadores

de Arte, Arouca estava no primeiro plano dos interesses de quem muito sabia e de quem muito queria saber. O Padre Sinibaldi e Eugénio de Castro sabiam muito bem que Arouca tinha grande valor histórico e artístico pois conheciam sobejamente pelas descrições de autores abalizados, por histórias, compêndios e enciclopédias a existência em Arouca do grandioso Convento da Ordem de Cister, onde viveu e se sepultou a invulgar figura de santa, de mulher e de princesa, a Rainha Santa Mafalda.

**A mãe não terminou este texto sobre a razão por que foi chamada Mafalda. Mas todos nós seus filhos ouvimos contar a mesma história, conhecendo o seu final. Por isso, e para benefício dos descendentes dos seus filhos aqui fica resumidamente registada a principal consequência dessa excursão a Arouca do avô Eugénio, acompanhado pelo Padre Sinibaldi, em princípios de Julho de 1906: ³*

O avô gostou tanto de Arouca que ao regressar a Carregosa propôs de imediato à avó Brízida, que logo aceitou, que se chamasse Mafalda o bebé que esperava, se fosse menina.

E assim, nascida a 26 desse mesmo Julho a mãe viria a receber o nome da padroeira de Arouca.

A história contada pela mãe, que como mencionou a ouviu a seu pai, terminava aqui.

Porém, não é possível deixar de acrescentar-lhe um “post-scriptum”:

A menina que se veio a chamar Mafalda em resultado da viagem que a Arouca fizera seu pai pouco antes de ela vir ao mundo, muitas vezes voltou a Arouca depois, onde chegou mesmo a ter a sua casa, pois já crescida, foi com um homem de Arouca que veio a casar-se, o nosso pai.

* O texto que se segue, em itálico, é um acrescento da autoria dos filhos de Mafalda de Castro, editores das *Obras completas*.

A nossa casa*

É branca, bem caiada e prazenteira
A nossa casa antiga
Casa-Mãe onde a família inteira
Se aconchega e abriga.
Singela, sem ter traços infelizes
Na conjuntura calma,
Tem o valor, na seiva das raízes
Que são a sua alma.
À entrada, como guardas vigilantes,
Dois plátanos frondosos
A estenderem seus braços, como amantes
Em gestos amorosos,
Acarinhando a casa docemente
Com sombras de frescura
Nos dias infernais de sol ardente,
De cansaço e secura...
Singela a nossa casa recatada,
Sem falsa ostentação.
Deixa ver, numa esquina, bem lavrada
A pedra do brasão.
Toda ela, entre luz e entre verdura,
Branquinha e bem caiada
Faz-nos lembrar na cor e na frescura
Uma noiva aseada...
Quanta firmeza escondem as paredes

* CASTRO, Mafalda de – *Obras completas*. [1ª ed.]. Caracas: Texto, imp. 1991, p. 203-205.

Da nossa casa velha
Sem falar, tanta coisa que não vedes
Nelas se esconde e espelha
Nelas vivem e passam lado a lado
Num reviver constante,
As luzes e as sombras do passado
Surgindo a cada instante.
Mesmo à distância, se lembra dia a dia
A velha Casa-Mãe;
Recordá-la é consolo e alegria
Que sabe sempre bem.
Recordar as hortenses, às enches
Em maciços de flor's,
Sinfonia de azul em tons diferentes,
Melodia de cor's...
Esses raros azuis da cor do Céu,
Macios sem asperezas,
A lembrar no azul que Deus lhes deu
Mil broches de turquesas.
E a cameleira branca entre verdura
(Que o sol a medo beija)
Como um ramo de noiva muito pura
A caminho da Igreja.
E o lódão centenário e aprumado,
Com altivez e graça,
Que a rubra vinha virgem com agrado
Languidamente enlaça.
E o repuxo no lago do jardim
No seu cantar dolente
Enrugando a lisura de cetim
Da água transparente.
E a nossa velha espada quinhentista
Que a Ceuta foi lutar
E sem se ter perdido na conquista
Pôde a casa voltar.

Estes nadas são tudo para nós
Num mistério que embala:
Voz do sangue: Uma secreta voz
Que nos chama e nos fala.

Quem sente a amarra, a força, a tradição
Da sua Casa-Mãe,
Que vem de geração em geração,
Não sabe o bem que tem.

Permita Deus, que um dia desse Além
Onde o Céu nos abriga
Possamos ver como supremo bem
A nossa casa antiga...

Arouca, Outubro de 1983

António Vaz Pinto

As raízes: Arouca e Lisboa



António Vaz Pinto nasceu em Lisboa em 1942, filho de José Augusto de Queiroz Ribeiro Vaz Pinto, natural da Casa do Burgo, em Arouca, e de Mafalda de Castro, décimo primeiro de doze irmãos. Frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa antes de entrar para a Companhia de Jesus, na qual se ordenou sacerdote, em 1974. Dirigiu os centros universitários jesuítas de Coimbra e Lisboa. Com particular gosto para enfrentar grandes desafios, participou na fundação da ONGD Leigos para o Desenvolvimento e do Banco Alimentar contra a Fome. Foi Alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. Tem diversas obras publicadas sobre espiritualidade, filosofia e teologia.

O Pe. António Vaz Pinto escreveu recentemente uma auto-biografia, a qual, embora tenha Deus como «actor principal» (daí o título *A História de Deus comigo*), pode ser lida como uma história da sua própria vida. Ora, o primeiro capítulo dessa auto-biografia intitula-se «As raízes: Arouca e Lisboa» e começa assim: «no início desta história, não posso deixar de mencionar Arouca, o Burgo, Salvador, Santa Eulália, a terra, os montes e vales, a Senhora da Mó, o Convento, as gentes...». Não se podia deixar de incluir na presente recolha este olhar agradecido e carinhoso de um «arouquense de origem e coração», como se assume, embora nascido em Lisboa.

As raízes: Arouca e Lisboa*

No início desta história, não posso deixar de mencionar Arouca, o Burgo, Salvador, Santa Eulália, a terra, os montes e vales, a Senhora da Mó, o Convento, as gentes...

Embora nunca lá tenha vivido, frequentemente lá estive (em novo, todos os anos durante as férias), por lá passei e lá volto sempre que posso... para respirar os «ares pátrios», como se dizia antigamente...

A Casa do Burgo, casa de família onde nasceu e morreu o meu pai, embora por renúncia do meu voto de pobreza já nada tenha a ver comigo em termos jurídicos, de propriedade, continua a ser a «minha Casa», e não uma simples casa de campo ou de férias...

Arouca, o Burgo, a Casa, a família, não são apenas algo de remoto e de passado... são para mim presença, uma referência contínua, que sempre me acompanha como uma bandeira levantada, para a qual volto permanentemente o olhar...

Foi dali, da Casa do Burgo, inserida na terra e na história, que Deus me fez crescer... é a minha terra de origem, a minha raiz...

Este sentimento de pertença, que me liga a uma família e a uma casa, a um passado, um presente e oxalá um futuro... faz parte, do mundo dos sinais e dos símbolos. Mas que há de mais importante, na vida humana, do que precisamente aquilo que se refere aos símbolos e às representações?!

Pretensiosismo? Snobismo? Espero que não... não pertence o próprio Jesus, com plena consciência disso, à «Casa de David»? E não fala do Céu, nossa pátria definitiva, em termos de «Casa»? «Em casa de Meu Pai há muitas moradas»?!

* PINTO, António Vaz, SI – *A História de Deus comigo*. [1ª ed.]. Lisboa: Aletheia, 2006, p. 11-12.

Esclarecida esta origem permanente, esta pré-história, desde o nascimento até à entrada no noviciado, em Soutelo, quase 23 anos depois, o «cenário» da minha vida, com alguns poucos passeios e viagens, foi sempre Lisboa, cidade de que tanto gosto.

Arouquense de origem e coração, nasci em Lisboa, no dia 2 de Junho de 1942 (...)

Índice toponímico



Índice toponímico

Este índice foi construído considerando os seguintes critérios: registam-se as ocorrências de topónimos pertencentes total ou parcialmente ao actual território do concelho de Arouca, ordenados alfabeticamente e subclassificados em três categorias; no caso do topónimo “Fermado” também se registam as referências ao antigo concelho com esse nome; no caso do topónimo “Arouca” registam-se as referências à Vila e ao vale de Arouca; registam-se as ocorrências de topónimos mencionados apenas nos textos antologados e não na introdução nem nas fichas explicativas de cada texto.

1. FREGUESIAS E LUGARES

Albergaria da Serra (antiga Albergaria das Cabras) – 90, 94, 258

Alvarenga – 112, 177, 179-180, 183-185, 190, 196, 200, 213, 217-218

Bouças – 183

Bustelo – 195

Carvalhais – 178, 192, 196

Casais – 186

Chã – 192

Chieira – 177, 181-182, 184, 186

Granja – 177, 185

Lebrém – 192

Miudal – 186

Pade – 181

Paradinha – 113

Póvoa – 183

Quintela – 181

Ribeira 177

Vilares – 191

Vitego – 177

Arouca – 33, 45, 47-48, 50, 53, 57, 60, 61, 63, 75, 78, 82-88, 101, 103, 105-107, 110-112, 114-115, 117-124, 126-127, 131-132, 139, 141, 153-154, 156-158, 161-164, 171-173, 178-179, 182, 213-214, 221-222, 225-226, 232, 237-238, 241, 246-248, 251, 253, 263, 285-286, 291

Burgo – 126, 155, 247, 291

Alhavaite – 153

S. Salvador – 291

Covelo de Paivô

Drave – 257

Regoufe – 257

Escariz – 115, 247

Fermado – 37, 57, 62, 64, 66, 68-69, 263-271

Abrunhal – 264

Cabeçais – 169, 221-222, 266, 268

Castelo – 264

Parameira – 264

Vale do Conde – 264

Mansores – 37, 39-41, 165, 169, 221, 247

Bouça – 41

Crasto – 41

Juncido – 41

Leira – 41

Pousa-Foles – 41

Moldes – 182

Rossas – 153-154, 162-163, 166, 169-171,
246, 275

Barroca – 154

Lomba – 276

Provizende – 276

Quintela – 94

Sibanas – 277

Sub-Rêgo – 277

Terçoso – 276

Vila Coval – 276

Santa Eulália – 126, 139-141, 146, 148,
291

Tropeço – 221

Ribeira – 276

Urrô

Cela – 237

Souto Redondo – 94

Várzea – 237

2. RIOS E RIBEIROS

Arda – 40, 75, 77, 112, 139, 169, 225,
237, 245, 247

Caima – 95, 246

Gilde – 77

Marialva – 112

Paiva – 112-113, 139, 245

Paivó – 113, 257

Silvares – 112

3. SERRAS, MONTES E PLANALTOS

Alto da Vala – 77, 80, 84

Arressaio – 77, 81, 90

Borrallheiro – 169

Castêlo – 41, 169

Coruto – 221

Freita – 75-76, 89, 112, 221, 237,
247

Gamarão – 75, 89, 112

Gralheira – 258

Lomba – 263

Mizarela – 89, 94

Montemuro – 246, 266

Pedra Má – 276

Pena da Forcada – 247

S. João de Valinhas – 247

S. Pedro – 81, 195

Santo André – 237

Senhora da Mó – 75, 112, 237, 241,
247, 291

Serro do Cão – 84



Este livro
A bela adormecida
olhares literários sobre Arouca,
acabou de se imprimir aos 22 de Setembro de 2011
nas oficinas da
SerSilito-Empresa Gráfica, Lda./Maia
